



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXIX Nº 58, QUARTA-FEIRA, 1º DE MAIO DE 2024

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)
Presidente

Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)
1º Vice-Presidente

Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL)
2º Vice-Presidente

Senador Rogério Carvalho (PT-SE)
1º Secretário

Senador Weverton (PDT-MA)
2º Secretário

Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)
3º Secretário

Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN)
4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

- 1ª - Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP)
- 2ª - Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC)
- 3ª - Senador Dr. Hiran (PP-RR)
- 4ª - Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Gustavo Afonso Sabóia Vieira
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Paulo Max Cavalcante da Silva
Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho
Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Gleison Carneiro Gomes
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 53ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA SEMIPRESENCIAL, EM 30 DE ABRIL DE 2024

1.1 – ABERTURA	9
1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
1.2.1 – Oradores	
Senador Paulo Paim – Exposição sobre o Dia do Trabalhador e defesa da aprovação da Sugestão nº 12/2018, relatada por S. Exa., que institui o Estatuto do Trabalho. Registro dos progressos sociais e econômicos proporcionados pelo Governo Lula. Homenagem ao ex-Presidente uruguaio Pepe Mujica, diagnosticado com câncer.	9
Senador Eduardo Girão – Indignação com a posição ocupada pelo Estado do Ceará no <i>ranking</i> das unidades federativas com mais homicídios no Brasil. Denúncia de suposta perseguição política aos jornalistas Jorge Everton Moreira Bastos e Edison Silva pelo Governo estadual.	12
Senador Plínio Valério – Críticas ao Projeto de Lei Complementar nº 233/2023, que dispõe sobre o Seguro Obrigatório para Proteção de Vítimas de Acidentes de Trânsito (SPVAT).	14
Senador Esperidião Amin – Registro do comparecimento de S. Exa., no dia 1º de maio, à missa na praia do Campeche na Cidade de Florianópolis, que marca o início da tradicional pesca artesanal da tainha no Estado de Santa Catarina.	17
Senador Ireneu Orth – Insatisfação com a decisão liminar do STF que suspendeu trechos da Lei nº 14784/2023, que prorroga a desoneração da folha de pagamento de municípios e de diversos setores econômicos até 2027. Preocupação com a situação das rodovias do Estado do Rio Grande do Sul, em especial a BR-386 e a BR-158.	18
1.2.2 – Discurso do Presidente (Senador Chico Rodrigues)	
Celebração do Dia do Trabalhador e destaque aos desafios a serem enfrentados para geração de emprego e valorização dos trabalhadores.	20
1.2.3 – Oradores (continuação)	
Senadora Zenaide Maia – Registro da abertura dos expedientes da CMO. Preocupação com a escassa alocação de recursos orçamentários, ano após ano, para as áreas mais importantes para o País: educação, assistência social e segurança pública. Homenagem à classe trabalhadora brasileira pelo dia 1º de maio.	22



1.2.4 – Suspensão da sessão às 15 horas e 28 minutos e reabertura às 17 horas e 24 minutos	23
1.2.5 – Fala da Presidência	
Pesar pelo falecimento do Sr. Juliano Costa Couto. Homenagem ao ex-Presidente da República José Sarney pelo transcurso do seu aniversário de 94 anos. Anúncio da disponibilização da nova página da CMO no Portal do Congresso Nacional.	23
1.2.6 – A Presidência retira da pauta a Proposta de Emenda à Constituição nº 10/2023 (item 1) e o Projeto de Lei nº 4015/2023 (item 4).	25
1.2.7 – Questão de Ordem	
Suscitada pelo Senador Carlos Portinho, a ser respondida oportunamente.	26
1.3 – ORDEM DO DIA	
1.3.1 – Item 2	
Projeto de Lei nº 1026/2024, do Deputado José Guimarães, que <i>altera a Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021, para estabelecer alíquotas reduzidas no âmbito do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos – Perse; e revoga dispositivo da Medida Provisória nº 1.202, de 28 de dezembro de 2023. Aprovado</i> , nos termos do Parecer nº 36/2024-PLEN-SF , proferido pela Senadora Daniella Ribeiro, após Emendas nºs 1 a 13-PLEN e aprovação do Requerimento nº 271/2024. À sanção.	27
1.3.2 – Item 3	
Projeto de Lei nº 2/2024, da Presidência da República, que <i>autoriza a concessão de quotas diferenciadas de depreciação acelerada para máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos novos destinados ao ativo imobilizado e empregados em determinadas atividades econômicas. Aprovado com emendas de redação</i> , após Requerimento nº 280/2024	44
Redação final do Projeto de Lei nº 2/2024 (Parecer nº 37/2024-CDIR/PLEN-SF). Aprovada . À sanção.	45
1.3.3 – Item extrapauta	
Requerimento nº 278/2024, de Líderes, de urgência para a Mensagem nº 4/2024. Aprovado	46
1.3.4 – Item extrapauta	
Requerimento nº 261/2024, do Senador Randolfe Rodrigues e outros Senadores, de realização de sessão especial destinada a celebrar os 88 anos de existência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Aprovado	47
1.3.5 – Item extrapauta	
Mensagem nº 4/2024, do Presidente da República, que solicita autorização para contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Município de Campina Grande, Estado da Paraíba, e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata - FONPLATA. Aprovado o Projeto de Resolução nº 12/2024 , apresentado como conclusão do Parecer nº 38/2024-PLEN-SF , proferido pelo Senador Veneziano Vital do Rêgo, em substituição à Comissão de Assuntos Econômicos.	47



Redação final do Projeto de Resolução nº 12/2024 (**Parecer nº 39/2024-CDIR/PLEN-SF**). **Aprovada.**
À promulgação. 48

1.3.6 – Convocação de Sessão

Convocação de sessão deliberativa extraordinária para 2 de maio, às 11 horas. 49

1.4 – ENCERRAMENTO 49

1.5 – REGISTRO DE COMPARECIMENTO 50

PARTE II

2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 53ª SESSÃO

2.1 – EXPEDIENTE

2.1.1 – Projeto de Resolução

Nº 12/2024, do Senador Veneziano Vital do Rêgo, que *autoriza o Município de Campina Grande, situado no Estado da Paraíba, a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, junto ao Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – FONPLATA, no valor de US\$ 52.000.000,00 (cinquenta e dois milhões de dólares dos Estados Unidos da América).* 53

2.1.2 – Requerimento

Nº 278/2024, de Líderes, requer urgência para a MSF nº 4/2024, nos termos dos arts. 336, III, e 338, III, do Regimento Interno do Senado Federal. 64

2.2 – DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA

2.2.1 – Projeto de Lei nº 1026/2024

Emendas nºs 1 a 13-PLEN 67

Parecer nº 36/2024-PLEN-SF 113

Requerimentos nºs 279, 281 e 282/2024. 119

2.2.2 – Projeto de Lei nº 2/2024

Redação final (Parecer nº 37/2024-CDIR/PLEN-SF) 128

Requerimento nº 280/2024 133

2.2.3 – Mensagem nº 4/2024

Parecer nº 38/2024-PLEN-SF 137

Redação final (Parecer nº 39/2024-CDIR/PLEN-SF) 143

3 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS



3.1 – EXPEDIENTE

3.1.1 – Abertura de Prazos

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a primeira ou única comissão do despacho, aos Projetos de Lei nºs 1401, 1415, 1444, 1474 e 1476/2024. 149

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso para que o Projeto de Lei nº 5288/2019 seja apreciado pelo Plenário (**Ofício nº 3/2024-CCJ**). 150

3.1.2 – Comunicação

Da Senadora Ana Paula Lobato, de desfiliação partidária de S. Exa. do PSB e filiação ao PDT (**Ofício nº 77/2024**). 153

3.1.3 – Indicação

Nº 28/2024, do Senador Wellington Fagundes, que *sugere ao Ministério da Educação a implantação do Hospital Universitário de Rondonópolis-MT*. 155

3.1.4 – Mensagens do Presidente da República

Nº 118/2024, na origem (**Mensagem nº 5/2024, no Senado Federal**), que *submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição, combinado com o art. 16 da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, o nome do Senhor ANDRÉ LUÍS MACAGNAN FREIRE, para exercer o cargo de Procurador-Chefe da Procuradoria Federal Especializada junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, na vaga decorrente do término do mandato de Juliana Oliveira Domingues em 13 de abril de 2024*. 160

Nº 119/2024, na origem (**Mensagem nº 6/2024, no Senado Federal**), que *submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição, combinado com o art. 12 da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, o nome do Senhor ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA, para recondução ao cargo de Superintendente-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE*. 192

3.1.5 – Projeto de Decreto Legislativo

Nº 225/2024, do Senador Wellington Fagundes, que *susta a Portaria nº 260, de 20 de dezembro de 2023 do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, que dispõe sobre a utilização de documentação comprobatória fiscal padrão para fins de retificação de porte declarado pelas pessoas jurídicas junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP), em cumprimento ao que estabelece o art. 17-D da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 e o inciso II do art. 61-C da Instrução Normativa nº 17, de 30 de dezembro de 2011*. 213

3.1.6 – Projetos de Lei

Nº 1500/2024, do Senador Ciro Nogueira, que *altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 (Lei de Organização da Seguridade Social), e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 (Lei de Benefícios da Previdência Social), para dispor sobre a redução a zero da alíquota previdenciária patronal para o empregador que contratar pessoa com deficiência com elevada dificuldade de locomoção para cargos de atendimento ao público e outros cujas funções sejam, ordinariamente, de desempenho presencial, mediante a utilização de tecnologias assistivas capazes de permitir o desempenho das funções por*



teletrabalho. 224

Nº 1510/2024, do Senador Eduardo Gomes, que *estabelece critérios para o transporte de animais de estimação aplicáveis ao transporte aéreo de passageiros, doméstico e internacional.* 230

3.1.7 – Projeto de Lei Complementar

Nº 72/2024, do Senador Veneziano Vital do Rêgo, que *altera a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre as despesas de custeio e de investimento com os hospitais universitários federais, para fins de apuração do gasto mínimo constitucional em saúde.* 235

3.1.8 – Requerimentos

Nº 276/2024, do Senador Nelsinho Trad, requer voto de aplauso ao Desembargador Federal João Batista Moreira, pela Presidência do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1). 241

Nº 277/2024, do Senador Nelsinho Trad, requer voto de aplauso à Professora Daniele Andressa Bassanesi, da Escola Estadual Antônio Fernandes, localizada em Naviraí-MS, pelo prêmio Educador Transformador na categoria Ensino Médio. 244

Nº 283/2024, do Senador Zequinha Marinho, requer a inclusão de apoio à Proposta de Emenda à Constituição nº 66/2023. 248

PARTE III

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL 250

5 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA 253

6 – LIDERANÇAS 254

7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS 256

8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO 264

9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES 268

10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS 310



Ata da 53ª Sessão, Deliberativa Ordinária Semipresencial,
em 30 de abril de 2024

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura

Presidência dos Srs. Rodrigo Pacheco e Chico Rodrigues.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 6 minutos e encerra-se às 19 horas e 9 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Fala da Presidência.) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

As Senadoras e os Senadores poderão se inscrever para o uso da palavra, por meio do aplicativo Senado Digital, por lista de inscrição que se encontra sobre a mesa ou por intermédio dos totens disponibilizados na Casa.

Os Senadores presentes remotamente e inscritos para o uso da palavra poderão fazê-lo através do sistema de videoconferência.

A presente sessão deliberativa ordinária é destinada à apreciação das seguintes matérias, já disponibilizadas em avulsos eletrônicos e na Ordem do Dia eletrônica de hoje:

- Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 2023, do Senador Rodrigo Pacheco e outros Senadores;

- Projeto de Lei nº 1.026, de 2024, dos Deputados José Guimarães e Odair Cunha;

- Projeto de Lei nº 2, de 2024, de iniciativa da Presidência da República; e

- Projeto de Lei nº 4.015, de 2023, do Deputado Roman.

Passamos aos oradores inscritos, que terão o prazo de dez minutos para o uso da palavra.

Como primeiro orador inscrito, eu convido o Senador Paulo Paim, do PT, do Rio Grande do Sul, que está de forma remota.

V. Exa. tem a palavra. (*Pausa.*)

V. Exa. está com a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discursar. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, colega e amigo Senador Chico Rodrigues, quero, no dia de hoje, falar do dia de amanhã, amanhã: Dia do Trabalhador e da Trabalhadora.

Teremos um grande evento aqui no Rio Grande do Sul, na Casa do Gaúcho, capital Porto Alegre, onde teremos inúmeros palestrantes. O evento é uma promoção do Movimento Sindical Gaúcho, CUT, CTB, UGT, Pública, Conlutas, Intersindical, delegações, confederações, Cobap, entidades de aposentados; com a presença de lideranças sindicais e políticas.

Estão convidados e vão ser painelistas João Pedro Stedile, Manuela d'Ávila, Pepe Mujica e este Senador que vos fala. A estimativa é a presença de mais de mil pessoas no local fechado, a Casa do Gaúcho.

Presidente, nos preocupa muito a precarização do mundo do trabalho. É uma realidade em nossos dias. As entidades sindicais, eu tenho dito que são fundamentais para construir o equilíbrio entre empregado e empregador, capital e trabalho. Elas são instrumentos de resistência, de luta, de diálogo, de busca de melhores condições de vida para o povo, não só no Brasil, como em outros países.

A reforma trabalhista de 2017 deixou a todos muito preocupados, porque foi retirada uma série de direitos e, por isso, articulamos o Estatuto do Trabalho, ou a Nova CLT do século XXI, que tramita na Comissão de Direitos Humanos. Eu sou Relator dessa matéria e tenho feito debates já em todo o país há cinco anos.

O Estatuto é um farol, uma luz, um respiro, eu diria: um caminho na busca da dignidade humana. Tem como base a promoção dos direitos sociais e trabalhistas, visando à construção de uma sociedade mais justa, fraterna, solidária e democrática. Resumidamente, meu querido Presidente Chico Rodrigues, eu vou aqui listar os principais pontos, não todos, do Estatuto do Trabalho, ou a Nova CLT.

Vai tratar, claro, do salário dos trabalhadores – salário justo, salário digno –, proibição de terceirização nas atividades-fim, cumprimento do projeto de igualdade salarial entre homens e mulheres, rejeição do trabalho intermitente, redução da jornada de trabalho. Caminhamos para as quarenta horas semanais, ou



como muitos países estão fazendo, quatro dias por semana.

Vai regulamentar o direito de greve, vai combater o trabalho escravo, a escravidão, o trabalho infantil. Vai combater o assédio moral e sexual. Vai tratar ainda de como é que funciona e como podem funcionar outras áreas: banco de obras, trabalho externo, teletrabalho, trabalho por aplicativo, período de descanso, área de alimentação, férias, políticas salariais, salário mínimo, isonomia salarial; os adicionais legais que, ao longo da história, foram construídos.

Claro que vai tratar da situação do emprego da mulher, como por exemplo, licença maternidade. E também de aviso prévio, verbas rescisórias para todos, homens e mulheres, organização sindical, entre tantos outros temas.

O Estatuto do Trabalho, querido amigo Chico Rodrigues, é como uma pedra bruta que está sendo lapidada com muitas reuniões para se transformar em um valioso diamante que seja cuidado por todos. Estamos batalhando muito pela valorização também do salário dos aposentados e pensionistas. Tem que haver uma política salarial para esses homens e mulheres que construíram o país.

Apesar dos desafios enfrentados, e eles são muitos, é inegável o progresso, o quanto avançamos, com o Governo Lula, proporcionando assim um país melhor para todos por meio de programas sociais e econômicos. Observamos uma redução na taxa de pobreza, e tenho os dados: de 32 milhões reduziu-se para 8,2 milhões de pessoas. Houve uma diminuição na incidência da fome, a criação de mais empregos, aumentou o número de trabalhadores em emprego com carteira assinada. O desemprego, assim, diminuiu; a inflação diminuiu; a queda de juros aconteceu, os juros também diminuíram e, agora, a regulamentação da reforma tributária é fundamental, fazendo com que os tributos não incidam, por exemplo, sobre a cesta

Por fim, Presidente, quero prestar uma homenagem ao grande Pepe Mujica, que está com sérios problemas de saúde. Ele representa muito mais do que apenas um líder. Mujica – ele mesmo anunciou que está com câncer – personifica a resistência, a perseverança e a dedicação apaixonada aos direitos humanos, tema que eu trato também com muito carinho. Ele tem uma preocupação com o bem-estar da humanidade. Lembro-me agora que, em seu livro de vida, encontramos os pilares mais sagrados da dignidade humana. Seu compromisso com os princípios fundamentais da justiça e da igualdade nos guia a um presente e a um futuro bem melhor. Grande Mujica!

Nossa jornada rumo a um Brasil mais justo e longa, mas juntos podemos construir esta nação, que é o seio, é a esperança de todos nós, valorizando os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras, valorizando os direitos humanos e a dignidade, Presidente, de todos e de todas.

Presidente, eu, quando faço essa fala, quero aqui fortalecer esse momento histórico, que é o dia 1º de maio. Vamos ter eventos em todo o Brasil, nas capitais, nos grandes centros, porque essa história vem de outros tempos, uma história longa, que tem que ser valorizada: 1º de maio, dia internacional da classe trabalhadora.

Nesse dia, nós temos que fazer o bom debate, por exemplo, do combate ao trabalho escravo. Eu sou Relator de um projeto que diz que, em propriedade em que forem encontrados trabalhadores sob escravidão, esse cidadão perderá a propriedade. Ninguém pode ter ninguém sob trabalho escravo, sejam homens ou mulheres, seja no campo, seja na cidade.

Precisamos também avançar no debate da regulamentação do campo sindical, no sentido de que a gente tenha uma estrutura para que as entidades sindicais possam fazer a boa política de diálogo, de conversação, de entendimento, de busca de melhores condições de trabalho, de salário e de vida para a nossa gente. O Brasil não pode continuar sendo um dos cinco países com mais acidentes de trabalho no mundo. Nós temos que combater as doenças no trabalho, acidentes no trabalho. Queremos salário digno, trabalho digno e espaço para toda a nossa gente.

É inadmissível que nós tenhamos aprovado uma lei no Congresso Nacional, por unanimidade



praticamente – o Presidente Lula sancionou, foi articulado dentro dos ministérios, para garantir que homem e mulher na mesma função ganhe o mesmo salário, independentemente da cor da pele, independentemente de ser homem ou a mulher, LGBTQIA+, por exemplo. Mesma função, mesma produção, mesmo salário – e hoje nós vemos que muitas empresas não estão cumprindo.

Por isso, Presidente, este é um dia claramente de reflexão. Vai ter show, muitos shows também onde for realizado o 1º de Maio, mas vai ter também muita discussão política do país que nós queremos para a nossa gente, para os de hoje, para os jovens, para as crianças. Nós queremos que os trabalhadores tenham curso técnico, por exemplo, e eu tenho enfatizado muito isso. Está aí agora o Presidente Lula falando em tantas, em mais de uma centena de escolas técnicas. Eu tive a alegria e a satisfação de fazer o curso técnico no Senai Nilo Peçanha, escola em Caxias do Sul. Mudou a minha vida depois que eu fiz o curso técnico, e aqui estou hoje.

E aqui eu encerro.

Graças aos trabalhadores do campo e da cidade, e falo pelos aposentados e pensionistas, que trabalham muito também... Nós trabalhamos – não é só eu; nós, querido Chico Rodrigues –, com as pessoas com deficiência, trabalhamos muito na lei dos autistas, trabalhamos na construção do Estatuto do Idoso, no da Igualdade Racial, no da Pessoa com Deficiência; trabalhamos em todas as áreas em que estava em jogo a qualidade de vida. Por isso, no 1º de Maio de cada ano, nós temos o debate em todo o mundo e todos nós temos que trabalhar para melhorar a vida das pessoas.

Vida longa aos trabalhadores do campo e da cidade!

Vida longa às políticas humanitárias!

Vida longa à democracia!

E nunca esqueçam: vida longa à educação! Educação de qualidade é o que realmente liberta todo o nosso povo.

Obrigado, mais uma vez, querido Senador, Presidente, Chico Rodrigues. O meu tempo eu sei que esgotou e V. Exa., de forma tolerante, como sempre, permitiu que eu ultrapassasse dois minutos.

Viva o 1º de Maio de amanhã no Brasil e no mundo!

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Eu quero registrar aqui a manifestação de V. Exa. em relação à comemoração do dia 1º de maio.

V. Exa., como nós sempre falamos aqui no Senado, é um dos Parlamentares que tem maior representatividade junto ao trabalhador brasileiro, pela defesa das causas, pelo seu compromisso.

E, acima de tudo, V. Exa., como sempre fala, olha no retrovisor da vida e segue os passos à frente do seu tempo, como trabalhador, o que, obviamente, o talhou para essa grande defesa. E, lógico, aliado a essas defesas, grandes conquistas pelo trabalhador brasileiro.

Portanto, também farei um pronunciamento hoje, seguindo inclusive o eco da sua voz, sobre o Dia do Trabalhador. E diria que V. Exa. trata de uma forma muito global a importância do trabalhador, e fez referência a um dos ícones da América Latina, o Pepe Mujica. Acabei de chegar, inclusive, do Uruguai, hoje pela manhã, da Frente Parlamentar, do Parlasul, a terra do Pepe Mujica, e a gente fica realmente entristecido com a situação de saúde dele, mas, na verdade, a sua resiliência física e espiritual tenho certeza que dará a ele uma vida ainda, por longo tempo, para continuar pregando os seus ideais e, obviamente, quem ganha somos todos nós, pelo seu exemplo e pela sua atitude em defesa do trabalhador, dos mais humildes. E hoje é uma data que podemos reverenciar a ele também pelo exemplo.

Então, parabéns, meu caro Senador e amigo, Senador Paulo Paim.

Continuando a lista de oradores inscritos, chamo para fazer o seu pronunciamento o Senador Eduardo



Girão, do Novo do Ceará.

V. Exa. está virtualmente, mas sempre presente.

V. Exa. tem a palavra por dez minutos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discursar. *Por videoconferência.*) – Paz e bem, Sr. Presidente Chico Rodrigues, Senador Paulo Paim, que acabou de falar também.

Quero mandar um abraço para o Senador Plínio Valério, que estou vendo aí na primeira fila, como sempre, meu amigo, meu irmão.

Parabéns pelo seu pronunciamento hoje, Plínio, na CCJ, muito contundente, muito forte. Vamos ter uma grande batalha com relação a esse escândalo do DPVAT na semana que vem. O brasileiro atento, acompanhando, aplaudindo o discurso seu, do Rogério Marinho, da Damares e de outros colegas ali que se posicionaram firmemente, do Senador Portinho também, contra esse absurdo que vem junto aí com um jabuti – não é jabuti, tá? Na verdade, é um Jurassic Park todo –, porque são R\$15 bilhões, burlando aí o nosso arcabouço fiscal. Um Governo gastador, esse Governo do PT; um Governo irresponsável, não é? E a gente não pode dourar a pílula quando fala isso, porque estamos olhando para os filhos, para os netos, para as futuras gerações.

E o projeto deles é poder pelo poder, não é? E o dado que eu vou trazer para vocês aqui é horripilante. Sobre o Ceará, o meu estado, que é comandado por essa oligarquia PT e PDT, não é? E agora o PT quer tudo. O PT quer dominar, hegemonia total...

Olha só o resultado do Ceará, dominado há muito tempo por essa turma aí. Ficou em segundo lugar no *ranking* dos estados que têm mais homicídios no Brasil. Os dados do primeiro trimestre de 2024, pelo Sistema Nacional de Segurança Pública, minhas caras colegas Senadoras, caros Senadores, mostram que o Estado do Ceará só perde para Pernambuco.

Nós estamos aí com 37,25 assassinatos por 100 mil habitantes, e a capital, Fortaleza, a capital em que eu nasci, a cidade em que eu pude crescer, estudar, gerar família, emprego, enfim, é a terceira com maior número de assassinatos absolutos – absolutos! Olha o estrago que é feito com essa gestão perdulária, que inverte prioridades, colocando dinheiro – mais de R\$1 bilhão o PT colocou – em propaganda e publicidade na gestão de Camilo Santana. E está aí o resultado: violenta, as pessoas com medo de sair de casa, com medo de tudo. É o que a gente vê: bandidos tomando conta, botando famílias para fora de casa. Presidente Chico Rodrigues, você sabe o que significa isso? Dando hora: “Olha, daqui a tantas horas, você tem que sair de casa!”, e o cara trabalhou a vida toda. Esse é o resultado.

Mas eu vou levar uma face perversa do que essa oligarquia tem feito – o estado, principalmente –, as arbitrariedades e perseguições políticas, como a censura. O exemplo, como a gente sabe, vem de cima, e o exemplo de cima é ruim. A Suprema Corte do Brasil vem fazendo escola no meu Estado do Ceará, e no sentido negativo, porque são exemplos que jamais deveriam ser seguidos numa democracia.

Então, a quem ousar criticar o sistema olha o que acontece, o que está acontecendo já no Ceará. Essas ameaças... Por exemplo, o cearense Jorge Everton Moreira Bastos, responsável pelo *Portal Custo Ceará*, que entrega a verdade que está lá no Portal da Transparência, com milhares de seguidores, recebeu, no último dia 26 de abril – fez até um B.O. –, uma ligação anônima, falando das suas publicações, que deveriam parar na sua página. Essas ameaças devem ter relação direta com a interpelação judicial, Sr. Presidente, recebida no mês passado, em uma ação do Governo do estado, comandado há décadas por oligarquias vinculadas ao PT, porque a ordem era para a imediata retirada de matéria produzida com dados do Portal da Transparência publicados no *Diário Oficial do Estado*. E a matéria que causou tanto mal-estar é esta aqui que eu vou ler para vocês: “Secretaria de Proteção Social [...] [vai comprar] R\$287



mil de pães [...] [em ano eleitoral]”.

Além do *Custo Ceará*, a mesma – olha só a coincidência –, a mesmíssima interpelação judicial foi, também, entregue ao jornalista Edison Silva, que, apesar de ter formação acadêmica em Letras e Direito, dedicou mais de 50 anos da sua vida profissional ao jornalismo – dedica. Ele já atuou no Sistema Verdes Mares, o grande grupo que tem a Globo lá, por exemplo; no rádio; na televisão. Foi por mais de 30 anos editor de política do jornal *Diário do Nordeste*, tornando-se um dos jornalistas mais respeitados do Brasil. Atualmente, ele é colunista do *site* O Otimista e responsável pelo *blog* de notícias que leva seu próprio nome. Uma de suas atividades rotineiras é acompanhar e analisar o que é publicado no *Diário Oficial* do Governo do Estado do Ceará, prestando um excelente serviço à sociedade cearense.

Sr. Presidente, várias instituições se manifestaram publicamente em solidariedade ao jornalista e em repúdio à iniciativa do Governo do estado, do PT, entre elas: o Sindicato dos Jornalistas, a Associação Cearense de Imprensa e a Federação Nacional dos Jornalistas.

Nosso gabinete vem a somar no sentido de acompanhar com atenção o desenrolar dessa ação intimidatória, buscando sempre a verdade e a justiça, com o máximo respeito à liberdade de expressão, que está sob ataque no Brasil. O mundo está vendo. Nos Estados Unidos, a Câmara de Deputados americana, o Congresso já está pedindo explicações às nossas autoridades sobre a caçada implacável a perfis conservadores.

Sr. Presidente, a interpelação, lá no caso do jornalista Edison Silva, tem a seguinte justificativa, abro aspas: “a matéria pouco informa e, na sua feição lacônica, incute o leitor a uma esfera de nebulosidade”, fecho aspas. Ou seja, pode levar a uma interpretação errônea sobre a aquisição de tantos pães.

Em primeiro lugar, a atitude reflete uma visão autoritária do Governo estadual do Ceará, menosprezando a capacidade intelectual do cidadão, do meu conterrâneo cearense, no sentido de fazer a correta interpretação do teor informativo da matéria. Em segundo lugar, uma estranha e excessiva, desnecessária preocupação com a imagem da gestão. Isso talvez explique por que a Secretária de Proteção Social seja Onélia Santana, esposa do ex-Governador e atual Ministro da Educação de quem? Do Lula.

Mas o pior de tudo é o efeito claramente ameaçador, de intimidação ao exercício profissional do jornalista, atacando a liberdade de imprensa, assim como a liberdade de expressão, ambas garantidas pela Constituição. A partir do famigerado, Sr. Presidente, inquérito das *fake news*, que completou cinco anos, vem-se intensificando a perseguição política e o cerceamento da liberdade de expressão daqueles que são conservadores e têm coragem de falar a verdade e criticar os poderosos, criticar o sistema carcomido que nós temos. Num flagrante abuso de autoridade, um mesmo ministro acusa, investiga, julga e condena sem direito a apelação. Esse é o Brasil, que alguns ousam dizer que tem democracia. Esse é o Brasil.

Essa investida...

(*Soa a campanha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Por videoconferência.*)

– Para terminar, Sr. Presidente.

... do Governador do Ceará segue o mesmo caminho de autoritarismo, com o objetivo de intimidar e reprimir aqueles que ousam denunciar desvios e abusos. Só que, nesse caso do Edison Silva e do *Portal Custo Ceará*, nem sequer houve qualquer denúncia, apenas a mera transcrição de uma informação – acredite se quiser – do *Diário Oficial*. Bastaria a Secretaria de Proteção Social pedir por um simples direito de resposta ao blogue, dando os esclarecimentos que julgasse pertinentes, e, certamente, teria naturalmente concedido. Ou seja, do caráter intimidatório da medida, um verdadeiro desperdício com gastos desnecessários de um processo judicial.

Minha total solidariedade ao jornalista Edison Silva, ao *Portal Custo Ceará*; e meu repúdio a



esse Governo perdulário, que gasta muito dinheiro arrecadado com impostos pagos com muito suor pelo contribuinte, para fazer propaganda, quando deveria empregar tais recursos para dar resposta a uma das graves crises sofridas no Estado do Ceará, que é a segurança, sem falar no hospital, sem falar na crise de saúde, de emprego, que eu vou abordar aqui nas próximas sessões.

Mas, Sr. Presidente, a crise da segurança pública da Terra da Luz, do nosso Estado, que hoje está parecendo terra de sombra, de treva, levou Fortaleza, essa capital linda, que o senhor bem conhece, a ser considerada pelo World Index a 9ª cidade mais violenta de todo o planeta, de todo o mundo.

Então, o Sr. Plínio Valério, que está nos acompanhando – vai fazer o seu pronunciamento e eu vou acompanhar –, sabe que o jornalista tem que ter esse direito, ele precisa exercer a sua atividade, fazer críticas, fazer publicações; e foi feita uma simples transcrição do Portal da Transparência. Olha como esses donos do poder reagem, interpelando, intimidando quem ousa criticá-los. Mas o bem vai prevalecer, a justiça, a verdade, eu não tenho a menor dúvida de que está hoje na cara de cada um; e o cearense, assim como todo brasileiro, está acompanhando e vai dar um basta nisso.

Um grande abraço, Sr. Presidente, Deus abençoe a todos vocês.

Muita paz.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Nobre Senador Eduardo Girão, V. Exa. tem todo o direito de se manifestar, porque a democracia é o caminho para a voz chegar à nação. V. Exa. sempre, independentemente do tema que trata aqui no Senado da República, traz, aos seus olhos e à luz da sua crença, temas que ocupam a mente de parte expressiva dos eleitores. É lógico que com muito cuidado, com muito equilíbrio, mas acima de tudo com muita determinação, V. Exa. mostra que aquela máxima que diz que a convivência harmônica das diferenças é exatamente o que legitima a democracia – a convivência harmônica das diferenças. Vendo por essa ótica e por essa lógica, V. Exa. traz, encerra, com muita classe, mas, acima de tudo, com muita convicção, o seu sentimento em relação a temas que, muitas vezes, derivam, aqueles que na verdade se sentem atingidos, para o lado da reprovação. Mas o que importa, tenho certeza, V. Exa., é aquilo que prega, porque é aquilo em que crê.

Parabéns pelo seu pronunciamento, mais um pronunciamento que deve ser assistido por milhares de pessoas no nosso país.

Continuando o Pequeno Expediente, na lista dos oradores, eu queria convidar o Senador Plínio Valério, do PSDB, do glorioso Estado do Amazonas.

V. Exa. dispõe de dez minutos.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM. Para discursar.) – Presidente, quase conterrâneo, mas é companheiro de infortúnio e ideais, já que é de Roraima e eu do Amazonas, os estados preservados, no meio ambiente, e perseguidos, sempre, pelas organizações internacionais, para que nós não façamos uso das nossas riquezas naturais.

Presidente, hoje, na CCJ, foi convocada esta sessão extraordinária, para analisar a volta do DPVAT, que, agora, mudou de nome e não é mais DPVAT, é SPVAT, Seguro Obrigatório para Vítimas de Acidentes de Trânsito. Foi uma volta tenebrosa de uma coisa que não fez falta, muito pelo contrário, e que, agora, volta como um fantasma, para atormentar todos nós, principalmente aqueles que já não conseguem mais pagar seus impostos e suprir suas necessidades.

A volta do DPVAT se dá nesse projeto embutido. Todo mundo conhece a frase “é um jabuti”. Na realidade, na Amazônia, o maior quelônio que a gente tem é a tartaruga, e esse já passa acima desse tamanho. Embutiram lá uma artimanha para o Governo arrecadar mais R\$15,7 bilhões.

É um Governo que não corta, na própria pele, na própria carne, as suas despesas, um Governo que não respeita as metas fiscais, sempre ampliando-as, em 2025 é uma, em 2026, outra. O arcabouço fiscal é



desrespeitado, as viagens continuam, os gastos desnecessários continuam, artistas que não precisam de patrocínio são patrocinados... Mas aí precisa de dinheiro. Onde está a criatividade dessa gente? Mais imposto. Mais imposto. Portugal com a colônia era assim e ficou. Todo governante quando precisa de dinheiro: imposto no pobre, imposto no trabalhador, imposto na população brasileira...

A volta do DPVAT – agora SPVAT – é um acinte, é um absurdo, é um escárnio, é um tapa na cara de todos nós. Vai ser gerido por um consórcio, sabe-se lá que tipo de consórcio... Nós temos o SUS. Na época do DPVAT, não tinha o SUS ainda. O que é que a gente precisa fazer? Melhorar o SUS!

É imposto obrigatório... Nós, pessoas comuns, não podemos ser obrigadas a fazer isso, temos que ter a opção: quer ou não quer o seguro? O risco é nosso. Mas deve voltar, porque o Governo está empenhado – empenhado mesmo – em aprovar, em acharcar, em tirar mais dinheiro da população brasileira.

O SPVAT vai ser cobrado de todos os proprietários de automóveis. O pessoal de moto também vai ter que pagar, e não tem benefício nenhum, tanto é que o DPVAT foi retirado e não sentimos a menor falta, não sentimos nenhuma saudade dele.

Então, nós cumprimos o nosso papel, Senador Chico Rodrigues, nós, não digo da Oposição, nós que não temos compromisso com o Governo, e é normal o Governo ter bancada aqui, isso é normal, o grupo governista, é normalíssimo isso, mas nós, que não temos esse compromisso, conseguimos, com a aquiescência do Presidente da CCJ, Davi Alcolumbre, e do próprio Relator, o Senador Jaques Wagner, adiar por mais uma semana. O que é que a gente ganha com isso? Tempo para discutir mais. Esperança de que o Governo vá voltar atrás? Nunca. Este Governo tem uma sanha de arrecadar, arrecadar, arrecadar, mas cortar na pele, na carne, o que é bom, nem uma pontinha deste dedo mindinho não se corta. Não se corta.

Se chegassem para nós mensagens, projetos, para aprovar, para cortar despesas, para fazer isso ou aquilo, mas não, é só para aumentar, aumentar, aumentar e aumentar. E lá vem, de novo, o DPVAT, em cima da população brasileira, em cima do trabalhador, tão espoliado, tão perseguido, tão... Eu iria dizer sacaneado, mas acho que os anais não comportam. Chega! Não se comportam mais imposto, taxa, seguro obrigatório. Há que se criar. Ora, você eleito, um grupo é eleito, tira-se um grupo e coloca-se outro para tomar conta do país, e não tem novidade nenhuma!

Quando eu cheguei aqui no Senado, cheguei porque me senti preparado para exatamente exercer a função e a missão do que é estar Senador da República. Para repetir tudo que era dito aqui? Para repetir tudo que fazem? É o que o Governo está querendo fazer, voltando a um passado que já ficou na história, que a gente não deve mais olhar para se espelhar, mas para aprender lições.

O Governo precisa, sim, ao invés de estar mandando, impondo, na certeza de que vai ser aprovado, restabelecer seu relacionamento com o Congresso Nacional. O que está acontecendo hoje? O Girão tocou num assunto muito pertinente. Num país onde juiz de Suprema Corte denuncia, apura, julga e condena, num país em que o Legislativo aceita de forma passiva o Judiciário legislar, num país onde o Executivo joga na cara de todos nós, esnobando e, ao mesmo tempo, extorquindo na forma de imposto ou de taxa, em quem ter esperança a não ser naqueles que representam a população, a quem foi dada voz para falar? Somos nós. Somos nós. E Deus permitiu que nós chegássemos ao Senado Federal, que é uma instituição, a única instituição que pode fazer quase tudo. Ministro do Supremo pensa que pode muito, e pode; pensa que pode tudo, mas não pode tudo. Nós podemos quase tudo, que é frear essa sanha arrecadatória, que é frear ministros que se autoproclamam semideuses. A gente tem que fazer o nosso papel.

É muito difícil, Presidente, falar essas coisas, porque pode parecer que a gente está apontando o dedo para algum companheiro ou alguma companheira. Não é nada disso. Eu só estou defendendo aqui que nós façamos a nossa parte, e temos que não permitir que a população seja extorquida a cada dificuldade que o Governo passa, dificuldade criada por ele, para dar dinheiro para artista, para dar dinheiro para



movimentos sociais, para querer sustentar ser pai de uma nação inteira. Ninguém precisa de pai, nem de mãe. Ninguém elege Presidente ou Governador para ser nosso pai ou nossa mãe, mas para que eles criem mecanismos que nos proporcionem sobreviver ou viver, que gerem renda, emprego... É isso que a gente quer, soluções e não mais imposto – não mais imposto!

Presidente Chico, resumindo, a volta do – deixe eu aprender esse nome; aliás, eu não quero aprender, não, mas eu sou obrigado a dizer – SPVAT (Seguro Obrigatório para Proteção de Vítimas de Acidentes de Trânsito) é um tapa na cara de todos nós. De todos nós. No dia em que o PT resolver cortar na carne um milímetro do seu corpo, da sua despesa, aí, sim, terei o maior prazer em aprovar medidas que venham do Governo. Não tenho nenhum pudor em apoiar o Governo nas medidas que são republicanas.

Ganhamos mais uma semana na CCJ. Não sei que tipo de pressão pode ser exercida, posto que me parece que o Governo está bem articulado nessa questão. Na CCJ, na semana passada, nós perdemos uma disputa – 16 a 10 –, o que é natural, é normalíssimo isso. E tudo indica que a gente só conseguiu adiar essa tartaruga que vem aí, esse escárnio, esse tapa na cara, essa extorsão.

A população brasileira não aguenta mais nenhum tipo de imposto, nenhum tipo de taxa, nenhum tipo de imposição. A população brasileira reza, roga para que seus dirigentes possam criar mecanismos para que a população possa, sim, através do seu suor, sustentar e prover a sua família, mecanismos que seriam empregos, movimentos e programas que gerem renda. Simples assim, se não fosse a vaidade, se não fosse a vontade do desconto, a vontade de ir à forra que este Governo tem, que é de descontar em cada um de nós a sua raiva, o seu ódio e a sua frustração.

(Soa a campanha.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Na parte que me cabe, farei sempre o que tenho feito aqui: reclamar, sugerir, denunciar e sempre estar aqui na tribuna para falar desses desmandos. Cumpro o posto, cumpro mais um dever, de ofício, que é dizer que esse DPVAT, a volta desse DPVAT, não terá o voto deste Senador do Amazonas. Antecipo meu voto lá na CCJ e aqui no Plenário: jamais concordarei com a volta dessa cobrança. Meu voto será “não”.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Nobre Senador Plínio Valério, do nosso glorioso Estado do Amazonas, V. Exa. trata de um tema que é um tema recorrente na mente da população brasileira, que é exatamente a cobrança de impostos sobre impostos. E isso, logicamente, cria uma perplexidade, já que vive o povo brasileiro submetido a todo um regime, todo um sistema de impostos. E é claro que o SPVAT, esse seguro obrigatório para vítimas de acidentes de trânsito, traz também embutido mais uma preocupação no seio da sociedade brasileira. Inclusive, pelo projeto, deverão ser cobrados também sobre motos.

Eu tenho um projeto de lei, que foi aprovado e sancionado, pelo qual os governos estaduais devem regulamentar para isentar motos de até 170 cilindradas, porque normalmente são aquelas motos que servem aos mototaxistas, aos motoboys, aos entregadores de aplicativos, enfim, a todos aqueles que fazem do transporte de duas rodas até 170 cilindradas um meio de ganho de vida. E, de uma forma exemplar, como os governos dos estados precisam regulamentar, apenas e tão somente dois estados merecem ser citados, porque foram os dois únicos que já regulamentaram: o Estado da Paraíba e o Estado de Santa Catarina, na dianteira da demanda reprimida da opinião pública brasileira. Imaginem os milhares de mototaxistas, motoboys, entregadores de aplicativos, etc. a que esse imposto recolhido poderia servir para parcelamento da sua moto ou para outra atividade financeira familiar, enfim. Então, eu quero aqui deixar o meu elogio pessoal, como autor do projeto que foi aprovado e sancionado aos Governos da Paraíba e de



Santa Catarina pela regulamentação.

Portanto, eu gostaria, continuando a lista de oradores inscritos, passar ao Senador Esperidião Amin, do PP, de Santa Catarina.

V. Exa. dispõe de dez minutos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discursar. *Por videoconferência.*) – Boa tarde, Presidente.

O senhor, ao lado do Senador Plínio Valério, me obriga a começar minha fala cumprimentando o Senador Plínio Valério e, ao mesmo tempo, cumprimentando os pescadores, ou seja, pessoas sempre afeioadas a falar a verdade, sem exageros, mesmo sem empregar fotografias que espelham peixes muito mais do imaginário do que da realidade.

Amanhã, Presidente e Senador Plínio Valério, nós vamos ter aqui o início da pesca artesanal da tainha. Às 7h30 da manhã, estaremos lá no Rancho do Seu Getúlio, na praia do Campeche. Essa missa às 7h30 da matina sintetiza o esforço de preservação de uma cultura que tem um lado econômico, mas tem, acima de tudo, um lado cultural, folclórico, humano, social.

A pesca artesanal da tainha pode ser considerada, na sua versão tradicional, como a pesca mais ambientalmente sustentável do mundo, porque captura o peixe que está em trânsito, no esplendor da sua forma e do seu sabor.

Nós estaremos lá para, mais uma vez, levar nossa palavra de incentivo ao pescador de modo geral. Santa Catarina é um estado com uma pesca muito desenvolvida, tanto a pesca industrial quanto a artesanal. Disputamos a primeira posição e, na nossa contagem, estamos em primeiro lugar no Brasil, mas respeitamos todos os outros estados que desenvolvem essa atividade que faz parte da nossa cultura e da nossa história.

Então quero deixar registrado, com satisfação, que teremos amanhã esse evento, que faz parte da nossa tradição, especialmente no nosso litoral catarinense. Será realizada, como falei, essa missa inaugural, no Rancho do Seu Getúlio, na praia do Campeche. Nesse culto, nós estaremos desejando ao nosso pescador sucesso, abundância, generosidade da natureza na captura do pescado, da tainha, e, logo depois, teremos o início da pesca industrial.

Nós não estamos satisfeitos com a cota que foi estabelecida para nós: 586 toneladas para pesca artesanal e apenas 480 toneladas para a pesca industrial, mas, como esse é um debate técnico, que leva em conta aspectos de sustentabilidade, não me cabe aqui reclamar do número, mas, sim, solicitar que, com esses cuidados todos que estão sendo tomados, nós tenhamos, no ano que vem, uma pesca mais generosa, ou seja, com uma cota que permita o sustento de mais pescadores artesanais, e também da nossa pesca industrial.

Esse é o sentido, Presidente, da minha fala muito econômica, hoje à tarde, num dia em que nós tivemos debates importantes, como esse do DPVAT, tivemos um debate muito importante também na Comissão de Infraestrutura, quando debatemos as controvérsias que cercam a questão do custo da tarifa de Itaipu, porque a energia de Itaipu é obrigatoriamente adquirida pelos estados do Sul, do Sudeste e do Centro-Oeste – mas isso será objeto de um novo debate na Comissão de Serviços de Infraestrutura.

E eu queria parar por aqui, celebrando a data de amanhã, o Dia do Trabalho, tão bem enaltecida hoje, especialmente nas palavras do nosso amigo Paulo Paim, as quais eu também faço minhas, como trabalhador que sou. Quero, neste dia de amanhã, que o trabalho, especialmente o do pescador artesanal, seja recompensado através da celebração dessa missa e que o trabalho de todos seja sempre dignificado pela valorização profissional, pelo salário digno e, acima de tudo, pelo respeito a quem faz o desenvolvimento do país, que é o nosso trabalhador, com o apoio, com a liderança do nosso espírito empreendedor.

Um abraço a V. Exa e um abraço a todos nós que poderemos amanhã celebrar a esperança do Dia



do Trabalho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Eu quero cumprimentar o nobre Senador Esperidião Amin, que sempre trata de assuntos recorrentes. A vida política, social e econômica de Santa Catarina tem, como escopo, uma referência e gratidão enorme ao Senador Esperidião Amin, que já ocupou todos os cargos importantes desse grande estado.

Tenho certeza, Senador Esperidião Amin, de que V. Exa. sempre, ao se pronunciar nas Comissões, nesta tribuna ou em qualquer fórum, emitindo seu juízo de valor, leva uma coisa que é importante que se chama credibilidade, conhecimento e competência com extrema humildade e serenidade. Portanto, que o seu pronunciamento, em relação a essa questão da pesca e a outros temas, sempre ecoe na opinião pública brasileira de uma forma extremamente positiva.

Continuando a lista dos oradores inscritos, eu convido o Senador Ireneu Orth, do PP, de Santa Catarina, que terá dez minutos para o seu pronunciamento.

Com a palavra, o Senador Ireneu Orth.

O SR. IRENEU ORTH (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Para discursar. *Por videoconferência.*) – Boa tarde a todos, Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, servidores desta Casa, cidadãos e cidadãos que nos assistem pela TV Senado, senhoras e senhores.

Hoje, encontramos-nos diante de um cenário preocupante: a decisão do Supremo Tribunal Federal de suspender a desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia e dos pequenos municípios é resultado das falhas deste Governo em garantir um processo legislativo sólido e transparente.

Esse benefício, prorrogado até 2027 pelo Congresso Nacional, após um amplo debate com a sociedade, representa um pilar para a manutenção e geração de empregos.

No entanto, em vez de respeitar a autonomia e as decisões desta Casa, o Governo optou por questionar judicialmente a legislação aprovada, por meio de uma ação direta de inconstitucionalidade. Essa ação subestima a capacidade do Congresso Nacional de deliberar sobre questões econômicas vitais, além de pôr em risco a segurança jurídica e a previsibilidade que as empresas tanto necessitam para planejar seus investimentos e contratações.

É inevitável que o Governo, derrotado por três vezes, busque nas Cortes um veto que não conseguiu obter por via democrática do Legislativo. Estamos diante de um panorama que transcende o mero desacordo político. Presenciamos um ato de negligência governamental que coloca em risco o futuro do nosso país.

A decisão do Ministro Zanin de suspender a eficácia desta lei, sob o pretexto de preservar as contas públicas e a sustentabilidade orçamentária, não pode ser vista isoladamente, ela tem que ser vista como um todo. Ela reflete uma visão de curto prazo, que ignora o impacto devastador sobre milhares de empregos e sobre a capacidade de recuperação econômica do Brasil em um momento crítico pós-pandêmico. Em vez de proteger e fomentar a geração de empregos e o crescimento econômico, o Governo opta por medidas que restringem a capacidade empresarial de investir e de expandir.

Por outro lado, o papel do Supremo Tribunal Federal, embora crucial na manutenção da legalidade constitucional, não deveria ser utilizado como ferramenta para compensar a falta de habilidade política do Governo. Aliado a isso, presenciamos o descontrole nas contas públicas, marcado por gastos excessivos em áreas menos prioritárias, sem gerar o retorno esperado em termos de desenvolvimento social e infraestrutura.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, estamos diante de uma crise dupla – econômica e de liderança –, com o Executivo falhando repetidamente em cumprir suas funções mais básicas. Portanto, convoco todos a se manifestarem e a exigirem responsabilidade, sensatez e uma gestão governamental que realmente



entenda de economia, de negócios e de justiça social.

Não podemos aceitar que a condução errada das políticas públicas comprometa o futuro de milhões de trabalhadores e de suas famílias. É preciso que esta Casa adote providências para equilibrar a situação do país, diante de uma liderança que age de forma desmedida.

E mais: que as próximas eleições sejam um momento de reflexão profunda sobre o tipo de liderança que desejamos e precisamos para garantir um Brasil melhor para todos.

Além do mais, ao finalizar este pronunciamento, quero destacar a minha preocupação com a situação das rodovias que percorri, no último final de semana, no Rio Grande do Sul. Entre elas, chamo a atenção para BRs cruciais: a BR-386, no trecho entre Lajeado e Marques de Souza, e a BR-158, entre Santa Maria e Cruz Alta.

Para se ter uma ideia, a duplicação da BR-386 merece uma atenção especial. Apesar de o trecho entre Soledade e Fontoura Xavier estar avançando conforme o planejado, o seguimento da duplicação entre Lajeado e Marques de Souza sofre sérios desafios. Atualmente, as obras estão paralisadas já há bastante tempo, com várias interdições e desvios que comprometem a segurança e a trafegabilidade e impedem a eficiência e o escoamento da produção.

Agora, as chuvas das últimas 36 horas afetaram ainda mais, com deslizamento de paredes laterais e interrompimento total das vias em dois ou três pontos. São barreiras que impedem o tráfego nos dois sentidos. Isso é em decorrência das chuvas agora das últimas 36 horas.

Quanto à BR-158, ainda de pista única, é uma rodovia vital para o transporte da produção da região de Missões, Noroeste Central, Alto Uruguai e Planalto Médio em direção ao Porto de Rio Grande. Há anos, essa estrada sofre com remendos e irregularidades, chegando a um ponto quase intransitável, que coloca em risco a segurança de seus usuários. O Governo, por meio do Ministério dos Transportes e do Dnit, deve reconhecer a importância desta BR-158 e priorizar o recapeamento completo e imediato, semelhante ao já realizado na saída de Cruz Alta rumo a Júlio de Castilhos.

Além dessas questões, o excesso de chuvas das últimas horas, neste momento, no Rio Grande do Sul acentuou ainda mais problemas em diversas rodovias, pontes e locais por onde transitam a nossa produção e a nossa população.

Essa situação alarmante será uma das pautas principais da audiência que solicitei para a próxima semana com o Diretor-Geral do Dnit, Fabricio de Oliveira Galvão. Não podemos seguir arriscando vidas. É preciso agir com urgência e responsabilidade de quem conhece as consequências de uma estrada sem condições. O Rio Grande do Sul exige investimento e compromisso da União nesse aspecto.

Para encerrar, eu quero aqui desejar a todos os trabalhadores do Brasil que o dia 1º de maio seja um dia de reflexão e de análises para todos os trabalhadores brasileiros.

Um grande abraço a todos!

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Quero aqui deixar o registro do pronunciamento de V. Exa., nobre Senador Ireneu Orth, que, à luz da sua experiência e da sua observação – V. Exa., que está no exercício do mandato de Senador da República –, demonstra uma permanente preocupação com as causas nacionais, claro, debruçado sempre sobre o seu estado, o Rio Grande Sul, mas em nenhum momento deixando de se dedicar também às causas nacionais. Quero parabenizar V. Exa. por esse pronunciamento. (*Pausa.*)

A Senadora Zenaide tem a palavra.

V. Exa. se inscreveu neste exato momento e, estando conectada, dispõe de dez minutos. (*Pausa.*)

A Senadora Zenaide não está conseguindo completar a conexão. (*Pausa.*)

Continuamos a sessão.

Farei um breve pronunciamento sobre o Dia do Trabalhador e, em seguida, gostaria de pedir à área



técnica que trabalhasse para fazermos a conexão da Senadora Zenaide Maia.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Para discursar - Presidente.) – Minha gente, amanhã, nós celebramos o Dia Internacional do Trabalho, uma data que transcende fronteiras e une trabalhadores de todo o mundo em solidariedade e reflexão, sendo celebrado em 150 países.

Em 2024, o Dia do Trabalhador completará 100 anos como feriado nacional no Brasil. A origem da data remonta a um grupo de grevistas que se tornou um símbolo emblemático da luta dos trabalhadores pela redução de jornada de trabalho na cidade de Chicago, nos Estados Unidos, tendo início em 1º de maio de 1886. No Brasil, o 1º de maio ganhou repercussão no final do século XIX, mas só foi oficializado como feriado em 1924, após o decreto do então Presidente Arthur Bernardes. No período do Estado Novo, de Getúlio Vargas, a data se consolidou com movimentos sociais e políticos.

Este dia não é apenas um momento para homenagear as lutas e conquistas dos trabalhadores ao longo da história, mas também para encarar os desafios do presente e do futuro com coragem e determinação.

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) é uma conquista histórica que desempenha um papel fundamental na proteção dos direitos dos trabalhadores no Brasil. Desde a sua promulgação em 1943, a CLT tem sido uma referência legal, essencial, que estabelece os padrões mínimos de proteção trabalhista e as relações entre empregados e empregadores. A importância da CLT reside na sua capacidade de garantir condições dignas de trabalho, promover a segurança e a saúde ocupacional e assegurar direitos básicos aos trabalhadores. Ela abrange uma ampla gama de questões desde jornada de trabalho e salário mínimo até férias remuneradas, licença-maternidade e licença-paternidade e proteção contra demissão arbitrária.

É importante reconhecer que a CLT não é estática e tem passado por revisões ao longo dos anos para se adaptar às mudanças sociais, econômicas e tecnológicas. Foi o que aconteceu em 2017, com a reforma trabalhista, que promoveu mudanças necessárias, como maior espaço para negociações entre trabalhadores e empregados, maior poder de negociações coletivas, fim da contribuição sindical obrigatória, flexibilização da jornada de trabalho, ampliação das modalidades de trabalho e dos seus contratos, entre outros ganhos. Apesar dessas mudanças, os princípios fundamentais de proteção ao trabalhador, como salário mínimo e férias remuneradas, permaneceram inalterados e devem ser preservados e fortalecidos para garantir um mercado de trabalho justo e digno para todo o país.

Atento a esses valores, apresentei o Projeto de Lei nº 1.271, de 2024, que equipara o direito à licença por luto do trabalhador celetista ao do servidor público. Esse projeto amplia de dois para oito dias o período durante o qual o empregado pode deixar de comparecer ao serviço em caso de falecimento de cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos, enteados, menor sob guarda ou tutela e irmãos.

No Brasil, como em muitas partes do mundo, enfrentamos uma série de desafios no mercado de trabalho, que exige nossa atenção e ação imediata.

Um desses desafios é a persistente informalidade. Segundo o IBGE, a taxa de informalidade alcançou 39%, e o número de trabalhadores na informalidade é de 46,4 milhões contra 47 milhões com vínculo – praticamente a metade dos trabalhadores brasileiros não tem vínculo empregatício. Vemos que o número de trabalhadores sem carteira já está muito próximo daquele dos trabalhadores com carteira. É um dado muito preocupante, porque sabemos que a informalidade priva milhões de trabalhadores de direitos básicos, segurança no emprego e acesso a benefícios sociais, principalmente previdenciários.

Além disso, deparamo-nos com o dilema das vagas de trabalho não preenchidas devido à falta de qualificação profissional dessa mão de obra que precisa ser reciclada e capacitada a cada dia. Dados do Senai apontam que o Brasil precisará formar 4,2 milhões de trabalhadores para a economia digital e novas tecnologias até 2025. Segundo o levantamento, os setores mais necessitados de mão de obra são: mineração e metalmeccânica, logística e transporte, infraestrutura e urbanismo, tecnologia da informação,



eletroeletrônica, automotivo, telecomunicações e energia. Já – segundo a CNI – a necessidade de qualificação para trabalhadores em ocupações industriais é ainda maior: 9,6 milhões de trabalhadores.

Por esse motivo, apresentei o Projeto de Lei nº 2.333, de 2022, o qual cria a Política Nacional de Educação para o Emprego, com o objetivo de que o poder público ofereça à população cursos profissionalizantes alinhados com a demanda do mercado de trabalho por meio da elaboração de um plano nacional quinquenal. Em um país como o Brasil, com índices tão elevados de desigualdade de renda, não podemos admitir que sobrem vagas ociosas no mercado de trabalho e falte qualificação profissional. Essa falta de conexão entre a escola e o mercado de trabalho é um dos motivos para termos 10 milhões de jovens na faixa etária de 15 a 29 anos que não estudam e nem trabalham. Portanto, compete ao Estado brasileiro, à política educacional do país, suprir essa lacuna, que é perigosíssima para um país que já tem mais de 215 milhões de habitantes.

O desafio mais recente tem sido a ascensão dos trabalhadores autônomos de aplicativos, que representam uma nova dinâmica no mundo do trabalho. Embora os aplicativos ofereçam flexibilidade e autonomia, esses trabalhadores muitas vezes enfrentam condições precárias, falta de proteção social e, pior, instabilidade financeira. Estudo do IBGE apontou que o Brasil contava com 1,5 milhão de trabalhadores vinculados a plataformas digitais ou a aplicativos de serviços em 2022 – isso representa quase 2% de toda a população ocupada do nosso país. Preocupado com essa questão, o Poder Executivo encaminhou o Projeto de Lei nº 12, de 2024, que estabelece remuneração mínima por hora aos motoristas de aplicativos, além de indenização pelo uso de infraestrutura própria de trabalho, hora máxima de jornada por plataforma, contribuição mínima à Previdência Social, além de clareza nos procedimentos de desligamento desses trabalhadores. Apesar de o texto partir de uma negociação prévia entre plataformas e setores do Governo, há manifestações contrárias dos motoristas, que reivindicam mudanças. Precisamos estar atentos a esse debate e garantir a esses trabalhadores voz durante o debate desse projeto.

Também enfrentamos uma nova realidade com a ascensão da inteligência artificial e da automação, que prometem transformar radicalmente o mercado de trabalho. Enquanto a inteligência artificial pode trazer eficiência e inovação, ela também traz consigo o temor da substituição de postos de trabalho tradicionais por máquinas. Devemos pensar, como legisladores, nessa questão com responsabilidade e atenção, pois, em futuro próximo, teremos que buscar maneiras de mitigar os impactos negativos da automação e garantir uma transição justa para os trabalhadores afetados.

Com essas reflexões, deixo aqui minha homenagem aos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil. São eles que, por meio do seu trabalho, sustentam suas famílias, fazem compras, pagam impostos e mantêm o Estado e a economia em funcionamento. Neste Dia Internacional do Trabalho, renovemos nosso compromisso com um futuro em que o trabalho seja fonte de dignidade, realização e justiça para todos. Portanto, deixo aqui esse registro.

Acredito que, cada vez que o Governo se debruce sobre a questão de geração de emprego e renda, com a capacitação dos trabalhadores, com a valorização dos trabalhadores e com instrumentos que possam ampliar neste mercado os trabalhadores qualificados, nós estaremos agregando valor para que a economia deste país gigante que é o Brasil possa, na verdade, olhando na linha do tempo, entender que o trabalhador é a pérola mais preciosa de um sistema econômico. Portanto, amanhã, comemoramos o Dia do Trabalhador.

Parabéns a todos os trabalhadores e trabalhadoras brasileiras.

Já estando a Senadora Zenaide Maia lincada com a sessão, eu passo a palavra a V. Exa. para fazer a sua manifestação, tendo o tempo de dez minutos.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. *Por*



videoconferência.) – Sr. Presidente, está me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Sim.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para discursar. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, colegas Senadores, colegas Senadoras e todos que nos assistem, ouvi bem a fala do nosso Presidente Chico Rodrigues e concordo com o senhor. Inclusive, quarta-feira passada, a gente teve a abertura e elegemos o Presidente da Comissão Mista de Orçamento e o Relator, que é o nosso Senador Angelo Coronel, e acho que é hora de a gente discutir educação, recursos para educação.

Nós temos um grande desafio no Orçamento do nosso país. No nosso país, que é a nona economia do mundo, a gente continua tendo que quase 50% do Orçamento ficam para pagamento de dívidas e juros de uma dívida que nunca foi auditada. Na verdade, o Congresso Nacional passa o ano todo discutindo Orçamento, mas é a metade do Orçamento, porque a outra metade já fica com o sistema financeiro, mesmo sem nunca sentar à mesa com o Congresso Nacional.

Aí é onde eu quero falar de educação, para todos que nos assistem. Não se faz educação – nem saúde, nem segurança pública, nem assistência social – sem recursos. Nós discutimos, mas, no fim, nos últimos Orçamentos que eu tenho observado, nós temos 4% destinados à educação pública deste país; 4% para a saúde pública deste país; e – pasmem, brasileiros e brasileiras – menos de 0,5% para a segurança pública. Como se faz segurança pública sem recursos?! É claro que não tem como fazer. É menos de 0,5%!

Estou lembrando aqui que criamos um Susp – o nosso saudoso Senador Major Olímpio fez essa campanha com todos –, criamos um Sistema Único de Segurança Pública, mas temos que nos preocupar com o financiamento para esse sistema de segurança pública.

Eu estou falando de educação e segurança pública porque tem tudo a ver. A gente sabe que enquanto não destinarmos recursos para ter uma educação pública de qualidade com tempo integral para nossas crianças e nossos jovens e adolescentes, nós não vamos conseguir combater a violência, gente, e o mundo todo já sabe disso, nós não estamos inventando a roda. Se não queremos aumentar o número de presídios neste país e não resolver, temos que investir, sim, em uma educação pública de qualidade, em tempo integral, para nossas crianças e nossos jovens. Na maioria dos municípios brasileiros, nos maiores, as crianças, os pais dormem em uma fila para conseguir uma vaga em uma creche.

E também sem uma educação pública, inclusive profissional, como foi falado aqui, nós não vamos oferecer empregos dignos para os nossos jovens. Amanhã é o Dia do Trabalhador, por isso eu retorno ao Orçamento. É hora de o Congresso Nacional e o Poder Executivo reunirem-se com o sistema financeiro, com os bancos e pedir, fazer acordo para deixar pelo menos, em vez dos 45% a 50% do orçamento deste país, que fique para a gente aumentar os recursos da educação, da segurança pública, da saúde pública e investir em infraestrutura, gente.

A gente fala muito em atrair investidores. Investidores querem ferrovias, rodovias, querem investimento em infraestrutura, querem segurança pública e querem pessoas qualificadas para exercer... E aí nós voltamos à educação, recursos para educação, sim. Nós podemos aprovar os projetos de lei mais modernos que possam existir, nós temos o Fundeb, mas se a gente não financiar, não tem milagre. Nós temos milhares de escolas neste país que não têm sanitário, milhares de escolas cujos alunos fazem rodízio, porque não tem nem carteira para todo mundo; milhares de escolas que estudam com esses extremos climáticos. Aqui no meu Nordeste, com temperaturas que chegam a 40 graus, como é que o aluno permanece na sala de aula?

E, ao mesmo tempo, oferecer trabalho para as nossas famílias. O trabalhador brasileiro oferece aqui ao Estado brasileiro, a todos nós aquilo que ele tem de mais digno, que é sua força de trabalho, para alimentá-lo e a sua família. Então, cabe a nós do Congresso, um dos Poderes, unir os Poderes e a sociedade



civil na defesa da educação de qualidade para que nossos jovens e nossas jovens tenham empregos dignos e para que consigam alcançar esse patamar.

Já lhes desejo um bom Dia do Trabalhador amanhã. E os parabênzo, porque quem gera riqueza é trabalho, nada gera riqueza a não ser o trabalho. Por isso, minha reverência e o meu aplauso para aqueles brasileiros e brasileiras que trabalham de sol a sol. Mesmo tendo sido retirados seus direitos com a reforma da CLT, eles continuam ali com dignidade, lutando para prover o sustento de suas famílias.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Senadora Zenaide Maia, V. Exa., que é uma Senadora dedicada, estudiosa, que tem conhecimento do cotidiano das pessoas, não apenas no seu Estado, o Rio Grande do Norte, mas em todo o país, se pronuncia e eleva a sua voz com a participação extremamente certa, mostrando exatamente que a educação pública e a segurança são quase uma relação biunívoca, para que se possa efetivamente dar esperança, levar esperança à população brasileira, quando os governos desenvolvem práticas que possam, na verdade, mitigar aqueles problemas conceituais já antigos e conhecidos e desenvolver programas que possam efetivamente levar, ao longo do tempo – pois sabemos que isso é impossível de uma forma mágica –, pelo menos o sentimento da mudança, das modificações, no sentido de nós termos uma segurança pública, uma segurança para a sociedade com eficiência e uma educação pública de qualidade, que transforma obviamente, progressivamente, em um país desenvolvido.

E hoje a gente percebe, só para citar um exemplo, o caso de três estados do Nordeste: Sergipe, Piauí e Paraíba, que são os estados mais seguros do Nordeste hoje, o que, na verdade, no meu entendimento, serve de inspiração para os demais estados não apenas do Nordeste, mas para todos os estados brasileiros, para que possam ter, no espelho, como exemplo, que ações são desenvolvidas, no sentido da redução progressiva e continuada da regressão dos índices de criminalidade. Portanto, a sensação de segurança mostra exatamente que a população vive mais feliz.

Portanto, cada tópico em que V. Exa. se manifesta mostra exatamente, primeiro, o seu conhecimento; segundo, a sua sensibilidade e, terceiro, o exercício do seu mandato como Senadora preocupada com as grandes questões nacionais.

Portanto, parabéns a V. Exa. pelo pronunciamento, pela forma didática com que manifesta o seu pensamento. Tenho certeza de que, assim, o Parlamento brasileiro e o Senado da República, com os seus representantes, vão construindo uma forma de transformar para melhor este país para deixarmos como herança para os nossos filhos, os nossos netos e aqueles que virão depois.

Portanto, parabéns a V. Exa.

Não havendo mais oradores presentes, a Presidência suspende a sessão deliberativa, que será reaberta para a apreciação das matérias constantes na Ordem do Dia.

(A sessão é suspensa às 15 horas e 28 minutos e reaberta às 17 horas e 24 minutos, sob a Presidência do Sr. Rodrigo Pacheco, Presidente.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Está reaberta a sessão.

Eu me dirijo aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras para fazer um triste registro, pois é com grande pesar que participo a Casa do falecimento, no último domingo, dia 28 de abril, aos 49 anos de idade, do ilustre advogado Juliano Costa Couto, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Distrito Federal, no período de 2016 a 2018, que infelizmente lutava contra um câncer.

Nascido em 13 de fevereiro de 1975, em Minas Gerais, Juliano era advogado e professor universitário. Formou-se em Brasília, pela Universidade do Distrito Federal, era mestre em Direito Constitucional e



Processo Constitucional pelo Instituto de Direito Público (IDP) e pós-graduado em Processo Civil pela Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal.

Ao longo de sua carreira, Juliano Costa Couto ocupou diversas posições de destaque no cenário jurídico e institucional do Brasil. Além de Presidente da OAB-DF, foi membro da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e Presidente da Comissão de Assuntos Constitucionais da OAB-DF, demonstrando um compromisso sólido com a defesa dos direitos fundamentais e com a consolidação das instituições democráticas.

Sua gestão à frente da OAB-DF foi marcada por iniciativas voltadas para a valorização da advocacia, a promoção do acesso à Justiça e a defesa das prerrogativas dos advogados. Durante seu mandato, Juliano Costa Couto demonstrou compromisso firme com a ética e a transparência na administração pública, além de advogar pela independência do sistema judiciário e pelo respeito ao Estado de direito.

Para além de suas contribuições na OAB-DF, Juliano Costa Couto também é reconhecido por seu trabalho acadêmico e por sua participação em importantes debates sobre questões legais e sociais no Brasil. Sua trajetória reflete um profundo comprometimento com a Justiça e os valores democráticos, deixando um legado significativo no campo do direito e da advocacia.

Juliano deixa a esposa, Aline, e dois filhos, aos quais, em nome do Senado Federal, transmito as mais profundas condolências pela perda prematura e inestimável.

Também faço um registro, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, acerca do nosso sempre Presidente José Sarney, figura central na nossa história política brasileira, que completou 94 anos de vida no último dia 24 de abril.

Sua trajetória é marcada por uma longa e influente carreira, que incluiu a Presidência da República durante um período crucial de transição democrática.

Sarney foi líder importante na redemocratização do país após anos de regime militar. Sua vida pública foi repleta de desafios, de diversas controvérsias nacionais que ele foi capaz de dirimir. Seu legado perdura, e ele permanece como uma figura emblemática na política brasileira. Ao longo de suas décadas de serviço, José Sarney deixou uma marca indelével no cenário político nacional. Celebramos não apenas os seus 94 anos de vida, mas também sua contribuição para a história do Brasil.

Nossos parabéns ao nosso querido, eterno e sempre Presidente José Sarney.

A Presidência informa também ao Plenário que a nova página da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), agora hospedada no Portal do Congresso Nacional, está disponível para acesso por toda a sociedade brasileira.

Essa nova página foi desenvolvida com o esforço conjunto de servidores da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, e com a participação ativa dos usuários da página, incluindo prefeituras, gabinetes parlamentares, ministérios, consultorias e sociedade civil. Foram esses usuários que contribuíram significativamente com o projeto, testando protótipos, fazendo apontamentos e dando sugestões.

Na nova página da CMO, o cidadão encontrará informações detalhadas sobre a composição do Colegiado e as atividades de seus comitês e subcolegiados. Além disso, encontrará informações referentes a prazos, pautas e resultados das reuniões, bem como terá acesso a todas as matérias e expedientes de competência da Comissão Mista de Orçamento.

Dar transparência ao processo legislativo orçamentário, por meio do acesso e da prestação de informação clara e acessível a todos os cidadãos, é compromisso permanente do Congresso Nacional brasileiro.

A Presidência agradece a todos que colaboraram com esse projeto e convida Parlamentares, cidadãos e cidadãs a visitarem a nova página da CMO, que pode ser acessada a partir do Portal do Congresso



Nacional.

Por fim, eu gostaria de comunicar ao Plenário que, não obstante a publicação da pauta desta semana, considerando que se trata de uma semana de sessões semipresenciais do Senado Federal, nós retiraremos da pauta a Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 2023, justamente para que a discussão se dê pelo sistema presencial, e não pelo sistema semipresencial – que foi inclusive um compromisso feito por mim na reunião de Líderes.

Portanto, fica retirado de pauta o item 1, a Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 2023, e, consequentemente, não é contada esta sessão como uma sessão de discussão.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Há também uma solicitação do eminente Relator do item 4, que é o Projeto de Lei 4.015, de 2023, que é de autoria do Deputado Roman, que altera o Código Penal, a Lei dos Crimes Hediondos, a Lei Geral de Proteção de Dados, para reconhecer como atividade de risco permanente as atribuições inerentes ao Poder Judiciário e ao Ministério Público e garantir aos seus membros medidas de proteção, bem como recrudescer o tratamento penal destinado aos crimes de homicídio e de lesão corporal dolosa contra eles, desde que no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente, inclusive por afinidade, até o terceiro grau, em razão dessa condição.

Esse projeto foi apreciado na Comissão de Constituição de Justiça e há uma solicitação do Relator, Senador Weverton, para que seja retirado de pauta e reincluído na pauta da próxima semana.

Não havendo objeção do Plenário, então, também fica retirado o item 4 da pauta, o Projeto de Lei 4.015, de 2023.

Com a palavra, pela ordem, a Senadora da Damares Alves.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Presidente, eu só quero me somar ao senhor, aos votos de pesar pelo falecimento do Dr. Juliano. Foi uma grande perda. O Poder Judiciário, os advogados, todos, foi uma comoção muito grande, o que mostra o quanto o Dr. Juliano era querido e respeitado no Distrito Federal.

Quero transmitir um abraço à família, aos amigos, aos parentes, e está aí sobre a mesa também, Presidente, o meu Requerimento 274, onde eu também estou fazendo um pedido de voto de pesar pelo falecimento do ilustre Dr. Juliano.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Obrigado, Senadora Damares Alves.

V. Exa., com toda legitimidade, como representante do Distrito Federal, portanto, eu tomo o voto de pesar de V. Exa. como o principal e faço a adesão do meu voto de pesar ao de V. Exa. em relação ao falecimento do nosso querido Juliano Costa Couto.

Realmente, uma morte muito precoce, prematura de alguém muito competente, de muito boa índole e que sempre se relacionou muito bem com todos nós.

Fica feito o registro do voto de pesar encaminhado à família e à Ordem dos Advogados do Brasil.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Carlos Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, eu tive que atender uma ligação aqui sobre o acordo do Perse, e eu acho que V. Exa. já falou. Eu só queria confirmar, porque eu tenho uma questão de ordem nos arts. 403, 404 do Regimento, para que não seja contada a sessão de quinta-feira – porque era extraordinária – a respeito da PEC 10. Acho que V. Exa. – eu não entendi bem, porque eu estava com um ouvido de um



lado; e o outro, do outro – disse que não vai contar, não é? É isso?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Senador Carlos Portinho, a Presidência retirou da pauta o item 1, a PEC 10, de 2023. Portanto, a sessão de hoje não é contada como sessão de discussão, justamente porque fizemos um acordo em relação à proposta de emenda à Constituição para que façamos a discussão pelo sistema presencial, e também foi retirado de pauta o item 4, não é? E, evidentemente, a sessão semipresencial de quinta-feira também não contará como prazo de discussão da proposta de emenda à Constituição – da próxima quinta-feira.

Senador Carlos Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para questão de ordem. *Por videoconferência.*) – Então, Sr. Presidente, eu vou manter a questão de ordem sem prejuízo naturalmente da composição futura sobre a PEC. Mas a questão de ordem é com base nos arts 403 e 404 do Regimento. Por quê? A sessão de quinta-feira passada foi convocada como sessão extraordinária, mas ela foi realizada como ordinária, e isso fere o Regimento, até porque a convocação era para extraordinária – é para não contar a sessão de quinta-feira passada.

Eu acho que, então, não há prejuízo, se a gente está aí numa composição, até para a gente respeitar. A convocação era extraordinária. Eu fui correndo para o Plenário porque mudaram para ordinária, mas mudaram quando ela começou. Isso não é admitido aqui pelo Regimento, até por uma questão de lealdade. A convocação que eu tenho aqui é como extraordinária na quinta-feira passada. Então, ela não pode ser considerada ordinária, *data maxima venia*, independente do mérito e independente de uma composição.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG. Para responder questão de ordem.) – Eu vou recolher a questão de ordem de V. Exa. até para compreendê-la melhor, Senador Carlos Portinho, e a Presidência decidirá o mais breve possível.

O fato é que as sessões de quinta-feira têm a natureza de extraordinárias em função de não serem às 16h ou às 14h, com a deliberação da Ordem do Dia às 16h.

Nós convencionamos, por acordo de Líderes e acordo de procedimentos, que as sessões de quintas-feiras serão sempre, ordinariamente, realizadas às 11h de quinta-feira, embora elas tenham natureza extraordinária, porque difere do Regimento. Mas ela não é uma sessão imprevisível ou uma sessão que foi feita com essa finalidade. Todas as quintas-feiras, nós temos sessão exatamente às 11h da manhã, para evitar que sejam sessões à tarde. Isso foi convencionado por todos os Líderes e todos os Senadores e Senadoras. Acho que todos concordam com isto: que as sessões de quinta sejam pela manhã e não no período da tarde.

De qualquer forma, recolho a questão de ordem, até para nós fixarmos esse precedente importante, para ter também a segurança jurídica e legislativa desse processo legislativo, para que isso possa ser aplicado a todas as propostas de emenda à Constituição e não especificamente a essa.

Fica recolhida a questão de ordem do Líder Carlos Portinho, para decisão breve da Presidência do Senado.

Com a palavra, o Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Presidente, rapidamente, primeiro eu quero aqui registrar minha solidariedade a V. Exa. pelos últimos acontecimentos e por ter defendido as prerrogativas desta Casa com bastante fidalguia e com bastante correção.

Mas em relação ao PL 4.015, sem embargo de nenhum problema em relação à retirada de pauta, havia concomitantemente um requerimento de urgência aprovado pela CCJ. Como esse tema são regras que tratam da segurança de agentes da lei, que muitas vezes estão na linha de frente em relação ao crime organizado, eu gostaria de requerer que fosse votado o requerimento de urgência ou, eventualmente, se nós



pudéssemos ter também o compromisso de ser votado, na próxima terça-feira, o próprio projeto, também resolveria.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Perfeito, Senador Sergio Moro, não há problema nenhum em pautar o requerimento de urgência. Mas há o compromisso da Presidência, diante do pedido de adiamento do Relator, de incluir o item 4 da pauta, o Projeto de Lei 4.015, de 2023, na pauta de terça-feira da semana que vem, mas podemos. Se o Plenário concordar, podemos votar o requerimento de urgência que foi aprovado.

O Plenário é o Senador Rogerio Marinho, o Senador Hamilton Mourão, Senador Jaques Wagner, Senador Portinho, Senador Sergio Moro – obviamente que alguns colegas podem estar conectados – e Senadora Damares Alves.

Mas eu consulto V. Exa., Senador Sergio Moro, se o compromisso de pauta para a próxima terça-feira do projeto, satisfaz, se é o suficiente ou se V. Exa. ainda deseja o requerimento de urgência apreciado.

Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. *Por videoconferência.*) – Não, eu fico satisfeito, bastante satisfeito, Presidente. E sei da sua palavra e do seu compromisso, então é bastante suficiente. Não tem necessidade. Eu retiro essa solicitação então.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Perfeito. Obrigado, Senador Sergio Moro, inclusive pelos votos de solidariedade. Também agradeço a V. Exa.

Fica então o compromisso da Presidência da inclusão do Projeto de Lei 4.015, de 2023, retirado de pauta hoje a requerimento do Relator, na pauta da próxima terça-feira do Senado Federal –, dia 7 de maio.

Com a palavra, o Senador Esperidião Amin, pela ordem.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Eu só estava oferecendo o meu apoio à solicitação do Senador Sergio Moro, que V. Exa. já atendeu, de forma que – boa tarde! – prossiga.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Obrigado, Senador Esperidião Amin.

Prosseguindo, então, declaro encerrado o Período do Expediente e aberta a Ordem do Dia.

Início da Ordem do Dia.

Anuncio o item 2 da pauta.

Projeto de Lei 1.026, de 2024, dos Deputados Federais José Guimarães e Odair Cunha, que altera a Lei 14.148, de 2021, para estabelecer alíquotas reduzidas no âmbito do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse).

Perante a Mesa foram apresentadas as Emendas nºs 1 a 13, já disponibilizadas na tramitação da matéria, que serão encaminhadas à publicação. **(Vide Item 2.2.1 do Sumário)**

Foi apresentado o Requerimento nº 271, de 2024, de iniciativa de Líderes, que solicita urgência para



a matéria.

Votação do requerimento.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento de urgência.

A matéria depende de parecer.

Faço a designação da nobre Senadora Daniella Ribeiro para proferir parecer de Plenário.

Com a palavra, pela ordem, Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Pela ordem.) – Sr. Presidente, gostaria de falar, mas, só para economia processual do andamento dos trabalhos, vou aguardar o término deste primeiro projeto. Em seguida, gostaria de falar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Perfeitamente, Senador Rogerio Marinho.

Nós estamos aguardando a Senadora Daniella Ribeiro. (*Pausa.*)

Com a palavra, pela ordem, o Líder Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Pela ordem.) – Presidente, é só para esclarecer sobre o ponto de pauta, aqui aguardando a Senadora Daniella Ribeiro.

É preciso relatar que havia de início, quando a matéria veio à baila, uma contrariedade do Governo Federal, na medida em que entendia que o Perse foi criado para uma situação absolutamente atípica e emergencial, que foi o advento da covid, e que, portanto, cessado esse advento, se entendeu que deveria voltar ao normal, mas a vida democrática é isso. A Fazenda e outros setores do Governo sentaram com o setor empresarial responsável, e, como tudo na democracia, não foi nem aqui nem ali, foi no meio do caminho, e houve o consenso ou o acordo possível.

Evidente que hoje é dia 30 de abril. Então, reparem... E aí eu falo muito mais em nome do acordo feito e, evidentemente, da parte empresarial que tem interesse de que a matéria possa ser sancionada no dia de hoje para que possa surtir o efeito desejado pelo segmento empresarial. Eu estou falando isso... A Relatora chegou e falará melhor do que eu, mas era apenas para esclarecer que, do ponto de vista do Governo, o Governo acolhe o pedido do segmento empresarial no sentido de que, se possível, a gente consiga votar hoje, para poder ir para a sanção, mas aqui já vou encerrar minha fala, porque quem de direito pode falar é a Relatora.

Só agradeço a possibilidade de dar esse esclarecimento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Com a palavra, a Relatora, Senadora Daniella Ribeiro, para emitir o seu parecer. (*Pausa.*)

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PB. Para proferir parecer.) – Sr. Presidente Rodrigo Pacheco, colegas Senadores e Senadoras – alguns que nos acompanham também pela sessão híbrida –, primeiro, quero agradecer, mais uma vez, a confiança na designação do relatório do Perse, programa criado para socorrer o setor de eventos por força da pandemia que tem dado resultados eficazes e plausíveis para o nosso país, para aqueles setores que foram, querida Senadora Damares, os primeiros a parar e os últimos a voltar.

E a imprensa hoje, o dia inteiro, buscou informações acerca do relatório, Sr. Presidente. Tinha um relatório que foi posto no sistema, mas, diante de tantos apelos por parte do setor bem como da dificuldade de uma sessão híbrida, que vários colegas Senadores estão acompanhando pela via remota – alguns estão fora –, do apelo do Governo, Senador Jaques Wagner e Senador, colega também, Randolfe,



pelo entendimento e, principalmente, do apelo do setor...

E aqui eu quero parabenizar o trabalho que foi realizado pelo Deputado Felipe Carreras, autor do projeto que criou o Perse, e pela Deputada Renata Abreu.

Ontem, não só fizemos reuniões pela manhã, no meu Estado da Paraíba, com representantes do setor como também, às 18h, tivemos uma reunião da qual quase cem segmentos participaram para tirar dúvidas ou para dar sugestões sobre aquilo que fosse possível fazer dentro deste momento aqui no Senado.

E assim o fiz, apresentando quatro modificações, entre elas, a atualização da inflação e a questão de deixar fora as judicializações para que não fosse atingido o recurso dos R\$15 bilhões, recurso esse que foi definido para o Perse – eu posso dizer novo e último, se Deus quiser, Perse, que vai permanecer.

Aquiescemos justamente pelos pontos que coloquei, mas, principalmente, pelo setor. Por causa do setor, preocupado com o tempo, preocupado com a necessidade de que o programa não sofra mais solução de continuidade, é que, Sr. Presidente, nós apresentamos o relatório que veio da Câmara dos Deputados...

E eu peço, por já haver um relatório constando no sistema, Sr. Presidente...

Recebemos várias emendas, as quais, por força dessa decisão, não acatamos.

Eu gostaria de, por último, por fim, parabenizar a todos aqueles guerreiros e guerreiras do setor de eventos, todos aqueles que contribuíram. Aqui, esta Casa foi sempre parceira, Sr. Presidente, e V. Exa. foi sempre extremamente atuante. E que aqui se faça justiça no que diz respeito à defesa desse setor no programa que é o Perse. Parabenizo também os atores na Câmara dos Deputados e aqueles que... E eu me lembro muito bem aqui, olhando para o Senador Randolfe, de que foi um dos grandes defensores também do Perse e que aqui nesta tarde se faz presente.

Eu queria trazer a tranquilidade para o setor de que o relatório apresentado é o relatório que foi construído na Câmara dos Deputados. Mantivemos o mesmo relatório, ressaltando duas emendas de redação, Sr. Presidente.

Se for possível, eu acho que eu nem vou ler o relatório, porque todo mundo tem... Pode ser? Já está lido?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Eu pergunto ao Líder da Oposição e ao Líder do Governo se é o suficiente.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – V. Exa. poderia só destacar as emendas?

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PB) – Sim. Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Tem aí? Imprimiu?

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PB) – Em Plenário foram apresentadas 12 emendas.

A Emenda nº 1, da Senadora Soraya Thronicke, objetiva a inclusão do Cnae 5620-1/01 – fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para empresas – no rol das atividades beneficiárias do benefício tributário previsto na Lei nº 14.148, de 2021.

A Emenda nº 2, de autoria da Senadora Professora Dorinha Seabra, busca inclusão das atividades de produção de filme para publicidade.

A Emenda nº 3, de Plenário, de autoria do Senador Laércio Oliveira, procura incluir no programa a



categoria de produção audiovisual publicitária.

A Emenda nº 4, da Senadora Soraya Thronicke, visa a incluir os motéis no Perse– Cnae 5510.

Já a Emenda nº 5, de Plenário, da Senadora Professora Dorinha Seabra, procura reincluir a atividade de produção de filme para publicidade e incluir as atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão, atividades de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas, e distribuição cinematográfica, de vídeo e de programas de televisão no rol das atividades abrangidas no Perse.

A Emenda nº 6, de Plenário, do Senador Esperidião Amin, também reinclui as atividades de produção de filmes para publicidade no rol das atividades abrangidas pelo Perse.

A Emenda nº 7, de Plenário, também da Senadora Soraya Thronicke, inclui no Perse a atividade de transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional.

A Emenda nº 8, de Plenário, do Senador Zequinha Marinho, objetiva incluir no Perse os serviços de fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para empresas.

A Emenda nº 9, do Senador Carlos Portinho, visa a excluir o §12 do art. 4º na redação conferida pelo art. 1º do PL. Esse parágrafo estabelece que as pessoas jurídicas beneficiárias do Perse tributadas com base no lucro real ou no lucro arbitrado... A alíquota reduzida a zero será restrita à Cofins e à contribuição para o PIS-Pasep durante os exercícios de 2025 e 2026.

A Emenda nº 10, de Plenário, do Senador Carlos Portinho, visa a incluir as atividades de museus, de exploração de lugares e prédios históricos e atrações similares no Perse.

As Emendas nºs 11 e 12, de Plenário, do Senador Eduardo Gomes, possuem a mesma finalidade das Emendas nºs 2 e 5, de Plenário.

Vistas, em linhas gerais, as modificações que se pretendem obter com a aprovação do PL, passa-se à análise do seu conteúdo.

Conforme, Sr. Presidente, colocado anteriormente, visando àquilo que foi acordado para que isto não voltasse para a Câmara dos Deputados, nós rejeitamos as emendas, mas com fundamentação... V. Exa. quer que eu leia essa fundamentação?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Eu consulto V. Exa., Senadora Daniella Ribeiro, em relação à redação do art. 4º-B – “b” de bola.

V. Exa., parece-me, fez um acréscimo de um apostrofo, abro aspas: “quando passará a ser exigível a habilitação”. Eu consulto V. Exa. – porque isso pode suscitar algum tipo de dúvida sobre se se trata de emenda de mérito ou não – se, eventualmente, nós não poderíamos atingir o mesmo propósito que V. Exa. buscou com outra redação, ou mesmo com a supressão, porque o próprio artigo já se refere à habilitação prévia. Então, é apenas esta ponderação no art. 4º-B: se é possível fazer a manutenção do texto original, que eu acho que já cumpre bem a finalidade, para evitar dúvida e risco de judicialização.

O SR. JAKUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Pela ordem.) – Se V. Exa. me permite, eu até conversei um pouquinho antes com a Senadora Relatora Daniella Ribeiro e acho que já está no texto evidentemente... A vontade era explicitar mais, mas, se essa explicitação for suscitar dúvida, isso vai acabar trabalhando ao contrário do que o próprio setor demanda que seria tentarmos encerrar hoje para ir para o veto... Perdão, para a sanção!

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PB) – Deus me livre, Jaques!

O SR. JAKUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Ato falho, ato falho. Não vamos vetar nada, já está acordado.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PB) –



Olhe, Senador! Senador...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Eu não sabia que estava assim. (*Risos.*)

O SR. JAKUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Ato falho, Presidente!

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PB) – Líder... (*Risos.*)

O SR. JAKUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Desculpe-me, foi um ato falho. Perdoem-me, eu posso errar, não é? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – O Senador Jaques Wagner tem crédito para cometer ato falho.

O SR. JAKUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu corrijo. *Data venia*, eu não quis dizer isso.

É apenas para dizer que, concordando com o Presidente, eu acho melhor não fazer isso, porque, se vai suscitar dúvida, aí nós vamos entrar em um debate, vai voltar para a Câmara... É a minha opinião.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PB) – Sr. Presidente, a nossa assessoria, inclusive quando eu subia aqui para a tribuna...

Não saia, não, Senador Jaques, que V. Exa. vai assumir de público, porque não tem isso... (*Risos.*)

Era justamente para que a assessoria pudesse encontrar um texto que coubesse, mas em que não houvesse dúvida com relação à emenda redacional, mas, havendo essa dúvida e não encontrando esse texto, eu prefiro, para que não haja prejuízo, retirar do texto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Portanto, a eminente Relatora... (*Pausa.*)

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PB) – Pois não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – A eminente Relatora mantém o texto original do art. 4º-B, nos seguintes termos:

Art. 4º-B. A fruição do benefício fiscal previsto no art. 4º desta Lei é condicionada à habilitação prévia, no prazo de 60 dias (sessenta) dias a contar da regulamentação deste artigo, restrita exclusivamente à apresentação, por plataforma eletrônica automatizada da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, dos atos constitutivos e respectivas alterações.

Esse é o texto original, que fica, então, mantido pela eminente Relatora. E, com isso, não há dúvida em relação a se tratar de emenda de mérito ou não.

Apenas para a compreensão de todos, isso é o preço ou o custo que se paga de se levar direto ao Plenário a votação de um projeto, sem passar pelas Comissões, o que nós fizemos como compromisso com o setor de eventos do Brasil, para que pudéssemos dar agilidade, ainda no mês de abril, para a aprovação deste projeto. E é por isso que precisamos fazer este diálogo aqui, em relação à redação.

Senadora Daniella Ribeiro.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PB) – Igualmente, Sr. Presidente, e eu gostaria de deixar o registro aqui da sua participação no que diz respeito à preocupação com o setor, preocupação essa que V. Exa. externou durante todo esse percurso, por telefone, para mim, como Relatora, quando eu pedia e, algumas vezes, ponderava para que a gente pudesse ter mais tempo para discutir e avaliar algumas questões. Justamente por esse mesmo entendimento do setor, por entendermos e acordarmos na defesa do setor de eventos – bem como os colegas Senadores e Senadoras –,



é que fizemos isso.

Quero agradecer aqui aos Líderes também pelo requerimento de urgência para o Plenário.

Sr. Presidente, há uma emenda que acaba de chegar do Senador Magno Malta, que inclui CNAEs sobre albergues e pensões, e que igualmente rejeitamos, nos termos do parecer. **(Íntegra do Parecer nº 36/2024-PLEN-SF - Vide Item 2.2.1 do Sumário)**

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Obrigado, Senadora Daniella Ribeiro, que já concluiu o seu parecer. Quero, também, agradecer a dedicação de V. Exa. neste parecer em Plenário. V. Exa., que foi Relatora do então PL 3.856, que instituiu o Perse no Brasil na época da pandemia, fez um excelente trabalho naquela ocasião e repete a relatoria agora, neste momento de prorrogação, com muita maestria e com a compreensão, também, do senso de importância e urgência de esta matéria ser levada à sanção.

O parecer é favorável ao projeto e contrário às demais emendas.

Completada a instrução, passamos à discussão da matéria.

Para discutir, concedo a palavra ao Líder Carlos Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, meus colegas, eu vou abrir mão, naturalmente, Senadora Daniella, das minhas emendas e dos meus destaques, embora ache que havia um campo maior até para essa negociação.

Eu fico triste só porque o Governo conseguiu dividir o setor. Entregaram a cabeça de uns para salvar a cabeça de outros, mas não sou eu que...

Eu represento aqui, além do estado, os setores, e, se os setores, na sua maioria, estão de acordo, não sou eu que vou atrasar a evolução do projeto.

Mas eu quero só registrar que sinto muita falta do CNAE que foi retirado dos museus. Museu? Poxa, pelo amor! Então, se todos, na verdade, retirarem – vou deixar claro –, se todos retirarem seus destaques e suas emendas, para que a gente possa ir para a sanção direto, sem voltar à Câmara, não sou eu que vou atrapalhar. Se, por acaso, restar alguma emenda, eu vou manter a minha. Mas se o interesse do setor é esse, ainda que tenham entregue a cabeça de alguns, não sou eu que ficarei contra. Espero só a manifestação dos meus outros colegas que têm emendas, se eles também vão retirá-las, porque, se retirarem, eu o farei também.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Senador Carlos Portinho, se V. Exa. retirar o seu destaque, não remanesce mais nenhum destaque em relação a essa matéria. *(Pausa.)* **(Requerimento nº 282/2024 - Vide Item 2.2.1 do Sumário)**

O Senador Esperidião Amin pede a palavra pela ordem.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Eu peço a palavra, Sr. Presidente, para fazer duas observações.

A primeira é para dizer que eu subscrevo o que o Senador Carlos Portinho falou. Também sou autor de uma emenda que não inclui nenhum setor, pelo contrário, apenas reinsere um setor que constava do inicial do projeto. Portanto, também não pretendo retardar a aprovação do projeto com uma decisão de permanecer solicitando destaque ou coisa que o valha, mas quero apenas fazer uma reflexão e pedir a sua atenção para ela.

O senhor sabe que a minha posição a respeito da Medida Provisória 1.202 era de devolução. Eu respeito o caminho que se tomou, mas faço aqui uma pequena reflexão. Esses 15 bilhões que são, afinal, o limite de consenso, portanto, o limite em que houve consenso entre o Legislativo e o Executivo, naturalmente, teve oferecidos os recursos originários para a sua composição. É o que eu suponho, diante da recente decisão do Ministro Cristiano Zanin, ou seja, no zelo pela aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal, eu suponho que os 15 bilhões, que são a provisão para o Perse atual tiveram também os seus



recursos originários oferecidos nessa composição que nós estamos a aprovar.

Deu para entender?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Perfeitamente, Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência.*) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Agradeço a V. Exa.

Já considero, então, a discussão feita pelo Senador Esperidião Amin.

Eu consulto o Senador Carlos Portinho, então, porque houve a consulta em relação aos destaques. (*Pausa.*)

Senador Portinho. (*Pausa.*)

Para discutir, Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para discutir.) – Sr. Presidente, após a discussão, eu pediria a V. Exa., entre um e outro projeto, para também dar uma palavrinha pela ordem. Eu pediria a benevolência de V. Exa.

Em relação ao projeto, primeiro, quero elogiar o trabalho feito pela Senadora, por sua sensibilidade, inclusive de entender que este é um momento importante e que setores dinâmicos da nossa economia precisam desse *fizzle out*, dessa desmobilização gradual, para que possamos retomar a normalidade que foi perdida por ocasião da pandemia.

Então, parabéns pelo trabalho de V. Exa., pelo trabalho que foi feito por todos os nossos pares aqui, no Senado da República, que foi precedido pelo trabalho na Câmara, pelo Deputado Carreras e pelos demais que estavam envolvidos no tema, mas é importante, Senadora, resgatar uma história recente que talvez o distanciamento histórico ao longo dos próximos anos possa fazer justiça.

Nós fomos acometidos, eminente Senadora, por uma pandemia que, se nós guardarmos alguma analogia, alguma comparação, foi como a gripe espanhola de 1918. Assim foi a pandemia que ocorreu em 2020 e 2021, do covid. O mundo não estava preparado e reagiu das mais diferentes formas em relação a esse tema.

O Governo, naquela oportunidade, sem nenhuma referência de crises anteriores, sem nenhum tratado sobre de que forma se debruçaria sobre o tema, agiu, junto com este Congresso Nacional, de uma forma que permitiu que a sociedade brasileira e a nossa economia não fossem impactadas com a brutalidade que se imaginava no início desse processo. Estimava-se, o próprio Banco Mundial e o FMI, que nós teríamos uma perda de mais de 10% do nosso Produto Interno Bruto em função da pandemia. E não apenas o Perse que foi ao encontro da necessidade de um setor extremamente dinâmico e sensível da nossa economia, que é o setor de eventos, o setor de turismo, o setor de receptivos, que foi impactado gravemente pela falta de mobilidade das pessoas. E nós estamos vendo aí agora a retomada desse programa, mas já com a sua desmobilização gradual ao longo do tempo, como deve ser. Nós não estamos mais vivendo num momento emergencial, e é importante que o Governo tenha a sensibilidade de que não se corta abruptamente uma situação sem que se cause um trauma, se cause uma dificuldade.

Então, essa negociação que ocorreu aqui é importante, e nós temos que elogiar o trabalho do Congresso Nacional e do setor, que é organizado, buscou o Governo, fez a interlocução junto com os Parlamentares, e chegamos a este término aqui, que, certamente, não é o ideal, mas é o possível neste momento.

Mas quero dizer que é importante lembrar que, além do Perse, teve o Programa do BEm, que permitiu que dezenas, que milhões de trabalhadores brasileiros tivessem os seus empregos preservados,



porque o Governo fez questão de subsidiar os empregadores que mantiveram os empregos mesmo em momentos de dificuldade. Nós tivemos o diferimento, ou seja, o não pagamento de impostos do setor privado, dos entes públicos, dos governos estaduais e municipais. Nós tivemos a abertura de uma série de linhas de créditos para que a economia não colapsasse, e nós tivemos a alternativa de entregar a mais de 60 milhões de brasileiros, 65 milhões de brasileiros o auxílio emergencial de R\$600. Essa foi uma ação coletiva da sociedade brasileira, mas com um líder, que foi o Jair Messias Bolsonaro.

É importante lembrar neste momento, em que nós estamos chegando ao término dessa negociação que V. Exa., Senadora, se encarrega, brilhantemente, de conduzir, através do relatório que a senhora acaba de fazer, e dizer que, ao longo dos próximos anos, nós teremos a oportunidade de debater aqui economia. Nós vamos debater aqui responsabilidade fiscal, que é uma palavra, aliás, duas palavras que estão na moda.

Vemos também, Sr. Presidente, neste momento, o Congresso Nacional fazendo a sua parte, tentando contribuir para que a economia tenha estabilidade, tenha previsibilidade, tenha segurança jurídica. Por isso, eu vou dividir minha fala em duas; agora, em relação ao Perse. E quero dizer a V. Exa. que todos nós aqui, unanimemente, Oposição e Governo, estamos irmanados no sentido de apoiarmos o projeto, de votarmos favoravelmente; mas, entre esse projeto e outro, eu gostaria de falar também de um tema, Sr. Presidente, extremamente importante, que é a independência entre os Poderes e o respeito às decisões exaradas deste Congresso Nacional, legitimadas pelo voto popular.

Então, agradeço a V. Exa., aos meus pares, e, elogiando novamente o trabalho da nossa eminente Relatora, declaro aqui o nosso voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Para discutir, Senadora Janaína Farias.

A SRA. JANAÍNA FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Para discutir.) – Boa tarde, Presidente. Boa tarde, todos os Senadores e Senadoras, presentes ou *online*. Queria aqui parabenizar a nossa querida Senadora Daniella pela relatoria desse programa importante.

E, Presidente, eu queria registrar que está aqui presente o Presidente da ABIH Nacional, que é o nosso Manoel Cardoso. A ABIH é uma entidade que tem 88 anos no Brasil, e nós temos lá um cearense hoje comandando. E coincidentemente é da minha terra, viu, Presidente, de Crateús, é filho de lá, e tem grandes hotéis lá no Ceará. E o Vice-Presidente é do Rio Grande do Norte, está aqui também presente, ele e várias pessoas do setor.

Então, queria aqui parabenizar nossa colega Daniella por essa brilhante relatoria desse programa. É um programa importante. A gente tem aqui dados de que, segundo a frente parlamentar, esse setor representa 4,5% do PIB brasileiro e – em homenagem a amanhã, ao Dia do Trabalhador – ano passado foram gerados 234 mil empregos nesse setor. Então, a importância desse programa para o Brasil, de estar incentivando, mesmo pós-pandemia, esse diálogo entre o Congresso e nosso Presidente, o Presidente Lula, aqui através do nosso Líder esse diálogo...

Então, parabéns pelo relatório. Parabéns ao setor, que tanto lutou aqui no Congresso e no Governo Federal para que permanecesse esse grande projeto. Então, assim, parabéns. Parabéns ao setor, mais uma vez. O Ceará representa muito o desenvolvimento do turismo no Brasil, então a gente fica feliz. Inclusive, na época da pandemia, nós tivemos projetos de lei lá no Ceará também para beneficiar esse setor, o nosso Manoel Cardoso, o Baixinho, o famoso Baixinho lá do Ceará sabe disso. Então, Presidente, quero aqui só parabenizar, parabenizar aqui o nosso Líder, que conduziu brilhantemente, junto com a nossa Relatora, e parabenizar os autores, que vieram da Câmara, o Deputado Guimarães. A gente agradece a todos. Então, parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD -



MG) – Obrigado, Senadora Janaína.

Gostaria de agradecer também, de desejar boas-vindas a todos os nossos visitantes, em especial ao Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis, Manoel Cardoso Linhares, seja muito bem-vindo ao Plenário do Senado, o Baixinho.

Senador Carlos Portinho, eu havia dado a palavra a V. Exa. sobre o destaque, V. Exa. pode fazer uso da palavra.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Todos retirando o destaque, eu retiro também.

Lamento só, Presidente, que a manutenção da medida provisória, como foi dito pelo Senador Esperidião Amin, acabou servindo de instrumento de pressão sobre o Congresso. Eu lamento que as decisões do Congresso tenham sido desafiadas, vez pelo Poder Judiciário, como disse o Senador Rogerio Marinho, vez pelo próprio Executivo. Acho que deve ser a nona oportunidade em que a gente vota o Perse. A gente brigou muito com ele, espero que o setor saiba o que está fazendo com esse acordo, e eu só vou aqui referendar, naturalmente, essa posição, tirando o destaque.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Obrigado, Senador Carlos Portinho.

Com a palavra para discutir, Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para discutir.) – Presidente, é lamentável realmente a gente ter que abrir mão de alguns setores. Aqui no DF mesmo, se você pegar a rede hoteleira, 80% são lucro real, estão ficando fora. As pensões, aqui tem pensão, alojamento, também estão ficando fora.

Eu, quando vi a medida provisória, nós fizemos uma reunião aqui na Liderança, e a nossa posição foi no sentido de devolver a medida provisória, mas o Presidente achou por bem conversar com o Governo para não ficar como se fosse uma atitude mais radical. Mas agora fomos surpreendidos, esta semana, com a ação da Adin promovida pelo Governo com relação à desoneração, exatamente o tema de que tratava a medida provisória.

Então, essas questões, a gente abrir mão das nossas prerrogativas é muito ruim para o Congresso Nacional. É evidente que nós vamos votar a matéria porque, como foi dito aqui, esse setor fez diversas mobilizações, diversos encontros, mas, na prática, a gente está penalizando grande parte do setor, que está ficando fora do acordo que foi construído.

V. Exa. foi a Relatora e conduziu muito bem o projeto, quando nós aprovamos aqui no Senado, depois aprovado na Câmara, depois foi vetado, derrubamos o veto e aí, para nossa surpresa, vem uma medida provisória tratando exatamente do mesmo assunto. E aí começaram então essas conversas, essas negociações, para tirar realmente alguns segmentos, alguns setores do Cnae desse incentivo. Nós vamos ter que buscar uma alternativa para depois discutir o restante que ficou fora, acho que o objetivo agora é aprovar imediatamente, sancionar o mais rápido possível, mas alguns setores, alguns, como eu disse aqui, os alojamentos, essas pensões, são empresas pequenas. E também essa questão de tirar pela tributação e não aceitar quem é do lucro real – quem é do lucro real é que mais emprega e que teve o maior prejuízo –, não se justifica tirá-los desse processo.

De fato, com relação à desoneração, que é um setor que também planejou, fez todo seu planejamento e agora é surpreendido com ação, é uma coisa assim absurda. Acho até que a Adin pode ser discutida com relação aos municípios, porque foi aprovado através de uma emenda, e nós tínhamos aprovado uma emenda constitucional lá atrás, mas que já tinha sido julgado pelo Supremo que a prorrogação era constitucional. Em nome das negociações que foram feitas com o setor, como disse aqui o nosso Líder, Portinho, não



somos nós aqui que vamos impedir ou dificultar a aprovação dessa matéria.

Então, nós vamos votar favoravelmente, evidente, mas rogando ao Governo para que pegue parte desses segmentos que ficaram fora – Senador Jaques Wagner, Senador Randolfe –, em que às vezes o impacto não é tão grande, para considerar, realmente, fazer um novo projeto, alguma coisa nesse sentido.

No mais, quero parabenizar a Relatora pelo relatório.

E vamos votar favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Para discutir, Senadora Damares Alves.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Presidente, eu quero fazer coro aos Senador Izalci e lamentar, Relatora, lamentar os que ficaram fora.

Para o nosso Distrito Federal, o impacto é muito grande. Os pequenos, aqui no Distrito Federal, que tanto precisam, vão ficar de fora; mas a gente vai votar favorável.

A gente vai votar favorável, porque, apesar disso, é o setor que mais emprega mulheres no Brasil, Relatora; e eu sei que isso pesou muito. Mulheres em situação de vulnerabilidade, a gente consegue, na rede hoteleira, acolher. Elas podem trabalhar. Tem sido, assim, dinâmica, essa prática da rede hoteleira.

E eu quero parabenizar o setor, o segmento, pela forma como atuou dentro desta Casa, inclusive, em um momento em que eles achavam que estava tudo perdido. Eles conduziram o diálogo, o debate, trouxeram-nos dados, números, trouxeram-nos fatos que fizeram todos se convencerem de que estavam com a razão, e eu os parabenizo.

Eu quero me dirigir ao segmento: nós estamos chegando a maio, é o maio laranja, é o mês de proteção da criança. Quero todo o segmento com a gente e quero que continue acolhendo as mulheres em situação de vulnerabilidade.

Relatora, parabéns pelo seu trabalho, pela forma como o conduziu. Não é o que nós queríamos – repito. Faço coro ao Senador Izalci: vamos ter que encontrar um outro caminho, mas o seu voto reafirma o desejo do Parlamento.

E, também, votando favorável, a gente manda um recado de que nós queremos a segurança jurídica nesta nação, nós não podemos aceitar mais o que aconteceu nos últimos dias nesta nação: o desrespeito à vontade do Parlamento, à decisão do Parlamento.

Parabéns pela forma como a senhora conduziu, dialogando com todo mundo e fazendo o que é possível agora.

Durante uma pandemia, o Governo anterior fez o impossível; esse, nem o possível está querendo fazer.

Parabéns, Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – A matéria continua em discussão.

Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Passamos à apreciação da matéria.

A Presidência submeterá a matéria à votação simbólica.

Votação do projeto e das emendas, em turno único, nos termos do parecer.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o projeto.

A matéria vai à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Concedo a palavra à eminente Relatora, Senadora Daniella Ribeiro.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PB.



Como Relatora.) – Sr. Presidente, agradecemos, obviamente, a todos os Senadores, colegas Senadores, Senadoras; parabenizamos o setor de eventos e parabenizamos o meu colega, Deputado Federal Felipe Carreras, autor do projeto de lei que criou o Perse.

Eu quero também trazer a lembrança e aproveitar que esta Casa, o Senado Federal, e a Câmara Federal, ou seja, o Congresso Nacional, sem demérito para governos, nem para o atual, nem para o anterior, sempre foi aquele que pegou e abraçou as mãos do setor de eventos durante a pandemia, no pós-pandemia e ainda neste momento. Eu digo isso de forma muito tranquila, porque é uma pauta suprapartidária, Deputado Felipe Carreras, e fico olhando para V. Exa. e lembrando de Pernambuco. Lembro-me, por exemplo, da Paraíba, neste momento, onde nós filmamos, Senador Presidente Rodrigo Pacheco, há pouco tempo, o filme Cangaço Novo, que foi feito no interior da Paraíba, no Cariri, em Cabaceiras, na nossa Roliúde Nordestina.

Sabe o que aconteceu, o impacto positivo, Senador Jaques Wagner? O cinema, durante quatro meses de filmagem, 1,5 mil cidadãos daquele município, município que tem o menor índice pluviométrico do país, mas que sabe sobreviver com criatividade através de uma boa gestão, de uma excelente gestão – Prefeito Tiago, um abraço para V. Exa. –, alugando pousadas, ocupando hotéis e pousadas do município durante quatro meses e aproveitando os cidadãos como figurinistas. Isso tudo significa dizer que é dinheiro, recursos para o município vindos de fora, ainda elevando esse município, que talvez poucos pudessem conhecer no Brasil e no mundo, mas, por força do O Auto da Compadecida, que já foi uma primeira experiência e também foi em Cabaceiras, e agora com a minissérie Cangaço Novo, e outros filmes, como Romance, quando fui Secretária de Estado da Cultura do Estado da Paraíba...

Encontrei, na semana passada, o grande Wagner Moura e dizia para ele da emoção de ter tido, naquele instante, a oportunidade de ver o município paraibano de 4 mil habitantes, mas, quando tem a Festa do Bode Rei, 145 mil pessoas passam, durante um final de semana, naquele município. E a pandemia tomou tudo isso. E quem faz tudo isso? O setor que nós estamos aqui defendendo, que a Câmara defendeu, que o Senado defendeu, que nós estamos votando e que votamos para a continuidade, Deputado Felipe Carreras.

Grande é a homenagem a V. Exa. quando teve a ideia, ao lado do grande amigo Doreni Caramori, que é um guerreiro, que não parou um só instante e, por quatro anos, esteve aqui, ao lado de tantas e tantas associações e segmentos para defender o setor que emprega desde o pequeno... Não é só o artista grande, não; às vezes, olha-se, se pensa ou se diz, sem conhecimento de causa: “Ah, é para atender o grande, é para atender a estrela do país”. Não! É para atender esses pequenos que estão lá, como eu estou contando essa história aqui, história com “h”, verdadeira, no meu Estado.

É por isso que me sinto muito honrada de estar aqui, mais uma vez, mas espero que pela última vez – pela última vez –, assim como todos do setor de eventos, todos que fazem parte do Perse.

Ninguém quer um pires na mão, ninguém quer se humilhar para pedir o que se lutou o tempo inteiro durante esses anos. Se a gente fizesse um filme, e talvez a gente até escreva um livro junto com a nossa querida Renata Abreu, Deputada Federal, grande Renata Abreu, Relatora do Perse, nós poderíamos contar por detrás de tanta arte, que leva o povo a sorrir, que leva o povo a se encontrar, que leva o povo a se abraçar, nós poderíamos contar um dia, Deputado Felipe Carreras, que esta Casa, que este Congresso Nacional fez história mais uma vez.

Para concluir, eu quero pedir, olhando para os olhos do nosso querido Senador Jaques Wagner, Líder do Governo... eu quero pedir, diante de todos que nos assistem neste momento, podem ter certeza, milhares e milhares de cidadãos que são diretamente e indiretamente beneficiados pelo Perse, que o nosso Governo seja célebre na regulamentação desse programa após essa aprovação. Esse é o pedido que aqui,



como Relatora, faço após esta semana, que não foi uma semana fácil, mas de vitória.

Comemorei na Câmara dos Deputados junto com vocês, Deputados e Presidente Arthur Lira, e agora o faço nesta Casa, ao lado do meu Presidente, Senador Rodrigo Pacheco, e dos meus colegas Senadores e Senadoras, dizendo: Viva o Perse! Sim ao Perse!

O Perse não é farra com dinheiro público, o Perse é justiça social para quem trabalha, para quem honra e para quem... Se houve em algum momento, e houve, se houve algum erro durante o processo do percurso, o que com qualquer programa pode acontecer e pode existir, que se coloquem as travas como foram colocadas.

Parabéns por esse trabalho!

E aqui ao Governo, porque junto com o Congresso Nacional encontrou o termo certo para juntos darem as mãos e defenderem esse público e esse setor que tanto merece.

(Soa a campanha.)

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PB)

– E como eu gostaria que este Senado estivesse cheio como estava cheia, na semana passada, a Câmara Federal, para ouvir os gritos de alegria que eu tenho certeza que ecoam em nossos ouvidos, mesmo à distância, mas aqui o telefone não para, de sorrisos e de palmas para a atuação, porque muitas vezes somos injustiçados dentro desta Casa.

Mas eu quero parabenizar e terminar concluindo, dizendo para cada um de vocês: parabéns! E escutem o eco do coração daqueles que batem em casa, à distância, se sentindo valorizados por este momento aqui no Senado Federal, no Congresso Nacional.

Muito obrigada, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Muito obrigado, Senadora Daniella Ribeiro.

Meus cumprimentos a V. Exa., o reconhecimento do Plenário e de todos que aqui estão pelo trabalho que V. Exa. realizou à frente desse projeto importante para o setor de eventos no Brasil.

Registro a presença também entre nós do Deputado Federal Felipe Carreras, que também é um combatente dessa luta e um defensor dessa categoria, dessa classe, que hoje é prestigiada com a aprovação do projeto do Perse.

Seja muito bem-vindo, Deputado Felipe Carreras.

Com a palavra, o Líder do Governo, Senador Jaques Wagner.

O SR. JACQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, apenas para parabenizar, mais uma vez, a Senadora Daniella Ribeiro e o Deputado representando aqui a Câmara dos Deputados, que também trabalhou pela matéria.

Eu penso que aqui é mais um sucesso, eu diria, da democracia. O Perse foi criado num momento muito duro do mundo e da nação, no episódio da pandemia da covid, e foi muito bem feito para socorrer um setor que é fundamental, que faz cultura, que faz lazer, tantas outras coisas, e é óbvio que não é só o artista, porque, atrás do artista, tem um mundo de pessoas trabalhando.

Encerrado isso, como a própria Relatora já disse, alguns se aproveitaram do que foi feito com a boa intenção de salvar um setor e usaram isso mal. Eu não vou entrar nesse detalhe, que agora já superamos, na medida em que estabelecemos um teto, e, portanto, eu acho que chegamos a um denominador comum.

Eu acho que esse é o papel das duas Casas na relação com o Executivo. Repito sempre que na democracia ninguém sai com o que pensa, tem que sair com uma coisa mediada.

E, portanto, parabéns à Senadora, ao setor! E eu espero que a gente possa ter esse setor sempre



pujante e produzindo realmente.

Agora, Presidente, eu queria, me permita, tocar num tema que foi muito falado de sexta-feira para cá e alguns colegas o retomaram. Independentemente dos ruídos ocorridos, eventualmente por falta de comunicação, inclusive com V. Exa., no episódio do ingresso da inconstitucionalidade, alguns colegas aqui falaram que era um absurdo, que se atropela o Senado, que se atropelam as nossas prerrogativas.

Eu sou obrigado a dizer que fico curioso, porque, no Governo passado, quando foi votada exatamente a mesma matéria, que era a prorrogação da desoneração da folha por dois anos, o Governo passado também vetou a matéria, por entender que o período estava esgotado e não caberia a prorrogação.

Da mesma forma, o Congresso Nacional derrubou o veto do ex-Presidente. Vou repetir: no Governo passado, quando houve a prorrogação por mais dois anos da desoneração da folha, o Presidente da República, no direito que lhe é cabido, vetou a matéria. O Congresso derruba o veto. O que faz o Executivo? Ingressa com uma ação de inconstitucionalidade, lastreado em argumentos parecidos, semelhantes, mas, pelo menos, no argumento fundamental da inconstitucionalidade, foi apresentada. A matéria não foi julgada pelo Supremo.

Eu só quero dizer que a ferramenta de ingresso na Justiça foi utilizada, na minha opinião, legitimamente. E aí, Presidente, eu já estive com V. Exa., já externei minha solidariedade pelo ruído que foi causado, na minha opinião, porque poderia ter sido feito... O combinado sai barato, como se diz, e o tema da inconstitucionalidade já tinha sido falado várias vezes.

Então, é só para a gente colocar as coisas no lugar. O ex-Presidente entrou no Supremo Tribunal Federal contra a derrubada...

(Soa a campanha.)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – ... do veto em matéria semelhante.

Com isso, eu não estou querendo justificar o que ocorreu particularmente em relação a V. Exa., só estou dizendo que a ferramenta já foi usada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Obrigado, Senador Jaques Wagner.

Com a palavra, o Líder Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu, com paciência, aguardei o término do projeto que acabamos de aprovar, entendendo a sua importância e o fato de que vários interessados estavam aqui no Plenário, acompanhando presencialmente; vários estavam acompanhando das suas casas... É um projeto que realmente diz respeito a dezenas de milhares de empregos espalhados por todo o Brasil, para não dizer centenas de milhares, já que é muito dinâmico o setor do turismo, que impacta várias cadeias econômicas distintas – aliás, a mesma cadeia econômica, com várias situações distintas.

Mas a minha preocupação, Sr. Presidente – até tive o cuidado de ligar para o senhor na sexta-feira –, é com o padrão. Escutei há pouco o nosso ilustre Líder Jaques Wagner, que tem a árdua missão de defender o atual Governo, e o faz com muito brilho, apesar de todas as dificuldades que enfrenta, com civilidade; é alguém que consegue fazer aqui o debate com o nível que nós esperamos que tenha dentro da Casa Alta do Senado da República, a quem eu quero inclusive prestar, aqui, essa homenagem... Mas quero dizer que a preocupação que temos é com o padrão.

Nós começamos, eminente Líder, o Governo atual, a atual administração, com uma PEC, chamada PEC da Transição, que aumentou em mais de R\$200 bilhões as despesas que seriam efetuadas no ano subsequente, sem receitas novas e sem que houvesse despesas anuladas. Então, de fato, nós crescemos



em 2% a dívida pública, mais de R\$200 bilhões, de uma só vez, e isso passou a ser um patamar. E esse patamar não foi atacado nem houve arguição de inconstitucionalidade, apesar de o Governo, quando apresentou o projeto, ainda na administração anterior, não ter tido o cuidado de apresentar receitas novas, nem de ter suprimido despesas antigas. Então, nós já começamos esse Governo com uma distorção que, ao longo do tempo, foi ficando cada vez mais aguda.

A primeira ação – permitam-me esse breve relato, para contextualizar a minha fala – de que nós tivemos notícia foi uma decisão, através de uma portaria da Advocacia-Geral da União, o órgão que representa o Governo Federal e os demais Poderes da República, sobrestando a aplicação, a eficácia de uma emenda constitucional, que era a PEC dos Precatórios, numa evidente subversão da ordem hierárquica das leis, impedindo que os precatórios fossem utilizados ou como moeda para compra de ativos ou como uma ação que permitisse a amortização de impostos federais.

Em seguida, ingressa o Governo com uma ação, também patrocinada pela AGU, contra o processo que foi discutido aqui no Congresso Nacional e aprovado nas duas Casas; houve inclusive, nesse caso, uma ajuda do próprio Tribunal de Contas da União, no sentido de consubstanciar essa ação, uma ação discutindo a constitucionalidade da ação da Eletrobras, da pulverização do seu controle acionário.

Em seguida, veio a questão do saneamento básico, lei também aprovada nesta Casa.

(Soa a campanha.)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Depois, Sr. Presidente, veio o marco temporal. Nós estamos falando de um dos pilares mais importantes da nossa democracia, que é a questão do conceito da propriedade, que foi relativizado pela mudança dos conceitos, dos parâmetros e da própria jurisprudência de acórdãos do Supremo Tribunal Federal, por ocasião da demarcação da então Reserva Raposa Terra do Sol, em 2009. Isso gerando insegurança, isso gerando imprevisibilidade, isso gerando toda sorte de conflito no campo brasileiro.

Este Congresso Nacional precisou aprovar uma lei, a toque de caixa, para impedir esse verdadeiro atropelo, patrocinado pelo atual Governo.

E aí, Sr. Presidente, nós chegamos ao momento atual. Eu vou aqui abreviar o nosso relato e...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – ... deixar de lado alguns outros episódios que ocorreram nesse percurso.

Essa questão da desoneração não apenas foi votada nas duas Casas, e teve o seu veto derrubado, mas ela foi fruto de uma negociação, Sr. Presidente, uma negociação ocorrida entre os Presidentes das duas Casas com o Governo Federal.

Então, independentemente da forma, independentemente do rito, independentemente da própria estrutura organizacional e da separação dos Poderes, nós fomos surpreendidos pela forma sorrateira como o Governo se comportou, porque, de público e em particular, evidenciou uma situação que não se configurou na prática.

Aliás, o Governo tem atuado desta forma, porque alega que há uma necessidade de se ter responsabilidade fiscal...

(Soa a campanha.)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – ... mas apresenta projetos a toda hora, neste momento, que ultrapassam, por exemplo, o próprio arcabouço fiscal que



o Governo instituiu há menos de oito meses. Pelo menos em quatro oportunidades esse arcabouço foi ultrapassado, inclusive, com a mudança de metas.

Agora, o que nós vemos é o Governo descumprindo, de uma forma perentória, unilateral, uma ação de negociação com o Congresso, quando teve todas as oportunidades de apresentar talvez um projeto de lei que tivesse similaridade com esse que acabamos de votar, com o Perse.

Sr. Presidente, porque eu acredito também, e chamo a atenção do nosso eminente Líder, que situações como essa de desoneração não podem, ou não devem, perdurar eternamente. Era possível, sim, eminente Líder, que houvesse aqui um esforço do Governo antes do término do projeto da lei, no sentido de se apresentar um projeto de moderação, de desmobilização...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – ... como dizem os economistas, de um desmame desse processo, mas o Governo não o fez. O Governo atropelou o processo de negociação que ele mesmo havia empreendido com os Poderes desta Casa.

Então, a nossa preocupação, eminente Presidente, é na defesa das nossas prerrogativas, que têm sido – eu diria, de uma forma ordinária – ultrapassadas.

Hoje o Congresso Nacional se vê diante de uma situação em que, pelo número de legitimados que existem na nossa Constituição, toda hora se tem uma ação direta de inconstitucionalidade. Não é o caso da AGU, que, certamente, mesmo que haja uma mudança de legislação, vai ter essa questão preservada. E, aliás, o direito de arguir judicialmente, de se demandar a Justiça tem que ser preservado. Nós sempre advogamos isso. Por exemplo, nós ficamos perplexos com a multa de R\$22 milhões que foi impetrada... Desculpem, que arbitrada e paga por um partido político...

(Soa a campanha.)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – ... porque foi à Justiça dizer: “Olha, eu gostaria que fosse esclarecido um determinado aspecto da legislação ou de um processo eleitoral”.

Então, nós achamos que, sim, o Governo tem todo o direito de ajuizar ações, o que não pode é descumprir acordos. V. Exa. colocou com muita propriedade aqui: “O acertado não sai caro”. Eu também concordo com V. Exa. e concordo também e acredito que é necessário normalizarmos essa questão da atribuição de cada um dos Poderes. Nós estamos aqui banalizando essas ações. Toda hora há uma intervenção de um Poder sobre o outro, é a hipertrofia de um Poder sobre o outro. Quem legisla, quem executa, quem julga.

Então, pelo bem da democracia, que esse episódio possa servir como se fosse, assim, um ponto de reflexão, um momento de nós avaliarmos o que está acontecendo...

(Interrupção do som.)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – ... pelo bem da nossa democracia. E eu sei, eminente Líder, que V. Exa. também defende isso.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Para concluir, Senador Rogerio.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Independente da defesa que V. Exa. faz do Governo, que é legítima, que é digna, V. Exa. também defende que cada Poder



exerça as suas prerrogativas na sua plenitude.

E, no caso especial, Presidente – desculpe aqui o excesso da fala –, V. Exa. que preside o Congresso Nacional e que constitucionalmente tem a legitimidade de falar pelo Congresso, pelo Senado da República, deve buscar esse entendimento para que cada um dos Poderes exerça o seu papel pelo bem da democracia. Hoje nós estamos – e aí digo como cidadão e como Senador da República – incomodados com essa invasão de prerrogativas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Líder Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Pela ordem.) – Eu apenas vou muito rapidamente dizer ao Líder da Oposição que, apesar do – vou chamar assim – mal-estar com o ingresso da ADI no Supremo Tribunal Federal, quero dizer que para o Governo esse não é um ponto final no processo de negociação. O próprio despacho do Ministro Zanin abre espaço, e eu quero dizer que o Ministro está fazendo e o Governo, como um todo, está totalmente aberto para fazer o que nós fizemos com o Perse. O Perse, naquele conjunto de debates que nós fizemos, o Perse – desoneração, a compensação – era talvez o mais difícil de ser absorvido pelo Governo, por uma série de fatores que eu prefiro não rememorar. E, no entanto, conseguimos rapidamente fazer um acordo onde o setor – e estive aqui, acabei de falar com o Presidente da ABIH (Associação Brasileira da Indústria de Hotéis) – se sente contemplado. Seguramente não é exatamente o que queria, como para o Governo também não é exatamente.

Eu só queria deixar bem claro com o meu depoimento, porque tive ontem com o Ministro Haddad, que para nós a discussão não está encerrada. No caso da desoneração, desde o primeiro momento... eu mesmo na CAE defendi que eu entendia que havia uma inconstitucionalidade. Tudo isso pode ser debatido, porque já existia a renúncia antes e poderia ser prorrogada, é um conceito. Há outros que dizem que tinha uma data marcada. Prorrogar é criar uma nova. Mas tudo bem.

Mas o que o Governo quer é exatamente o que V. Exa. disse: que nós coloquemos quando é que sai, porque foi prorrogado por um ano, por dois anos, e agora por quatro. Eu não vou fazer como chacota, mas, na próxima, será por oito? É porque vem sendo dobrado. É isso que se quer, até porque isso gera uma insegurança até para os investidores estrangeiros, que não sabem se a regra aqui vai ser perenizada.

Em relação à questão das prefeituras, eu quero lhe dizer que até sou suspeito em falar, porque eu pessoalmente tenho um projeto de lei que ia ao encontro e ao socorro das pequenas prefeituras, que não têm condições de pagar, como uma grande empresa, 20%. E mandei... E eu sei que o Governo quer apresentar antes inclusive no evento da marcha dos Prefeitos uma proposta. Então, ao contrário de retrucar o que V. Exa. falou, eu quero dizer que convido tanto os setores interessados, como a Casa, porque nós queremos negociar e fazer como fizemos com o Perse: achar um denominador comum, e que a gente possa ter a tranquilidade.

Eu só fiz um registro sobre o Governo passado não para comparar, mas apenas para dizer: não, é que é um direito previsto. E agora, nesse caso, houve um ruído. Eu pessoalmente fui à residência do Presidente ontem para pelo menos me justificar. Já que eu sou Líder do Governo, tenho que me explicar sempre, mas espero que tenha conseguido explicar pelo menos a minha parte.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Muito obrigado, Líder Jaques Wagner.

O importante é que haja sempre o diálogo, sempre a compreensão dos limites de cada Poder.

Em relação a esse tema especificamente, não obstante o Poder Executivo tenha hoje uma liminar vigorando no Supremo Tribunal Federal, ele não pode fechar o diálogo e dar as costas aos municípios brasileiros, a setores que geram emprego no Brasil e aos estados brasileiros também em relação à



renegociação de suas dívidas. Então este é um trabalho do Executivo de se abrir, para poder ouvir a sociedade, ouvir os segmentos e poder encontrar as soluções.

Nós fizemos a nossa parte votando leis, aprovando leis, majoritariamente aqui definidas pelo Senado e pela Câmara. E nós respeitamos a última palavra do Supremo Tribunal Federal, seja ela qual for. Mas isso não significa que o Poder Judiciário possa, a partir disso, não reconhecer as dificuldades que têm os municípios e não reconhecer as dificuldades que têm setores da economia, inclusive para poder definir a folha de pagamento deste mês: se é com base na folha de pagamento ou se é com base no faturamento, como desde 2011 é, inclusive no Governo da Presidente Dilma, cuja prorrogação no Governo Bolsonaro, uma vez por ele vetada e derrubado o veto, quando instado, o Supremo Tribunal Federal disse que era constitucional e manteve a prorrogação dos 17 setores.

É muito importante ter essa compreensão plena para que a gente possa dar solução ao problema. Ter compromisso com a solução e não só compromisso com o problema.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (S/Partido - AP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Com a palavra, Líder Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (S/Partido - AP. Pela ordem.) – Não, Presidente, só rapidamente quero aproveitar aqui também, na qualidade de Líder do Governo no Congresso, para aqui agradecer a V. Exa. o entendimento que V. Exa. teve, na semana passada, sobre a sessão do Congresso Nacional, atendendo a um apelo feito por mim pessoalmente, mas também pelos demais Líderes do Governo, pelo próprio Ministro Padilha, que esteve na residência oficial, e pelo Ministro Rui, no sentido de que os temas para aquela sessão do Congresso Nacional não estavam devidamente amadurecidos.

Eu acho que tão logo... É melhor ter uma sessão do Congresso Nacional que tenha... Nós temos 33 vetos sob análise, Presidente Rodrigo Pacheco. Há, ainda, vetos remanescentes do Governo anterior. Acho que o melhor para o Governo, para a Oposição, para todas as partes, para os que reivindicam a derrubada do veto – para o Governo que, obviamente, quer a manutenção dos vetos –, é a construção de um acordo amplo, coletivo, onde todas as partes saiam ganhando.

Então, a decisão de V. Exa. não somente foi marcada pela prudência, como foi fundamental para que, agora à tarde, nós tivéssemos uma reunião com o Ministro Alexandre Padilha, junto com o Senador Marcelo Castro e com o Senador Davi Alcolumbre, em que avançamos, e muito, para termos uma exitosa sessão do Congresso Nacional, na oportunidade, a ser marcada por V. Exa. – V. Exa. já marcou, inclusive, para a próxima quinta-feira, dia 9, às 10h –, em que poderemos atender, inclusive, muitos reclames vindos da Oposição da Câmara e do Senado, na apreciação dos vetos e no sucesso dessa sessão do Congresso Nacional.

Eu só queria fazer esse registro.

Esse agradecimento é necessário se fazer publicamente a V. Exa., assim como sempre destaque, reputo e agradeço a V. Exa. o compromisso que tem tido com os temas de interesse do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Muito obrigado, Líder Randolfe Rodrigues.

No dia 9 de maio, às 10h da manhã, nós faremos então a sessão do Congresso Nacional, que foi anteriormente adiada. E, no dia 13 de maio, Senador Rogerio Marinho e Senador Randolfe Rodrigues, a Presidência proporá uma sessão de debates, no Plenário do Senado Federal, com os representantes associativos dos municípios brasileiros: todas as associações de municípios do Brasil, a Confederação Nacional de Municípios e a Frente Nacional de Prefeitos, para que possamos discutir as questões municipalistas, sobretudo as dívidas previdenciárias dos municípios, no âmbito do Senado Federal, e, a partir dessa sessão de debates, darmos o melhor encaminhamento possível a esse problema que, infelizmente, não se esgota,



não se resolve com uma decisão judicial.

O problema de dificuldade de caixa continua a existir nos municípios brasileiros, em relação à sua previdência social, e é muito importante que o Senado Federal seja palco dessa discussão muito ampla com todos os representantes de todos os estados brasileiros. Então, faremos, no 13 de maio, às 15h.

Eu anuncio o item 3 da pauta.

Projeto de Lei nº 2, de 2024, de iniciativa da Presidência da República, que autoriza a concessão de quotas diferenciadas de depreciação acelerada para máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos novos, destinados ao ativo imobilizado empregados em determinadas atividades econômicas.

A matéria tramita em regime de urgência, nos termos do art. 64, §1º, da Constituição.

Parecer nº 27, de 2024, da Comissão de Assuntos Econômicos. Relator: Senador Jaime Bagattoli, favorável ao projeto e parcialmente favorável às Emendas de nºs 1 e 4, na forma das Emendas nºs 6 a 8, de redação, e contrário às Emendas nºs 2, 3 e 5.

Passamos à discussão da matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Passamos à apreciação da matéria.

Foi apresentado o Requerimento nº 280, do Senador Carlos Portinho, Líder do PL, de destaque, para votação em separado do §12º, do art. 2º do projeto. (**Vide Item 2.2.2 do Sumário**)

Concedo a palavra ao Líder Rogerio Marinho, sobre se mantém ou não o destaque do PL.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Pela Liderança.) – Bom, eu vou, Sr. Presidente, de antemão, retirar o destaque, mas queria rapidamente falar a respeito do tema, para dizer que, primeiro, o Senador Jaime Bagattoli, que relatou o projeto na CAE, realmente, fez um belo trabalho.

Esse é um projeto importante para a indústria nacional, porque essa ação permite que se melhorem os balanços, permite que as empresas tenham uma capacidade maior de alavancar créditos, de poder comprar novas máquinas, de melhorar os seus parques industriais, de melhorar sua proficiência e sua produtividade. A nossa preocupação, Sr. Presidente – por isso essa emenda foi apresentada – é que nós não repitamos os antigos erros que foram perpetrados em administrações anteriores.

E vou exemplificá-los, Excelência: a questão dos campeões nacionais – na hora em que o governo anterior distinguiu determinadas empresas com juros subsidiados, com juros diferenciados, e as colocou de uma forma diferente em relação à competitividade local, nós tivemos sérios problemas ligados à corrupção –; e a questão do conteúdo local – basta lembrar o que aconteceu com a Sete Brasil, com os estaleiros, com os navios, com as plataformas que foram contratadas, e não foram entregues, com os fundos de pensão que, até hoje, pagam, através dos seus beneficiários e dos seus associados, uma soma vultosa todos os meses em função da má utilização dos recursos públicos.

Então, essa foi a preocupação que nós colocamos durante a discussão na Comissão, mas, até em homenagem ao Jaime Bagattoli e entendendo que nós teremos aí um cuidado maior na apreciação, no controle dessa ação, nós vamos retirar a emenda para votarmos o texto original.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Retirado o destaque.

Passa-se à apreciação da matéria. (*Pausa.*)

Com a palavra, pela ordem, o Líder do Governo, Senador Jaques Wagner.

O SR. JACQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Pela ordem.) – Senador Rodrigo Pacheco, quero apenas agradecer ao Líder Rogerio Marinho, que, apesar de ter seu destaque, entendeu que era importante o todo da matéria. E eu posso garantir que os cuidados sempre serão tomados, até porque considero que quem está à frente da pasta que vai fazer essa regulamentação é



uma pessoa de vida pública ilibada, com um senso muito claro daquilo que é prioridade para o Brasil, o Vice-Presidente Geraldo Alckmin, que a ele caberá, na medida em que são setores empresariais, e seguramente o fará da forma mais correta e que sirva à nação brasileira

De qualquer forma, meu agradecimento aqui para que a gente possa votar a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – A Presidência submeterá a matéria à votação simbólica.

Votação do projeto e das emendas em turno único, nos termos do parecer.

As Senadoras e os Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o projeto com as Emendas nºs 6 a 8, de redação.

O parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final, será publicado na forma regimental.

(Parecer nº 37/2024-CDIR/PLEN-SF - Vide Item 2.2.2 do Sumário)

Discussão da redação final. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a redação final.

A matéria vai à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Com a palavra, pela ordem, o nosso Primeiro Vice-Presidente, o Senador Veneziano Vital do Rêgo.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Presidente, os meus cumprimentos, um grande abraço. Saudoso por não estar aí ao seu lado, ao lado dos companheiros, ao lado dos nossos sempre competentes auxiliares, para todos os nossos telespectadores, quero cumprimentar o Colegiado pela aprovação do Perse. Mais uma vez, há demonstração de maturidade quando se constrói um texto na expectativa de se respeitarem as preocupações, que são legítimas, do Governo Federal com as questões fiscais, mas também, acima de tudo, no reconhecimento da importância dos setores que integram o setor turístico de eventos.

Nós, que acompanhamos as suas aflições, acompanhamos os graus de ansiedade, muitos deles não tiveram a oportunidade ainda de abrirem as suas portas, enfim, nós também tivemos a chance de fazer um grande e amplo debate há cerca de um mês e meio, reunindo mais de 800 senhores empresários do setor.

Ao final, os nossos reconhecimentos por esta conquista.

Presidente, na linha do que V. Exa. disse, marcando para o dia 13 o momento em que os representantes dos municípios falarão sobre as questões que envolvem uma matéria que foi aprovada por nós e que em muito ajudaria os municípios, que são as questões previdenciárias, eu tomo a sua preocupação para perguntar a V. Exa. a respeito de um requerimento que eu subscrevi e, junto a este, no caso, um requerimento de nossa autoria, subscrito por quase 50 senhores e senhoras, que diz respeito a uma operação de crédito do Município de Campina Grande.

Há um requerimento sobre a mesa para apreciação em regime de urgência, e muito me preocupa, Presidente Rodrigo Pacheco, porque nós temos um prazo que vai se exaurir, e, ao se exaurir, nós estaremos prejudicando o município, que cumpriu suas rigorosas obrigações, que conseguiu acessar esse valor junto ao FONPLATA, valor significativo, na ordem de US\$52 milhões.

Eu faço um apelo a V. Exa. para que nós pudéssemos apreciar esse requerimento de urgência no dia de hoje e também votar...

(Soa a campanha.)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. *Por*



videoconferência.) – ... esse projeto de resolução.

A CAE não funcionou no dia de ontem, e isso implica dizer que só na próxima semana nós poderemos ter, quando, muito possivelmente, já não estaremos no prazo determinado à assinatura do contrato do Município de Campina Grande.

Pergunto a V. Exa. se há disposição por parte da Presidência para que nós apreciemos esse requerimento, que foi subscrito por praticamente 50 Sras. e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Perfeitamente, Senador Veneziano Vital do Rêgo, dada a importância e a urgência desse tema.

Eu consulto o Plenário se há alguma objeção. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, fica acolhido o requerimento do Senador Veneziano Vital do Rêgo.

É o Requerimento nº 278, de 2024, de Líderes, que requerem urgência para a Mensagem nº 4, de 2024, que solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, a autorização para contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Município de Campina Grande, Estado da Paraíba, e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA), destinada a financiar parcialmente o Programa de Mobilidade e Desenvolvimento Socioambiental de Campina Grande (Transforma Campina). (**Vide Item 2.1.2 do Sumário**)

A Presidência submeterá a matéria à votação simbólica.

Votação do requerimento.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram, (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Portanto, é o requerimento de urgência.

Eu consulto o Senador Veneziano Vital do Rêgo, porque... (*Pausa.*) Votado o requerimento de urgência, Senador Veneziano Vital do Rêgo, considerando que nós estamos numa semana de feriado, nós vamos comunicar à Comissão de Assuntos Econômicos para poder incluir na pauta de quinta-feira, se V. Exa. estiver de acordo, para leitura do parecer.

V. Exa. tem a palavra.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Presidente, V. Exa. sabe que – não tanto quanto este Presidente – eu sou muito regimentalista e sempre terei de obedecer, mas apenas eu fico receoso de, por força desta atípica semana, não termos essa sessão de quinta-feira. Se nós pudéssemos analisar hoje, eu pediria encarecidamente a sua compreensão, a compreensão dos Líderes... É muito importante para o Município de Campina Grande que pudéssemos aqui fazê-lo, porque estamos em vias, ou seja, na iminência de perder US\$52 milhões para o Município de Campina.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Perfeitamente, Senador Veneziano Vital do Rêgo. Nessa hipótese, nós teríamos que fazer um parecer de Plenário, não é? Então...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. *Por videoconferência.*) – Eu tenho aqui.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – V. Exa. já tem? Perfeito.

Eu concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin, que pede a palavra pela ordem. (*Pausa.*)

Senador Esperidião Amin, nós não estamos ouvindo V. Exa. Está sem som.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência.*) – É



para dar a minha...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Agora sim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – É para dar a minha inteira solidariedade ao pedido do Senador Veneziano Vital do Rêgo, à bancada da Paraíba e à cidade de Campina Grande e acrescentar o seguinte. É por essas razões que nós fizemos bem em acolher a Bolívia na relação do Mercosul. O FONPLATA tem sede em Santa Cruz de la Sierra, Bolívia; e a Presidente do FONPLATA é uma brasileira, filha do grande Embaixador José Botafogo Gonçalves, que, apesar do nome, é flamenguista.

Minha solidariedade, meu voto a favor.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – O Senador Carlos Portinho também faz um sinal positivo. Perfeitamente. (*Pausa.*)

Senador Veneziano Vital do Rêgo, a Secretaria-Geral da Mesa está providenciando os encaminhamentos para poder conceder a palavra a V. Exa. como Relator designado de Plenário.

Eu só vou anunciar agora o Requerimento nº 261, de 2024, do Senador Randolfe Rodrigues e dos outros Senadores, que solicitam a realização de sessão especial destinada a celebrar os 88 anos de existência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A Presidência submeterá a matéria à votação simbólica.

Votação do requerimento.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

A sessão requerida será agendada pela Secretaria-Geral da Mesa.

Mensagem nº 4, de 2024 – cujo requerimento de urgência foi aprovado pelo Plenário –, da Presidência da República, que solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, autorização para a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Município de Campina Grande, Estado da Paraíba, e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA), destinado a financiar parcialmente o Programa de Mobilidade e Desenvolvimento Socioambiental de Campina Grande – Transforma Campina.

Concedo a palavra ao eminente Relator, Senador Veneziano Vital do Rêgo.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Para proferir parecer. *Por videoconferência.*) – Muito obrigado, Presidente, mais uma vez, pelo alcance de V. Exa. e pela generosidade da Presidência.

E obrigado pelos gestos maiúsculos dos meus companheiros, entre os quais, o Senador Portinho, que, como Líder, subscreveu o requerimento, o Senador Beto Faro, a Senadora Leila, o Senador Esperidião Amin, o Senador Efraim Moraes, campinense que se tornou.

Serei breve na análise.

O art. 52, inciso V, da nossa Constituição confere ao nosso Senado a competência para autorizar operações externas de natureza financeira de interesse da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Cabe também a esta Casa dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito interno e externo dos entes da Federação, inclusive suas autarquias e entidades controladas, e para a concessão de garantia da União para as referidas operações.

Essas normas constam das Resoluções do Senado Federal nº 40, de 2001, nº 43, também do ano de 2001, e nº 48, do ano de 2007. A Lei Complementar nº 101, do ano de 2000, também normatiza o tema, principalmente em seus arts. 32 e 40.

Neste sentido, Presidente Rodrigo Pacheco, de acordo com a citada Exposição de Motivos nº 34,



de 2024, a Secretaria do Tesouro Nacional prestou as devidas informações sobre as finanças externas da União, bem como analisou as informações referentes ao mutuário, manifestando-se favoravelmente ao oferecimento da garantia da República Federativa do Brasil à operação de crédito pretendida, haja vista que o nosso Município de Campina Grande, Estado da Paraíba, cumpre todos os requisitos legais para ambos, salientando ainda que o mutuário recebeu classificação “B” quanto à capacidade de pagamento.

Ainda de acordo com a Exposição de Motivos nº 34, de 2024, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional pronunciou-se pela legalidade das minutas contratuais e pela regularidade na apresentação de comprovações requeridas pela legislação, visando ao encaminhamento do processo ao Senado Federal para fim de autorização da operação de crédito em tela, bem como à concessão de garantia por parte da União, ressaltando que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, deve ser verificado o disposto na Portaria Normativa nº 500, do dia 2 de junho de 2023.

Com base nessas informações, Presidente Rodrigo Pacheco, e considerando ainda que se encontram satisfeitas todas as condições estipuladas pelas referidas resoluções do Senado Federal, bem como pelas demais normas legais e constitucionais, incluindo a Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101, concluímos não haver motivos, do ponto de vista técnico, para se negar a autorização ao pleito em exame.

Voto.

Diante do exposto, apresentamos voto favorável à autorização pleiteada na Mensagem do Senado Federal nº 4, de 2024, nos termos do relatório, Presidente Rodrigo Pacheco.

Mais uma vez, agradecido a V. Exa. e agradecido aos mais de 48 Sras. e Srs. Senadores que subscreveram o requerimento de urgência, dada, exatamente, a natureza do pleito de Campina Grande, não apenas justo, mas, tecnicamente, respeitando as exigências do Governo Federal e também do FONPLATA.

Muito obrigado, Presidente. **(Íntegra do Parecer nº 38/2024-PLEN-SF - Vide Item 2.2.3 do Sumário)**

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Obrigado, Senador Veneziano Vital do Rêgo.

O parecer é favorável à mensagem na forma do Projeto de Resolução nº 12, de 2024, que apresenta.

Passa-se à discussão da matéria. *(Pausa.)* **(Vide Item 2.1.1 do Sumário)**

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

A Presidência submeterá a matéria à votação simbólica.

Votação do projeto de resolução, em turno único, nos termos do parecer.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o projeto de resolução.

O parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final será publicado na forma regimental. **(Parecer nº 39/2024-CDIR/PLEN-SF - Vide Item 2.2.3 do Sumário)**

Discussão da redação final. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a redação final.

A matéria vai à promulgação.

A Presidência informa às Senadoras e aos Senadores...

Deseja fazer uso da palavra, Senador Veneziano?

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Como



Relator. *Por videoconferência.*) – Sim, Presidente.

Em nome de Campina Grande e do povo campinense, quero agradecer a V. Exa. a acuidade e o alcance e agradecer a todos os Líderes, que atenderam ao nosso pleito: ao Líder Efraim, repito, novo filho de Campina Grande; ao Líder Portinho, como Líder do PL; ao Senador Líder Beto Faro; ao Líder Kajuru; à Líder Leila Barros; ao Senador Esperidião Amin... Agradeço a todos que subscreveram, quase 50 senhores e senhoras, que alcançaram exatamente o pleito, muito justo, para que Campina Grande continue avançando com grandes obras, como algumas que já estão sendo realizadas com financiamentos do Banco do Brasil, da Caixa Econômica e agora com esses US\$52 milhões do FONPLATA.

A V. Exa. o agradecimento pela sensibilidade de colocar isso em pauta exatamente por ter alcançado os prejuízos iminentes que poderíamos ter que vivenciar caso não fosse apreciado no dia de hoje. Muito grato, Presidente.

Parabéns a Campina! Parabéns à gestão municipal, sob a condução do Prefeito Bruno Cunha Lima e de toda a sua equipe técnico-financeira, que fez com que as condições exigidas, que não são poucas e que são muito rigorosas, pudessem ser atendidas.

Boa noite, Presidente!

Muito grato.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG. Fala da Presidência.) – Obrigado, Senador Veneziano Vital do Rêgo. Meus cumprimentos a V. Exa.

A Presidência informa às Senadoras e aos Senadores que está convocada sessão deliberativa extraordinária para quinta-feira, às 11h, com pauta divulgada pela Secretaria-Geral da Mesa.

Cumprida a finalidade desta sessão, a Presidência declara o seu encerramento.

Muito obrigado.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 09 minutos.)





Senado Federal

57ª Legislatura

2ª Sessão Legislativa Ordinária

53ª Sessão Deliberativa Ordinária, às 14 horas

Presenças no período: 30/04/2024 07:00:00 até 30/04/2024 20:00:59

Partido	UF	Nome Senador	Presença
UNIÃO	AC	Alan Rick	X
MDB	SE	Alessandro Vieira	X
PDT	MA	Ana Paula Lobato	X
PSD	BA	Angelo Coronel	X
PL	SP	Astr. Marcos Pontes	X
PT	PA	Beto Faro	X
Podemos	MG	Carlos Viana	X
PSB	RR	Chico Rodrigues	X
PSB	CE	Cid Gomes	X
PP	PI	Ciro Nogueira	X
Republica	MG	Cleitinho	X
MDB	RO	Confúcio Moura	X
Republica	DF	Damares Alves	X
PSD	PB	Daniella Ribeiro	X
UNIÃO	AP	Davi Alcolumbre	X
PP	RR	Dr. Hiran	X
MDB	AM	Eduardo Braga	X
NOVO	CE	Eduardo Girão	X
PL	TO	Eduardo Gomes	X
UNIÃO	PB	Efraim Filho	X
PP	SC	Esperidião Amin	X
PT	ES	Fabiano Contarato	X
MDB	PE	Fernando Dueire	X
MDB	AL	Fernando Farias	X
PSB	PR	Flávio Arns	X
PL	RJ	Flávio Bolsonaro	X
MDB	SP	Giordano	X
Republica	RS	Hamilton Mourão	X
PT	PE	Humberto Costa	X
PSD	TO	Irajá	X
PP	RS	Ireneu Orth	X
MDB	SC	Ivete da Silveira	X
PL	DF	Izalci Lucas	X
MDB	PA	Jader Barbalho	X
PL	RO	Jaime Bagattoli	X
PT	CE	Janaína Farias	X
PT	BA	Jaques Wagner	X
PSB	GO	Jorge Kajuru	X
PL	SC	Jorge Seif	X
PSD	PI	Jussara Lima	X
PP	SE	Laércio Oliveira	X
PDT	DF	Leila Barros	X
PSD	AP	Lucas Barreto	X
PSD	SP	Mara Gabrilli	X
MDB	PI	Marcelo Castro	X

Emissão30/04/2024 20:01:54





REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal
57ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

53ª Sessão Deliberativa Ordinária, às 14 horas
Presenças no período: 30/04/2024 07:00:00 até 30/04/2024 20:00:59

Partido	UF	Nome Senador	Presença
Podemos	ES	Marcos do Val	X
PL	RO	Marcos Rogério	X
PSD	MT	Margareth Buzetti	X
Republica	RR	Mecias de Jesus	X
Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	X
PSD	BA	Otto Alencar	X
PT	RS	Paulo Paim	X
PSDB	AM	Plínio Valério	X
UNIÃO	TO	Prof. Dorinha Seabra	X
-	AP	Randolfe Rodrigues	X
MDB	AL	Renan Calheiros	X
Podemos	AL	Rodrigo Cunha	X
PSD	MG	Rodrigo Pacheco	X
PT	SE	Rogério Carvalho	X
PL	RN	Rogério Marinho	X
PL	RJ	Romário	X
UNIÃO	PR	Sergio Moro	X
PSD	AC	Sérgio Petecão	X
Podemos	MS	Soraya Thronicke	X
Podemos	RN	Styverson Valentim	X
PT	PE	Teresa Leitão	X
PP	MS	Tereza Cristina	X
PSD	GO	Vanderlan Cardoso	X
MDB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	X
PL	MT	Wellington Fagundes	X
PDT	MA	Weverton	X
PL	GO	Wilder Moraes	X
PSD	RN	Zenaide Maia	X
Podemos	PA	Zequinha Marinho	X

Compareceram 74 senadores.



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 53ª SESSÃO

EXPEDIENTE

Projeto de Resolução





SENADO FEDERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 12, DE 2024

Autoriza o Município de Campina Grande, situado no Estado da Paraíba, a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, junto ao Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – FONPLATA, no valor de US\$ 52.000.000,00 (cinquenta e dois milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

AUTORIA: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)



[Página da matéria](#)

Avulso do PRS 12/2024 [1 de 10]



PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2024

Autoriza o Município de Campina Grande, situado no Estado da Paraíba, a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, junto ao Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – FONPLATA, no valor de US\$ 52.000.000,00 (cinquenta e dois milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º Fica o Município de Campina Grande, situado no Estado da Paraíba, autorizado a contratar operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, junto ao Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – FONPLATA, no valor de US\$ 52.000.000,00 (cinquenta e dois milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos da operação destinam-se ao financiamento do “Programa de Mobilidade e Desenvolvimento Socioambiental de Campina Grande - TRANSFORMA CAMPINA”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – devedor: Município de Campina Grande (Estado da Paraíba);

II – credor: Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – FONPLATA;

III – garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – valor: US\$ 52.000.000,00 (cinquenta e dois milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

V – valor da contrapartida: US\$ 13.000.000,00 (treze milhões de dólares dos EUA);



VI – juros: *Secured Overnight Financing Rate* (SOFR) acrescida de margem fixa a ser determinada na data da assinatura do contrato;

VII – atualização monetária: variação cambial;

VIII – liberações previstas: US\$ 338.000,00 em 2024, US\$ 2.820.537,49 em 2025, US\$ 26.955.960,30 em 2026, US\$ 16.052.167,10 em 2027, US\$ 4.703.335,11 em 2028, US\$ 1.130.000,00 em 2029;

IX – aportes estimados de contrapartida: US\$ 0,00 em 2024, US\$ 3.147.581,01 em 2025, US\$ 4.634.737,10 em 2026, US\$ 3.685.894,47 em 2027, US\$ 1.531.787,42 em 2028, US\$ 0,00 em 2029;

X – prazo total: até 240 (duzentos e quarenta) meses;

XI – prazo de carência: até 72 (setenta e dois) meses;

XII – prazo de amortização: 168 (cento e sessenta e oito) meses;

XIII – periodicidade de pagamento dos juros e amortizações: semestral;

XIV – sistema de amortização: Sistema de Amortização Constante; e

XV – comissão de compromisso: 0,35% a.a. (trinta e cinco centésimos por cento ao ano) sobre o saldo não desembolsado;

XVI – comissão de administração: até 0,80% (oitenta centésimos por cento) sobre o valor total do empréstimo;

XVII – juros de mora: 20% (vinte por cento) da taxa anual de juros em caso de atrasos no pagamento de juros e parcelas da amortização e 20% (vinte por cento) da taxa de comissão de compromisso, em caso de atrasos no pagamento dessa comissão.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros e as datas dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo, assim



como os montantes estimados dos desembolsos em cada ano poderão ser alterados conforme a execução contratual.

Art. 3º Fica a República Federativa do Brasil autorizada a conceder garantia ao Município de Campina Grande, situado no Estado da Paraíba, na operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. A autorização prevista no *caput* fica condicionada:

I – à verificação e atesto pelo Ministério da Economia, previamente à assinatura do contrato, do cumprimento substancial das condições prévias ao primeiro desembolso cabíveis e aplicáveis e do adimplemento quanto aos pagamentos e prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007, bem como quanto ao pagamento de precatórios judiciais.

II – à celebração de contrato de concessão de contragarantia entre o Município de Campina Grande, Estado da Paraíba, e a União, sob a forma de vinculação das cotas de repartição das receitas tributárias previstas nos arts. 158 e 159, complementadas pelas receitas próprias de impostos estabelecidas no art. 156, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, bem como de outras garantias em direito admitidas.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contados a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

, Presidente

, Relator



PARECER Nº 38, DE 2024 - PLEN - SF

De Plenário, em substituição à COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Mensagem (SF) nº 4, de 2024 (nº 155, de 23 de abril de 2024, na origem), da Presidência da República, que *solicita, nos termos do art. 52, V, VII e VIII, da Constituição Federal, a autorização para contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Município de Campina Grande, Estado da Paraíba, e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata - FONPLATA, destinada a financiar parcialmente o Programa de Mobilidade e Desenvolvimento Socioambiental de Campina Grande - TRANSFORMA CAMPINA.*

Relator: Senador **VENEZIANO VITAL DO RÊGO**

I – RELATÓRIO

A Mensagem do Senado Federal nº 4, de 2024, (nº 155, de 23 de abril de 2024, na origem), da Presidência da República, contém pleito para que seja autorizada operação de crédito externo, com garantia da União, entre o Município de Campina Grande, Estado da Paraíba, e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata - FONPLATA, no valor de US\$ 52.000.000,00 (cinquenta e dois milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Os recursos da operação de crédito pleiteada serão destinados ao financiamento do “Programa de Mobilidade e Desenvolvimento Socioambiental de Campina Grande - TRANSFORMA CAMPINA”.



Tal programa foi devidamente aprovado pela Comissão de Financiamentos Externos (COFIEEX), conforme Resolução COFIEEX nº 39, de 25 de outubro de 2022.

Dentre os documentos que compõem os autos, destacamos a Exposição de Motivos (EM) nº 34, de 15 de abril de 2024, do Ministério da Fazenda, os Pareceres SEI nº 1079, de 8 de abril de 2024, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e nº 907, de 28 de março de 2024, da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), a Nota Técnica SEI nº 304, de 16 de fevereiro de 2024, também da Secretaria do Tesouro Nacional, que contém uma revisão da capacidade de pagamento de vários municípios, incluindo Campina Grande, bem como cópia das minutas dos contratos de empréstimo a serem firmados, devidamente traduzida para o português.

A operação de crédito pretendida foi devidamente inscrita no Sistema de Prestação de Informações de Capital Estrangeiro de Crédito Externo - SCE-Crédito (antigo ROF/RDE), mantido pelo Banco Central, sob o código TB137508.

Por força da aprovação de Requerimento de Urgência, subscrito por Lideranças, a matéria foi trazida diretamente ao Plenário deste Senado Federal, ao qual submetemos o presente Relatório.

II – ANÁLISE

O art. 52, inciso V, da Constituição Federal confere ao Senado Federal a competência para autorizar operações externas de natureza financeira de interesse da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Cabe também a esta Casa dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito interno e externo dos entes da Federação, inclusive suas autarquias e entidades controladas, e para a concessão de garantia da União para as referidas operações, conforme os incisos VII e VIII do mesmo dispositivo constitucional.

Essas normas constam da Resolução do Senado Federal (RSF) nº 40, de 2001, da RSF nº 43, de 2001, e da RSF nº 48, de 2007. A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, também normatiza o tema, principalmente em seus arts. 32 e 40.



Neste sentido, de acordo com a citada Exposição de Motivos nº 34, de 2024, a Secretaria do Tesouro Nacional prestou as devidas informações sobre as finanças externas da União, bem como analisou as informações referentes ao Mutuário, manifestando-se favoravelmente ao oferecimento da garantia da República Federativa do Brasil à operação de crédito pretendida, haja vista que o Município de Campina Grande, Estado da Paraíba, cumpre os requisitos legais para ambos, salientando ainda que o Mutuário recebeu classificação “B” quanto à capacidade de pagamento.

Ainda de acordo com a Exposição de Motivos nº 34, de 2024, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional pronunciou-se pela legalidade das minutas contratuais e pela regularidade na apresentação de comprovações requeridas pela legislação, visando ao encaminhamento do processo ao Senado Federal para fim de autorização da operação de crédito em tela, bem como à concessão de garantia por parte da União, ressaltando que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, deve ser verificado o disposto na Portaria Normativa MF nº 500, de 2 de junho de 2023 (adimplência do ente), o cumprimento substancial das condições especiais prévias ao primeiro desembolso, bem como seja formalizado o contrato de contragarantia.

Com base nessas informações e considerando ainda que se encontram satisfeitas as condições estipuladas pelas referidas resoluções do Senado Federal, bem como pelas demais normas legais e constitucionais, incluindo a Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, concluímos não haver motivos, do ponto de vista técnico, para se negar a autorização ao pleito em exame.

III – VOTO

Diante do exposto, apresentamos voto favorável à autorização pleiteada na Mensagem do Senado Federal nº 4, de 2024, nos termos do seguinte:



PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2024

Autoriza o Município de Campina Grande, situado no Estado da Paraíba, a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, junto ao Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – FONPLATA, no valor de US\$ 52.000.000,00 (cinquenta e dois milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º Fica o Município de Campina Grande, situado no Estado da Paraíba, autorizado a contratar operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, junto ao Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – FONPLATA, no valor de US\$ 52.000.000,00 (cinquenta e dois milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos da operação destinam-se ao financiamento do “Programa de Mobilidade e Desenvolvimento Socioambiental de Campina Grande - TRANSFORMA CAMPINA”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – devedor: Município de Campina Grande (Estado da Paraíba);

II – credor: Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – FONPLATA;

III – garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – valor: US\$ 52.000.000,00 (cinquenta e dois milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

V – valor da contrapartida: US\$ 13.000.000,00 (treze milhões de dólares dos EUA);



VI – juros: *Secured Overnight Financing Rate* (SOFR) acrescida de margem fixa a ser determinada na data da assinatura do contrato;

VII – atualização monetária: variação cambial;

VIII – liberações previstas: US\$ 338.000,00 em 2024, US\$ 2.820.537,49 em 2025, US\$ 26.955.960,30 em 2026, US\$ 16.052.167,10 em 2027, US\$ 4.703.335,11 em 2028, US\$ 1.130.000,00 em 2029;

IX – aportes estimados de contrapartida: US\$ 0,00 em 2024, US\$ 3.147.581,01 em 2025, US\$ 4.634.737,10 em 2026, US\$ 3.685.894,47 em 2027, US\$ 1.531.787,42 em 2028, US\$ 0,00 em 2029;

X – prazo total: até 240 (duzentos e quarenta) meses;

XI – prazo de carência: até 72 (setenta e dois) meses;

XII – prazo de amortização: 168 (cento e sessenta e oito) meses;

XIII – periodicidade de pagamento dos juros e amortizações: semestral;

XIV – sistema de amortização: Sistema de Amortização Constante; e

XV – comissão de compromisso: 0,35% a.a. (trinta e cinco centésimos por cento ao ano) sobre o saldo não desembolsado;

XVI – comissão de administração: até 0,80% (oitenta centésimos por cento) sobre o valor total do empréstimo;

XVII – juros de mora: 20% (vinte por cento) da taxa anual de juros em caso de atrasos no pagamento de juros e parcelas da amortização e 20% (vinte por cento) da taxa de comissão de compromisso, em caso de atrasos no pagamento dessa comissão.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros e as datas dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo, assim



como os montantes estimados dos desembolsos em cada ano poderão ser alterados conforme a execução contratual.

Art. 3º Fica a República Federativa do Brasil autorizada a conceder garantia ao Município de Campina Grande, situado no Estado da Paraíba, na operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. A autorização prevista no *caput* fica condicionada:

I – à verificação e atesto pelo Ministério da Economia, previamente à assinatura do contrato, do cumprimento substancial das condições prévias ao primeiro desembolso cabíveis e aplicáveis e do adimplemento quanto aos pagamentos e prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007, bem como quanto ao pagamento de precatórios judiciais.

II – à celebração de contrato de concessão de contragarantia entre o Município de Campina Grande, Estado da Paraíba, e a União, sob a forma de vinculação das cotas de repartição das receitas tributárias previstas nos arts. 158 e 159, complementadas pelas receitas próprias de impostos estabelecidas no art. 156, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, bem como de outras garantias em direito admitidas.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contados a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

, Presidente

, Relator



Requerimento





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 278, DE 2024

Requer urgência para a MSF n° 4/2024, nos termos dos arts. 336, III, e 338, III, do Regimento Interno do Senado Federal.

AUTORIA: Líder do PT Beto Faro (PT/PA), Líder do Bloco Parlamentar Democracia Efraim Filho (UNIÃO/PB), Líder do PL Carlos Portinho (PL/RJ), Líder do PSB Jorge Kajuru (PSB/GO)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 278/2024 [1 de 2]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Veneziano Vital do Rêgo

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos dos arts. 336, III, e 338, III, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o MSF 4/2024.

Sala das Sessões, de de .

Senador Veneziano Vital do Rêgo
(MDB - PB)



DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA

Projeto de Lei nº 1026/2024





SENADO FEDERAL

EMENDAS

Apresentadas perante a Mesa do Senado Federal ao **Projeto de Lei nº 1026, de 2024**, que *"Altera a Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021, para estabelecer alíquotas reduzidas no âmbito do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos – Perse; e revoga dispositivo da Medida Provisória nº 1.202, de 28 de dezembro de 2023."*

PARLAMENTARES	EMENDAS NºS
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS)	001; 004; 007
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO)	002; 005
Senador Laércio Oliveira (PP/SE)	003
Senador Esperidião Amin (PP/SC)	006
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)	008
Senador Carlos Portinho (PL/RJ)	009; 010
Senador Eduardo Gomes (PL/TO)	011; 012
Senador Magno Malta (PL/ES)	013

TOTAL DE EMENDAS: 13



[Página da matéria](#)



PL 1026/2024
00001

CONGRESSO NACIONAL

Gabinete da Senadora SORAYA THRONICKE

EMENDA Nº
(ao PL 1026/2024)

Dê-se nova redação ao *caput* do art. 4º da Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021, como proposto pelo art. 1º do Projeto, nos termos a seguir:

“**Art. 4º** Ficam reduzidas a 0% (zero por cento) pelo prazo de 60 (sessenta) meses, contado do início da produção de efeitos desta Lei, as alíquotas dos seguintes tributos, incidentes sobre o resultado auferido pelas pessoas jurídicas pertencentes ao setor de eventos abrangendo as seguintes atividades econômicas, com os respectivos códigos da CNAE: hotéis (5510-8/01); apart-hotéis (5510-8/02); **fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para empresas (5620-1/01)**; serviços de alimentação para eventos e recepções - bufê (5620-1/02); atividades de exibição cinematográfica (5914-6/00); criação de estandes para feiras e exposições (7319-0/01); atividades de produção de fotografias, exceto aérea e submarina (7420-0/01); filmagem de festas e eventos (7420-0/04); agenciamento de profissionais para atividades esportivas, culturais e artísticas (7490-1/05); aluguel de equipamentos recreativos e esportivos (7721-7/00); aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes (7739-0/03); serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente (7990-2/00); serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas (8230-0/01); casas de festas e eventos (8230-0/02); produção teatral (9001-9/01); produção musical (9001-9/02); produção de espetáculos de dança (9001-9/03); produção de espetáculos circenses, de marionetes e similares (9001-9/04); atividades de sonorização e de iluminação (9001-9/06); artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificadas anteriormente (9001-9/99); gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas (9003-5/00); produção e promoção de eventos esportivos (9319-1/01); discotecas, danceterias, salões de dança e similares



Assinado eletronicamente, por Sen. Soraya Thronicke

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1710077150>

(9329-8/01); restaurantes e similares (5611-2/01); bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas, sem entretenimento (5611-2/04); bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas, com entretenimento (5611-2/05); agências de viagem (7911-2/00); operadores turísticos (7912-1/00); atividades de jardins botânicos, zoológicos, parques nacionais, reservas ecológicas e áreas de proteção ambiental (9103-1/00); parques de diversão e parques temáticos (9321-2/00); atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte (9493-6/00).

.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A inclusão do CNAE 5620-1/01 - Fornecimento de Alimentos Preparados Preponderantemente Para Empresas no rol das atividades beneficiárias do benefício tributário previsto na Lei nº 14.148/2021 é justificada pela importância vital desse setor para a economia e pelo impacto negativo das constantes mudanças normativas sobre as empresas que operam nesse segmento.

Inicialmente, é essencial compreender que o PERSE foi criado em resposta à crise profunda enfrentada pelas empresas ligadas ao setor de eventos devido à pandemia da Covid-19. Embora o programa tenha tido o mérito indiscutível de oferecer uma série de benefícios fiscais e financeiros, sua implementação foi marcada por uma sucessão desastrosa de mudanças normativas que geraram um ambiente de incerteza e caos tributário e econômico.

As empresas beneficiárias do PERSE, incluindo aquelas relacionadas ao fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para empresas, foram profundamente afetadas por essas mudanças. A incerteza quanto à fruição dos benefícios levou ao congelamento de investimentos, à redução na contratação de pessoal e a um impacto negativo sobre a cadeia de fornecedores e as atividades de financiamento dessas empresas.

O setor de fornecimento de alimentos preparados para empresas desempenha um papel crucial na sociedade, atendendo às necessidades alimentares de uma variedade de instituições públicas e privadas, como empresas,



Assinado eletronicamente, por Sen. Soraya Thronicke

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1710077150>



hospitais, escolas e eventos. Essas empresas são responsáveis por fornecer milhões de refeições diariamente, gerando bilhões em receita anual e contribuindo significativamente para a economia do país.

Além disso, essas empresas empregam uma grande quantidade de trabalhadores, com uma parcela significativa sendo representada por mulheres, muitas das quais são chefes de família. A instabilidade causada pelas mudanças no PERSE resultou em impactos negativos sobre o emprego e as condições de trabalho desses indivíduos.

A inclusão do CNAE 5620-1/01 no rol de atividades beneficiárias do PERSE é fundamental para garantir a continuidade das operações dessas empresas e para mitigar os efeitos prejudiciais das constantes mudanças normativas sobre o setor. Ao fornecer benefícios fiscais e financeiros consistentes, o programa pode incentivar o investimento, promover a geração de empregos e estimular o crescimento econômico, não apenas para as empresas diretamente beneficiadas, mas também para toda a cadeia produtiva relacionada ao setor de alimentos.

Portanto, a inclusão do CNAE 5620-1/01 no rol de atividades beneficiárias do PERSE é não apenas justificada, mas também crucial para garantir a estabilidade e o crescimento desse setor vital para a economia brasileira.

Sala das sessões, 29 de abril de 2024.

Senadora Soraya Thronicke
(PODEMOS - MS)



Assinado eletronicamente, por Sen. Soraya Thronicke

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1710077150>



PL 1026/2024
00002**EMENDA Nº**
(ao PL 1026/2024)

Dê-se nova redação ao *caput* do art. 4º da Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021, como proposto pelo art. 1º do Projeto, nos termos a seguir:

“**Art. 4º** Ficam reduzidas a 0% (zero por cento) pelo prazo de 60 (sessenta) meses, contado do início da produção de efeitos desta Lei, as alíquotas dos seguintes tributos, incidentes sobre o resultado auferido pelas pessoas jurídicas pertencentes ao setor de eventos abrangendo as seguintes atividades econômicas, com os respectivos códigos da CNAE: hotéis (5510-8/01); apart- hotéis (5510-8/02); serviços de alimentação para eventos e recepções - bufê (5620-1/02); produção de filme para publicidade (5911-1/02); atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão (5911-1/99); atividades de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas (5912-0/99); distribuição cinematográfica, de vídeo e de programas de televisão (5912-8/00); atividades de exibição cinematográfica (5914-6/00); criação de estandes para feiras e exposições (7319-0/01); atividades de produção de fotografias, exceto aérea e submarina (7420-0/01); filmagem de festas e eventos (7420-0/04); agenciamento de profissionais para atividades esportivas, culturais e artísticas (7490-1/05); aluguel de equipamentos recreativos e esportivos (7721-7/00); aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes (7739-0/03); serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente (7990-2/00); serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas (8230-0/01); casas de festas e eventos (8230-0/02); produção teatral (9001-9/01); produção musical (9001-9/02); produção de espetáculos de dança (9001-9/03); produção de espetáculos circenses, de marionetes e similares (9001-9/04); atividades de sonorização e de iluminação (9001-9/06); artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificadas anteriormente (9001-9/99); gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas (9003-5/00); produção e promoção de eventos esportivos (9319-1/01); discotecas, danceterias, salões de dança e similares (9329-8/01); restaurantes e similares (5611-2/01); bares e outros estabelecimentos



Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5551407262>



especializados em servir bebidas, sem entretenimento (5611-2/04); bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas, com entretenimento (5611-2/05); agências de viagem (7911-2/00); operadores turísticos (7912-1/00); atividades de jardins botânicos, zoológicos, parques nacionais, reservas ecológicas e áreas de proteção ambiental (9103-1/00); parques de diversão e parques temáticos (9321-2/00); atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte (9493-6/00)

.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

É imprescindível a reinclusão das atividades de produção de filme para publicidade (5911-1/02) e a inclusão das atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão (5911-1/99); atividades de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas (5912-0/99) e distribuição cinematográfica, de vídeo e de programas de televisão (5912-8/00) no rol das atividades abrangidas pelo Perse.

A crise provocada pela pandemia de Covid-19 abateu de forma muito severa o setor do cinema e do audiovisual, assim como o setor de eventos, os quais foram imediatamente proibidos de produzir, gravar, filmar e finalizar as obras audiovisuais, representadas especialmente por filmes e séries, inclusive publicitários. Como consequência, sem novas obras audiovisuais as atividades de distribuição foram afetadas tanto quanto a produção e a exibição, esta prevista originalmente na Lei n 14.148, de 2021. As atividades audiovisuais ocupam a maior parcela na economia criativa, representadas até 2019 por mais de 12.000 produtoras e distribuidoras registradas na Ancine e que geravam 657 mil empregos, 7,7 bilhões de reais de impostos arrecadados e 55,8 bilhões de reais em rendas nacionais e internacionais.

A seleção de atividades elegíveis para estes benefícios foi objeto de críticas e questionamentos judiciais, dadas as inconsistências nos critérios para fruição dos benefícios e a violação à equidade, mas é inegável que o Perse gerou para as atividades inclusas, benefícios econômicos e sociais inestimáveis,



Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5551407262>



como a preservação de empregos, estímulo à atividade econômica e o impulso para a recuperação de setor chave para a economia brasileira, recuperação que continua absolutamente lenta nessa atividade. Apenas neste ano as salas de cinema anunciam alguma recuperação real, o que significa que somente em 2023 se iniciaram as primeiras produções de novos projetos de cinema, série, documentários, entre outros.

No entanto, combinado com a crise da pandemia, o setor ainda não conseguiu acessar recursos suficientes para garantir uma retomada sustentável, nem mesmo editais do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA) que começaram a ser lançados em 2023 no mercado terão reflexos imediatos, já que os resultados, contratações e liberações de recursos ocorrem entre 1 e 2 anos, o que significa mais de 7 anos de reduções de negócios, lançamentos de produtos audiovisuais e resultados.

As reais dificuldades de retomada do setor por si só justificam a necessidade de inclusão das empresas de produção cinematográfica e distribuição audiovisual. Isso porque sua não inclusão no programa original não apenas gerou apoio ineficiente ao setor como um todo, mas também desencadeou controvérsias judiciais, as quais podem, agora, ser encerradas e evitadas, prestigiando-se a necessária equidade do tratamento fiscal outorgado a empresas de um mesmo setor, distanciando com o isso o flagrante desrespeito ao princípio da isonomia tributária.

Essa paralisação prolongada e a falta da inclusão no Perse resultou em perdas financeiras massivas, levando muitas empresas à beira da falência e milhares de trabalhadores do setor ao desemprego. Segundo dados levantados pela Agência Nacional do Cinema (ANCINE), foi observado um decréscimo considerável nos resultados da produção nacional no mercado de audiovisual com o início da pandemia de Covid-19. Em termos concretos, os números revelam uma queda acentuada na renda gerada pelos filmes brasileiros, que passou de R\$ 331 milhões em 2019 para apenas R\$ 131 milhões e diminuição de 167 para 59 obras audiovisuais lançadas em 2020.

Nem mesmo a inclusão no Perse, apesar de minimizar em muito os prejuízos acumulados, satisfaz a iminente necessidade de medidas de apoio



Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5551407262>



específicas para que o setor de audiovisual possa retomar plenamente a sua capacidade de produzir propriedades intelectuais e patrimoniais. Desde 2023, quando mais as empresas do setor precisavam de geração de novos negócios, as plataformas de streaming (vídeo por demanda), representadas pela Amazon, Paramount, Disney, entre outras, resolveram reduzir o volume de produções nacionais comparativamente aos anos que antecederam a pandemia de Covid-19, direcionando os seus investimentos para países em que há regulação do serviço.

A reformulação do Perse, que abranja o pleito dos produtores e distribuidores de cinema e audiovisual, restaura a confiança e estimula investimentos privados, a partir da sinalização da recuperação econômica e financeira das empresas, representando, portanto, oportunidade estratégica para impulsionar a resiliência e a vitalidade de um setor fundamental para a economia e a cultura do País.

Eles não apenas fornecem entretenimento e uma via de escape para o povo brasileiro, mas desempenham um papel crítico na promoção da diversidade cultural e na facilitação da expressão artística do País.

O fechamento de cinemas não afetou apenas os proprietários e funcionários desses estabelecimentos, mas também impactou os produtores e distribuidores que contam com essa janela de exibição para gerar receita significativa e promover e criar obras audiovisuais. Esses obstáculos destacam a necessidade de adequar os benefícios do Perse para incluir as empresas de distribuição audiovisual e de produção cinematográfica, reconhecendo importância delas para a saúde econômica e cultural do setor de entretenimento.

Não se trata de ampliar o programa, mas de adequadamente ajustar a escolha dos beneficiados. Contudo, a não inclusão de determinadas atividades, como a distribuição audiovisual e a produção cinematográfica não se compatibiliza com o apoio governamental a outras etapas da cadeia de produção em que aquelas se inserem.

Em resumo, a reinclusão e inclusão das empresas produtoras e distribuidoras de cinema e audiovisual nos benefícios do Perse não é apenas uma questão de equidade dentro do setor de entretenimento, mas uma estratégia



Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5551407262>



crucial para assegurar a recuperação abrangente e a sustentabilidade de um ecossistema vital para a economia e para a cultura.

Sala das sessões, 30 de abril de 2024.

Senadora Professora Dorinha Seabra
(UNIÃO - TO)



Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5551407262>



PL 1026/2024
00003

CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador Laércio Oliveira

EMENDA Nº
(ao PL 1026/2024)

Insira-se a seguinte redação ao artigo 1º no Projeto de Lei nº 1.026, de 2024, alterando a redação do *caput* do artigo 4º da Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021:

“Art.1º A Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘Art. 4º Ficam reduzidas a 0% (zero por cento) pelo prazo de 60 (sessenta) meses, contado do início da produção de efeitos desta Lei, as alíquotas dos seguintes tributos, incidentes sobre o resultado auferido pelas pessoas jurídicas pertencentes ao setor de eventos abrangendo as seguintes atividades econômicas, com os respectivos códigos da CNAE: hotéis (5510-8/01); apart- hotéis (5510-8/02); serviços de alimentação para eventos e recepções - bufê (5620-1/02); produção de filme para publicidade (5911-1/02); atividades de exibição cinematográfica (5914-6/00); criação de estandes para feiras e exposições (7319-0/01); atividades de produção de fotografias, exceto aérea e submarina (7420-0/01); filmagem de festas e eventos (7420-0/04); agenciamento de profissionais para atividades esportivas, culturais e artísticas (7490-1/05); aluguel de equipamentos recreativos e esportivos (7721-7/00); aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes (7739-0/03); serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente (7990-2/00); serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas (8230-0/01); casas de festas e eventos (8230-0/02); produção teatral (9001-9/01); produção musical (9001-9/02); produção de espetáculos de dança (9001-9/03); produção de espetáculos circenses, de marionetes e similares (9001-9/04);



Assinado eletronicamente, por Sen. Laércio Oliveira

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6313891626>

atividades de sonorização e de iluminação (9001-9/06); artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificadas anteriormente (9001-9/99); gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas (9003-5/00); produção e promoção de eventos esportivos (9319-1/01); discotecas, danceterias, salões de dança e similares (9329-8/01); restaurantes e similares (5611-2/01); bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas, sem entretenimento (5611-2/04); bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas, com entretenimento (5611-2/05); agências de viagem (7911-2/00); operadores turísticos (7912-1/00); atividades de jardins botânicos, zoológicos, parques nacionais, reservas ecológicas e áreas de proteção ambiental (9103-1/00); parques de diversão e parques temáticos (9321-2/00); atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte (9493-6/00).”

JUSTIFICAÇÃO

Com relação à revisão do Projeto de Lei concernente à atualização do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE), é fundamental que haja a reinclusão da categoria de Produção Audiovisual Publicitária (CNAE 5911-1/02) entre as atividades elegíveis para o benefício fiscal proposto.

Durante a pandemia de COVID-19, a indústria de produção audiovisual publicitária foi severamente afetada pelas restrições sanitárias impostas, o que impediu a realização de produções e resultou em uma redução substancial da capacidade operacional destas empresas. Este setor, fundamental para a dinamização da economia criativa e para a promoção de produtos e serviços através de diversas plataformas, enfrentou uma queda acentuada de receita, desencadeando problemas graves de fluxo de caixa, demissões significativas e uma redução na capacidade econômica de assumir novos projetos.

Muitas empresas do setor foram obrigadas a encerrar suas atividades, e aquelas que sobreviveram ainda se recuperam lentamente dos impactos econômicos. A retirada inesperada deste setor da cobertura do PERSE, após sua inclusão inicial, desencadeia um cenário de instabilidade e insegurança jurídica, prejudicando substancialmente o planejamento tributário das empresas que



Assinado eletronicamente, por Sen. Laércio Oliveira

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6313891626>



contavam com os benefícios do programa até o ano de 2027. Tal exclusão contradiz as intenções originais do programa de fornecer um suporte contínuo e estável que permita a recuperação e o fortalecimento sustentado das atividades econômicas afetadas pela pandemia.

Além disso, é importante ressaltar que a inclusão deste setor no rol de atividades beneficiadas pelo PERSE alinha-se aos objetivos de preservação de empregos e estímulo à retomada econômica. A produção audiovisual publicitária desempenha um papel crucial na cadeia de marketing e publicidade, setores essenciais para a recuperação de diversos outros setores econômicos.

Portanto, **é imperiosa a inclusão de volta do CNAE 5911-1/02 no rol de atividades beneficiárias do PERSE**, assegurando assim o apoio necessário para a superação dos desafios enfrentados por estas empresas e contribuindo para a estabilidade e previsibilidade necessárias para o planejamento e crescimento futuro.

Sala das sessões, 30 de abril de 2024.

Senador Laércio Oliveira
(PP - SE)



Assinado eletronicamente, por Sen. Laércio Oliveira

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6313891626>



PL 1026/2024
00004



CONGRESSO NACIONAL

Gabinete da Senadora SORAYA THRONICKE

EMENDA Nº
(ao PL 1026/2024)

Dê-se nova redação ao *caput* do art. 4º da Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021, como proposto pelo art. 1º do Projeto, nos termos a seguir:

“**Art. 4º** Ficam reduzidas a 0% (zero por cento) pelo prazo de 60 (sessenta) meses, contado do início da produção de efeitos desta Lei, as alíquotas dos seguintes tributos, incidentes sobre o resultado auferido pelas pessoas jurídicas pertencentes ao setor de eventos abrangendo as seguintes atividades econômicas, com os respectivos códigos da CNAE: hotéis (5510-8/01); apart-hotéis (5510-8/02); **motéis (5510-8/03)**; serviços de alimentação para eventos e recepções - bufê (5620-1/02); atividades de exibição cinematográfica (5914-6/00); criação de estandes para feiras e exposições (7319-0/01); atividades de produção de fotografias, exceto aérea e submarina (7420-0/01); filmagem de festas e eventos (7420-0/04); agenciamento de profissionais para atividades esportivas, culturais e artísticas (7490-1/05); aluguel de equipamentos recreativos e esportivos (7721-7/00); aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes (7739-0/03); serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente (7990-2/00); serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas (8230-0/01); casas de festas e eventos (8230-0/02); produção teatral (9001-9/01); produção musical (9001-9/02); produção de espetáculos de dança (9001-9/03); produção de espetáculos circenses, de marionetes e similares (9001-9/04); atividades de sonorização e de iluminação (9001-9/06); artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificadas anteriormente (9001-9/99); gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas (9003-5/00); produção e promoção de eventos esportivos (9319-1/01); discotecas, danceterias, salões de dança e similares (9329-8/01); restaurantes e similares (5611-2/01); bares e outros estabelecimentos



Assinado eletronicamente, por Sen. Soraya Thronicke

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1785563726>



especializados em servir bebidas, sem entretenimento (5611-2/04); bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas, com entretenimento (5611-2/05); agências de viagem (7911-2/00); operadores turísticos (7912-1/00); atividades de jardins botânicos, zoológicos, parques nacionais, reservas ecológicas e áreas de proteção ambiental (9103-1/00); parques de diversão e parques temáticos (9321-2/00); atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte (9493-6/00).

.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE, tem como um dos seus objetivos definir “uma base conceitual e de princípios metodológicos que permita a alocação consistente das unidades nas várias categorias da classificação”, desta forma a Seção ALOJAMENTO tem como grupo o código CNAE 55.1 – Hotéis e Similares, dentro deste grupo encontra-se a Subclasse 5510-8/03 Motéis. Em sua publicação “Introdução à Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE versão 2.0”, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE define os princípios norteadores da CNAE:

*A CNAE, tal como a CIIU/ISIC, tem como princípio ordenador básico o agrupamento de unidades em atividades detalhadas com base em similaridades na produção. A aplicação deste critério, contudo, não é rígida. Há casos em que o agrupamento de unidades se dá em função de outros critérios, como, por exemplo, a natureza ou o uso dos produtos produzidos. Ainda que na revisão da CNAE 2.0 se tenha procurado aplicar o critério da similaridade de processo de produção de forma mais consistente, **em alguns casos, a necessidade de continuidade, isto é, de comparabilidade com a versão anterior da classificação, e de atendimento a demandas de usuários sobrepõe-se à aplicação mais rígida deste princípio.** (grifo nosso)*

Diante disto, quando se leva em consideração o quesito da demanda de usuários a subclasse 5510-8/03 Motéis não se dissocia do grupo Hotéis e Similares, sendo que a atividade também atende a este tipo de demanda, a de alojamento. Assim, entendemos que a subclasse 5510-8/03 foi omitida do texto aprovado pela



Assinado eletronicamente, por Sen. Soraya Thronicke

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1785563726>



Câmara dos Deputados por não terem percebido esta agregação de atividade desenvolvida.

Neste prisma solicitamos a inserção do texto “5510-8/03 Motéis” no caput do art. 4º da Lei n.º 14.148, de 3 de maio de 2021, alterado pelo art. 1º do Projeto de Lei nº 1026, de 2024, qual representará mera adequação textual.

Portanto, contamos com o apoio dos Pares nessa relevante medida de potencial impacto federativo e para a liberdade econômica no País.

Sala das sessões, 29 de abril de 2024.

Senadora Soraya Thronicke
(PODEMOS - MS)



Assinado eletronicamente, por Sen. Soraya Thronicke

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1785563726>



PL 1026/2024
00005



CONGRESSO NACIONAL

Gabinete da Senadora Professora Dorinha Seabra

EMENDA Nº
(ao PL 1026/2024)

Dê-se nova redação ao *caput* do art. 4º da Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021, como proposto pelo art. 1º do Projeto, nos termos a seguir:

“**Art. 4º** Ficam reduzidas a 0% (zero por cento) pelo prazo de 60 (sessenta) meses, contado do início da produção de efeitos desta Lei, as alíquotas dos seguintes tributos, incidentes sobre o resultado auferido pelas pessoas jurídicas pertencentes ao setor de eventos abrangendo as seguintes atividades econômicas, com os respectivos códigos da CNAE: hotéis (5510-8/01); apart- hotéis (5510-8/02); serviços de alimentação para eventos e recepções - bufê (5620-1/02); produção de filme para publicidade (5911-1/02); atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão (5911-1/99); atividades de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas (5912-0/99); distribuição cinematográfica, de vídeo e de programas de televisão (5913-8/00); atividades de exibição cinematográfica (5914-6/00); criação de estandes para feiras e exposições (7319-0/01); atividades de produção de fotografias, exceto aérea e submarina (7420-0/01); filmagem de festas e eventos (7420-0/04); agenciamento de profissionais para atividades esportivas, culturais e artísticas (7490-1/05); aluguel de equipamentos recreativos e esportivos (7721-7/00); aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes (7739-0/03); serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente (7990-2/00); serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas (8230-0/01); casas de festas e eventos (8230-0/02); produção teatral (9001-9/01); produção musical (9001-9/02); produção de espetáculos de dança (9001-9/03); produção de espetáculos circenses, de marionetes e similares (9001-9/04); atividades de sonorização e de iluminação (9001 9/06); artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não



Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2983439035>



especificadas anteriormente (9001-9/99); gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas (9003-5/00); produção e promoção de eventos esportivos (9319-1/01); discotecas, danceterias, salões de dança e similares (9329-8/01); restaurantes e similares (5611-2/01); bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas, sem entretenimento (5611-2/04); bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas, com entretenimento (5611-2/05); agências de viagem (7911-2/00); operadores turísticos (7912-1/00); atividades de jardins botânicos, zoológicos, parques nacionais, reservas ecológicas e áreas de proteção ambiental (9103-1/00); parques de diversão e parques temáticos (9321-2/00); atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte (9493-6/00). Ficam reduzidas a 0% (zero por cento) pelo prazo de 60 (sessenta) meses, contado do início da produção de efeitos desta Lei, as alíquotas dos seguintes tributos, incidentes sobre o resultado auferido pelas pessoas jurídicas pertencentes ao setor de eventos abrangendo as seguintes atividades econômicas, com os respectivos códigos da CNAE: hotéis (5510-8/01); apart-hotéis (5510-8/02); serviços de alimentação para eventos e recepções - bufê (5620-1/02); atividades de exibição cinematográfica (5914-6/00); criação de estandes para feiras e exposições (7319-0/01); atividades de produção de fotografias, exceto aérea e submarina (7420-0/01); filmagem de festas e eventos (7420-0/04); agenciamento de profissionais para atividades esportivas, culturais e artísticas (7490-1/05); aluguel de equipamentos recreativos e esportivos (7721-7/00); aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes (7739-0/03); serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente (7990-2/00); serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas (8230-0/01); casas de festas e eventos (8230-0/02); produção teatral (9001-9/01); produção musical (9001-9/02); produção de espetáculos de dança (9001-9/03); produção de espetáculos circenses, de marionetes e similares (9001-9/04); atividades de sonorização e de iluminação (9001-9/06); artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificadas anteriormente (9001-9/99); gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas (9003-5/00); produção e promoção de eventos esportivos (9319-1/01); discotecas, danceterias, salões de dança e similares (9329-8/01); restaurantes e similares (5611-2/01); bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas, sem entretenimento (5611-2/04); bares e outros estabelecimentos especializados em



Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2983439035>



servir bebidas, com entretenimento (5611-2/05); agências de viagem (7911-2/00); operadores turísticos (7912-1/00); atividades de jardins botânicos, zoológicos, parques nacionais, reservas ecológicas e áreas de proteção ambiental (9103-1/00); parques de diversão e parques temáticos (9321-2/00); atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte (9493-6/00).

.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto que reformula os incentivos fiscais do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) é imprescindível que haja a reinclusão das atividades de produção de filme para publicidade (5911-1/02) e inclusão das atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão (5911-1/99); atividades de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas (5912-0/99) e distribuição cinematográfica, de vídeo e de programas de televisão (5912-8/00) no rol das atividades abrangidas pela Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021

A crise provocada pela pandemia de COVID-19 abateu de forma muito grave o setor do cinema e do audiovisual, assim como o setor de eventos, os quais foram imediatamente proibidos de produzir, gravar, filmar e finalizar as obras audiovisuais, representadas especialmente por filmes e séries, inclusive publicitários, entre outros, como consequência, sem novas obras audiovisuais as atividades de distribuição foram afetadas tanto como à produção e a exibição, esta última prevista originalmente na Lei 14.148. As atividades audiovisuais ocupam a maior parcela na economia criativa, representadas até 2019 por mais de 12.000 produtoras e distribuidoras registradas na Ancine e que geravam 657mil empregos, 7,7bi de impostos arrecadados e 55,8bi de rendas nacionais e internacionais.

A seleção de atividades elegíveis para estes benefícios foi objeto de críticas e questionamentos judiciais, dadas as inconsistências nos critérios para fruição dos benefícios e a violação à equidade, mas é inegável que o Perse



Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2983439035>



gerou para as atividades inclusas, benefícios econômicos e sociais inestimáveis, como a preservação de empregos, estímulo à atividade econômica e o impulso para a recuperação de setor, chave para a economia brasileira, recuperação que continua absolutamente lenta nesta atividade. Apenas neste ano as salas de cinema anunciam alguma recuperação real, o que significa que somente em 2023 iniciarem-se as primeiras produções de novos projetos de cinema, série, documentários, entre outros.

No entanto, combinado com a crise da pandemia, o setor ainda não conseguiu acessar recursos suficientes para garantir uma retomada sustentável, nem mesmo editais do FSA – Fundo setorial do audiovisual que começaram a ser lançados em 2023 no mercado terão reflexos imediatos, já que os resultados, contratações e liberações de recursos ocorrem entre 1 e 2 anos, o que significarão mais de 7 anos de reduções de negócios, lançamentos de produtos audiovisuais e resultados.

As reais dificuldades de retomada do setor por si só justificam a necessidade de inclusão das empresas de produção cinematográfica e distribuição audiovisual. Isso porque, sua não inclusão no programa original não apenas gerou apoio ineficiente ao setor como um todo, mas, também, desencadeou controvérsias judiciais, as quais podem, agora, serem encerradas e evitadas, prestigiando-se a necessária equidade do tratamento fiscal outorgado a empresas de um mesmo setor, distanciando com o isto flagrante desrespeito ao princípio da isonomia tributária.

Essa paralisação prolongada e falta da inclusão no Perse resultou em perdas financeiras massivas, levando muitas empresas à beira da falência e milhões de trabalhadores do setor ao desemprego. Segundo dados levantados pela Agência Nacional do Cinema (“ANCINE”), foi observado um decréscimo considerável nos resultados da produção nacional no mercado de audiovisual com o início da pandemia de COVID-19. Em termos concretos, os números revelam uma



Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2983439035>



queda acentuada na renda gerada pelos filmes brasileiros, que passou de R\$ 331 milhões em 2019 para apenas R\$ 131 milhões e diminuição de 167 para 59 obras audiovisuais lançadas em 2020.

Nem mesmo a inclusão no Perse, apesar de minimizar em muito os prejuízos acumulados, não satisfaz a eminente necessidade de medidas de apoio específicas para que o setor de audiovisual possa retomar plenamente a sua capacidade de produzir propriedades intelectuais e patrimoniais. A partir de 2023, quando mais as empresas do setor precisavam de geração de novos negócios, as plataformas de streaming (vídeo por demanda), representadas pela Amazon, Paramount, Disney, entre outras, resolveram reduzir o volume de produções nacionais, se comparado aos anos que antecederam a pandemia de COVID-19, direcionando os seus investimentos para países que hajam regulação do serviço e obrigatoriedade de licenciamento em conteúdos brasileiros, regulação esta que tramita no Congresso Nacional desde 2017.

A reformulação do Perse, que abarque o pleito dos produtores e distribuidores de cinema e audiovisual, restaura a confiança e estimula investimentos privados, a partir da sinalização da recuperação econômica e financeira das empresas, representando, portanto, oportunidade estratégica para impulsionar a resiliência e a vitalidade de um setor fundamental para a economia e a cultura do país.

Eles não apenas fornecem entretenimento e uma via de escape para o povo brasileiro, mas desempenham um papel crítico na promoção da diversidade cultural e na facilitação da expressão artística do país. a não inclusão das empresas que operam na atividade de distribuição audiovisual e na produção cinematográfica quando o objetivo primeiro do programa – expressamente previsto no art. 2, §1, III da Lei 14.148/21 foi o de amparar a atividade cinematográfica



Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2983439035>



O fechamento de cinemas não afetou apenas os proprietários e funcionários desses estabelecimentos, mas também impactou os produtores e distribuidores que contam com essa janela de exibição para gerar receita significativa e promover e criar obras audiovisuais. Esses obstáculos destacam a necessidade de adequar os benefícios do PERSE para incluir as empresas de distribuição audiovisual e de produção cinematográfica, reconhecendo importância delas para a saúde econômica e cultural do setor de entretenimento.

Não se trata de ampliar o programa, mas de adequadamente ajustar a escolha dos beneficiados. Contudo, a não inclusão de determinadas atividades, como a distribuição audiovisual e a produção cinematográfica, não se compatibiliza com o apoio governamental a outras etapas da cadeia de produção em que aquelas se inserem.

Em resumo, a ***reinclusão e inclusão das empresas produtoras e distribuidoras de cinema e audiovisual nos benefícios do PERSE*** não é apenas uma questão de equidade dentro do setor de entretenimento, mas uma estratégia crucial para assegurar a recuperação abrangente e a sustentabilidade de um ecossistema vital para a economia e para a cultura.

Sala das sessões, 30 de abril de 2024.

**Senadora Professora Dorinha Seabra
(UNIÃO - TO)**



Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2983439035>



PL 1026/2024
00006

CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador Esperidião Amin

EMENDA Nº
(ao PL 1026/2024)

Dê-se nova redação ao *caput* do art. 4º da Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021, como proposto pelo art. 1º do Projeto, nos termos a seguir:

“**Art. 4º** Ficam reduzidas a 0% (zero por cento) pelo prazo de 60 (sessenta) meses, contado do início da produção de efeitos desta Lei, as alíquotas dos seguintes tributos, incidentes sobre o resultado auferido pelas pessoas jurídicas pertencentes ao setor de eventos abrangendo as seguintes atividades econômicas, com os respectivos códigos da CNAE: hotéis (5510-8/01); apart-hotéis (5510-8/02); serviços de alimentação para eventos e recepções - bufê (5620-1/02); produtora de filmes para publicidade (5911-1/02); atividades de exibição cinematográfica (5914-6/00); criação de estandes para feiras e exposições (7319-0/01); atividades de produção de fotografias, exceto aérea e submarina (7420-0/01); filmagem de festas e eventos (7420-0/04); agenciamento de profissionais para atividades esportivas, culturais e artísticas (7490-1/05); aluguel de equipamentos recreativos e esportivos (7721-7/00); aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes (7739-0/03); serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente (7990-2/00); serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas (8230-0/01); casas de festas e eventos (8230-0/02); produção teatral (9001-9/01); produção musical (9001-9/02); produção de espetáculos de dança (9001-9/03); produção de espetáculos circenses, de marionetes e similares (9001-9/04); atividades de sonorização e de iluminação (9001-9/06); artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificadas anteriormente (9001-9/99); gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas (9003-5/00); produção e promoção de eventos esportivos (9319-1/01); discotecas, danceterias, salões de dança e similares (9329-8/01); restaurantes e similares



Assinado eletronicamente, por Sen. Esperidião Amin

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3971917897>

(5611-2/01); bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas, sem entretenimento (5611-2/04); bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas, com entretenimento (5611-2/05); agências de viagem (7911-2/00); operadores turísticos (7912-1/00); atividades de jardins botânicos, zoológicos, parques nacionais, reservas ecológicas e áreas de proteção ambiental (9103-1/00); parques de diversão e parques temáticos (9321-2/00); atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte (9493-6/00).

.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto reformula os incentivos fiscais do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), nesse contexto é imprescindível que haja a reinclusão das atividades de produção de filmes para publicidade no rol das atividades abrangidas pela Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021.

A reinclusão, ora proposta, é estratégica para a recuperação e sustentabilidade de um ecossistema, de produção audiovisual, vital para a economia e à manutenção de empregos.

Sala das sessões, 30 de abril de 2024.

Senador Esperidião Amin
(PP - SC)



Assinado eletronicamente, por Sen. Esperidião Amin

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3971917897>





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora SORAYA THRONICKE

PL 1026/2024
00007EMENDA nº _____ ,
(ao PL Nº 1026/2024)

Dê-se nova redação ao art. 4º da Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021, como proposto pelo art. 1º do Projeto, nos termos a seguir:

“Art. 4º Ficam reduzidas a 0% (zero por cento) pelo prazo de 60 (sessenta) meses, contado do início da produção de efeitos desta Lei, as alíquotas dos seguintes tributos, incidentes sobre o resultado auferido pelas pessoas jurídicas pertencentes ao setor de eventos abrangendo as seguintes atividades econômicas, com os respectivos códigos da CNAE: hotéis(5510-8/01); apart-hotéis (5510-8/02); serviços de alimentação para eventos e recepções - bufê (5620-1/02); atividades de exibição cinematográfica(5914-6/00); criação de estandes para feiras e exposições (7319-0/01); atividades de produção de fotografias, exceto aérea e submarina (7420-0/01); filmagem de festas e eventos (7420-0/04); agenciamento de profissionais para atividades esportivas, culturais e artísticas (7490-1/05); aluguel de equipamentos recreativos e esportivos (7721-7/00); aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes (7739-0/03); serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente (7990-2/00); serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas (8230-0/01); casas de festas e eventos (8230-0/02); produção teatral (9001-9/01); produção musical (9001-9/02); produção de espetáculos de dança (9001-9/03); produção de espetáculos circenses, de marionetes e similares (9001-9/04); atividades de sonorização e de iluminação (9001-9/06); artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificadas anteriormente (9001-9/99); gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas (9003-5/00); produção e promoção de eventos esportivos (9319-1/01); discotecas, danceterias, salões de dança e similares (9329-8/01); restaurantes e similares (5611-2/01); bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas, sem entretenimento (5611-2/04); bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas, com entretenimento(5611-2/05); agências de viagem (7911-2/00); operadores turísticos (7912-1/00); atividades de jardins botânicos, zoológicos, parques nacionais, reservas ecológicas e áreas de proteção ambiental (9103-1/00); parques de diversão e parques temáticos (9321-2/00); atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte (9493-6/00); **transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional (4929-9/02).**

.....
§ 5º Terão direito à fruição do benefício fiscal de que trata este artigo, condicionada à regularidade, em 18 de março de 2022, ou adquirida entre essa data e 30 de maio de 2023, de sua situação perante o Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos (Cadastur), nos termos



Assinado eletronicamente, por Sen. Soraya Thronicke

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3603141707>



SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora SORAYA THRONICKE

dos arts. 21 e 22 da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008 (Política Nacional de Turismo), as pessoas jurídicas que exercem as seguintes atividades econômicas: restaurantes e similares (5611-2/01); bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas, sem entretenimento (5611-2/04); bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas, com entretenimento (5611-2/05); agências de viagem (7911-2/00); operadores turísticos (79121/00); atividades de jardins botânicos, zoológicos, parques nacionais, reservas ecológicas e áreas de proteção ambiental (9103-1/00); parques de diversão e parques temáticos (9321-2/00); atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte (9493-6/00); **transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional (4929-9/02).**

.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

O Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) foi criado para mitigar o impacto financeiro das empresas que mais foram afetadas pelas medidas restritivas de contato social no período da pandemia da COVID-19. Dentre as medidas, foi prevista a redução a zero das alíquotas de PIS, Cofins, CSLL e IRPJ.

Inicialmente o Programa beneficiou 88 CNAE's. Mais tarde, pela MP 1202/2023, o Governo buscou a extinção gradativa da Perse, definindo prazos para a retomada da incidência de alíquotas para os tributos federais supra para o cumprimento da meta fiscal.

No entanto, por força da MP 1147/2022, convertida na Lei 14.592/2023, o programa foi restrito a 44 CNAE's e atualmente, com base no PL 1026/2024, a redação originária pretende novamente reduzir drasticamente as atividades beneficiárias.

O assunto merece preocupação porque afeta drasticamente os setores que estão sendo excluídos do rol do art. 4º da Lei 14148/2021, colocando-os em risco.

Inegavelmente os setores de eventos e turismo foram duramente impactados pelo COVID. A desoneração tributária e a possibilidade de renegociação de dívidas tributárias permitiram mitigar o endividamento dos 2 anos de estrangulamento de suas receitas, quando boa parte de suas empresas tiveram que suspender ou reduzir drasticamente suas atividades.

A simples exclusão dos beneficiários, como considera o texto original, coloca em risco a sustentabilidade de diversas empresas, que de forma inesperada podem se ver novamente em risco de não honrarem com seus compromissos e se tornarem insolventes das dívidas acumuladas entre 2020 e 2021.



Assinado eletronicamente, por Sen. Soraya Thronicke

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3603141707>





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora SORAYA THRONICKE

O setor de fretamento inclui-se dentro do rol de atividades partícipes do Sistema Nacional de Turismo instituída pela Lei 11.771/2008. Essas empresas, assim como outras relacionadas ao setor, possuem seus cadastros no CADASTUR, sendo que a atividade de transporte realizado por este segmento torna-se meio às outras atividades turísticas, evento e lazer beneficiário. Portanto, por simples questão de isonomia, proporcionalidade e razão, é essencial a sua inclusão.

Fala-se de um serviço que movimenta ao ano cerca de 12 milhões de passageiros, isso sem contar com o volume de passageiros transportados nos estados e nas cidades, e que durante os anos de pandemia perderam quase toda a demanda. Os investimentos em ativos representam custos extraordinários para essas empresas, um ônibus novo de turismo possui valor próximo de R\$2 milhões de reais. Conforme dados da ANTT, o setor chegou a perder mais de um terço da sua estrutura operacional por força da pandemia. Aos poucos essas empresas vêm se reerguendo, mas a mudança antecipada fiscal pretendida pode colocar o setor inteiro novamente sobre ameaça.

Fala-se em cerca de 20.000 empregos diretos comprometidos, sem contar com os empregos indiretos que o setor movimenta. Isso sem contar que as empresas do fretamento, quando não pertencentes aos grandes grupos de viação, são empresas de pequeno porte, normalmente empresas familiares.

Não é razoável sugerir nova focalização sobre as atividades de turismo e eventos e excluir o fretamento turístico e os intermediadores do turismo para a recomposição das receitas públicas às custas dos impactos sócio econômicos.

É dever da União, Estados, Distrito Federal e Municípios promover, nos termos do Art. 180 da CF/88, o turismo como desenvolvimento social e econômico, sendo que o fretamento de pessoas está integrado ao Sistema Nacional de Viação de relevância nacional para a integração do território e o desenvolvimento social e econômico do país.

Sala das sessões, 30 de abril de 2024.

Senadora Soraya Thronicke
(PODEMOS - MS)



Assinado eletronicamente, por Sen. Soraya Thronicke

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3603141707>



PL 1026/2024
00008

CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador Zequinha Marinho

EMENDA Nº
(ao PL 1026/2024)

Dê-se nova redação ao *caput* do art. 4º da Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021, como proposto pelo art. 1º do Projeto, nos termos a seguir:

“**Art. 4º** Ficam reduzidas a 0% (zero por cento) pelo prazo de 60 (sessenta) meses, contado do início da produção de efeitos desta Lei, as alíquotas dos seguintes tributos, incidentes sobre o resultado auferido pelas pessoas jurídicas pertencentes ao setor de eventos abrangendo as seguintes atividades econômicas, com os respectivos códigos da CNAE: hotéis(5510-8/01); apart-hotéis (5510-8/02); fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para empresas (5620-1/01); serviços de alimentação para eventos e recepções - bufê (5620-1/02); atividades de exibição cinematográfica(5914-6/00); criação de estandes para feiras e exposições (7319-0/01); atividades de produção de fotografias, exceto aérea e submarina (7420-0/01); filmagem de festas e eventos (7420-0/04); agenciamento de profissionais para atividades esportivas, culturais e artísticas (7490-1/05); aluguel de equipamentos recreativos e esportivos (7721-7/00); aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes (7739-0/03); serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente (7990-2/00); serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas (8230-0/01); casas de festas e eventos (8230-0/02); produção teatral (9001-9/01); produção musical (9001-9/02); produção de espetáculos de dança (9001-9/03); produção de espetáculos circenses, de marionetes e similares (9001-9/04); atividades de sonorização e de iluminação (9001-9/06); artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificadas anteriormente (9001-9/99); gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas (9003-5/00); produção e promoção de eventos esportivos (9319-1/01); discotecas, danceterias, salões de dança e similares(9329-8/01); restaurantes e similares (5611-2/01); bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas, sem entretenimento (5611-2/04); bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas, com entretenimento(5611-2/05); agências de viagem (7911-2/00); operadores turísticos (7912-1/00); atividades de jardins botânicos, zoológicos, parques nacionais, reservas ecológicas e áreas de proteção ambiental (9103-1/00);



Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6419538362>

parques de diversão e parques temáticos (9321-2/00); atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte (9493-6/00).

.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda visa incluir os serviços de fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para empresas no PERSE.

Como é de conhecimento geral, esse Programa estabeleceu ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos e foi instituído pela Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021, com o objetivo de abrandar as perdas decorrentes da pandemia de Covid-19, por meio da disponibilização de medidas de auxílio ao setor econômico.

É injustificável a não inclusão de um segmento tão importante na geração de emprego e renda que suportou, assim como os demais, os severos efeitos da pandemia.

Aproveitamos, assim, este momento de revisão dos benefícios relativos ao Perse para corrigir a distorção.

Sala das sessões, 30 de abril de 2024.

Senador Zequinha Marinho
(PODEMOS - PA)



Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6419538362>



PL 1026/2024
00009

CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº
(ao PL 1026/2024)

Suprima-se o § 12 do art. 4º da Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021, como proposto pelo art. 1º do Projeto.

JUSTIFICAÇÃO

As restrições impostas para conter a pandemia de Covid-19 afetaram imensamente o setor de eventos. Os impactos da interrupção dos eventos, do turismo e das atividades gastronômicas foram brutais para as empresas que atuam nesse segmento. Foi necessário um esforço inicial privado de todos os empresários do setor para manutenção dos funcionários e da infraestrutura essenciais às operações do setor.

As empresas do setor se planejaram fiscal e financeiramente com base na perspectiva de fruição integral dos benefícios originalmente garantidos pela Lei nº 14.148/2021. A revogação dos benefícios da alíquota reduzida do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) prejudicaria ainda mais essas empresas, que ainda estão se recuperando dos impactos sofridos durante o período de confinamento.

Esta emenda visa garantir a equidade entre todas as empresas do setor de eventos, especialmente para as empresas tributadas com base no lucro real, que foram severamente impactadas pelos efeitos econômicos da pandemia.

O Projeto de Lei já estabelece um limite máximo de R\$ 15.000.000.000,00 (quinze bilhões de reais) para o custo fiscal de gasto tributário, conforme detalhado no Art. 4o-A, garantindo que o governo tenha previsibilidade



Assinado eletronicamente, por Sen. Carlos Portinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2248678624>

financeira e possa planejar adequadamente suas despesas. Portanto, não há motivo para restringir a possibilidade de empresas tributadas com base no lucro presumido ou arbitrado usufruírem da alíquota reduzida da CSLL e do IRPJ nos anos de 2025 e 2026.

A restrição imposta exclusivamente às empresas tributadas com base no lucro real ou arbitrado para usufruírem do benefício fiscal durante os exercícios de 2025 e 2026 estabelecida pelo § 12 do Projeto de Lei, cria uma disparidade injustificável entre diferentes formas de tributação (lucro real e arbitrado em comparação com o lucro presumido), prejudicando as empresas do lucro real ou arbitrado, que já enfrentam desafios significativos desde o início da pandemia de Covid-19.

É importante destacar que as empresas tributadas com base no lucro real desempenham um papel fundamental na economia, empregando inúmeros trabalhadores e contribuindo significativamente para o desenvolvimento econômico do país. Portanto, não seria prudente restringir seu acesso ao benefício fiscal durante um período crucial de recuperação econômica.

Assim, a exclusão do § 12 do Projeto de Lei é fundamental para garantir que todas as empresas tributadas de forma distinta tenham acesso igualitário ao benefício fiscal e possam continuar a se recuperar dos impactos causados às empresas do setor de eventos em virtude das restrições impostas para conter a pandemia de Covid-19.

Sala das sessões, 30 de abril de 2024.

Senador Carlos Portinho
(PL - RJ)



Assinado eletronicamente, por Sen. Carlos Portinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2248678624>



PL 1026/2024
00010



CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº
(ao PL 1026/2024)

Dê-se nova redação ao *caput* do art. 4º da Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021, como proposto pelo art. 1º do Projeto, nos termos a seguir:

“**Art. 4º** Ficam reduzidas a 0% (zero por cento) pelo prazo de 60 (sessenta) meses, contado do início da produção de efeitos desta Lei, as alíquotas dos seguintes tributos, incidentes sobre o resultado auferido pelas pessoas jurídicas pertencentes ao setor de eventos abrangendo as seguintes atividades econômicas, com os respectivos códigos da CNAE: hotéis (5510-8/01); apart-hotéis (5510-8/02); serviços de alimentação para eventos e recepções - bufê (5620-1/02); atividades de exibição cinematográfica (5914-6/00); criação de estandes para feiras e exposições (7319-0/01); atividades de produção de fotografias, exceto aérea e submarina (7420-0/01); filmagem de festas e eventos (7420-0/04); agenciamento de profissionais para atividades esportivas, culturais e artísticas (7490-1/05); aluguel de equipamentos recreativos e esportivos (7721-7/00); aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes (7739-0/03); serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente (7990-2/00); serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas (8230-0/01); casas de festas e eventos (8230-0/02); produção teatral (9001-9/01); produção musical (9001-9/02); produção de espetáculos de dança (9001-9/03); produção de espetáculos circenses, de marionetes e similares (9001-9/04); atividades de sonorização e de iluminação (9001-9/06); artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificadas anteriormente (9001-9/99); gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas (9003-5/00); produção e promoção de eventos esportivos (9319-1/01); discotecas, danceterias, salões de dança e similares (9329-8/01); restaurantes e similares (5611-2/01); bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas, sem



Assinado eletronicamente, por Sen. Carlos Portinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2897358909>



entretenimento (5611-2/04); bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas, com entretenimento (5611-2/05); agências de viagem (7911-2/00); operadores turísticos (7912-1/00); atividades de museus e de exploração de lugares e prédios históricos e atrações similares (9102-3/01); atividades de jardins botânicos, zoológicos, parques nacionais, reservas ecológicas e áreas de proteção ambiental (9103-1/00); parques de diversão e parques temáticos (9321-2/00); atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte (9493-6/00).

.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

Atualmente, os museus atuam como centros culturais e reúnem atividades com música, dança, teatro, fotografia, literatura e gastronomia, entre outras, abertas à participação do público. Além de apreciar as exposições, o público pode aproveitar os eventos gratuitos ou de baixo custo oferecidas pelas organizações.

Diante do exposto, é essencial incluí-los no dispositivo.

Sala das sessões, 30 de abril de 2024.

Senador Carlos Portinho
(PL - RJ)



Assinado eletronicamente, por Sen. Carlos Portinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2897358909>



PL 1026/2024
00011**EMENDA Nº**
(ao PL 1026/2024)

Dê-se nova redação ao *caput* do art. 4º da Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021, como proposto pelo art. 1º do Projeto, nos termos a seguir:

“**Art. 4º** Ficam reduzidas a 0% (zero por cento) pelo prazo de 60 (sessenta) meses, contado do início da produção de efeitos desta Lei, as alíquotas dos seguintes tributos, incidentes sobre o resultado auferido pelas pessoas jurídicas pertencentes ao setor de eventos abrangendo as seguintes atividades econômicas, com os respectivos códigos da CNAE: hotéis (5510-8/01); apart- hotéis (5510-8/02); serviços de alimentação para eventos e recepções - bufê (5620-1/02); produção de filme para publicidade (5911-1/02); atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão (5911-1/99); atividades de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas (5912-0/99); distribuição cinematográfica, de vídeo e de programas de televisão (5913-8/00); atividades de exibição cinematográfica (5914-6/00); criação de estandes para feiras e exposições (7319-0/01); atividades de produção de fotografias, exceto aérea e submarina (7420-0/01); filmagem de festas e eventos (7420-0/04); agenciamento de profissionais para atividades esportivas, culturais e artísticas (7490-1/05); aluguel de equipamentos recreativos e esportivos (7721-7/00); aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes (7739-0/03); serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente (7990-2/00); serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas (8230-0/01); casas de festas e eventos (8230-0/02); produção teatral (9001-9/01); produção musical (9001-9/02); produção de espetáculos de dança (9001-9/03); produção de espetáculos circenses, de marionetes e similares (9001-9/04); atividades de sonorização e de iluminação (9001-9/06); artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificadas anteriormente (9001-9/99); gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas (9003-5/00); produção e promoção de eventos esportivos (9319-1/01); discotecas, danceterias, salões de dança e similares (9329-8/01); restaurantes e similares (5611-2/01); bares e outros estabelecimentos



especializados em servir bebidas, sem entretenimento (5611-2/04); bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas, com entretenimento (5611-2/05); agências de viagem (7911-2/00); operadores turísticos (7912-1/00); atividades de jardins botânicos, zoológicos, parques nacionais, reservas ecológicas e áreas de proteção ambiental (9103-1/00); parques de diversão e parques temáticos (9321-2/00); atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte (9493-6/00).

.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto que reformula os incentivos fiscais do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) é imprescindível que haja a reinclusão das atividades de produção de filme para publicidade (5911-1/02) e inclusão das atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão (5911-1/99); atividades de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas (5912-0/99) e distribuição cinematográfica, de vídeo e de programas de televisão (5912-8/00) no rol das atividades abrangidas pela Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021

A crise provocada pela pandemia de COVID-19 abateu de forma muito grave o setor do cinema e do audiovisual, assim como o setor de eventos, os quais foram imediatamente proibidos de produzir, gravar, filmar e finalizar as obras audiovisuais, representadas especialmente por filmes e séries, inclusive publicitários, entre outros, como consequência, sem novas obras audiovisuais as atividades de distribuição foram afetadas tanto como à produção e a exibição, esta última prevista originalmente na Lei 14.148. As atividades audiovisuais ocupam a maior parcela na economia criativa, representadas até 2019 por mais de 12.000 produtoras e distribuidoras registradas na Ancine e que geravam 657mil empregos, 7,7bi de impostos arrecadados e 55,8bi de rendas nacionais e internacionais.

A seleção de atividades elegíveis para estes benefícios foi objeto de críticas e questionamentos judiciais, dadas as inconsistências nos critérios para fruição dos benefícios e a violação à equidade, mas é inegável que o Perse



gerou para as atividades inclusas, benefícios econômicos e sociais inestimáveis, como a preservação de empregos, estímulo à atividade econômica e o impulso para a recuperação de setor, chave para a economia brasileira, recuperação que continua absolutamente lenta nesta atividade. Apenas neste ano as salas de cinema anunciam alguma recuperação real, o que significa que somente em 2023 iniciarem-se as primeiras produções de novos projetos de cinema, série, documentários, entre outros.

No entanto, combinado com a crise da pandemia, o setor ainda não conseguiu acessar recursos suficientes para garantir uma retomada sustentável, nem mesmo editais do FSA – Fundo setorial do audiovisual que começaram a ser lançados em 2023 no mercado terão reflexos imediatos, já que os resultados, contratações e liberações de recursos ocorrem entre 1 e 2 anos, o que significarão mais de 7 anos de reduções de negócios, lançamentos de produtos audiovisuais e resultados.

As reais dificuldades de retomada do setor por si só justificam a necessidade de inclusão das empresas de produção cinematográfica e distribuição audiovisual. Isso porque, sua não inclusão no programa original não apenas gerou apoio ineficiente ao setor como um todo, mas, também, desencadeou controvérsias judiciais, as quais podem, agora, serem encerradas e evitadas, prestigiando-se a necessária equidade do tratamento fiscal outorgado a empresas de um mesmo setor, distanciando com o isto flagrante desrespeito ao princípio da isonomia tributária

Essa paralisação prolongada e falta da inclusão no Perse resultou em perdas financeiras massivas, levando muitas empresas à beira da falência e milhões de trabalhadores do setor ao desemprego. Segundo dados levantados pela Agência Nacional do Cinema (“ANCINE”), foi observado um decréscimo considerável nos resultados da produção nacional no mercado de audiovisual com o início da pandemia de COVID-19. Em termos concretos, os números revelam uma queda acentuada na renda gerada pelos filmes brasileiros, que passou de R\$ 331 milhões em 2019 para apenas R\$ 131 milhões e diminuição de 167 para 59 obras audiovisuais lançadas em 2020.



Nem mesmo a inclusão no Perse, apesar de minimizar em muito os prejuízos acumulados, não satisfaz a eminente necessidade de medidas de apoio específicas para que o setor de audiovisual possa retomar plenamente a sua capacidade de produzir propriedades intelectuais e patrimoniais. A partir de 2023, quando mais as empresas do setor precisavam de geração de novos negócios, as plataformas de streaming (vídeo por demanda), representadas pela Amazon, Paramount, Disney, entre outras, resolveram reduzir o volume de produções nacionais, se comparado aos anos que antecederam a pandemia de COVID-19, direcionando os seus investimentos para países que hajam regulação do serviço e obrigatoriedade de licenciamento em conteúdos brasileiros, regulação esta que tramita no Congresso Nacional desde 2017.

A reformulação do Perse, que abarque o pleito dos produtores e distribuidores de cinema e audiovisual, restaura a confiança e estimula investimentos privados, a partir da sinalização da recuperação econômica e financeira das empresas, representando, portanto, oportunidade estratégica para impulsionar a resiliência e a vitalidade de um setor fundamental para a economia e a cultura do país.

Eles não apenas fornecem entretenimento e uma via de escape para o povo brasileiro, mas desempenham um papel crítico na promoção da diversidade cultural e na facilitação da expressão artística do país. a não inclusão das empresas que operam na atividade de distribuição audiovisual e na produção cinematográfica quando o objetivo primeiro do programa – expressamente previsto no art. 2, §1, III da Lei 14.148/21 foi o de amparar a atividade cinematográfica

O fechamento de cinemas não afetou apenas os proprietários e funcionários desses estabelecimentos, mas também impactou os produtores e distribuidores que contam com essa janela de exibição para gerar receita significativa e promover e criar obras audiovisuais. Esses obstáculos destacam a necessidade de adequar os benefícios do PERSE para incluir as empresas de distribuição audiovisual e de produção cinematográfica, reconhecendo importância delas para a saúde econômica e cultural do setor de entretenimento.



Não se trata de ampliar o programa, mas de adequadamente ajustar a escolha dos beneficiados. Contudo, a não inclusão de determinadas atividades, como a distribuição audiovisual e a produção cinematográfica, não se compatibiliza com o apoio governamental a outras etapas da cadeia de produção em que aquelas se inserem.

Em resumo, a ***reinclusão e inclusão das empresas produtoras e distribuidoras de cinema e audiovisual nos benefícios do PERSE*** não é apenas uma questão de equidade dentro do setor de entretenimento, mas uma estratégia crucial para assegurar a recuperação abrangente e a sustentabilidade de um ecossistema vital para a economia e para a cultura.

Sala das sessões, 30 de abril de 2024.



PL 1026/2024
00012**EMENDA Nº**
(ao PL 1026/2024)

Dê-se nova redação ao *caput* do art. 4º da Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021, como proposto pelo art. 1º do Projeto, nos termos a seguir:

“**Art. 4º** Ficam reduzidas a 0% (zero por cento) pelo prazo de 60 (sessenta) meses, contado do início da produção de efeitos desta Lei, as alíquotas dos seguintes tributos, incidentes sobre o resultado auferido pelas pessoas jurídicas pertencentes ao setor de eventos abrangendo as seguintes atividades econômicas, com os respectivos códigos da CNAE: hotéis (5510-8/01); apart- hotéis (5510-8/02); serviços de alimentação para eventos e recepções - bufê (5620-1/02); produção de filme para publicidade (5911-1/02); atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão (5911-1/99); atividades de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas (5912-0/99); distribuição cinematográfica, de vídeo e de programas de televisão (5913-8/00); atividades de exibição cinematográfica (5914-6/00); criação de estandes para feiras e exposições (7319-0/01); atividades de produção de fotografias, exceto aérea e submarina (7420-0/01); filmagem de festas e eventos (7420-0/04); agenciamento de profissionais para atividades esportivas, culturais e artísticas (7490-1/05); aluguel de equipamentos recreativos e esportivos (7721-7/00); aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes (7739-0/03); serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente (7990-2/00); serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas (8230-0/01); casas de festas e eventos (8230-0/02); produção teatral (9001-9/01); produção musical (9001-9/02); produção de espetáculos de dança (9001-9/03); produção de espetáculos circenses, de marionetes e similares (9001-9/04); atividades de sonorização e de iluminação (9001-9/06); artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificadas anteriormente (9001-9/99); gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas (9003-5/00); produção e promoção de eventos esportivos (9319-1/01); discotecas, danceterias, salões de dança e similares (9329-8/01); restaurantes e similares (5611-2/01); bares e outros estabelecimentos



Assinado eletronicamente, por Sen. Eduardo Gomes

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5129230055>



especializados em servir bebidas, sem entretenimento (5611-2/04); bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas, com entretenimento (5611-2/05); agências de viagem (7911-2/00); operadores turísticos (7912-1/00); atividades de jardins botânicos, zoológicos, parques nacionais, reservas ecológicas e áreas de proteção ambiental (9103-1/00); parques de diversão e parques temáticos (9321-2/00); atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte (9493-6/00).

.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto que reformula os incentivos fiscais do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) é imprescindível que haja a reinclusão das atividades de produção de filme para publicidade (5911-1/02) e inclusão das atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão (5911-1/99); atividades de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas (5912-0/99) e distribuição cinematográfica, de vídeo e de programas de televisão (5912-8/00) no rol das atividades abrangidas pela Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021

A crise provocada pela pandemia de COVID-19 abateu de forma muito grave o setor do cinema e do audiovisual, assim como o setor de eventos, os quais foram imediatamente proibidos de produzir, gravar, filmar e finalizar as obras audiovisuais, representadas especialmente por filmes e séries, inclusive publicitários, entre outros, como consequência, sem novas obras audiovisuais as atividades de distribuição foram afetadas tanto como à produção e a exibição, esta última prevista originalmente na Lei 14.148. As atividades audiovisuais ocupam a maior parcela na economia criativa, representadas até 2019 por mais de 12.000 produtoras e distribuidoras registradas na Ancine e que geravam 657mil empregos, 7,7bi de impostos arrecadados e 55,8bi de rendas nacionais e internacionais.

A seleção de atividades elegíveis para estes benefícios foi objeto de críticas e questionamentos judiciais, dadas as inconsistências nos critérios para fruição dos benefícios e a violação à equidade, mas é inegável que o Perse



Assinado eletronicamente, por Sen. Eduardo Gomes

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5129230055>



gerou para as atividades inclusas, benefícios econômicos e sociais inestimáveis, como a preservação de empregos, estímulo à atividade econômica e o impulso para a recuperação de setor, chave para a economia brasileira, recuperação que continua absolutamente lenta nesta atividade. Apenas neste ano as salas de cinema anunciam alguma recuperação real, o que significa que somente em 2023 iniciarem-se as primeiras produções de novos projetos de cinema, série, documentários, entre outros.

No entanto, combinado com a crise da pandemia, o setor ainda não conseguiu acessar recursos suficientes para garantir uma retomada sustentável, nem mesmo editais do FSA – Fundo setorial do audiovisual que começaram a ser lançados em 2023 no mercado terão reflexos imediatos, já que os resultados, contratações e liberações de recursos ocorrem entre 1 e 2 anos, o que significarão mais de 7 anos de reduções de negócios, lançamentos de produtos audiovisuais e resultados.

As reais dificuldades de retomada do setor por si só justificam a necessidade de inclusão das empresas de produção cinematográfica e distribuição audiovisual. Isso porque, sua não inclusão no programa original não apenas gerou apoio ineficiente ao setor como um todo, mas, também, desencadeou controvérsias judiciais, as quais podem, agora, serem encerradas e evitadas, prestigiando-se a necessária equidade do tratamento fiscal outorgado a empresas de um mesmo setor, distanciando com o isto flagrante desrespeito ao princípio da isonomia tributária.

Essa paralisação prolongada e falta da inclusão no Perse resultou em perdas financeiras massivas, levando muitas empresas à beira da falência e milhões de trabalhadores do setor ao desemprego. Segundo dados levantados pela Agência Nacional do Cinema (“ANCINE”), foi observado um decréscimo considerável nos resultados da produção nacional no mercado de audiovisual com o início da pandemia de COVID-19. Em termos concretos, os números revelam uma queda acentuada na renda gerada pelos filmes brasileiros, que passou de R\$ 331 milhões em 2019 para apenas R\$ 131 milhões e diminuição de 167 para 59 obras audiovisuais lançadas em 2020.



Assinado eletronicamente, por Sen. Eduardo Gomes

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5129230055>



Nem mesmo a inclusão no Perse, apesar de minimizar em muito os prejuízos acumulados, não satisfaz a eminente necessidade de medidas de apoio específicas para que o setor de audiovisual possa retomar plenamente a sua capacidade de produzir propriedades intelectuais e patrimoniais. A partir de 2023, quando mais as empresas do setor precisavam de geração de novos negócios, as plataformas de streaming (vídeo por demanda), representadas pela Amazon, Paramount, Disney, entre outras, resolveram reduzir o volume de produções nacionais, se comparado aos anos que antecederam a pandemia de COVID-19, direcionando os seus investimentos para países que hajam regulação do serviço e obrigatoriedade de licenciamento em conteúdos brasileiros, regulação esta que tramita no Congresso Nacional desde 2017.

A reformulação do Perse, que abarque o pleito dos produtores e distribuidores de cinema e audiovisual, restaura a confiança e estimula investimentos privados, a partir da sinalização da recuperação econômica e financeira das empresas, representando, portanto, oportunidade estratégica para impulsionar a resiliência e a vitalidade de um setor fundamental para a economia e a cultura do país.

Eles não apenas fornecem entretenimento e uma via de escape para o povo brasileiro, mas desempenham um papel crítico na promoção da diversidade cultural e na facilitação da expressão artística do país. a não inclusão das empresas que operam na atividade de distribuição audiovisual e na produção cinematográfica quando o objetivo primeiro do programa – expressamente previsto no art. 2, §1, III da Lei 14.148/21 foi o de amparar a atividade cinematográfica

O fechamento de cinemas não afetou apenas os proprietários e funcionários desses estabelecimentos, mas também impactou os produtores e distribuidores que contam com essa janela de exibição para gerar receita significativa e promover e criar obras audiovisuais. Esses obstáculos destacam a necessidade de adequar os benefícios do PERSE para incluir as empresas de distribuição audiovisual e de produção cinematográfica, reconhecendo importância delas para a saúde econômica e cultural do setor de entretenimento.



Assinado eletronicamente, por Sen. Eduardo Gomes

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5129230055>



Não se trata de ampliar o programa, mas de adequadamente ajustar a escolha dos beneficiados. Contudo, a não inclusão de determinadas atividades, como a distribuição audiovisual e a produção cinematográfica, não se compatibiliza com o apoio governamental a outras etapas da cadeia de produção em que aquelas se inserem.

Em resumo, a **reinclusão e inclusão das empresas produtoras e distribuidoras de cinema e audiovisual nos benefícios do PERSE** não é apenas uma questão de equidade dentro do setor de entretenimento, mas uma estratégia crucial para assegurar a recuperação abrangente e a sustentabilidade de um ecossistema vital para a economia e para a cultura.

Sala das sessões, 30 de abril de 2024.



Assinado eletronicamente, por Sen. Eduardo Gomes

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5129230055>



PL 1026/2024
00013

CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº
(ao PL 1026/2024)

Dê-se nova redação ao *caput* do art. 4º da Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021, como proposto pelo art. 1º do Projeto, nos termos a seguir:

“**Art. 4º** Ficam reduzidas a 0% (zero por cento) pelo prazo de 60 (sessenta) meses, contado do início da produção de efeitos desta Lei, as alíquotas dos seguintes tributos, incidentes sobre o resultado auferido pelas pessoas jurídicas pertencentes ao setor de eventos abrangendo as seguintes atividades econômicas, com os respectivos códigos da CNAE: hotéis (5510-8/01); apart-hotéis (5510-8/02); albergues, exceto assistenciais (5590-6/01); pensões (alojamento) (5590-6/03); serviços de alimentação para eventos e recepções - bufê (5620-1/02); atividades de exibição cinematográfica (5914-6/00); criação de estandes para feiras e exposições (7319-0/01); atividades de produção de fotografias, exceto aérea e submarina (7420-0/01); filmagem de festas e eventos (7420-0/04); agenciamento de profissionais para atividades esportivas, culturais e artísticas (7490-1/05); aluguel de equipamentos recreativos e esportivos (7721-7/00); aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes (7739-0/03); serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente (7990-2/00); serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas (8230-0/01); casas de festas e eventos (8230-0/02); produção teatral (9001-9/01); produção musical (9001-9/02); produção de espetáculos de dança (9001-9/03); produção de espetáculos circenses, de marionetes e similares (9001-9/04); atividades de sonorização e de iluminação (9001-9/06); artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificadas anteriormente (9001-9/99); gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas (9003-5/00); produção e promoção de eventos esportivos (9319-1/01); discotecas, danceterias, salões de dança e similares (9329-8/01); restaurantes e similares



Assinado eletronicamente, por Sen. Magno Malta

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8813685871>

(5611-2/01); bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas, sem entretenimento (5611-2/04); bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas, com entretenimento (5611-2/05); agências de viagem (7911-2/00); operadores turísticos (7912-1/00); atividades de jardins botânicos, zoológicos, parques nacionais, reservas ecológicas e áreas de proteção ambiental (9103-1/00); parques de diversão e parques temáticos (9321-2/00); atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte (9493-6/00).

.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021, que dispõe sobre ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos para compensar os efeitos decorrentes das medidas de combate à pandemia da Covid-19; institui o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) e o Programa de Garantia aos Setores Críticos (PGSC); e altera as Leis nos 13.756, de 12 de dezembro de 2018, e 8.212, de 24 de julho de 1991, já trouxe, no seu bojo, o reconhecimento da importância dos setores de albergues, exceto os assistenciais, e das pensões (alojamentos), para as economias locais e regionais, ao incluí-los entre os beneficiários da alíquota “zero”, pelo prazo de 60 (sessenta) meses, ou seja, até maio de 2026, para os seguintes tributos:

I - Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição PIS/Pasep);

II - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins);

III - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); e

IV - Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ).

Ocorre que o Projeto de Lei nº 1.026, de 2024, que propõe a alteração para a referida Lei nº 14.148, de 2021, para estabelecer alíquotas reduzidas no âmbito do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos – Perse; e revogação de dispositivo da Medida Provisória nº 1.202, de 28 de dezembro de 2023,



Assinado eletronicamente, por Sen. Magno Malta

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8813685871>



excluiu do rol dos beneficiários dessa redução, várias atividades econômicas, entre elas exatamente a de albergues, exceto assistenciais (código QNAE 5590-6/01) e a atividade de pensões (alojamento) (código QNAE 5590-6/03).

Ora, a inclusão desses setores de entre os setores beneficiados com a alíquota “zero” para a Contribuição PIS/Pasep, a Cofins, a CSLL e o IRPJ é deveras imprescindível, justa e oportuna, por várias razões, entre as quais podemos citar a recuperação econômica, o estímulo ao Turismo, o aumento da competitividade e especialmente e de extrema relevância, a preservação do emprego.

De fato, esses setores foram significativamente afetados pela pandemia de COVID-19 e a crise econômica que se sucedeu. A redução de tributos pode sim ajudar na recuperação econômica dessas empresas, permitindo que reinvestam seus lucros em melhorias e expansão dos serviços, além de manter ou aumentar o número de empregos.

Há que se considerar, ainda, que os albergues e as pensões são componentes vitais do setor turístico, especialmente para turistas que buscam opções de hospedagem mais acessíveis. Ao aliviar a carga tributária dessas empresas, o governo pode estimular o turismo interno e internacional, beneficiando toda a cadeia econômica relacionada ao turismo, fato, aliás, já reconhecido pela Lei em vigor.

Com menos encargos fiscais, essas hospedarias podem oferecer preços mais competitivos, atraindo um maior número de hóspedes e competindo de forma mais eficaz com outros tipos de alojamento que talvez não recebam os mesmos benefícios fiscais.

Além disso, os albergues e pensões são pequenas empresas que empregam um número significativo de pessoas localmente. A baixa margem de lucro dessa atividade faz com que a redução dos tributos seja fator decisivo para a manutenção e até o aumento do número de empregados, contribuindo para a estabilidade do emprego nas regiões onde operam.

Portanto, manutenção da redução tributária para os setores de albergues e pensões, tal qual já incluído na Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021, está em consonância com o objetivo da própria proposta, que manteve o setor de



Assinado eletronicamente, por Sen. Magno Malta

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8813685871>



hotéis e apart-hotéis entre os beneficiários da redução. Assim, a presente emenda pretende manter os setores de albergues e pensões entre os beneficiários da alíquota reduzida.

São essas as razões que justificam a apresentação da presente emenda, para a qual conto com o apoio dos nobres pares.

Sala das sessões, 30 de abril de 2024.

Senador Magno Malta
(PL - ES)



Assinado eletronicamente, por Sen. Magno Malta

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8813685871>





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA DANIELLA RIBEIRO

SF/24460.22146-00

PARECER Nº 36, DE 2024 - PLEN/SF

De PLENÁRIO, sobre o Projeto de Lei (PL) nº 1.026, de 2024, da Câmara dos Deputados, que *altera a Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021, para estabelecer alíquotas reduzidas no âmbito do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos – Perse; e revoga dispositivo da Medida Provisória nº 1.202, de 28 de dezembro de 2023.*

RELATORA: Senadora **DANIELLA RIBEIRO**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei (PL) nº 1.026, de 2024, visa restabelecer parcialmente o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE) no que se refere à desoneração dos tributos federais, que foram reinstituídos por meio do art. 6º, inciso I, da Medida Provisória (MPV) nº 1.202, de 28 de dezembro de 2023, ainda em tramitação no Congresso Nacional.

De acordo com o conteúdo aprovado pela Câmara dos Deputados, serão contemplados 30 códigos CNAE (Classificação Nacional das Atividades Econômicas). Para as empresas pertencentes ao setor de eventos que possuíam um desses códigos da CNAE principal ou atividade preponderante, em 18 de março de 2022, as alíquotas dos tributos federais (IRPJ, CSLL, Cofins e Contribuição para o PIS/Pasep) ficarão reduzidas a zero até o mês de dezembro de 2026, desde que observado o teto de custo fiscal. As pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real ou lucro arbitrado, por sua vez, poderão contar com todos os benefícios do Perse em 2024, mas, em 2025 e 2026, a alíquota reduzida a zero será restrita à Cofins e à Contribuição para o PIS/Pasep.

Relativamente aos contribuintes integrantes de oito códigos CNAE, a fruição do benefício fiscal ficará condicionada à regularidade, em 18 de março



de 2022, ou adquiridos entre essa data e 30 de maio de 2023, de sua situação perante o Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos (Cadastur).

A fruição do benefício fiscal não se aplicará às pessoas jurídicas pertencentes ao setor de eventos que estavam inativas e por essa razão não foram submetidas às condições onerosas decorrentes da pandemia de Covid-19.

Outra inovação do PL foi o estabelecimento do teto de custo fiscal entre os meses de abril de 2024 a dezembro 2026, no valor de 15 bilhões de reais, que será demonstrado pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) em relatórios bimestrais de acompanhamento. Os benefícios da alíquota zero ficarão extintos a partir do mês subsequente àquele em for demonstrado pelo Poder Executivo, em audiência pública do Congresso Nacional, que o custo fiscal acumulado atingiu o limite fixado.

Além da redução do quantitativo de códigos CNAE, foi introduzida a necessidade de habilitação prévia dos contribuintes para fruição do benefício e a possibilidade de autorregularização incentivada para as empresas que usufruíram o benefício de modo irregular.

No concernente à regra de vigência, o projeto estabelece a entrada em vigor com a publicação da lei resultante (art. 6º do PL).

Justificou-se a proposta porque a matéria careceria de maiores aprofundamentos no Congresso Nacional, a despeito da imperiosa necessidade de continuidade no processo de ajuste fiscal. Ademais, seria razoável sugerir nova focalização sobre as atividades que, de fato, apresentam maior pertinência temática com o setor de eventos.

Na Câmara dos Deputados, o PL foi distribuído inicialmente às Comissões de Indústria, Comércio e Serviços (CICS); Finanças e Tributação (CFT) e Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Houve alteração do regime de tramitação em decorrência da aprovação do Requerimento nº 997, de 2024, que estabelecia o regime de urgência ao PL. Com isso, o Projeto obteve parecer favorável em Plenário na forma da Subemenda Substitutiva Global adotada pela relatora da CCIS e foi encaminhado ao Senado Federal.

Em plenário foram apresentadas treze emendas. A Emenda nº 1-PLN, da Senadora Soraya Thronicke, objetiva a inclusão do CNAE 5620-1/01 — Fornecimento de Alimentos Preparados Preponderantemente Para Empresas



no rol das atividades beneficiárias do benefício tributário previsto na Lei nº 14.148, de 2021.

A Emenda nº 2-PLN, de autoria da Senadora Professora Dorinha Seabra, busca inclusão das atividades de produção de filme para publicidade (5911-1/02), das atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão (5911-1/99); atividades de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas (5912-0/99) e distribuição cinematográfica, de vídeo e de programas de televisão (5912-8/00) no rol das atividades abrangidas pelo Perse.

A Emenda nº 3-PLN, de autoria do Senador Laércio Oliveira, por sua vez, procura incluir no programa a categoria de Produção Audiovisual Publicitária (CNAE 5911-1/02).

A Emenda nº 4-PLN, da Senadora Soraya Thronicke, visa incluir os motéis CNAE 5510-8/03 no Perse.

Já a Emenda nº 5-PLN, da Senadora Professora Dorinha Seabra, procura reincluir a atividade de produção de filme para publicidade (5911-1/02) e incluir as atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão (5911-1/99); atividades de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas (5912-0/99) e distribuição cinematográfica, de vídeo e de programas de televisão (5912-8/00) no rol das atividades abrangidas no Perse.

A Emenda nº 6-PLN, do Senador Espiridão Amin, também reinclui as atividades de produção de filmes para publicidade no rol das atividades abrangidas pelo Perse.

A Emenda nº 7-PLN, também da Senadora Soraya Thronicke, inclui no Perse a atividade de transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional (4929-9/02).

A Emenda nº 8-PLN, do Senador Zequinha Marinho, objetiva incluir no Perse os serviços de fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para empresas (5620-1/01).

A Emenda nº 9-PLN, do Senador Carlos Portinho, visa excluir o § 12 do art. 4º na redação conferida pelo art. 1º do PL. Esse parágrafo estabelece que às pessoas jurídicas beneficiárias do Perse tributadas com base no lucro real



ou no lucro arbitrado, a alíquota reduzida a zero será restrita à Cofins e à Contribuição para o PIS/Pasep durante os exercícios de 2025 e 2026.

A Emenda nº 10-PLEN, do Senador Carlos Portinho, visa incluir as atividades de museus e de exploração de lugares e prédios históricos e atrações similares no Perse.

A Emenda nº 11-PLEN e 12-PLEN, do Senador Eduardo Gomes, possui a mesma finalidade das Emendas nº 2-PLEN e 5-PLEN.

A emenda nº 13-PLEN, de autoria do Senador Magno Malta, pretende manter os setores de albergues e pensões entre os beneficiários da alíquota reduzida.

Vistas, em linhas gerais, as modificações que se pretende obter com a aprovação do PL, passa-se à análise de seu conteúdo.

II – ANÁLISE

A apreciação em Plenário, em substituição às comissões temáticas, do PL nº 1.026, de 2024, está fundamentada no art. 340 do RISF (Regimento Interno do Senado Federal), em decorrência da aprovação do Requerimento de Líderes nº 271, de 2024.

Não há vício de competência nem de iniciativa na proposição. Relativamente à iniciativa, o objeto da proposta não se encontra entre aqueles reservados (arts. 61, § 1º, e 165 da CRFB), de maneira que qualquer membro do Congresso Nacional pode apresentar proposição legislativa referente ao tema.

No que concerne à adequação, o projeto de lei é compatível formalmente com o ordenamento jurídico, uma vez que a concessão de benefícios fiscais relativos a tributos federais deve ser regulada por meio de lei específica da União, na forma do § 6º do art. 150 do texto constitucional.

Em relação aos demais aspectos formais, foram observadas as normas de técnica legislativa apropriadas, porque seguidas as disposições da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

A proposição restabelece de forma parcial o Perse, que foi revogado, pela MPV nº 1.202, de 2023, no que se refere à redução dos tributos



federais. Esse Programa criou ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos e foi instituído pela Lei nº 14.148, de 2021, com o objetivo de abrandar as perdas decorrentes da pandemia de Covid-19, por meio da disponibilização de medidas de auxílio ao setor econômico, tais como a possibilidade de renegociar dívidas, a contratação de operações de crédito com instituições financeiras públicas e privadas sem a observância de diversas condições legais e a redução a zero, por 60 meses, das alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep, da Cofins, da CSLL e do IRPJ.

Com a edição da MPV nº 1.202, de 2023, foi revogado o art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021, com produção de efeitos a partir de 1º de janeiro de 2025, para o IRPJ, e a partir de 1º de abril de 2024, para as contribuições sociais. Com a revogação, a partir dessas datas, são devidos os tributos federais pelas empresas incluídas no Perse.

Cabe destacar que essa MPV ainda se encontra em tramitação no Congresso Nacional e teve sua vigência prorrogada até 31 de maio de 2024. Até que haja manifestação do Parlamento, a medida produz efeitos, de modo que plenamente justificável a urgência da apreciação deste PL. Na medida em que o fato gerador da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins ocorrido em abril de 2024 é recolhido no mês subsequente (maio), a aprovação imediata impedirá que os contribuintes desembolsem os tributos para conseguir o ressarcimento somente em um momento futuro. Evitaremos, assim, a descapitalização, ainda que provisória, das empresas do segmento.

Justamente para minimizar os efeitos tributários da revogação promovida pela MPV nº 1.202, de 2023, foi apresentado o PL nº 1.026, de 2024, que, em sua redação original e em linhas gerais, previa a continuidade do Perse para as empresas incluídas em 12 códigos CNAE sujeitas ao lucro presumido. As alíquotas das contribuições sociais seriam reduzidas para esses contribuintes em 45% para os fatos geradores relativos a abril a dezembro de 2024; 40%, para o ano de 2025; e 25%, para o ano de 2026. Relativamente ao IRPJ, as alíquotas seriam reduzidas em 100%, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2024; 40%, em 2025; e 25%, em 2026.

No entanto, durante a tramitação na Câmara dos Deputados, houve o aprimoramento do texto, ampliando-se o número de atividades econômicas para 30 códigos CNAE e eliminando-se a reoneração gradual de forma a fixar as alíquotas dos tributos federais em zero até dezembro de 2026, desde que observado o teto de custo fiscal.



Entendemos que essas modificações são suficientes para se alcançar o equilíbrio entre as necessidades do segmento de eventos, o orçamento fiscal e o desenvolvimento econômico e social do País.

De acordo com os dados apresentados pela relatora do PL na Câmara dos Deputados, a Deputada Renata Abreu, entre janeiro e agosto de 2023, a geração de empregos cresceu 46,6% no segmento econômico, para cada R\$ 10 mil de aumento no faturamento do turismo, três postos de trabalho são gerados na economia. Além disso, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) negociou mais de R\$ 20 bilhões com empresas no âmbito do Perse, permitindo à União aumentar arrecadação federal.

Em relação às treze emendas de Plenário apresentadas, entendemos que não merecem prosperar. Isso porque a maioria dos CNAEs objeto das emendas sequer fez parte do programa quando de sua alteração pela Lei nº 14.592, de 2023. Por outro lado, há que se destacar que a lista trazida neste projeto foi objeto de amplo acordo entre líderes partidários e integrantes do Setor de Eventos. Assim, acreditamos ser louvável o respeito aos acordos anteriormente firmados.

No que se refere especificamente à Emenda nº 9, a exclusão do §12 proposta reduzirá para a grande maioria das empresas, que são tributadas pelo lucro presumido, o montante total de benefícios que poderá ser utilizado. Nesse sentido, houve acordo com as empresas atingidas pelo dispositivo na Câmara dos Deputados, razão pela qual optamos pelo cumprimento do acordo e rejeição da emenda.

Temos certeza de que a retomada do Perse, na forma deste PL, continuará trazendo efeitos positivos, na medida em que encontra respaldo jurídico, social e econômico.

III – VOTO

Pelo exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 1.026, de 2024, e, no mérito, pela sua **aprovação**, rejeitadas todas as emendas apresentadas em plenário.

Sala das Sessões,

, Presidente

, Relatora





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 279, DE 2024

Reque o adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 1026 de 2024, para data certa.

AUTORIA: Senador Carlos Portinho (PL/RJ)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 279/2024 [1 de 3]



RQS
00279/2024

SENADO FEDERAL

SF/24049.54239-89 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 279, III, do Regimento Interno do Senado Federal, adiamento da discussão do PL 1026/2024, que “altera a Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021, para estabelecer alíquotas reduzidas no âmbito do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos – Perse; e revoga dispositivo da Medida Provisória nº 1.202, de 28 de dezembro de 2023”, para o dia 8 de maio de 2024.

JUSTIFICAÇÃO

É importante ressaltar que o Perse representa uma oportunidade única para as empresas do setor. A isenção de impostos federais e os descontos em dívidas oferecidos pelo programa permitem que as empresas beneficiadas tenham um alívio financeiro significativo, possibilitando investimentos, manutenção de empregos e a retomada das atividades de forma mais sólida e sustentável.

Os tributos do PIS e CONFINS são recolhidos até o dia 25 do mês seguinte ao fato gerador, portanto, temos tempo hábito para poder contribuir melhor no meritoso relatório da Senadora Daniella Ribeiro.



É de suma importância um debate mais amplo, visto que houve uma significativa redução do número de setores beneficiados.

Sala das Sessões, 30 de abril de 2024.

Senador Carlos Portinho
(PL - RJ)

SF/24049.54239-89 (LexEdit)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 281, DE 2024

Requer a retirada definitiva do Requerimento nº 279/2024.

AUTORIA: Líder do PL Carlos Portinho (PL/)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 281/2024 [1 de 2]



RQS
00281/2024

SENADO FEDERAL

SF/24013.05679-61 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada, em caráter definitivo, do RQS 279/2024, que “reque o adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 1026 de 2024, para data certa”.

Sala das Sessões, 30 de abril de 2024.

Senador Carlos Portinho
(PL - RJ)



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 282, DE 2024

Requer, pela Liderança do PL, destaque para votação em separado da Emenda nº 10 do Projeto de Lei nº 1026/2024.

AUTORIA: Líder do PL Carlos Portinho (PL/RJ)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 282/2024 [1 de 3]



RQS
00282/2024

SENADO FEDERAL

SF/24475.05570-04 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, em nome da Liderança do Partido Liberal, nos termos do art. 312, II, e parágrafo único, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque, para votação em separado, da Emenda nº 10 ao PL 1026/2024, que “altera a Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021, para estabelecer alíquotas reduzidas no âmbito do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos – Perse; e revoga dispositivo da Medida Provisória nº 1.202, de 28 de dezembro de 2023”.

JUSTIFICAÇÃO

O presente destaque visa a votação em separado da Emenda nº 10 ao PL 1026/2024, que visa a inclusão da atividade do CNAE "atividades de museus e de exploração de lugares e prédios históricos e atrações similares (9102-3/01)".

Atualmente, os museus atuam como centros culturais e reúnem atividades com música, dança, teatro, fotografia, literatura e gastronomia, entre outras, abertas à participação do público. Além de apreciar as exposições, o público pode aproveitar os eventos gratuitos ou de baixo custo oferecidas pelas organizações.



Contamos com o apoio dos nobres pares para aprovação deste destaque e da Emenda nº 10.

Sala das Sessões, 30 de abril de 2024.

Senador Carlos Portinho
(PL - RJ)
Líder do PL

SF/24475.05570-04 (LexEdit)



Projeto de Lei nº 2/2024



**SENADO FEDERAL****PARECER Nº 37, DE 2024 – PLEN/SF**

Redação final do Projeto de Lei nº 2, de 2024, da Presidência da República.

A **Comissão Diretora**, em **Plenário**, apresenta a redação final do Projeto de Lei nº 2, de 2024, da Presidência da República, que *autoriza a concessão de quotas diferenciadas de depreciação acelerada para máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos novos destinados ao ativo imobilizado e empregados em determinadas atividades econômicas*, consolidando as Emendas nºs 6 a 8 – CAE, de redação.

Senado Federal, em 30 de abril de 2024.



Assinado eletronicamente, por Sen. Veneziano Vital do Rêgo e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7252226258>



ANEXO DO PARECER Nº 37, DE 2024 – PLEN/SF

Redação final do Projeto de Lei nº 2, de 2024, da Presidência da República.

Autoriza a concessão de quotas diferenciadas de depreciação acelerada para máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos novos destinados ao ativo imobilizado e empregados em determinadas atividades econômicas.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei autoriza a concessão de quotas diferenciadas de depreciação acelerada para máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos novos destinados ao ativo imobilizado e empregados em determinadas atividades econômicas.

Art. 2º O Poder Executivo federal poderá, por meio de decreto, autorizar quotas diferenciadas de depreciação acelerada para máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos novos, adquiridos a partir da data de publicação do decreto regulamentador até 31 de dezembro de 2025, destinados ao ativo imobilizado e empregados em determinadas atividades econômicas da pessoa jurídica adquirente.

§ 1º Podem ser objeto da depreciação acelerada de que trata o *caput* deste artigo as máquinas, os equipamentos, os aparelhos e os instrumentos do ativo não circulante classificados como imobilizados e sujeitos a desgaste pelo uso, por causas naturais ou por obsolescência normal.

§ 2º Não será admitida a depreciação acelerada de que trata este artigo para:

- I – edifícios, prédios ou construções;
- II – projetos florestais destinados à exploração dos respectivos frutos;
- III – terrenos;
- IV – bens que normalmente aumentam de valor com o tempo, como obras de arte ou antiguidades; e
- V – bens para os quais seja registrada quota de exaustão.

§ 3º Para fins da depreciação acelerada de que trata este artigo, no cálculo do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de pessoa jurídica tributada com base no lucro real, será admitida, para os bens incorporados ao ativo imobilizado do adquirente, a depreciação de:



Assinado eletronicamente, por Sen. Veneziano Vital do Rêgo e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7252226258>



I – até 50% (cinquenta por cento) do valor dos bens no ano em que o bem for instalado ou posto em serviço ou em condições de produzir; e

II – até 50% (cinquenta por cento) do valor dos bens no ano subsequente àquele em que o bem for instalado ou posto em serviço ou em condições de produzir.

§ 4º Se houver saldo remanescente do valor dos bens não depreciado na forma do § 3º deste artigo no ano em que o bem for instalado ou posto em serviço ou em condições de produzir, ele poderá ser depreciado nos anos seguintes em cada período de apuração, em importância correspondente à diminuição do valor dos bens resultante do desgaste pelo uso, pela ação da natureza e pela obsolescência normal, de acordo com as condições de propriedade, de posse ou de uso do bem.

§ 5º Em qualquer hipótese, o total da depreciação acumulada, incluídas a normal e a acelerada, não poderá ultrapassar o custo de aquisição do bem.

§ 6º O valor não depreciado dos bens sujeitos à depreciação que se tornarem imprestáveis ou caírem em desuso implicará a redução do ativo imobilizado.

§ 7º Somente será permitida a depreciação acelerada de que trata este artigo de bens intrinsecamente relacionados com a produção ou a comercialização de bens e serviços.

§ 8º A depreciação acelerada de que trata este artigo constituirá exclusão do lucro líquido para fins de determinação do lucro real e do resultado ajustado da CSLL e será escriturada no livro fiscal de apuração do lucro real e no livro fiscal de apuração do resultado ajustado da CSLL.

§ 9º A partir do período de apuração em que for atingido o limite de que trata o § 5º deste artigo, o valor da depreciação normal, registrado na escrituração comercial, será adicionado ao lucro líquido para fins de determinação do lucro real e do resultado ajustado da CSLL.

§ 10. A depreciação acelerada de que trata este artigo deverá ser calculada antes da aplicação dos coeficientes de depreciação acelerada previstos no art. 69 da Lei nº 3.470, de 28 de novembro de 1958.

§ 11. Para fins de aplicação do disposto neste artigo, ato do Poder Executivo federal disporá sobre as atividades econômicas abrangidas pelas condições diferenciadas de depreciação acelerada, observados critérios de impacto no desenvolvimento econômico, industrial, ambiental e social do País e a insuficiência de benefícios fiscais ou incentivos específicos ao setor.

§ 12. A depreciação acelerada de que trata este artigo poderá ser condicionada ao atendimento de requisitos relacionados à promoção da indústria nacional, à sustentabilidade e à agregação de valor no País, a serem cumpridos por bens específicos.

§ 13. A adição de que trata o § 9º deste artigo poderá ser integralmente compensada com prejuízos fiscais acumulados e resultados ajustados negativos da CSLL acumulados, não aplicados a essa compensação os limites previstos nos arts. 15 e 16 da Lei nº 9.065, de 20 de junho de 1995.

Art. 3º A renúncia fiscal decorrente da depreciação acelerada de que trata esta Lei estará limitada ao valor máximo de R\$ 1.700.000.000,00 (um bilhão e setecentos milhões de reais) em 2024.



Assinado eletronicamente, por Sen. Veneziano Vital do Rêgo e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7252226258>



§ 1º Para fins de cumprimento do limite previsto no *caput* deste artigo e para fruição do benefício previsto nesta Lei, as pessoas jurídicas deverão ser previamente habilitadas pelo Poder Executivo.

§ 2º O Poder Executivo federal poderá ampliar o valor estabelecido no *caput* deste artigo por meio de decreto, observada a legislação orçamentária e fiscal, especialmente o disposto no art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Art. 4º É designado o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços como órgão gestor responsável pelo acompanhamento e pela avaliação do benefício de que trata esta Lei, em atendimento ao disposto no inciso III do *caput* do art. 143 da Lei nº 14.436, de 9 de agosto de 2022.

Art. 5º O Tribunal de Contas da União avaliará a política pública de que trata esta Lei 12 (doze) meses após a data final prevista no *caput* do art. 2º desta Lei, quanto à governança, à implementação, aos custos, aos resultados, à eficiência alocativa e ao impacto na produtividade da economia.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Assinado eletronicamente, por Sen. Veneziano Vital do Rêgo e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7252226258>





SENADO FEDERAL

Esta página foi gerada para informar os signatários do documento e não integra o documento original, que pode ser acessado por meio do QRCode

P.S 37/2024 - PLEN

Assinam eletronicamente o documento SF246605777197, em ordem cronológica:

1. Sen. Chico Rodrigues
2. Sen. Dr. Hiran
3. Sen. Veneziano Vital do Rêgo
4. Sen. Styvenson Valentim
5. Sen. Rogério Carvalho





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 280, DE 2024

Requer, pela Liderança do PL, destaque para votação em separado do parágrafo 12 do art. 2º do Projeto de Lei nº 2/2024.

AUTORIA: Líder do PL Carlos Portinho (PL/RJ)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 280/2024 [1 de 3]





SENADO FEDERAL

SF/24390.83601-06 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeremos, em nome da Liderança do Partido Liberal, nos termos do art. 312, II, e parágrafo único, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque, para votação em separado, com vistas à supressão, do parágrafo 12 do art. 2º do PL 2/2024, que “autoriza a concessão de quotas diferenciadas de depreciação acelerada para máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos novos destinados ao ativo imobilizado e empregados em determinadas atividades econômicas”.

JUSTIFICAÇÃO

O presente destaque visa a supressão do parágrafo 12 do art. 2º do PL 2/2024.

O dispositivo em questão possibilita ao Executivo, ao regulamentar a Lei, condicionar o acesso ao benefício da depreciação acelerada ao atendimento de requisitos relacionados à promoção da indústria nacional e à agregação de valor no País a serem cumpridos por determinados bens.

A norma introduz nesse meritório programa uma medida protecionista com a qual não se pode concordar. Políticas de conteúdo local, em que pese a sua nobre intenção, possuem resultados conhecidos: ineficiência, elevação de custos e perda de competitividade.



A história recente da política econômica brasileira é recheada de exemplos mal sucedidos desse tipo de política. Levantamento realizado em 2013 a respeito de políticas de conteúdo local implementadas a partir de 2008 identificou o Brasil em primeiro lugar em número de iniciativas de política de conteúdo local. Elas foram, em grande medida, componentes da grave crise econômica de 2016.

Contamos com o apoio dos nobres pares para aprovação deste destaque e supressão do referido dispositivo.

Sala das Sessões, 30 de abril de 2024.

Senador Carlos Portinho
(PL - RJ)
Líder do PL

Senador Rogerio Marinho
(PL - RN)
Líder da Oposição



Mensagem nº 4/2024



PARECER Nº 38, DE 2024 - PLEN/SF

De Plenário, em substituição à COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Mensagem (SF) nº 4, de 2024 (nº 155, de 23 de abril de 2024, na origem), da Presidência da República, que *solicita, nos termos do art. 52, V, VII e VIII, da Constituição Federal, a autorização para contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Município de Campina Grande, Estado da Paraíba, e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata - FONPLATA, destinada a financiar parcialmente o Programa de Mobilidade e Desenvolvimento Socioambiental de Campina Grande - TRANSFORMA CAMPINA.*

Relator: Senador **VENEZIANO VITAL DO RÊGO**

I – RELATÓRIO

A Mensagem do Senado Federal nº 4, de 2024, (nº 155, de 23 de abril de 2024, na origem), da Presidência da República, contém pleito para que seja autorizada operação de crédito externo, com garantia da União, entre o Município de Campina Grande, Estado da Paraíba, e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata - FONPLATA, no valor de US\$ 52.000.000,00 (cinquenta e dois milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Os recursos da operação de crédito pleiteada serão destinados ao financiamento do “Programa de Mobilidade e Desenvolvimento Socioambiental de Campina Grande - TRANSFORMA CAMPINA”.



Tal programa foi devidamente aprovado pela Comissão de Financiamentos Externos (COFIEIX), conforme Resolução COFIEIX nº 39, de 25 de outubro de 2022.

Dentre os documentos que compõem os autos, destacamos a Exposição de Motivos (EM) nº 34, de 15 de abril de 2024, do Ministério da Fazenda, os Pareceres SEI nº 1079, de 8 de abril de 2024, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e nº 907, de 28 de março de 2024, da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), a Nota Técnica SEI nº 304, de 16 de fevereiro de 2024, também da Secretaria do Tesouro Nacional, que contém uma revisão da capacidade de pagamento de vários municípios, incluindo Campina Grande, bem como cópia das minutas dos contratos de empréstimo a serem firmados, devidamente traduzida para o português.

A operação de crédito pretendida foi devidamente inscrita no Sistema de Prestação de Informações de Capital Estrangeiro de Crédito Externo - SCE-Crédito (antigo ROF/RDE), mantido pelo Banco Central, sob o código TB137508.

Por força da aprovação de Requerimento de Urgência, subscrito por Lideranças, a matéria foi trazida diretamente ao Plenário deste Senado Federal, ao qual submetemos o presente Relatório.

II – ANÁLISE

O art. 52, inciso V, da Constituição Federal confere ao Senado Federal a competência para autorizar operações externas de natureza financeira de interesse da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Cabe também a esta Casa dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito interno e externo dos entes da Federação, inclusive suas autarquias e entidades controladas, e para a concessão de garantia da União para as referidas operações, conforme os incisos VII e VIII do mesmo dispositivo constitucional.

Essas normas constam da Resolução do Senado Federal (RSF) nº 40, de 2001, da RSF nº 43, de 2001, e da RSF nº 48, de 2007. A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, também normatiza o tema, principalmente em seus arts. 32 e 40.



Neste sentido, de acordo com a citada Exposição de Motivos nº 34, de 2024, a Secretaria do Tesouro Nacional prestou as devidas informações sobre as finanças externas da União, bem como analisou as informações referentes ao Mutuário, manifestando-se favoravelmente ao oferecimento da garantia da República Federativa do Brasil à operação de crédito pretendida, haja vista que o Município de Campina Grande, Estado da Paraíba, cumpre os requisitos legais para ambos, salientando ainda que o Mutuário recebeu classificação “B” quanto à capacidade de pagamento.

Ainda de acordo com a Exposição de Motivos nº 34, de 2024, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional pronunciou-se pela legalidade das minutas contratuais e pela regularidade na apresentação de comprovações requeridas pela legislação, visando ao encaminhamento do processo ao Senado Federal para fim de autorização da operação de crédito em tela, bem como à concessão de garantia por parte da União, ressaltando que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, deve ser verificado o disposto na Portaria Normativa MF nº 500, de 2 de junho de 2023 (adimplência do ente), o cumprimento substancial das condições especiais prévias ao primeiro desembolso, bem como seja formalizado o contrato de contragarantia.

Com base nessas informações e considerando ainda que se encontram satisfeitas as condições estipuladas pelas referidas resoluções do Senado Federal, bem como pelas demais normas legais e constitucionais, incluindo a Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, concluímos não haver motivos, do ponto de vista técnico, para se negar a autorização ao pleito em exame.

III – VOTO

Diante do exposto, apresentamos voto favorável à autorização pleiteada na Mensagem do Senado Federal nº 4, de 2024, nos termos do seguinte:



PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2024

Autoriza o Município de Campina Grande, situado no Estado da Paraíba, a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, junto ao Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – FONPLATA, no valor de US\$ 52.000.000,00 (cinquenta e dois milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º Fica o Município de Campina Grande, situado no Estado da Paraíba, autorizado a contratar operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, junto ao Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – FONPLATA, no valor de US\$ 52.000.000,00 (cinquenta e dois milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos da operação destinam-se ao financiamento do “Programa de Mobilidade e Desenvolvimento Socioambiental de Campina Grande - TRANSFORMA CAMPINA”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – devedor: Município de Campina Grande (Estado da Paraíba);

II – credor: Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – FONPLATA;

III – garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – valor: US\$ 52.000.000,00 (cinquenta e dois milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

V – valor da contrapartida: US\$ 13.000.000,00 (treze milhões de dólares dos EUA);



VI – juros: *Secured Overnight Financing Rate* (SOFR) acrescida de margem fixa a ser determinada na data da assinatura do contrato;

VII – atualização monetária: variação cambial;

VIII – liberações previstas: US\$ 338.000,00 em 2024, US\$ 2.820.537,49 em 2025, US\$ 26.955.960,30 em 2026, US\$ 16.052.167,10 em 2027, US\$ 4.703.335,11 em 2028, US\$ 1.130.000,00 em 2029;

IX – aportes estimados de contrapartida: US\$ 0,00 em 2024, US\$ 3.147.581,01 em 2025, US\$ 4.634.737,10 em 2026, US\$ 3.685.894,47 em 2027, US\$ 1.531.787,42 em 2028, US\$ 0,00 em 2029;

X – prazo total: até 240 (duzentos e quarenta) meses;

XI – prazo de carência: até 72 (setenta e dois) meses;

XII – prazo de amortização: 168 (cento e sessenta e oito) meses;

XIII – periodicidade de pagamento dos juros e amortizações: semestral;

XIV – sistema de amortização: Sistema de Amortização Constante; e

XV – comissão de compromisso: 0,35% a.a. (trinta e cinco centésimos por cento ao ano) sobre o saldo não desembolsado;

XVI – comissão de administração: até 0,80% (oitenta centésimos por cento) sobre o valor total do empréstimo;

XVII – juros de mora: 20% (vinte por cento) da taxa anual de juros em caso de atrasos no pagamento de juros e parcelas da amortização e 20% (vinte por cento) da taxa de comissão de compromisso, em caso de atrasos no pagamento dessa comissão.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros e as datas dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo, assim



como os montantes estimados dos desembolsos em cada ano poderão ser alterados conforme a execução contratual.

Art. 3º Fica a República Federativa do Brasil autorizada a conceder garantia ao Município de Campina Grande, situado no Estado da Paraíba, na operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. A autorização prevista no *caput* fica condicionada:

I – à verificação e atesto pelo Ministério da Economia, previamente à assinatura do contrato, do cumprimento substancial das condições prévias ao primeiro desembolso cabíveis e aplicáveis e do adimplemento quanto aos pagamentos e prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007, bem como quanto ao pagamento de precatórios judiciais.

II – à celebração de contrato de concessão de contragarantia entre o Município de Campina Grande, Estado da Paraíba, e a União, sob a forma de vinculação das cotas de repartição das receitas tributárias previstas nos arts. 158 e 159, complementadas pelas receitas próprias de impostos estabelecidas no art. 156, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, bem como de outras garantias em direito admitidas.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contados a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

, Presidente

, Relator



**SENADO FEDERAL****PARECER Nº 39, DE 2024 – PLEN/SF**

Redação final do Projeto de Resolução nº
12, de 2024.

A **Comissão Diretora**, em **Plenário**, apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 12, de 2024, que *autoriza o Município de Campina Grande, situado no Estado da Paraíba, a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, junto ao Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – FONPLATA, no valor de US\$ 52.000.000,00 (cinquenta e dois milhões de dólares dos Estados Unidos da América).*

Senado Federal, em 30 de abril de 2024.



Assinado eletronicamente, por Sen. Veneziano Vital do Rêgo e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5273237616>



ANEXO DO PARECER Nº 39, DE 2024 – PLEN/SF

Redação final do Projeto de Resolução nº
12, de 2024.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu,
_____, Presidente, nos termos do art.
48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a
seguinte

RESOLUÇÃO
Nº _____, DE 2024

Autoriza o Município de Campina Grande, situado no Estado da Paraíba, a contratar operação de crédito externo com o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata), com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US\$ 52.000.000,00 (cinquenta e dois milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É o Município de Campina Grande, situado no Estado da Paraíba, autorizado a contratar operação de crédito externo com o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata), com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US\$ 52.000.000,00 (cinquenta e dois milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos da operação de crédito de que trata o *caput* destinam-se ao financiamento do “Programa de Mobilidade e Desenvolvimento Socioambiental de Campina Grande – Transforma Campina”.

Art. 2º A operação de crédito de que trata o art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:



Assinado eletronicamente, por Sen. Veneziano Vital do Rêgo e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5273237616>



- I – devedor: Município de Campina Grande, no Estado da Paraíba;
- II – credor: Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata);
- III – garantidor: República Federativa do Brasil;
- IV – valor: US\$ 52.000.000,00 (cinquenta e dois milhões de dólares dos Estados Unidos da América);
- V – valor da contrapartida: US\$ 13.000.000,00 (treze milhões de dólares dos Estados Unidos da América);
- VI – juros: Secured Overnight Financing Rate (SOFR) acrescida de margem fixa a ser determinada na data de assinatura do contrato;
- VII – atualização monetária: variação cambial;
- VIII – liberações previstas: US\$ 338.000,00 (trezentos e trinta e oito mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2024, US\$ 2.820.537,49 (dois milhões, oitocentos e vinte mil, quinhentos e trinta e sete dólares dos Estados Unidos da América e quarenta e nove centavos) em 2025, US\$ 26.955.960,30 (vinte e seis milhões, novecentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e sessenta dólares dos Estados Unidos da América e trinta centavos) em 2026, US\$ 16.052.167,10 (dezesesseis milhões, cinquenta e dois mil, cento e sessenta e sete dólares dos Estados Unidos da América e dez centavos) em 2027, US\$ 4.703.335,11 (quatro milhões, setecentos e três mil, trezentos e trinta e cinco dólares dos Estados Unidos da América e onze centavos) em 2028 e US\$ 1.130.000,00 (um milhão, cento e trinta mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2029;
- IX – aportes estimados de contrapartida: US\$ 0,00 (zero) em 2024, US\$ 3.147.581,01 (três milhões, cento e quarenta e sete mil, quinhentos e oitenta e um dólares dos Estados Unidos da América e um centavo) em 2025, US\$ 4.634.737,10 (quatro milhões, seiscentos e trinta e quatro mil, setecentos e trinta e sete dólares dos Estados Unidos da América e dez centavos) em 2026, US\$ 3.685.894,47 (três milhões, seiscentos e oitenta e cinco mil, oitocentos e noventa e quatro dólares dos Estados Unidos da América e quarenta e sete centavos) em 2027, US\$ 1.531.787,42 (um milhão, quinhentos e trinta e um mil, setecentos e oitenta e sete dólares dos Estados Unidos da América e quarenta e dois centavos) em 2028 e US\$ 0,00 (zero) em 2029;
- X – prazo total: até 240 (duzentos e quarenta) meses;
- XI – prazo de carência: até 72 (setenta e dois) meses;
- XII – prazo de amortização: 168 (cento e sessenta e oito) meses;
- XIII – periodicidade de pagamento dos juros e amortizações: semestral;
- XIV – sistema de amortização: Sistema de Amortização Constante;
- XV – comissão de compromisso: 0,35% a.a. (trinta e cinco décimos por cento ao ano) sobre o saldo não desembolsado;
- XVI – comissão de administração: até 0,80% (oitenta centésimos por cento) sobre o valor total do empréstimo;



Assinado eletronicamente, por Sen. Veneziano Vital do Rêgo e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5273237616>



XVII – juros de mora: 20% (vinte por cento) da taxa anual de juros em caso de atrasos no pagamento de juros e parcelas da amortização e 20% (vinte por cento) da taxa de comissão de compromisso, em caso de atrasos no pagamento dessa comissão.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros e as datas dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo, assim como os montantes estimados dos desembolsos em cada ano poderão ser alterados conforme a execução contratual.

Art. 3º É a República Federativa do Brasil autorizada a conceder garantia ao Município de Campina Grande, situado no Estado da Paraíba, na operação de crédito externo de que trata esta Resolução.

Parágrafo único. A autorização prevista no *caput* é condicionada:

I – à verificação e ao atesto pelo Ministério da Fazenda, previamente à assinatura do contrato, do cumprimento substancial das condições prévias ao primeiro desembolso cabíveis e aplicáveis e do adimplemento quanto aos pagamentos e às prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, bem como quanto ao pagamento de precatórios judiciais;

II – à celebração de contrato de concessão de contragarantia entre o Município de Campina Grande, no Estado da Paraíba, e a União, sob a forma de vinculação das cotas de repartição das receitas tributárias previstas nos arts. 158 e 159, complementadas pelas receitas próprias de impostos estabelecidas no art. 156, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, bem como de outras garantias em direito admitidas.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da entrada em vigor desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.



Assinado eletronicamente, por Sen. Veneziano Vital do Rêgo e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5273237616>





SENADO FEDERAL

Esta página foi gerada para informar os signatários do documento e não integra o documento original, que pode ser acessado por meio do QRCode

P.S 39/2024 - PLEN

Assinam eletronicamente o documento SF243213221408, em ordem cronológica:

1. Sen. Chico Rodrigues
2. Sen. Dr. Hiran
3. Sen. Veneziano Vital do Rêgo
4. Sen. Styvenson Valentim
5. Sen. Rogério Carvalho



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

EXPEDIENTE

Abertura de Prazos



As seguintes matérias vão às Comissões competentes em decisão terminativa, nos termos do art. 91, I, do Regimento Interno, podendo receber emendas perante a primeira ou única comissão do despacho pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, “c”, do Regimento Interno:

Matéria	Ementa	Despacho
PL 1401/2024	Altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, a fim de incluir festivais de música cantada de baixo orçamento entre os segmentos culturais previstos no rol do artigo 18 da Lei.	CAE/CE
PL 1415/2024	Concede ao município de Joinville, no estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional da Cultura e da Arte.	CE
PL 1444/2024	Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, para impedir a cobrança de multas nos casos que especifica.	CI/CTFC
PL 1474/2024	Estabelece condições e critérios mínimos para o manejo de animais domésticos por empresas de transporte coletivo de passageiros nos modais aéreo, terrestre e aquaviário, e dá outras providências.	CMA/CI
PL 1476/2024	Disciplina o transporte de passageiros com dificuldade de mobilidade física por empresas operadoras de aplicativos de transporte remunerado privado individual de passageiros em veículos automotores de quatro rodas.	CDH/CAE/CTF C

Prazo: de 3/5/2024 a 9/5/2024.



PROJETO DE LEI Nº 5.288, DE 2019

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre condições mínimas das escolas de educação básica pública.

Recebido o Ofício nº 3, de 2024, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, comunicando a apreciação da matéria, em caráter terminativo.

Concluída a instrução da matéria, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros da Casa, para que seja apreciada pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

Prazo: de 3/5/2024 a 9/5/2024.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Ofício nº 3/2024–PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 24 de abril de 2024.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **RODRIGO PACHECO**
Presidente do Senado Federal

Assunto: Decisão Terminativa.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, **pela aprovação do Projeto de Lei nº 5288, de 2019**, que “*Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre condições mínimas das escolas de educação básica pública.*”, de autoria do Senador Flávio Arns, e **da Emenda nº 1-CCJ**.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente,

Senador **DAVI ALCOLUMBRE**
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania



Comunicação





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Ana Paula Lobato

Ofício nº 77/2024 - GSALOBAT

Em 24 de abril de 2024

Assunto: Comunicação de desfiliação e filiação partidária.

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos, comunico minha desfiliação do Partido Socialista Brasileiro, em 24/04/2024 e minha filiação ao Partido Democrático Trabalhista, em 24/04/2024.

Respeitosamente,

Senadora Ana Paula Lobato
(PSB - MA)



Indicação





SENADO FEDERAL

INDICAÇÃO Nº 28, DE 2024

Sugere ao Ministério da Educação a implantação do Hospital Universitário de Rondonópolis-MT.

AUTORIA: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)



[Página da matéria](#)

Avulso do INS 28/2024 [1 de 3]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Wellington Fagundes

INDICAÇÃO Nº , DE 2024

Sugere ao Ministro de Estado da Educação a implantação do Hospital Universitário de Rondonópolis-MT.

Sugerimos ao Poder Executivo Federal, por intermédio do Senhor Ministro de Estado da Educação, com amparo no art. 224, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a implantação do Hospital Universitário de Rondonópolis-MT.

JUSTIFICAÇÃO

A implantação de um Hospital Universitário em Rondonópolis – município localizado no sudeste do Estado de Mato Grosso – é uma iniciativa que visa a promover a excelência nas áreas de ensino, pesquisa, extensão e inovação em saúde, com o propósito de aprimorar os serviços oferecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) à população do sul e sudeste do estado.

Essa iniciativa deve se constituir como ação integrada do Governo Federal, do Governo do Estado de Mato Grosso, da Prefeitura Municipal de Rondonópolis e da Universidade Federal de Rondonópolis.

Além de fortalecer a capacidade assistencial do SUS no Estado de Mato Grosso, tal iniciativa contribuirá para a formação de profissionais qualificados e para o desenvolvimento de práticas inovadoras, alinhadas aos princípios da saúde pública.



Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-6219 – E-mail: sen.wellingtonfagundes@senado.leg.br
Assinado eletronicamente por Sen. Wellington Fagundes
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9955555941>

Avulso do INS 28/2024 [2 de 3]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Wellington Fagundes

Em face dos benefícios que advirão da criação de um hospital universitário em Rondonópolis, seja para a saúde da população, seja para a formação dos profissionais da área de saúde, contamos com o apoio de Sua Excelência no sentido de adotar, com a celeridade possível, as medidas cabíveis para a concretização da iniciativa ora sugerida.

Senador WELLINGTON FAGUNDES



Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-6219 – E-mail: sen.wellingtonfagundes@senado.leg.br
Assinado eletronicamente por Sen. Wellington Fagundes
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9955555941>

Avulso do INS 28/2024 [3 de 3]



Apresentada a Indicação nº 28, de 2024, do Senador Wellington Fagundes, que *sugere ao Ministério da Educação a implantação do Hospital Universitário de Rondonópolis-MT*.

A indicação será encaminhada nos termos regimentais.



Mensagens do Presidente da República





SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 5, DE 2024

(nº 118/2024, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 16 da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, o nome do Senhor ANDRÉ LUÍS MACAGNAN FREIRE, para exercer o cargo de Procurador-Chefe da Procuradoria Federal Especializada junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, na vaga decorrente do término do mandato de Juliana Oliveira Domingues em 13 de abril de 2024.

AUTORIA: Presidência da República



[Página da matéria](#)

Avulso da MSF 5/2024 [1 de 32]



MENSAGEM Nº 118

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 16 da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor ANDRÉ LUÍS MACAGNAN FREIRE, para exercer o cargo de Procurador-Chefe da Procuradoria Federal Especializada junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, com mandato de dois anos, na vaga decorrente do término do mandato de Juliana Oliveira Domingues em 13 de abril de 2024.

Brasília, 1º de abril de 2024.



00001.001773/2024-89

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 141/2024/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Rogério Carvalho Santos
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ANDRÉ LUÍS MACAGNAN FREIRE, para exercer o cargo de Procurador-Chefe da Procuradoria Federal Especializada junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, com mandato de dois anos, na vaga decorrente do término do mandato de Juliana Oliveira Domingues em 13 de abril de 2024.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado

Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 02/04/2024, às 21:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5077038** e o código CRC **8F8860D2** no site:
https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.001773/2024-89

SUPER nº 5077038

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121

Avulso da MSF 5/2024 [3 de 32]

OFÍCIO 141 (5077038)

SEI 00001.001773/2024-89 / pg. 1

**André Luís Macagnan Freire**Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/7466051214377946>ID Lattes: **7466051214377946**

Última atualização do currículo em 27/03/2024

Bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo (2013) e em Ciências Econômicas pela Universidade de Brasília (2023). No ano letivo de 2009/2010, realizou Programa de Intercâmbio na Université Panthéon-Assas (Paris II), na França em convênio com a Faculdade de Direito da USP. Em 2012, cursou Escola de Formação da Sociedade Brasileira de Direito Público (SBDP), tendo sido aprovado com distinção após apresentação de monografia a respeito da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal concernente à Lei de Processo Administrativo. Advogado da União da Advocacia-Geral da União desde janeiro de 2017, tendo ocupado os seguintes cargos na Administração Pública federal: Consultor Jurídico do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; Superintendente de Infraestrutura Rodoviária, Procurador-Geral Substituto e Assessor de Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres; Assessor na Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos; Coordenador-Geral Substituto de Atos Normativos na Consultoria Jurídica do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Áreas de interesse: Economia, Direito da concorrência, Regulação, Direito administrativo, Direito e Desenvolvimento, Políticas Públicas e Administração Pública. **(Texto informado pelo autor)**

Identificação**Nome**

André Luís Macagnan Freire

Nome em citações bibliográficas

FREIRE, André Luís M.

Lattes iD<http://lattes.cnpq.br/7466051214377946>**Endereço****Formação acadêmica/titulação****2012 - 2012**

Aperfeiçoamento em Escola de Formação.
(Carga Horária: 132h).
Sociedade Brasileira de Direito Público,
sbdp, Brasil.
Título: Supremo Tribunal Federal,
Administração Pública e Processo
Administrativo: Como a Lei de Processo
Administrativo é aplicada pelo Supremo?

Avulso da MSF 5/2024 [4 de 32]

Currículo (27407000)

SEI 08001.001515/2024-12 / pg. 1



Ano de finalização: 2012.
Orientador: Juliana Bonacorsi de Palma.

2017 - 2023

Graduação em Ciências Econômicas.
Universidade de Brasília, UnB, Brasil.
Título: Efetividade dos remédios
regulatórios para concessões em crise:
estudo de caso do setor de infraestrutura
rodoviária federal.
Orientador: Geovana Lorena Bertussi.

2008 - 2013

Graduação em Direito.
Universidade de São Paulo, USP, Brasil.

2009 - 2010

Graduação em Programme d'Échange.
Université Panthéon-Assas, PARIS 2,
França.

Formação Complementar

2013 - 2013

Curso de Sensibilização e Formação para
A3P. (Carga horária: 20h).
Secretaria Municipal do Verde e do Meio
Ambiente, SVMA, Brasil.

2012 - 2012

Curso de Espanhol. (Carga horária: 80h).
Coined - Chile, COINED, Chile.

2012 - 2012

Direito Constitucional. (Carga horária:
68h).
Sociedade Brasileira de Direito Público,
sbdp, Brasil.

2012 - 2012

Curso de Metodologia da Pesquisa
Científica. (Carga horária: 16h).
Sociedade Brasileira de Direito Público,
sbdp, Brasil.

2010 - 2010

Curso de Responsabilidade Civil. (Carga
horária: 12h).
Departamento Jurídico XI de Agosto, DJ
XI DE AGOSTO, Brasil.

2009 - 2010

Curso de Francês. (Carga horária: 150h).



França.

2009 - 2009

Curso de Metodologia Científica. (Carga horária: 12h).
Sociedade Brasileira de Direito Público, sbdp, Brasil.

2008 - 2009

Curso de Francês. (Carga horária: 25h).
Language Studies Canada - LSC Montreal, Canada, LSC, Canadá.

Atuação Profissional

Universidade de São Paulo, USP, Brasil.

Vínculo institucional

2013 - 2013

Vínculo: Monitor acadêmico,
Enquadramento Funcional: Monitor acadêmico, Carga horária: 4

Outras informações

Monitor acadêmico da disciplina "Sociologia Jurídica", ministrada pelos Professores José Eduardo Faria, Jean-Paul Cabral Veiga da Rocha e Orlando Villas Bôas Filho, do Departamento de Filosofia e Teoria Geral do Direito (DFD/FDUSP).

Vínculo institucional

2012 - 2012

Vínculo: Monitor acadêmico,
Enquadramento Funcional: Monitor acadêmico, Carga horária: 4

Outras informações

Monitor acadêmico da disciplina "Direito Financeiro", ministrada pelos Professores José Maurício Conti e Régis Fernandes de Oliveira, do Departamento de Direito Econômico, Financeiro e Tributário (DEF/FDUSP).

Vínculo institucional

2011 - 2011

Currículo (27407000) SEI 08001.001515/2024-12 / pg. 3

Avulso da MSF 5/2024 [6 de 32]



Vínculo: Monitor acadêmico,
Enquadramento Funcional: Monitor
acadêmico, Carga horária: 4

Outras informações

Monitor acadêmico da disciplina "Instituições de Direito para Economistas", ministrada pelo Professor Jean-Paul Cabral da Rocha, do Departamento de Filosofia e Teoria Geral do Direito (DFD/FDUSP), na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP (FEA/USP).

Atividades

09/2012 - Atual

Pesquisa e desenvolvimento, Faculdade de Direito, Departamento de Direito Comercial.

Linhas de pesquisa
Direito da concorrência
Antitruste
Desenvolvimento econômico
Instituições e construção de competências regulatórias

Fundação Getúlio Vargas, FGV/SP, Brasil.

Vínculo institucional

2012 - 2013

Vínculo: Estagiário, Enquadramento
Funcional: Estagiário, Carga horária: 20

Outras informações

Composição da equipe de pesquisa "Compras Públicas Sustentáveis", sob coordenação da pesquisadora Juliana Bonacorsi de Palma, trabalho selecionado na Convocação Especial n. 002/2012 pela Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça (SAL/MJ) no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) - Projeto Pensando o Direito.

Atividades

12/2012 - Atual

Pesquisa e desenvolvimento Centro de
Pesquisa Jurídica Aplicada da Escola de
Direito da USP

Currículo (27407000)

SEI 08001.001515/2024-12 / pg. 4

Avulso da MSF 5/2024 [7 de 32]



Direito.

Linhas de pesquisa
Compras públicas
Licitação
Sustentabilidade
Meio ambiente
Intervenção do Estado na economia
Poder de compra estatal
Políticas públicas

Sampaio Ferraz Advogados, SFA, Brasil.

Vínculo institucional

2010 - 2012

Vínculo: Estagiário, Enquadramento
Funcional: Estagiário, Carga horária: 30

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, TJSP, Brasil.

Vínculo institucional

2010 - 2010

Vínculo: Estagiário, Enquadramento
Funcional: Estagiário, Carga horária: 20

Centro Acadêmico XI de Agosto, CA XI DE AGOSTO, Brasil.

Vínculo institucional

2009 - 2009

Vínculo: Colaborador, Enquadramento
Funcional: Coordenador de Cultura, Carga
horária: 20

Departamento Jurídico XI de Agosto, DJ XI DE AGOSTO, Brasil.

Vínculo institucional

2014 - 2016

Vínculo: Colaborador, Enquadramento
Funcional: Colaborador

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, PGFN, Brasil.

Vínculo institucional

Curriculo (27407000) SEI 08001.001515/2024-12 / pg. 5

Avulso da MSF 5/2024 [8 de 32]



2016 - 2017

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento
Funcional: Procurador da Fazenda
Nacional, Carga horária: 40, Regime:
Dedicação exclusiva.

Advocacia-Geral da União, AGU, Brasil.

Vínculo institucional

2017 - Atual

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento
Funcional: Advogado da União, Carga
horária: 40, Regime: Dedicação exclusiva.

Agência Nacional de Transportes Terrestres, ANTT, Brasil.

Vínculo institucional

2022 - 2022

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento
Funcional: Assessor de Diretoria, Carga
horária: 40, Regime: Dedicação exclusiva.

Vínculo institucional

2020 - 2022

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento
Funcional: Superintendente de
Infraestrutura Rodoviária, Carga horária:
40, Regime: Dedicação exclusiva.

Vínculo institucional

2019 - 2020

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento
Funcional: Procurador-Geral Substituto,
Carga horária: 40, Regime: Dedicação
exclusiva.

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, MDIC, Brasil.

Vínculo institucional

2023 - Atual



Vínculo: Servidor Público, Enquadramento
Funcional: Consultor Jurídico, Carga
horária: 40, Regime: Dedicação exclusiva.

Presidência da República, PR, Brasil.

Vínculo institucional

2019 - 2019

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento
Funcional: Assessor na Secretaria Especial
do PPI, Carga horária: 40, Regime:
Dedicação exclusiva.

Linhas de pesquisa

1.
- Direito da concorrência
2.
- Antitruste
3.
- Desenvolvimento econômico
4.
- Instituições e construção de competências regulatórias
5.
- Compras públicas
6.
- Licitação
7.
- Sustentabilidade
8.
- Meio ambiente
9.
- Intervenção do Estado na economia
10.
- Poder de compra estatal

--



Políticas públicas

Projetos de pesquisa

2012 - 2013

Mecanismos jurídicos para modernização e transparência da gestão pública: Compras Públicas Sustentáveis

Descrição: Estudo empírico..
Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: André Luís Macagnan Freire - Integrante / Juliana Bonacorsi de Palma - Coordenador.

Áreas de atuação

1.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas /
Área: Direito / Subárea: Direito Público/Especialidade: Direito Administrativo.

2.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas /
Área: Direito / Subárea: Direito Econômico.

3.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas /
Área: Direito / Subárea: Direito Privado/Especialidade: Direito Comercial.

Idiomas

Inglês

Compreende Bem, Fala Bem, Lê Bem, Escreve Bem.

Espanhol

Compreende Bem, Fala Bem, Lê Bem, Escreve Bem.

Francês

Compreende Bem, Fala Bem, Lê Bem, Escreve Bem.

Prêmios e títulos



2012

Diploma de Español como Lengua Extranjera - DELE, B2, Instituto Cervantes.

2012

Aprovação com distinção, Sociedade Brasileira de Direito Público.

2010

Certificat de Français de Spécialité - Option: Droit, Université Panthéon-Assas (Paris II).

2010

Diplôme Approfondi de Langue Française - DALF, C1, Alliance Française.

2010

Certificat Élémentaire de Droit Français e Européen, Université Panthéon-Assas (Paris II).

2009

Programme de Français - Plateaux Intermédiaire, Language Studies Canada - LSC Montreal, Canada.

2004

First Certificate In English - FCE, University of Cambridge - ESOL Examinations.

Produções

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódicos

Ordenar por

Ordem Cronológica



1.

FREIRE, André Luís M.; LIRA, K. W. C. ; WACHHOLZ, R. N. C. . O Regulamento das Concessões Rodoviárias: proposta de aperfeiçoamento da regulação normativa. Publicações da Escola da AGU: Direito, Gestão e Democracia, v. 13, p. 199, 2022.

2.

FREIRE, André Luís M. Regulação e processo administrativo sancionador: aspectos constitucionais da Lei nº 9.784/1999 na

Avulso da MSF 5/2024 [12 de 32]



jurisprudência do STF, na literatura jurídica e na legislação aplicável às agências reguladoras. REVISTA DE DIREITO PÚBLICO DA ECONOMIA, v. 13, p. 43, 2015.

3.

★ **FREIRE, André Luís M.** Concorrência no mercado bancário: incremento da competência do CADE pelo argumento reputacional. REVISTA DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA - RDC, v. 2, p. 106, 2014.

4.

★ **FREIRE, André Luís M.** Wrap around e a abertura de capital: possíveis alternativas para a expansão do sistema aeroportuário brasileiro. Journal of Transport Literature, v. 6, p. 185-199, 2012.

Livros publicados/organizados ou edições

1.

★ **FREIRE, André Luís M.** O CADE no setor bancário: construção de competência e reputação institucional. 1. ed. Novas Edições Acadêmicas, 2016. 420p .

Textos em jornais de notícias/revistas

1.

FREIRE, André Luís M.; AVILA, N. R. A. ; NASCIMENTO, P. C. . As concessões federais de infraestrutura de transportes terrestres. Portal Jota, 24 jul. 2020.

2.

FREIRE, André Luís M. Fundos patrimoniais (ou “convite para uma agenda de reforma do Estado baseada em evidências”). Portal Migalhas, 10 jan. 2019.

3.

FREIRE, André Luís M.; SUNDFELD, Carlos Ari . STF limita tutela coletiva de direitos. Portal Jota, 29 out. 2014.

Trabalhos completos publicados em anais de congressos

1.

FREIRE, André Luís M. Regulação e processo administrativo sancionador: aspectos constitucionais da Lei n. 9.784/1999 na jurisprudência do STF, na literatura jurídica e na legislação aplicável às agências reguladoras.. In: VIII Congresso Brasileiro de Regulação, 2013, Fortaleza/CE. VIII Congresso Brasileiro de Regulação - Trabalhos Técnicos, 2013.



2.

★ PROENÇA, José. Marcelo M. ; **FREIRE, André Luís M.** ; PINTO, Gabriel M. ; YOSHIKAWA, Caio ; FERREIRA NETO, Amadeu ; VINHAS, Tiago C. ; ZORICIC, Ana C. ; MOTA, Fernando A. ; ROMANIELO, Enrico S. . A Reforma da Lei da Concorrência. In: Grupo de Estudos Preparatórios - 1º Congresso Brasileiro de Direito Comercial, 2011, São Paulo. 1º Congresso Brasileiro de Direito Comercial, 2011.

Outras produções bibliográficas

1.

★ **FREIRE, André Luís M.**. Supremo Tribunal Federal, Administração Pública e Processo Administrativo: Como a Lei de Processo Administrativo é aplicada pelo Supremo? 2012 (Monografia).

Demais tipos de produção técnica

1.

FREIRE, André Luís M.; LIMA, Cecília B. . Como escolher um tema de pesquisa?. 2013. (Coordenação Acadêmica).

2.

FREIRE, André Luís M.; CARRASCO, M. C. . Curso de Oratória XI de Agosto. 2009. (Coordenação Acadêmica).

Produção artística/cultural

Artes Cênicas

1.

CHELALA, M. ; **FREIRE, André Luís M.** . O Riso Faz Bom Sangue. 2012. Teatral.

2.

FREIRE, André Luís M.. Crimes Delicados. 2012. Teatral.

3.

FREIRE, André Luís M.. Esperando Godot. 2011. Teatral.

4.

FREIRE, André Luís M.. Édipo Rei. 2009. Teatral.



5.

FREIRE, André Luís M.. Na Selva das Cidades. 2008. Teatral.

Eventos

Participação em eventos, congressos, exposições e feiras

1.

Congresso de Direito Administrativo. 2013. (Congresso).

2.

VIII Congresso Brasileiro de Regulação. Regulação e processo administrativo sancionador: aspectos constitucionais da Lei n. 9.784/1999 na jurisprudência do STF, na literatura jurídica e na legislação aplicável às agências reguladoras. 2013. (Congresso).

3.

Grupo de Estudos de Direito Concorrencial - GEDC/Mack. 2011. (Outra).

4.

Grupo de Estudos de Direito da Concorrência - FIESP/CIESP. 2011. (Encontro).

5.

Grupo de Estudos Preparatórios - 1º Congresso Brasileiro de Direito Comercial.. "A Nova Lei da Concorrência". 2011. (Congresso).

6.

VII Congresso Brasileiro de Regulação. 2011. (Congresso).

7.

1º Encontro Parlamentar sobre a Concorrência. "Lei Chatel e Lei de Modernização da Economia: quais ensinamentos tirar?", organizado por parlamentares da França. 2010. (Encontro).

8.

A tarificação complexa: uma introdução simples, organizado pela Revista Concurrences e pelo Escritório Vogel & Vogel. 2010. (Simpósio).

9.

"Poder público e concorrência". Ciclo de colóquios em Direito Público Econômico, organizado pelo Conselho de Estado da França. 2010. (Simpósio).

10.

"A integração europeia: por que precisamos dela? O que podemos esperar?" com o Jerzy Buzek, presidente do Parlamento Europeu. 2009. (Seminário).

11.

A implementação da sociologia no Ensino Médio e a formação do cidadão. 2009. (Seminário).

12.

Ciclo de Palestras: Filosofia, Sociedade e Direitos Humanos, em homenagem ao Professor Goffredo da Silve Telles Jr. 2008. (Congresso).

13.

Congresso sobre a Crise Econômica. 2008. (Congresso).

14.

Oficina de introdução ao Teatro do Oprimido. 2008. (Encontro).

Organização de eventos, congressos, exposições e feiras

1.

FREIRE, André Luís M.; DAL FABBRO, Ana Ungari . Semana Cultural do Centro Acadêmico XI de Agosto. 2009. (Outro).

Inovação

Projetos de pesquisa

2012 - 2013



Mecanismos jurídicos para modernização
e transparência da gestão pública:
Compras Públicas Sustentáveis

Descrição: Estudo empírico..

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: André Luís Macagnan Freire -
Integrante / Juliana Bonacorsi de Palma -
Coordenador.

Página gerada pelo Sistema Currículo Lattes em 27/03/2024 às 17:39:06

[Imprimir currículo](#)





JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
CERTIDÃO

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o(a) eleitor(a) abaixo qualificado.

Eleitor(a): **ANDRÉ LUÍS MACAGNAN FREIRE**

Inscrição **informações pessoais**

Zona: 014 Seção: 0365

Município: 97012 - BRASILIA

UF: DF

Data de nascimento **informações pessoais**

Domicílio desde: 30/01/2022

Filiação: **informações pessoais**

Certidão emitida às 17:59 em 27/03/2024



Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente.

Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

BBFH.YYHT.XGWQ.C63+



ARGUMENTAÇÃO ESCRITA

O artigo 383-1, alínea “c” do Regimento Interno do Senado Federal, ao disciplinar a apreciação pelo Senado da escolha de autoridades, exige que a autoridade indicada exponha argumentos que demonstrem a experiência profissional e conhecimento necessário para o desempenho da função. Diante disso, apresento minha argumentação escrita.

Tenho formação superior em Economia pela Universidade de Brasília (UnB) e em Direito pela Universidade de São Paulo (USP), com programa de intercâmbio acadêmico na Universidade Paris II (Panthéon-Assas), tendo cursado disciplinas afetas ao direito concorrencial e à economia industrial em todas essas instituições.

Em especial, o trabalho de conclusão de curso que me conferiu o título de bacharel em Direito na USP discorreu sobre o conflito de competência entre o Conselho Administrativo de Defesa Econômica e o Banco Central do Brasil na tutela antitruste no setor bancário, sob orientação do Professor Calixto Salomão Filho, renomado autor na matéria, e aprovado na banca composta pelo Professor Vinícius Marques de Carvalho, ex-presidente do CADE. Este trabalho foi publicado como livro pela Novas Edições Acadêmicas.

Já na formação econômica, tive a oportunidade de aprofundar estudos e pesquisas sobre regulação setorial, tendo meu trabalho de conclusão de curso versado sobre efetividade de instrumentos regulatórios para solução de crises contratuais no setor de concessões rodoviárias. Assim, observa-se que minhas áreas de pesquisa na vida acadêmica sempre foram relacionadas à Administração Pública, notadamente em matéria de direito econômico, antitruste e regulação de mercados.

Sob a ótica profissional, tive a oportunidade de atuar em escritório de advocacia reconhecido em São Paulo pela atuação com direito antitruste e regulação setorial. Já como Advogado da União e membro da Advocacia-Geral da União, ocupei cargos de liderança em equipes de atuação jurídica e mesmo fora da instituição, enquanto Superintendente de Infraestrutura Rodoviária na Agência Nacional de Transportes Terrestres.

Em suma, por essas razões, submeto minhas credenciais ao Senhores Senadores e Senhoras Senadoras por entender ter aptidão para ocupar o cargo de Procurador-Chefe da Procuradoria Federal Especializada do CADE.

Brasília-DF, 27 de março de 2024.

Documento assinado digitalmente
ANDRÉ LUIS MACAGNAN FREIRE
Data: 27/03/2024 15:38:10-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

André Luís Macagnan Freire



DECLARAÇÃO

Eu, **André Luís Macagnan Freire**, CPF [REDACTED], portador do RG [REDACTED], nos termos do item b-5 do artigo 383 da Resolução nº 41/2013, declaro que NÃO atuei nos últimos cinco anos, constados retroativamente a 2024, em quaisquer juízos e tribunais, conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras, ressalvados o cargo de Advogado da União.

Por fim, estou ciente de que é crime previsto no Código Penal, "Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que deveria ser escrita, com fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante", art. 299.

Brasília-DF, 27 de março de 2024.



Documento assinado digitalmente
ANDRE LUIS MACAGNAN FREIRE
Data: 27/03/2024 15:36:25-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

André Luís Macagnan Freire



DECLARAÇÃO

Eu, **André Luís Macagnan Freire**, CPF nº [REDACTED], portador do RG nº [REDACTED], nos termos do item b-3 do artigo 383 da Resolução nº 41/2013, declaro que estou em plena regularidade fiscal, nos âmbitos federal, estadual e municipal.

Por fim, estou ciente de que é crime previsto no Código Penal, "Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que deveria ser escrita, com fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante", art. 299.

Brasília-DF, 27 de março de 2024.



Documento assinado digitalmente

ANDRE LUIS MACAGNAN FREIRE

Data: 27/03/2024 15:36:25-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

André Luís Macagnan Freire



DECLARAÇÃO

Eu, **André Luís Macagnan Freire**, CPF [REDACTED], portador do RG [REDACTED], nos termos do item b-2 do artigo 383 da Resolução nº 41/2013, declaro que NÃO participei, em qualquer tempo, como sócio, proprietário ou gerente de empresa ou entidades não governamentais.

Ressalvo a participação como associado, conselheiro e diretor na Associação Projeto Gauss, CNPJ 22.902.566/0001-41, desde sua fundação em 1º de julho de 2015 até a presente data, entidade sem fins lucrativos que concede bolsas de estudo a jovens de baixa renda visando apoiar seu ingresso na universidade. Referida Associação não recebe recursos e não celebrou contrato com qualquer entidade da Administração Pública federal, estadual, distrital ou municipal.

Declaro ainda estar ciente de que é crime, previsto no Código Penal, "Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que deveria ser escrita, com fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante", art. 299.

Brasília-DF, 27 de março de 2024.

Documento assinado digitalmente
ANDRE LUIS MACAGNAN FREIRE
Data: 27/03/2024 15:36:25-0300
Verifique em <https://validar.itu.gov.br>

André Luís Macagnan Freire



DECLARAÇÃO

Eu, **André Luís Macagnan Freire**, CPF [REDACTED], portador do RG [REDACTED], nos termos do item b-1 do artigo 383 da Resolução nº 41/2013, declaro que NÃO possuo parentes que exercem ou exerceram atividades públicas ou privadas, vinculadas ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

Declaro ainda estar ciente de que é crime, previsto no Código Penal, "Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que deveria ser escrita, com fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante", art. 299.

Brasília-DF, 27 de março de 2024.

Documento assinado digitalmente
gov.br ANDRÉ LUIS MACAGNAN FREIRE
Data: 27/03/2024 15:36:25-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

André Luís Macagnan Freire

Avulso da MSF 5/2024 [23 de 32]



DECLARAÇÃO

Eu, **André Luís Macagnan Freire**, CPF [REDACTED], portador do RG [REDACTED], nos termos do item b-4 do artigo 383 da Resolução nº 41/2013, declaro que não existem ações nas quais figuro como autor ou réu.

Por fim, estou ciente de que é crime previsto no Código Penal, "Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que deveria ser escrita, com fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante", art. 299.

Brasília-DF, 28 de março de 2024.

gov.br
Documento assinado digitalmente
ANDRE LUIS MACAGNAN FREIRE
Data: 28/03/2024 15:43:34 -0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

André Luís Macagnan Freire





Ministério da Justiça e Segurança Pública
Polícia Federal



Nº 049480242024

ePol - SINIC
Sistema Nacional de Informações Criminais
Certidão de Antecedentes Criminais

A **Polícia Federal CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** condenação com trânsito em julgado em nome de **ANDRE LUIS MACAGNAN FREIRE**, nacionalidade Brasil, filho(a) de [REDACTED] nascido(a) aos [REDACTED], natural de Cuiabá-MT, CI [REDACTED].

Esta certidão foi expedida em **26/03/2024** às **23:52** com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados.

A autenticidade desta certidão **DEVERÁ** ser confirmada por meio da leitura do QR Code ou acessando a página da Polícia Federal, no endereço "<https://servicos.pf.gov.br/epol-sinic-publico/validar-cac/>", e digitando o número da certidão 049480242024.

Este documento é válido por 90 dias.

Certidão Antecedentes Criminais - Solicitação 1274972024 - 35EP08001 001515/2024-12 - pg. 2/2

Avulso da MSF 5/2024 [25 de 32]



**TJDFT**

Poder Judiciário da União

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO (ESPECIAL - AÇÕES CÍVEIS E CRIMINAIS)
1ª e 2ª Instâncias**

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações cíveis e criminais disponíveis até 27/03/2024, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

ANDRE LUIS MACAGNAN FREIRE
[REDACTED]
[REDACTED]**OBSERVAÇÕES:**

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- c) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- d) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Tipos de Certidão.
- e) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.
- f) Medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Validar Certidão - autenticar, informando-se o número do selo digital de segurança impresso.

Emitida gratuitamente pela internet em: 27/03/2024

Selo digital de segurança: **2024.CTD.RFNQ.093Y.1BM1.7NY5.VVSH**

*** VÁLIDA POR 30 (TRINTA) DIAS ***





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA NEGATIVA

CERTIDÃO Nº: 115031935672024
NOME: ANDRE LUIS MACAGNAN FREIRE
ENDEREÇO: [REDACTED]
CIDADE: [REDACTED]
CPF: [REDACTED]
FINALIDADE: JUNTO AO GDF

_____ CERTIFICAMOS QUE _____

Até esta data não constam débitos de tributos de competência do Distrito Federal para o contribuinte acima.
Esta Certidão abrange consulta aos débitos exclusivamente no âmbito da Dívida Ativa, não constituindo prova de inexistência de débitos na esfera administrativa.
Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

Obs: Esta certidão não tem validade para licitação, concordata, transferência de propriedade de direitos relativos a bens imóveis e móveis; e junto a órgãos e entidades da administração pública. Para estas finalidades, solicitar a certidão negativa de débitos.

Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.
Válida até 24 de junho de 2024. *

Certidão emitida via

Avulso da MSF 5/2024 [27 de 32]





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ANDRE LUIS MACAGNAN FREIRE
CPF: [REDACTED]

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 23:47:12 do dia 26/03/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 22/09/2024.

Código de controle da certidão: **98F1.D0E6.2B4E.A3FA**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS COM EFEITO DE NEGATIVA

CERTIDÃO Nº: 115031935662024
NOME: ANDRE LUIS MACAGNAN FREIRE
ENDEREÇO: [REDACTED]
CIDADE: [REDACTED]
CPF: [REDACTED]
FINALIDADE: JUNTO AO GDF

_____ CERTIFICAMOS QUE _____
HA DEBITOS VINCENDOS DE IPVA / 2024 .

Pelos débitos acima responde solidariamente o adquirente, com base no art. 130 da Lei 5.172/66 – CTN.
Certidão Positiva com Efeito de Negativa, com base no art. 151 combinado com o art. 206 da Lei 5.172/66 – CTN.
Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.
Esta certidão abrange consulta a todos os débitos, inclusive os relativos a Dívida Ativa.

Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.
Válida até 24 de junho de 2024. *

Certidão emitida via internet em 26/03/2024 às 23:45:07 e deve ser validada no endereço <https://www.receita.fazenda.df.gov.br>.

Avulso da MSF 5/2024 [29 de 32]





Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo

Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CPF informações pessoais

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa física acima identificada, é certificado que **não constam débitos** declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do interessado. Tratando-se de CERTIDÃO emitida para pessoa física, não é pesquisado na base de dados se existe débito para pessoa jurídica da qual o interessado é sócio.

Certidão nº 24030895627-18

Data e hora da emissão 26/03/2024 23:47:59

Validade 6 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio www.pfe.fazenda.sp.gov.br





Secretaria da Segurança Pública
IIRGD - Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt



Atestado de Antecedentes Criminais

Nome: ANDRE LUIS MACAGNAN FREIRE
Nº RG de SP: informações pessoais
Filiação: informações pessoais
informações pessoais
Data de Nascimento: informações pessoais



Atesto que, para a combinação de dados de qualificação acima informada, **NÃO** existe registro de antecedentes judiciário-criminais, até a presente data, no instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt.

IMPORTANTE:

Este atestado é válido somente com a apresentação de documento de identidade oficial com os mesmos dados de qualificação acima indicados.


Maurício José Lemos Freire
Delegado Divisionário de Polícia do IIRGD / DIPOL / PCSP

Este atestado foi emitido em 26/03/2024, às 23:57 horas e está disponível para consulta no endereço da internet:
<http://www3.ssp.sp.gov.br/aacweb/validar-atestado>, informando o código abaixo:

d9aef624-5880-492f-a081-cadd22689ca1





PREFEITURA DE
SÃO PAULO
FAZENDA

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários

Certidão Número: 0348566 - 2024

CPF/CNPJ Raiz: [REDACTED]

Contribuinte: ANDRE LUIS MACAGNAN FREIRE

Liberação: 27/03/2024

Validade: 23/09/2024

Tributos Abrangidos: Imposto Sobre Serviços - ISS
Taxa de Fiscalização de Localização Instalação e Funcionamento
Taxa de Fiscalização de Anúncio - TFA
Taxa de Fiscalização de Estabelecimento - TFE
Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde - TRSS (Incidência a partir de Jan/2011)
Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI

Unidades Tributárias:

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo que vierem a ser apuradas ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período contido neste documento, relativas a tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda e a inscrições em Dívida Ativa Municipal, junto à Procuradoria Geral do Município é certificado que a Situação Fiscal do Contribuinte supra, referente aos créditos tributários inscritos e não inscritos na Dívida Ativa abrangidos por esta certidão, até a presente data é: **REGULAR.**

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda/>. Qualquer rasura invalidará este documento.

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Instrução Normativa SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010; Portaria SF nº 268, de 11 de outubro de 2019 e Portaria SF nº 182, de 04 de agosto de 2021.

Certidão emitida às 00:01:16 horas do dia 27/03/2024 (hora e data de Brasília).

Código de Autenticidade: FEDE4FFF

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no sítio da Secretaria Municipal da Fazenda.

Avulso da MSF 5/2024 [32 de 32]





SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 6, DE 2024

(nº 119/2024, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 12 da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, o nome do Senhor ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA, para recondução ao cargo de Superintendente-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

[- Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

Avulso da MSF 6/2024 [1 de 19]



MENSAGEM Nº 119

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 12 da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA, para ser reconduzido ao cargo de Superintendente-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, com mandato de dois anos.

Brasília, 1º de abril de 2024.



08001.001350/2024-71

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 142/2024/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Rogério Carvalho Santos
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA, para ser reconduzido ao cargo de Superintendente-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, com mandato de dois anos.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado

Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 02/04/2024, às 21:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5077071** e o código CRC **41700433** no site:
https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 08001.001350/2024-71

SUPER nº 5077071

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

Avulso da MSF 6/2024 [3 de 19]

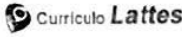
OFÍCIO 142 (5077071)

SEI 08001.001350/2024-71 / pg. 1



19/03/2024, 15:06

Currículo Lattes



Alexandre Barreto de Souza

Endereço para acessar este CV: <https://lattes.cnpq.br/4965391777998697>
Última atualização do currículo em 19/03/2024

Resumo informado pelo autor

Doutorando em Ciência Política pela Universidade de Lisboa, Mestre em Administração Pública pela Universidade de Brasília, Especialista e Bacharel em Administração Pública pela Universidade de Brasília. Funcionário público de carreira desde 1993, foi Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica de 2017 a 2021 e atuou em órgãos como Tesouro Nacional, Receita Federal, Senado Federal e Tribunal de Contas da União – TCU. Entre as atividades desenvolvidas tem experiência na área de direito concorrencial, podendo ser citadas combate a cartéis, cartéis em licitações públicas, atuação em atos de concentração em matéria de defesa da concorrência, gestão pública, auditoria governamental, controle de licitações e contratos, combate à fraude e à corrupção na Administração Pública.

(Texto informado pelo autor)

Nome civil

Nome Alexandre Barreto de Souza

Dados pessoais

Nascimento Informações pessoais Teresópolis/RJ - Brasil
CPF Informações pessoais

Formação acadêmica/titulação

- 2019 Doutorado em Ciência Política
Universidade de Lisboa, UL, Lisboa, Portugal
Orientador: .
- 2003 - 2005 Mestrado em Administração
Universidade de Brasília, UnB, Brasília, Brasil
Título: Comissões parlamentares de inquérito como instrumentos de accountability horizontal: análise do período 1989 - 2005, Ano de obtenção: 2006
Orientador: José Matias Pereira
- 1994 - 1999 Graduação em Administração
Universidade de Brasília, UnB, Brasília, Brasil

Formação complementar

- 2023 - 2023 Curso de curta duração em Competition Agency Leaders Executive Programme (CALEP). (Carga horária: 38h)
Competition and Regulation European Summer School, CRESSE, Athens, Grécia

Atuação profissional

1. Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE

Vínculo institucional

- 2022 - Atual Vínculo: Servidor público, Enquadramento funcional: Superintendente-Geral, Carga horária: 40, Regime: Integral
- 2017 - 2021 Vínculo: Servidor público, Enquadramento funcional: Presidente do Cade, Carga horária: 40, Regime: Integral
2. Senado Federal - SENADO

Vínculo institucional

- 2000 - 2005 Enquadramento funcional: Assessor Técnico (cedido pelo TCU, Carga horária: 40, Regime: Integral
3. Receita Federal do Brasil - RFB

Vínculo institucional

- 1998 - 2000 Enquadramento funcional: Analista da Receita Federal, Carga horária: 40, Regime: Integral

https://www.cnpq.br/cvlattesweb/pkg_impvcv.trata

1/3

Avulso da MSF 6/2024 [4 de 19]

Currículo (27322929) SEI 08001.001350/2024-71 / pg. 1



19/03/2024, 15:06

Currículo Lattes

4. Secretaria do Tesouro Nacional - STN

**Vínculo
institucional****1993 - 1998** Vínculo: Servidor público, Enquadramento funcional: Técnico de Finanças, Carga horária: 40, Regime: Integral

5. Tribunal de Contas da União - TCU

**Vínculo
institucional****2000 - Atual** Vínculo: Servidor público, Enquadramento funcional: Auditor Federal de Controle Externo, Carga horária: 40, Regime: Integral**Produção**

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódicos

- SOUZA, A. B.; SIGNORELLI, A. S. M.; SILVA FILHO, H. M.**
A atuação do Ministério Público em ações coletivas para reparação de danos concorrenciais. Revista de Artigos do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, v. 12, p. 1 - 694, 2022.
- SOUZA, A. B.; FERNANDES, R. B.**
COMPETITION ADVOCACY: THE IMPORTANCE OF CADE'S ROLE IN THE PANDEMIC. The Future of Antitrust, v. 1, p. 1 - 440, 2020.
- SOUZA, A. B.**
Política de Preços Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas. REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO, v. 277, p. 1 - 413, 2018.

Capítulos de livros publicados

- SOUZA, A. B.; SIGNORELLI, A. S. M.; SILVA FILHO, H. M.**
A atuação do Ministério Público em ações coletivas para reparação de danos concorrenciais. In: Reparação de Danos Concorrenciais - Direito Material e Processo. 1 ed. São Paulo: Quartier Latin, 2022, v. 1, p. 01-400.
- SOUZA, A. B.; ZUMQUIM, P. C. C.**
Big tech, mercados digitais e defesa da concorrência: entre intervenção e autocontenção. In: Fintechs, Bancos Digitais e Meios de Pagamento. 1ª ed. São Paulo, SP: Quartier Latin, 2022, v. 5ª, p. 01-336.

Artigos em jornal de notícias

- SOUZA, A. B.; SIGNORELLI, A. S. M.**
O Cade, o TCU e a vitória do direito concorrencial brasileiro. Jota, 2022.
- SOUZA, A. B.; MAHON, A. L. L.**
Balanço da Atuação do Cade em 2020. Jota Opinião e Análise. São Paulo, SP, 2021.
- SOUZA, A. B.; MAHON, A. L. L.**
LGPD e Defesa da Concorrência: o caso Facebook. UOL. São Paulo, SP, 2021.
- SOUZA, A. B.; MAHON, A. L. L.**
Proteção de dados e defesa da concorrência. Jota Opinião e Análise. São Paulo, SP, 2021.
- SOUZA, A. B.; ACCIOLY, I. S.**
A importância do alinhamento entre o Direito da Concorrência e o Direito do Consumidor. Jota Direito do Consumidor. São Paulo, SP, 2020.
- SOUZA, A. B.; FERNANDES, R. B.**
Advocacia da concorrência: a importância da atuação do Cade na pandemia. Migalhas de Peso -. São Paulo, SP, 2020.
- SOUZA, A. B.**
Balanço da Atuação do Cade em 2019. Jota Opinião e Análise. São Paulo, SP, 2020.
- SOUZA, A. B.; SAKOWSKI, P. A. M.**
Cade, Brics e a Economia Digital. Correio Braziliense - Opinião. Brasília, DF, 2020.
- SOUZA, A. B.; RESENDE, G. M.**
Medindo os benefícios da atuação do Cade. Jota - Opinião e Análise. São Paulo, SP, 2020.
- SOUZA, A. B.; RESENDE, G. M.**
Os projetos sobre regulação de preços e o papel do Cade. Este trecho é parte de conteúdo que pode ser compartilhado utilizando o link: <https://valor.globo.com/opiniaao/columna/os-projetos-sobre-regulacao-de-precos-e-o-papel-do-cade-ghml> ou as ferramentas oferecidas na página. Textos, fotos, artes e vídeos do Valor estão protegidos pela legislação brasileira sobre direito autoral. Não reproduza o con. Valor Econômico. São Paulo, SP, 2020.
- SOUZA, A. B.**
Balanço da Atuação do Cade em 2018. Jota Opinião e Análise. São Paulo, SP, 2019.
- SOUZA, A. B.**
Não Existe Sobremaneira Grátis. Folha de São Paulo. São Paulo, 2019.
- SOUZA, A. B.**
Novo Marco na Análise Concorrencial. Valor Econômico. São Paulo, SP, 2018.

Artigos em revistas (Magazine)

- SOUZA, A. B.; SANT'ANA, R. M.; ALVES, W.**
POSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DE IMUNIDADE CRIMINAL AO SIGNATÁRIO DOS TERMOS DE COMPROMISSO DE CESSAÇÃO DE CONDUTA NO CADE. Revista de Defesa da Concorrência. Brasília, p. 109 - 125, 2022.
- SOUZA, A. B.; SOUSA, E. J. D.**
Horizontes do Direito da Concorrência em 2021: entre o desapego e a esperança. Revista Conjur - Defesa da Concorrência. São Paulo, SP, 2021.
- SOUZA, A. B.; SOUSA, E. J. D.**
2021 Antitrust Horizons: Letting Go While Holding on to Hope. CPI ANTITRUST CHRONICLE MARCH 2021. Estados Unidos, 2021.

https://www.cnpq.br/cvlattesweb/pkg_impvcv.trata

2/3

Avulso da MSF 6/2024 [5 de 19]

Currículo (27322929)

SEI 08001.001350/2024-71 / pg. 3




19/03/2024, 15:06

Currículo Lattes

- 4. SOUZA, A. B.
O Caminhar do Cade e da defesa da Concorrência no Brasil. Revista Consjur - Defesa da Concorrência. São Paulo, SP, 2020.
- 5. SOUZA, A. B.; SAKOWSKI, P. A. M.; PARK, C. S. H.
The First Report of the Brics Competition Authorities Working Group on the Digital Economy. CPI Antitrust Chronicle. Chicago, p.1 - 7, 2019.

Demais produções bibliográficas

- 1. SOUZA, A. B.
Fintechs, Bancos Digitais e Meios de Pagamento. São Paulo, SP:Quartier Latin, 2022. (Prefácio, Prefácio Posfácio)
- 2. SOUZA, A. B.
Avaliação de políticas públicas no Brasil : uma análise das políticas de defesa da concorrência. Rio de Janeiro, RJ:IPEA, 2020. (Prefácio, Prefácio Posfácio)
- 3. SOUZA, A. B.
Ideias em Competição 10 anos do Prêmio IBRAC-TIM. São Paulo, SP Singular, 2020. (Prefácio, Prefácio Posfácio)
- 4. SOUZA, A. B.
Fusões Verticais e Conglomerais Sob a Lente Antitruste. São Paulo Singular, 2023. (Apresentação, Prefácio Posfácio)
- 5. SOUZA, A. B.
Direito Concorrencial: Avanços e Perspectivas. Curitiba, PR:PRISMAS, 2018. (Apresentação, Prefácio Posfácio)
- 6.  SOUZA, A. B.; MAHON, A. L. L.
5 Anos Lei de Defesa da Concorrência: Gênese, Jurisprudência e Desafios para o Futuro. Livro. . 2017. (Outra produção bibliográfica)

Página gerada pelo sistema Currículo Lattes em 19/03/2024 às 15:05:07.



https://www.cnpq.br/cvlattesweb/pkg_impvcv.trata

3/3

Avulso da MSF 6/2024 [6 de 19]

Currículo (27322929)

SEI 08001.001350/2024-71 / pg. 5





JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
CERTIDÃO

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se NÃO CONSTAR registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o(a) eleitor(a) abaixo qualificado.

Eleitor(a): **ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA**

Inscrição **informações pessoais**

Zona: 014 Seção: 0050

Município: 97012 - BRASILIA

UF: DF

Data de nascimento **informações pessoais**

Domicílio desde: 11/02/1994

Filiação: **informações pessoais**

Certidão emitida às 12:02 em 19/03/2024



Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente.
Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

VJBA.XKWJ.+EQQ.5ECG



ARGUMENTAÇÃO ESCRITA

O artigo 383-1, alínea “c” do Regimento Interno do Senado Federal, ao disciplinar a apreciação do Senado sobre a escolha de autoridades, exige que a autoridade indicada exponha argumentos que demonstrem a experiência profissional e conhecimento necessários para o desempenho da função. Diante do Despacho do Presidente da República contendo a mensagem nº 328, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 06/07/2021, Edição 125, Seção 1, que encaminhou meu nome para apreciação pelo Senado Federal para o exercício do cargo de Superintendente-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), apresento minha argumentação escrita.

Tenho formação superior (graduação) em Administração Pública pela Universidade de Brasília (1999); Especialização em Administração Pública pela Universidade de Brasília (1999); Mestre em Administração Pública pela Universidade de Brasília (2006). Como se observa, minhas áreas de pesquisa na vida acadêmica sempre orbitaram em torno de temas relacionados à Administração Pública, notadamente em mecanismos de controle exercidos pelo Estado.

Atualmente, faço Doutorado em Ciência Política na Universidade de Lisboa (2023), e a temática da minha tese será na área de direito concorrencial (“Análise de instituições públicas no Brasil: o caso da autoridade concorrencial brasileira”). Dito trabalho versará justamente sobre o Conselho Administrativo de Defesa Econômica e, dito sucintamente, será um estudo que busca compreender a partir de quais premissas e por quais modos foi estruturado o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC) enquanto política pública de sucesso nacional e internacional.

Ademais, sou funcionário público de carreira concursado, desde 1993, tendo já exercido funções na Secretaria do Tesouro Nacional (1993 a 1998), na Receita Federal do Brasil (1998 a 2000), no Senado Federal (Cedido em 2001 e 2005), Tribunal de Contas da União como Auditor Federal do Controle Externo (2000 – atual), Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE (2017 a 2021) e, por último como Superintendente-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, onde atuei entre junho de 2017 e junho de 2021.

por último, como Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, onde atuei entre abril de 2022 até o presente momento.

Minha atuação profissional ao longo destes 28 (vinte e oito) anos foi pautada nas áreas de gestão pública, planejamento, processo administrativo, fiscalização e investigação, e notadamente em defesa da concorrência, com enfoque no combate a cartéis e apreciação de atos de concentração, matérias correlacionadas diretamente com a função a ser exercida no CADE.

Destaco que, do ponto de vista institucional, enquanto Presidente do CADE, atuei durante 4 (quatro) anos de maneira a fortalecer a Autarquia, de colaborar decisivamente na construção de resultados, na respeitabilidade e na legitimidade das decisões adotadas pelo Cade.

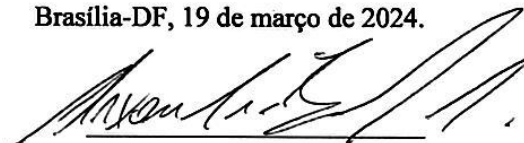


Como ex-Presidente, conheço a importância que a autoridade antitruste exerce no país e tenho convicção sobre quão fundamental é que a autarquia seja orientada ao cumprimento de sua missão institucional de zelar pela livre concorrência no mercado, combater infrações concorrenciais como cartéis ou outras condutas abusivas à concorrência, de modo a manter duradouramente o ambiente brasileiro de negócios saudável.

Aliado à experiência profissional e à formação acadêmica, pontuo minha ilibada conduta moral, ressaltando que, durante mais de 28 anos de efetivos serviços prestados à Administração Pública, jamais sofri qualquer investigação ou questionamento através de PAD ou qualquer outro procedimento, administrativo ou judicial.

Portanto, acredito estar preparado e cumprir os requisitos que são exigidos pela lei, e por meio da experiência adquirida na Presidência do Cade e de todo o serviço prestado à Administração Pública ao longo de minha trajetória profissional, com o constante estudo, dedicação e, sobretudo, respeito à coisa pública, registro meu compromisso sério e qualificado para exercer o cargo de Superintendente-Geral do CADE.

Brasília-DF, 19 de março de 2024.



Alexandre Barreto de Souza



DECLARAÇÃO

Eu, **ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA**, CPF ^{informações pessoais}, portador do documento de identidade nº ^{informações pessoais}, nos termos do item b-2 do artigo 383, da Resolução nº 41/2013, declaro que **NÃO** participei, em qualquer tempo, como sócio, proprietário ou gerente, de empresa ou entidades não governamentais.

Declaro ainda estar ciente de que é crime, previsto no Código penal, “Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que deveria ser escrita, com fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante” (Art. 299).

Brasília-DF, 19 de março de 2024.



Alexandre Barreto de Souza



DECLARAÇÃO

Eu, **ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA**, CPF **informações pessoais**, portador do documento de identidade nº **informações pessoais**, nos termos do item b-3 do artigo 383, da Resolução nº 41/2013, declaro que estou em plena regularidade fiscal, nos âmbitos federal, estadual e municipal.

Por fim estou ciente de que é crime, previsto no Código penal, “Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que deveria ser escrita, com fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante” (Art. 299).

Brasília-DF, 19 de março de 2024.



Alexandre Barreto de Souza



DECLARAÇÃO

Eu, **ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA**, CPF ^{informações pessoais}, portador do documento de identidade nº ^{informações pessoais}, nos termos do item b-5 do artigo 383, da Resolução nº 41/2013, declaro que **NÃO** atuei nos últimos cinco anos, contados retroativamente a 2021, em quaisquer juízos e tribunais, conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras, ressalvado o cargo de Presidente do CADE e Superintendente-Geral.

Por fim estou ciente de que é crime, previsto no Código penal, “Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que deveria ser escrita, com fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante” (Art. 299).

Brasília-DF, 19 de março de 2024.



Alexandre Barreto de Souza

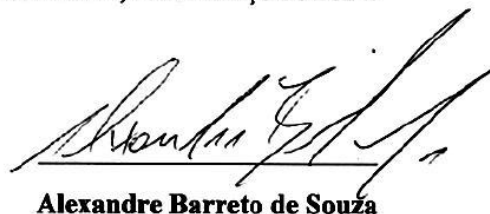


DECLARAÇÃO

Eu, **ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA**, CPF **informações pessoais** portador do documento de identidade nº **informações pessoais** nos termos do item b-1 do artigo 383, da Resolução nº 41/2013, declaro que **NAO** possuo parentes que exercem ou exerceram atividades públicas ou privadas, vinculadas ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

Declaro ainda estar ciente de que é crime, previsto no Código penal, “Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que deveria ser escrita, com fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante” (Art. 299).

Brasília-DF, 19 de março de 2024.



Alexandre Barreto de Souza




DECLARAÇÃO

Eu, **ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA**, CPF nº **informações pessoais** portador do documento de identidade nº **informações pessoais** emitido pela SSP-DF, nos termos do item b-4 do artigo 383, da Resolução nº 41/2013, declaro que não consta processo e cumprimento de sentença no âmbito da Justiça Federal.

Por fim, estou ciente de que é crime, previsto no Código Penal, “Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante” (Art. 299).

Brasília-DF, 19 de março de 2024.



Alexandre Barreto de Souza





Ministério da Justiça e Segurança Pública
Polícia Federal

ePol - SINIC

Sistema Nacional de Informações Criminais

Certidão de Antecedentes Criminais



Nº 045282842024

A Polícia Federal CERTIFICA, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** condenação com trânsito em julgado em nome de **ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA**, nacionalidade Brasil, filho(a) **informações pessoais** nascido(a) aos 08/09/1973, natural de Teresópolis-RJ, **Cinformações pessoais CPFinformações pessoais**

Esta certidão foi expedida em **19/03/2024** às **11:46** com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados.

A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada por meio da leitura do QR Code ou acessando a página da Polícia Federal, no endereço "<https://servicos.pf.gov.br/epol-sinic-publico/validar-cac/>", e digitando o número da certidão 045282842024.

Este documento é válido por 90 dias

Certidão antecedentes criminais - Sabatina (27331007)

Avulso da MSF 6/2024 [15 de 19]
SEI 08001.001350/2024-71 / pg. 15





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL

35664630/2024

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CÍVEIS em tramitação contra:

ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA

OU

CPF n informações pessoais

Certidão emitida em 19/03/2024, às 15:44:22 (data e hora de Brasília), abrange o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e os processos sob a jurisdição do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, cujo julgamento ainda esteja em curso em órgão colegiado da 1ª Região, nos termos do art. 4º da Portaria 345, de 2022, do Conselho da Justiça Federal.

Observações:

- a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
- e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília): Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, SEEU e Juris) até 19/03/2024, às 07:32:37.
- f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 2º Grau.

Certidão: 35664630

Código de Validação: 7E03 FE17 D12D DE5B EADF 2E29 33BE 9FC8

Data da Atualização: 19/03/2024, às 07:32:37



19/03/2024





Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (19/03/2024 às 14:52) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº informações pessoais!.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 65F9.D0CB.3D69.B731 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA

CPF informações pessoais

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 11:09:18 do dia 20/03/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 16/09/2024.

Código de controle da certidão: **6426.6423.ECE9.528B**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA NEGATIVA

CERTIDÃO Nº: 103027485042024
NOME: ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA
ENDEREÇO: informações pessoais
CIDADE: informações pessoais
CPF: 015 informações pessoais
FINALIDADE: JUNTO AO GDF

_____ CERTIFICAMOS QUE _____

Até esta data não constam débitos de tributos de competência do Distrito Federal para o contribuinte acima.

Esta Certidão abrange consulta aos débitos exclusivamente no âmbito da Dívida Ativa, não constituindo prova de inexistência de débitos na esfera administrativa.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

Obs: Esta certidão não tem validade para licitação, concordata, transferência de propriedade de direitos relativos a bens imóveis e móveis; e junto a órgãos e entidades da administração pública. Para estas finalidades, solicitar a certidão negativa de débitos.

Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.

Válida até 18 de junho de 2024. *

Certidão emitida via internet em 20/03/2024 às 11:16:20 e deve ser validada no endereço <http://www.recita.fazenda.df.gov.br>

Avulso da MSF 6/2024 [19 de 19]

Certidão nada consta regularidade fiscal DF (27337317)

SEI 08001.001350/2024-71 / pg. 19



Mensagens da Presidência da República

- nº 5, de 2024 (nº 118/2024, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor ANDRÉ LUÍS MACAGNAN FREIRE, para exercer o cargo de Procurador-Chefe da Procuradoria Federal Especializada junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, na vaga decorrente do término do mandato de Juliana Oliveira Domingues em 13 de abril de 2024.

- nº 6, de 2024 (nº 119/2024, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA, para recondução ao cargo de Superintendente-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE.

As matérias vão à CAE.



Projeto de Decreto Legislativo





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 225, DE 2024

Susta a Portaria nº 260, de 20 de dezembro de 2023 do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, que dispõe sobre a utilização de documentação comprobatória fiscal padrão para fins de retificação de porte declarado pelas pessoas jurídicas junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP), em cumprimento ao que estabelece o art. 17-D da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 e o inciso II do art. 61-C da Instrução Normativa nº 17, de 30 de dezembro de 2011.

AUTORIA: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)
- [Legislação citada](#)



[Página da matéria](#)

Avulso do PDL 225/2024 [1 de 10]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Wellington Fagundes

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2024

Susta a Portaria nº 260, de 20 de dezembro de 2023 do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, *que dispõe sobre a utilização de documentação comprobatória fiscal padrão para fins de retificação de porte declarado pelas pessoas jurídicas junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP), em cumprimento ao que estabelece o art. 17-D da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 e o inciso II do art. 61-C da Instrução Normativa nº 17, de 30 de dezembro de 2011.*

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica sustada, nos termos do inciso V do art. 49 da Constituição Federal, a Portaria nº 260, de 20 de dezembro de 2023 do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, que dispõe sobre a utilização de documentação comprobatória fiscal padrão para fins de retificação de porte declarado pelas pessoas jurídicas junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP), em cumprimento ao que



Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-6219 – E-mail: sen.wellingtonfagundes@senado.leg.br
Assinado eletronicamente por Sen. Wellington Fagundes
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3913068024>

Avulso do PDL 225/2024 [2 de 10]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Wellington Fagundes

estabelece o art. 17-D da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 e o inciso II do art. 61-C da Instrução Normativa nº 17, de 30 de dezembro de 2011.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA) é uma espécie de tributo para controle e fiscalização das atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos naturais, prevista no art. 17-B da Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, alterada pela Lei Federal nº 10.165, de 27 de dezembro de 2000, tendo como fato gerador "o exercício regular do poder de polícia conferido ao IBAMA para controle e fiscalização das atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos naturais". É assim, portanto, uma taxa cobrada em razão do exercício do poder de polícia, sendo regulamentada por meio da Instrução Normativa Ibama nº 17, de 30 de dezembro de 2011 (republicada no DOU de 20 de abril de 2012 e atualizada em 2022).

A atualização monetária dos preços dos serviços e produtos e da taxa estabelecidos pela Lei nº 6.938/81 está prevista na Lei nº 13.196, de 01 de dezembro de 2015 e na Portaria interministerial nº 812, de 29 de setembro de 2015.



Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-6219 – E-mail: sen.wellingtonfagundes@senado.leg.br
Assinado eletronicamente por Sen. Wellington Fagundes
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3913068024>

Avulso do PDL 225/2024 [3 de 10]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Wellington Fagundes

Toda pessoa, física ou jurídica, que exerce atividade potencialmente poluidora e que utilize recursos naturais relacionadas na lista do Anexo VIII da Lei nº 6.938/1981 (categorias de 1 a 20) deve pagar a TCFA.

Todo contribuinte da TCFA é obrigado a se inscrever no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP), devendo ser declarado junto ao CTF, tantas quantas atividades sujeitas à fiscalização porventura sejam exercidas, **sendo o valor da TCFA correspondente a somente uma delas**, a que corresponder ao valor mais elevado, conforme determina o §3º do artigo 17-D da Lei 6.938/81.

De forma que é sujeito passivo da TCFA todo aquele que exerça as atividades potencialmente poluidoras e utilize recursos naturais, conforme constante do Anexo VIII da Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981. A TCFA é devida **por estabelecimento** e os seus valores são os fixados no Anexo IX da Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981.

E assim a TCFA vem sendo devida por mais de 20 anos, considerando receita de cada **estabelecimento** para o cálculo da TCFA, nos termos do art. 17-D da Lei 6.938/8, bem como prevê o art. 4º da Instrução Normativa nº 17/2011, condição essa não alterada pela Lei 10.165/2000, conforme se demonstra abaixo:



Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-6219 – E-mail: sen.wellingtonfagundes@senado.leg.br
Assinado eletronicamente por Sen. Wellington Fagundes
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3913068024>

Avulso do PDL 225/2024 [4 de 10]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Wellington Fagundes

Redação original da Lei 6.983/81

Art. 17-D. A TCFA é devida por estabelecimento e os seus valores são os fixados no Anexo IX desta Lei.

Nova redação dada pela Lei nº 10.165/2000:

"Art. 17-D. A TCFA é devida por estabelecimento e os seus valores são os fixados no Anexo IX desta Lei." (NR)

Redação da Instrução Normativa nº 17/2011:

Art. 4º

§ 1º A TCFA é devida por estabelecimento e os seus valores são os fixados no Anexo IX da Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981.

Resta claro que a Portaria IBAMA nº 260/2023, **é uma ofensa flagrante ao princípio de legalidade** quando extrapola seu alcance regular, modificando a forma de enquadramento das empresas com vistas à cobrança da TCFA, em descompasso com o que prevê a Lei que a instituiu. Já que a referida Portaria teve sua publicação baseada num Parecer da Procuradoria Federal PARECER nº 00001/2023/DITRIB/PFE-IBAMA-SEDE/PGF/AGU, de junho de 2023, vinculado ao processo administrativo específico de empresa contribuinte da TCFA (NUP: 02009.001627/2018-61).



Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-6219 – E-mail: sen.wellingtonfagundes@senado.leg.br
Assinado eletronicamente por Sen. Wellington Fagundes
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3913068024>

Avulso do PDL 225/2024 [5 de 10]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Wellington Fagundes

Esse Parecer traz novo entendimento conceituando a “pessoa jurídica” como a sociedade empresária composta por todos os seus estabelecimentos, ou seja, definindo como novo critério para composição da TCFA o faturamento total das empresas (matriz e filiais). Abandonando, após duas décadas, o entendimento até então dispensado à TCFA, o que, na prática, modifica o critério de enquadramento e de apuração dos valores da TCFA, podendo gerar expressivas distorções e majorar de forma exacerbada os valores para empresas de transporte de produtos perigosos, colocando em risco o abastecimento do País.

E neste sentido destacamos que o mesmo Parecer reconhece que:

- a) Este “novo entendimento” submeterá o contribuinte a uma cobrança **mais gravosa**, com a necessidade de se respeitar o princípio da segurança jurídica (art. 146 do CTN) de modo que este novo critério somente deverá alcançar fatos geradores futuros;
- b) Na sua delimitação do objeto a abrangência, ressalta a importância de que o documento traz observações e recomendações que não possuem **caráter vinculativo** deixando claro o **poder discricionário** conferido por lei ao órgão consultor de avaliar e acatar, ou não, as ponderações do Parecer.

Conclui-se então que a publicação da Portaria IBAMA nº 260/2023, é uma ofensa flagrante ao princípio de legalidade quando extrapola seu alcance regular, modificando a forma de enquadramento das empresas com vistas à



Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-6219 – E-mail: sen.wellingtonfagundes@senado.leg.br
Assinado eletronicamente por Sen. Wellington Fagundes
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3913068024>

Avulso do PDL 225/2024 [6 de 10]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Wellington Fagundes

cobrança da TCFA, em descompasso com o que prevê a Lei que a instituiu, ao retificar, por meio de seu artigo 13 utilizando como parâmetro renda bruta anual da pessoa jurídica, com a somatória de todos os seus estabelecimentos (matriz e filiais), vejamos:

"Art. 13. Para fins do procedimento de retificação de porte declarado pelo contribuinte junto ao CTF/APP em cada ano-calendário, utilizar-se-ão os seguintes parâmetros:

I - quando se tratar de pessoa jurídica composta por um único estabelecimento, o porte será determinado pela renda anual do estabelecimento; e

II - quando se tratar de pessoa jurídica composto por matriz e filiais, a identificação do porte de cada estabelecimento se dará da seguinte forma:

*a) para os exercícios compreendidos entre 2001 a 2023, será utilizada a renda **bruta anual do estabelecimento** de forma individualizada; e*

*b) a partir do exercício de 2024, será utilizada a **renda bruta anual da pessoa jurídica como um todo, ou seja, o somatório da renda bruta anual de todos os seus estabelecimentos (matriz e filiais)**". (grifo nosso)*

E ainda:

O inciso II do artigo 5º da Constituição Federal prevê que:

...



Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-6219 – E-mail: sen.wellingtonfagundes@senado.leg.br
Assinado eletronicamente por Sen. Wellington Fagundes
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3913068024>

Avulso do PDL 225/2024 [7 de 10]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Wellington Fagundes

II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

...

Neste diapasão, o inciso I do artigo 150 do Texto Supremo, reafirma na matéria tributária, ao prescrever que as pessoas políticas são proibidas de exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça, observamos:

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I - exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;

A Portaria atropela o Poder Legislativo quando se verifica a existência na Câmara dos Deputados de Projeto de Lei nº 10.273 de 2018, de autoria do Deputado Jerônimo Goergen que visa exatamente alterar a Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1961 e modificar a forma de enquadramento e porte das empresas que exerçam atividades poluidoras e utilizadoras de recurso ambientais e que estejam submetidas a licenciamento ou autorização ambiental da União, nos termos da Lei. O referido projeto deixa claro em sua justificativa a necessidade de alteração legislativa para instituir nova forma para definição do porte e enquadramento da pessoa jurídica submetida a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental – TCFA.

Essas são as razões que justificam a sustação da Portaria IBAMA nº 260/2023 a fim de se evitar prejuízos a um segmento tão relevante como o



Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-6219 – E-mail: sen.wellingtonfagundes@senado.leg.br
Assinado eletronicamente por Sen. Wellington Fagundes
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3913068024>

Avulso do PDL 225/2024 [8 de 10]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Wellington Fagundes

transporte rodoviário de produtos perigosos e, conseqüentemente, aos cidadãos brasileiros, já que o transporte de produtos perigosos pode ser considerado um serviço de utilidade pública em certas circunstâncias e contextos. Isso geralmente ocorre quando o transporte desses produtos é vital para o funcionamento da sociedade e da economia, como no caso do abastecimento de hospitais com produtos químicos para tratamento médico ou no transporte de combustíveis para garantir o funcionamento de veículos e maquinários essenciais.

Esperamos que a presente iniciativa possibilite um maior debate e o aprimoramento do processo, a fim de que o transportador responda, dentro Política Nacional do Meio Ambiente, pelo que de fato os ESTABELECIMENTO das Pessoas Jurídica, de fato representem, e não por todo o seu faturamento.

Contamos, pois, com o apoio de nossos ilustres pares para aprovação do projeto de decreto legislativo que ora apresentamos.

Sala das Sessões,

Senador WELLINGTON FAGUNDES



Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-6219 – E-mail: sen.wellingtonfagundes@senado.leg.br
Assinado eletronicamente por Sen. Wellington Fagundes
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3913068024>

Avulso do PDL 225/2024 [9 de 10]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- art5_cpt_inc2

- art49_cpt_inc5

- urn:lex:br:federal:lei:1908;6938

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1908;6938>

- art17-4

- urn:lex:br:federal:lei:1961;6938

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1961;6938>

- Lei nº 6.938, de 31 de Agosto de 1981 - Lei da Política Nacional do Meio Ambiente - 6938/81

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1981;6938>

- art17-2

- art17-4

- art17-4_par3

- urn:lex:br:federal:lei:1981;6983

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1981;6983>

- Lei nº 10.165, de 27 de Dezembro de 2000 - Lei da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - 10165/00

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2000;10165>

- Lei nº 13.196, de 1º de Dezembro de 2015 - LEI-13196-2015-12-01 - 13196/15

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2015;13196>

- urn:lex:br:federal:lei:2018;10273

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2018;10273>



Projetos de Lei





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 1500, DE 2024

Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 (Lei de Organização da Seguridade Social), e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 (Lei de Benefícios da Previdência Social), para dispor sobre a redução a zero da alíquota previdenciária patronal para o empregador que contratar pessoa com deficiência com elevada dificuldade de locomoção para cargos de atendimento ao público e outros cujas funções sejam, ordinariamente, de desempenho presencial, mediante a utilização de tecnologias assistivas capazes de permitir o desempenho das funções por teletrabalho.

AUTORIA: Senador Ciro Nogueira (PP/PI)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 1500/2024 [1 de 6]



PROJETO DE LEI Nº , DE 2024

Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 (Lei de Organização da Seguridade Social), e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 (Lei de Benefícios da Previdência Social), para dispor sobre a redução a zero da alíquota previdenciária patronal para o empregador que contratar pessoa com deficiência com elevada dificuldade de locomoção para cargos de atendimento ao público e outros cujas funções sejam, ordinariamente, de desempenho presencial, mediante a utilização de tecnologias assistivas capazes de permitir o desempenho das funções por teletrabalho.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar acrescido do seguinte § 18:

“**Art. 22.**
.....

§ 18. Para a empresa que contratar pessoa com deficiência com elevada dificuldade de locomoção, na forma do regulamento, para cargos de atendimento ao público e outros cujas funções sejam, ordinariamente, de desempenho presencial, mediante a utilização de tecnologias assistivas capazes de lhe permitir o desempenho das funções por teletrabalho, a alíquota da contribuição prevista no inciso I do *caput* deste artigo, incidente sobre o total das remunerações referentes a este segurado, será reduzida a zero, observadas as demais disposições do referido inciso.

§ 19. Para a determinação da elevada dificuldade de locomoção a que se refere o § 18 deste artigo, poderão ser consideradas, também na forma do regulamento, as condições de acessibilidade da rota entre a residência da pessoa beneficiada e o posto de realização do trabalho de caráter presencial.” (NR)

Art. 2º A Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 93-A:



Assinado eletronicamente por Sen. Ciro Noronha

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2676779058>

Avulso do PL 1500/2024 [2 de 6]



“**Art. 93-A.** A empresa que contratar pessoa com deficiência com elevada dificuldade de locomoção, na forma do regulamento, para cargos de atendimento ao público e outros cujas funções sejam, ordinariamente, de desempenho presencial, mediante a utilização de tecnologias assistivas capazes de permitir o desempenho das funções por teletrabalho, terá a redução de alíquota previdenciária prevista no § 18 do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

Parágrafo único. Para a determinação da elevada dificuldade de locomoção a que se refere o *caput* deste artigo, poderão ser consideradas, também na forma do regulamento, as condições de acessibilidade da rota entre a residência da pessoa beneficiada e o posto de realização do trabalho de caráter presencial.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Os problemas enfrentados pelas pessoas com deficiência com elevada dificuldade de locomoção que impedem a sua contratação, bem como a sua efetiva integração ao mundo laboral, são diversos e compreendem barreiras atitudinais, instrumentais, de informação e arquitetônicas, entre outras.

Não obstante constituam direitos fundamentais das pessoas com deficiência a sua plena e efetiva participação e inclusão na sociedade (de que a igualdade de oportunidades e a acessibilidade constituem, a um só tempo, corolário e estratégia de ação) e, especificamente quanto ao direito ao trabalho, o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, preveja a chamada “cota de contratação”, a realidade mostra que tais direitos não são observados, o que exige a implementação de medidas protetivas adicionais pelo Poder Público, incluindo o Legislativo.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência – que, aliás, possui *status* de Emenda Constitucional (art. 5º, § 3º, da Constituição Federal) – dispõe expressamente que os Estados-partes salvaguardarão e promoverão a realização do direito ao trabalho por meio da adoção de medidas apropriadas incluídas na legislação com o intuito, entre outros, de criar oportunidades de trabalho e “promover o emprego de pessoas com deficiência no setor privado, mediante políticas e medidas apropriadas, que poderão incluir programas de ação afirmativa, incentivos e outras medidas”.



Assinado eletronicamente por Sen. Ciro Noronha

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2676779058>

Avulso do PL 1500/2024 [3 de 6]



Nesse sentido, o estímulo à contratação de pessoas com elevada dificuldade de locomoção, nos termos previstos neste projeto de lei, está alinhado com os princípios previstos no ordenamento jurídico protetivo das pessoas com deficiência, do qual fazem parte, por exemplo, além da mencionada Convenção, a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência, e a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Com relação à redução da alíquota da contribuição previdenciária patronal de 20% para zero, ressalte-se que ela será aplicada apenas sobre o total das remunerações pagas, devidas ou creditadas, a qualquer título, aos empregados que sejam pessoas com deficiência com severa dificuldade de locomoção, contratadas nos termos do projeto de lei e do regulamento, como forma de minimizar o impacto orçamentário-financeiro decorrente da implementação da medida.

Importante consignar, ainda, que fazemos prever, na proposição, que poderão ser consideradas, também na forma do regulamento, a situação de pessoas que, embora não tenham, abstratamente, elevada dificuldade de locomoção, enfrentam, pela rota a ser percorrida entre a sua residência e o posto onde deveria dar-se o trabalho presencial, obstáculos, para ela, intransponíveis (como, por exemplo, obstruções, descontinuidades, inexistência de estacionamentos, calçadas, rampas e elementos de circulação vertical), tendo em vistas as muitas desigualdades sociais e urbanas de um País de dimensões continentais como o nosso. Valemo-nos, para tanto, do conceito de “rota acessível”, já bem consolidado na orientação e na implementação de políticas públicas destinadas a minimizar as dificuldades enfrentadas, cotidianamente, por pessoas com diferentes graus de dificuldade de locomoção.

Por fim, cabe registrar que o fato de o estímulo alvitrado operar-se em favor de atividades ordinariamente realizadas de forma presencial pode incentivar as empresas brasileiras a desenvolver novas tecnologias de informação e comunicação, bem como novas tecnologias assistivas capazes de permitir o desempenho laboral de forma remota – contribuindo, assim, para a inovação e o desenvolvimento tecnológico, que, conforme o disposto no art. 218 da Constituição Federal, também devem ser promovidos e incentivados pelo Estado.

Por todo o exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste projeto de lei.



Assinado eletronicamente por Sen. Ciro Noronha

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2676779058>

Avulso do PL 1500/2024 [4 de 6]



Sala das Sessões,

Senador CIRO NOGUEIRA



Assinado eletronicamente por Sen. Ciro Nogueira

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2676779058>

Avulso do PL 1500/2024 [5 de 6]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- art5_par3

- art218

- Lei nº 7.853, de 24 de Outubro de 1989 - Lei dos Portadores de Deficiência - 7853/89

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1989;7853>

- Lei nº 8.212, de 24 de Julho de 1991 - Lei Orgânica da Seguridade Social; Lei do Custeio da Previdência Social - 8212/91

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1991;8212>

- art22

- art22_par18

- Lei nº 8.213, de 24 de Julho de 1991 - Lei de Benefícios da Previdência Social (1991) - 8213/91

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1991;8213>

- art93

- Lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015) - 13146/15

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2015;13146>





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 1510, DE 2024

Estabelece critérios para o transporte de animais de estimação aplicáveis ao transporte aéreo de passageiros, doméstico e internacional.

AUTORIA: Senador Eduardo Gomes (PL/TO)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 1510/2024 [1 de 4]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Eduardo Gomes

PROJETO DE LEI Nº , DE 2024

Estabelece critérios para o transporte de animais de estimação aplicáveis ao transporte aéreo de passageiros, doméstico e internacional.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º É permitido o transporte de animais de estimação aplicáveis ao transporte aéreo de passageiros, doméstico e internacional.

Parágrafo Único. Para viagens internacionais, deverá ser observada a legislação do país de origem ou para o qual a viagem se destine.

Art. 2º O transporte de animais de estimação de até cinquenta quilogramas na cabine de passageiros será realizado sem a necessidade de contêiner ou dispositivos semelhantes, desde que sigam os requisitos definidos nessa lei.

§ 1º Os animais de estimação poderão ser acomodados no piso ou no colo do seu tutor, desde que não incomode outros passageiros.

§ 2º É facultada a venda de um segundo assento vinculado ao bilhete original, desde que contíguo ao do tutor, de modo a facilitar a acomodação do animal a ser transportado.

§ 3º O transporte será limitado a um único animal de estimação por tutor e a cinco animais por cabine.

Art. 3º Para o transporte de animais de estimação a bordo será exigido:



Assinado eletronicamente por Sen. Eduardo Gomes

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4510898261>

Avulso do PL 1510/2024 [2 de 4]



I – certificado atualizado de vacinas;

II – certificado de vermifugação e aplicação de antipulgas por profissional veterinário; e

III – atestado de saúde emitido por profissional veterinário até dez dias antes do embarque.

Art. 4º É de responsabilidade integral do tutor o comportamento do animal de estimação por ocasião do processo de embarque e durante a viagem.

§ 1º É obrigatório o uso de coleira para todos os cães, além de focinheira para animais de estimação cuja regulamentação assim o exija.

§ 2º O animal de estimação deverá permanecer todo o tempo, obrigatoriamente, junto ao seu tutor.

§ 3º A transportadora poderá negar o embarque ou o seguimento da viagem ao tutor e ao seu animal de estimação caso seja constatada agressividade ou comportamento de risco que comprometa a sua segurança ou a de terceiros.

Art. 5º Fica facultada à empresa transportadora a cobrança de taxa específica para o transporte do animal de estimação.

Art. 6º A autoridade de aviação civil publicará, em até cento e oitenta dias, a relação dos tipos de animais de estimação permitidos para transporte, bem como as demais regulamentações necessárias.

Art. 7º Esta lei entra em vigor cento e oitenta dias após sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

Na última semana, o país se comoveu com a morte do cachorro Joca, que veio a óbito após erros de procedimento da companhia aérea responsável pelo transporte do animal de estimação. Essa triste situação trouxe à discussão a necessidade de se regulamentar a matéria, que atualmente está



Assinado eletronicamente por Sen. Eduardo Gomes

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4510898261>

Avulso do PL 1510/2024 [3 de 4]



basicamente por conta dos procedimentos adotados por cada transportadora, que não necessariamente são os mesmos.

A falta de regulamentação adequada pode resultar em situações desafiadoras tanto para os passageiros quanto para os próprios animais. Portanto, propomos a implementação de uma legislação que estabeleça diretrizes claras e uniformes para o transporte de animais domésticos a bordo de aeronaves, visando garantir o bem-estar e a segurança de todos os envolvidos.

Sem regulamentação, os padrões de cuidado e as condições em que os animais são transportados podem variar significativamente entre as companhias aéreas e até mesmo entre os voos da mesma empresa. A implementação de diretrizes específicas, com a importante participação da ANAC garantirá que os animais sejam transportados em condições adequadas, com espaço suficiente, ventilação adequada e acesso à água e comida, minimizando assim o estresse e o desconforto.

A criação de uma legislação nacional para o tema proporcionará padronização e clareza, garantindo que os passageiros saibam exatamente o que esperar ao viajar com seus animais de estimação, independentemente da companhia aérea escolhida.

Certos da importância e da urgência que o tema requer, contamos com o apoio das Senadoras e dos Senadores para a célere aprovação da matéria.

Sala das Sessões,

Senador EDUARDO GOMES



Assinado eletronicamente por Sen. Eduardo Gomes

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4510898261>

Avulso do PL 1510/2024 [4 de 4]



Projeto de Lei Complementar





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 72, DE 2024

Altera a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre as despesas de custeio e de investimento com os hospitais universitários federais, para fins de apuração do gasto mínimo constitucional em saúde.

AUTORIA: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)



[Página da matéria](#)

Avulso do PLP 72/2024 [1 de 5]



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº , DE 2024

Altera a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre as despesas de custeio e de investimento com os hospitais universitários federais, para fins de apuração do gasto mínimo constitucional em saúde.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 3º**

.....

XIII – custeio e investimento em hospitais universitários, inclusive por meio de entidade pública responsável por sua administração, desde que aprovadas pelo Ministério da Saúde, e que estejam de acordo com as diretrizes das demais determinações previstas nesta Lei Complementar.” (NR)

“**Art. 4º**

.....

XI – remuneração de pessoal ativo dos hospitais universitários.” (NR)

“**Art. 12**

Parágrafo único. O repasse dos recursos para custeio e investimento em hospitais universitários federais, inclusive os oriundos de emendas parlamentares, poderá ser realizado por meio de descentralização de créditos orçamentários do Fundo Nacional de Saúde para essas instituições ou para entidade pública responsável por sua administração.” (NR)



Assinado eletronicamente por Sen. Veneziano Vital do Rêgo

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7912150408>

Avulso do PLP 72/2024 [2 de 5]



Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Os hospitais universitários federais (HUF) são referências na prestação de serviços de saúde de média e alta complexidade no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Atualmente, somam mais de cinquenta unidades, distribuídas em quase quarenta municípios de vinte e quatro Estados da Federação, que desempenham papel relevante na rede de atenção à saúde do SUS.

A Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), prevê expressamente que os serviços de saúde dos hospitais universitários e de ensino integram-se ao SUS, preservada sua autonomia administrativa. Nesse sentido, os serviços prestados por essas instituições vêm sendo direcionados às necessidades de saúde da população, cujo planejamento ocorre no âmbito das instâncias colegiadas do SUS.

A despeito disso, as despesas realizadas pelo SUS com a estruturação dos HUF para fins assistenciais têm sido objeto de questionamento por parte dos órgãos de controle. A esse respeito, o Tribunal de Contas da União (TCU) publicou o Acórdão nº 31/2017, em que prevalece o entendimento de que as despesas de investimento para compra de equipamentos médicos destinados a esses hospitais não poderiam ser computadas no cálculo do montante mínimo a ser aplicado, anualmente, pela União, em ações e serviços públicos de saúde.

No referido Acórdão, o TCU considerou que essas instituições deveriam fazer jus apenas ao ressarcimento das despesas de custeio pelos serviços prestados ao SUS. Nesse contexto, os recursos orçamentários do Ministério da Saúde, tanto de verbas discricionárias quanto de emendas parlamentares, não poderiam ser direcionados à aquisição de equipamentos de ultrassonografia, tomografia ou ressonância magnética, entre outros tantos equipamentos que são essenciais para o diagnóstico e o tratamento de problemas de saúde. Por conseguinte, a estruturação dessas instituições para fins de atendimento das necessidades de saúde da população tem sido prejudicada.

Assim, o presente projeto de lei tem como objetivo corrigir essas distorções, dando segurança jurídica para que o Ministério da Saúde destine recursos discricionários e de emendas parlamentares para os hospitais



f12024-03580
Assinado eletronicamente por Sen. Veneziano Vital do Rêgo
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7912150408>

Avulso do PLP 72/2024 [3 de 5]



universitários e para entidade pública que detém a atribuição de administrá-los. A proposição prevê, ainda, a vedação do financiamento de despesas com pessoal e com encargos sociais dessas instituições. Desse modo, intenta-se, por um lado, preservar o orçamento da saúde e, por outro, manter a obrigação de que o Ministério da Educação siga investindo nos HUF.

Sala das Sessões,

Senador VENEZIANO VITAL DO RÊGO



f12024-03580

Assinado eletronicamente por Sen. Veneziano Vital do Rêgo

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7912150408>

Avulso do PLP 72/2024 [4 de 5]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- art198_par3

- Lei Complementar nº 141, de 13 de Janeiro de 2012 - LCP-141-2012-01-13 - 141/12

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei.complementar:2012;141>

- Lei nº 8.080, de 19 de Setembro de 1990 - Lei Orgânica da Saúde - 8080/90

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1990;8080>



Requerimentos





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 276, DE 2024

Requer voto de aplauso ao Desembargador Federal João Batista Moreira, pela Presidência do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1).

AUTORIA: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 276/2024 [1 de 2]





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Nelsinho Trad

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de aplauso ao Desembargador Federal João Batista Moreira, pela Presidência do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1).

Requeiro, ainda, que seja enviada cópia do presente voto, conforme dados em anexo.

JUSTIFICAÇÃO

A presente moção de aplauso é dedicada ao ilustre desembargador João Batista Moreira, em reconhecimento ao seu exemplar serviço à justiça e à comunidade. Sua trajetória profissional é um testemunho vivo de dedicação, competência e integridade. Ao longo de sua carreira, tem demonstrado um compromisso inabalável com a aplicação imparcial da lei e a defesa dos direitos fundamentais de todos os cidadãos. Parabéns desembargador, pelo seu extraordinário legado e pelo impacto positivo que tem causado em nossa sociedade.

Sala das Sessões, 29 de abril de 2024.

Senador Nelsinho Trad
(PSD - MS)

Avulso do RQS 276/2024 [2 de 2]



Apresentado o Requerimento nº 276, de 2024, do Senador Nelsinho Trad, que *solicita o envio de voto de aplauso ao Desembargador Federal João Batista Moreira, pela Presidência do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1).*

Será encaminhada cópia do voto nos termos solicitados.





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 277, DE 2024

Requer voto de aplauso à Professora Daniele Andressa Bassanesi, da Escola Estadual Antônio Fernandes, localizada em Naviraí-MS, pelo prêmio Educador Transformador na categoria Ensino Médio.

AUTORIA: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 277/2024 [1 de 3]





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Nelsinho Trad

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de aplauso à professora Daniele Andressa Bassanesi, da Escola Estadual Antônio Fernandes, localizada em Naviraí, pelo Prêmio Educador Transformador, foi a vencedora da etapa nacional, da categoria Ensino Médio.

Requeiro, ainda, que seja enviada cópia do presente voto, conforme dados em anexo.

JUSTIFICAÇÃO

E com grande entusiasmo e admiração que prestamos este voto de aplauso à professora Daniela Bassanesi, em reconhecimento à sua brilhante conquista como vencedora do prêmio Educador Transformador na categoria Ensino Médio, sua dedicação incansável ao ensino e sua paixão pelo desenvolvimento dos jovens são verdadeiramente inspiradoras.

Portanto, é com imenso orgulho e gratidão que reconhecemos o seu trabalho excepcional e celebramos sua conquista como Educadora Transformadora. Que seu exemplo continue a inspirar educadores e alunos, e que seu legado de excelência e dedicação perdure por muitos anos. Parabéns, por sua



extraordinária contribuição para a educação e por ser um verdadeiro agente de transformação na vida de seus alunos e na sociedade como um todo.

Sala das Sessões, 29 de abril de 2024.

Senador Nelsinho Trad
(PSD - MS)

SF/24108.69996-22 (LexEdit)

Avulso do RQS 277/2024 [3 de 3]



Apresentado o Requerimento nº 277, de 2024, do Senador Nelsinho Trad, que *solicita o envio de voto de aplauso à Professora Daniele Andressa Bassanesi, da Escola Estadual Antônio Fernandes, localizada em Naviraí-MS, pelo prêmio Educador Transformador na categoria Ensino Médio.*

Será encaminhada cópia do voto nos termos solicitados.





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 283, DE 2024

Requer a inclusão de apoioamento à Proposta de Emenda à Constituição nº 66/2023.

AUTORIA: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 283/2024 [1 de 2]



RQS
00283/2024

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Zequinha Marinho

SF/24681.84352-00 (LexEdit*)

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 243 do Regimento Interno do Senado Federal, o registro do meu apoio à Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2023, de autoria do Senador Jáder Barbalho, cuja finalidade é a abertura de novo prazo de parcelamento especial de débitos dos municípios com seus Regimes Próprios de Previdência Social dos Servidores Públicos e com o Regime Geral de Previdência Social.

Sala das Sessões, 30 de abril de 2024.

Senador Zequinha Marinho
(PODEMOS - PA)

Avulso do RQS 283/2024 [2 de 2]



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia PSD - Angelo Coronel* PT - Jaques Wagner* PSD - Otto Alencar**	Rio Grande do Sul PP - Ireneu Orth* (S) PT - Paulo Paim* REPUBLICANOS - Hamilton Mourão**	Amazonas MDB - Eduardo Braga* PSDB - Plínio Valério* PSD - Omar Aziz**
Rio de Janeiro PL - Carlos Portinho* (S) PL - Flávio Bolsonaro* PL - Romário**	Ceará PSB - Cid Gomes* NOVO - Eduardo Girão* PT - Janaina Farias** (S)	Paraná PSB - Flávio Arns* PODEMOS - Oriovisto Guimarães* UNIÃO - Sergio Moro**
Maranhão PSD - Eliziane Gama* PDT - Weverton* PDT - Ana Paula Lobato** (S)	Paraíba PSD - Daniella Ribeiro* MDB - Veneziano Vital do Rêgo* UNIÃO - Efraim Filho**	Acre UNIÃO - Marcio Bittar* PSD - Sérgio Petecão* UNIÃO - Alan Rick**
Pará MDB - Jader Barbalho* PODEMOS - Zequinha Marinho* PT - Beto Faro**	Espírito Santo PT - Fabiano Contarato* PODEMOS - Marcos do Val* PL - Magno Malta**	Mato Grosso do Sul PSD - Nelsinho Trad* PODEMOS - Soraya Thronicke* PP - Tereza Cristina**
Pernambuco MDB - Fernando Dueire* (S) PT - Humberto Costa* PT - Teresa Leitão**	Piauí PP - Ciro Nogueira* MDB - Marcelo Castro* PSD - Jussara Lima** (S)	Distrito Federal PL - Izalci Lucas* PDT - Leila Barros* REPUBLICANOS - Damares Alves**
São Paulo MDB - Giordano* (S) PSD - Mara Gabrilli* PL - Astronauta Marcos Pontes**	Rio Grande do Norte PODEMOS - Styvenson Valentim* PSD - Zenaide Maia* PL - Rogerio Marinho**	Rondônia MDB - Confúcio Moura* PL - Marcos Rogério* PL - Jaime Bagattoli**
Minas Gerais PODEMOS - Carlos Viana* PSD - Rodrigo Pacheco* REPUBLICANOS - Cleitinho**	Santa Catarina PP - Esperidião Amin* MDB - Ivete da Silveira* (S) PL - Jorge Seif**	Tocantins PL - Eduardo Gomes* PSD - Irajá* UNIÃO - Professora Dorinha Seabra**
Goiás PSB - Jorge Kajuru* PSD - Vanderlan Cardoso* PL - Wilder Morais**	Alagoas MDB - Renan Calheiros* PODEMOS - Rodrigo Cunha* MDB - Fernando Farias** (S)	Amapá PSD - Lucas Barreto* S/Partido - Randolfe Rodrigues* UNIÃO - Davi Alcolumbre**
Mato Grosso UNIÃO - Jayme Campos* PSD - Margareth Buzetti* (S) PL - Wellington Fagundes**	Sergipe MDB - Alessandro Vieira* PT - Rogério Carvalho* PP - Laércio Oliveira**	Roraima PSB - Chico Rodrigues* REPUBLICANOS - Mecias de Jesus* PP - Dr. Hiran**

Mandatos

*: Período 2019/2027 **: Período 2023/2031



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA
(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 27	
PSD-15 / PT-8 / PSB-4	
Angelo Coronel.	PSD / BA
Beto Faro.	PT / PA
Chico Rodrigues.	PSB / RR
Cid Gomes.	PSB / CE
Daniella Ribeiro.	PSD / PB
Eliziane Gama.	PSD / MA
Fabiano Contarato.	PT / ES
Flávio Arns.	PSB / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Irajá.	PSD / TO
Janaína Farias.	PT / CE
Jaques Wagner.	PT / BA
Jorge Kajuru.	PSB / GO
Jussara Lima.	PSD / PI
Lucas Barreto.	PSD / AP
Mara Gabrilli.	PSD / SP
Margareth Buzetti.	PSD / MT
Nelsinho Trad.	PSD / MS
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Paulo Paim.	PT / RS
Rodrigo Pacheco.	PSD / MG
Rogério Carvalho.	PT / SE
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Teresa Leitão.	PT / PE
Vanderlan Cardoso.	PSD / GO
Zenaide Maia.	PSD / RN

Bloco Parlamentar Democracia - 18	
MDB-11 / UNIÃO-7	
Alan Rick.	UNIÃO / AC
Alessandro Vieira.	MDB / SE
Confúcio Moura.	MDB / RO
Davi Alcolumbre.	UNIÃO / AP
Eduardo Braga.	MDB / AM
Efraim Filho.	UNIÃO / PB
Fernando Dueire.	MDB / PE
Fernando Farias.	MDB / AL
Giordano.	MDB / SP
Ivete da Silveira.	MDB / SC
Jader Barbalho.	MDB / PA
Jayme Campos.	UNIÃO / MT
Marcelo Castro.	MDB / PI
Marcio Bittar.	UNIÃO / AC
Professora Dorinha Seabra.	UNIÃO / TO
Renan Calheiros.	MDB / AL
Sergio Moro.	UNIÃO / PR
Veneziano Vital do Rêgo.	MDB / PB

Bloco Parlamentar Vanguarda - 14	
PL-13 / NOVO-1	
Astronauta Marcos Pontes.	PL / SP
Carlos Portinho.	PL / RJ
Eduardo Girão.	NOVO / CE
Eduardo Gomes.	PL / TO
Flávio Bolsonaro.	PL / RJ
Izalci Lucas.	PL / DF
Jaime Bagattoli.	PL / RO

Jorge Seif.	PL / SC
Magno Malta.	PL / ES
Marcos Rogério.	PL / RO
Rogério Marinho.	PL / RN
Romário.	PL / RJ
Wellington Fagundes.	PL / MT
Wilder Moraes.	PL / GO

Bloco Parlamentar Independência - 11	
PODEMOS-7 / PSDB-1 / PDT-3	
Ana Paula Lobato.	PDT / MA
Carlos Viana.	PODEMOS / MG
Leila Barros.	PDT / DF
Marcos do Val.	PODEMOS / ES
Oriovisto Guimarães.	PODEMOS / PR
Plínio Valério.	PSDB / AM
Rodrigo Cunha.	PODEMOS / AL
Soraya Thronicke.	PODEMOS / MS
Styvenson Valentim.	PODEMOS / RN
Weverton.	PDT / MA
Zequinha Marinho.	PODEMOS / PA

Bloco Parlamentar Aliança - 10	
PP-6 / REPUBLICANOS-4	
Ciro Nogueira.	PP / PI
Cleitinho.	REPUBLICANOS / MG
Damares Alves.	REPUBLICANOS / DF
Dr. Hiran.	PP / RR
Esperidião Amin.	PP / SC
Hamilton Mourão.	REPUBLICANOS / RS
Ireneu Orth.	PP / RS
Laércio Oliveira.	PP / SE
Mecias de Jesus.	REPUBLICANOS / RR
Tereza Cristina.	PP / MS

S/Partido - 1	
Randolfe Rodrigues.	AP

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	27
Bloco Parlamentar Democracia.	18
Bloco Parlamentar Vanguarda.	14
Bloco Parlamentar Independência.	11
Bloco Parlamentar Aliança.	10
S/Partido.	1
TOTAL.	81



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Alan Rick** (UNIÃO-AC)	Flávio Bolsonaro* (PL-RJ)	Nelsinho Trad* (PSD-MS)
Alessandro Vieira* (MDB-SE)	Giordano* (MDB-SP)	Omar Aziz** (PSD-AM)
Ana Paula Lobato** (PDT-MA)	Hamilton Mourão** (REPUBLICANOS-RS)	Oriovisto Guimarães* (PODEMOS-PR)
Angelo Coronel* (PSD-BA)	Humberto Costa* (PT-PE)	Otto Alencar** (PSD-BA)
Astronauta Marcos Pontes** (PL-SP)	Irajá* (PSD-TO)	Paulo Paim* (PT-RS)
Beto Faro** (PT-PA)	Ireneu Orth* (PP-RS)	Plínio Valério* (PSDB-AM)
Carlos Portinho* (PL-RJ)	Ivete da Silveira* (MDB-SC)	Professora Dorinha Seabra** (UNIÃO-TO)
Carlos Viana* (PODEMOS-MG)	Izalci Lucas* (PL-DF)	Randolfe Rodrigues* (S/Partido-AP)
Chico Rodrigues* (PSB-RR)	Jader Barbalho* (MDB-PA)	Renan Calheiros* (MDB-AL)
Cid Gomes* (PSB-CE)	Jaime Bagattoli** (PL-RO)	Rodrigo Cunha* (PODEMOS-AL)
Ciro Nogueira* (PP-PI)	Janaína Farias** (PT-CE)	Rodrigo Pacheco* (PSD-MG)
Cleitinho** (REPUBLICANOS-MG)	Jaques Wagner* (PT-BA)	Rogério Carvalho* (PT-SE)
Confúcio Moura* (MDB-RO)	Jayme Campos* (UNIÃO-MT)	Rogério Marinho** (PL-RN)
Dameres Alves** (REPUBLICANOS-DF)	Jorge Kajuru* (PSB-GO)	Romário** (PL-RJ)
Daniella Ribeiro* (PSD-PB)	Jorge Seif** (PL-SC)	Sergio Moro** (UNIÃO-PR)
Davi Alcolumbre** (UNIÃO-AP)	Jussara Lima** (PSD-PI)	Sérgio Petecão* (PSD-AC)
Dr. Hiran** (PP-RR)	Laércio Oliveira** (PP-SE)	Soraya Thronicke* (PODEMOS-MS)
Eduardo Braga* (MDB-AM)	Leila Barros* (PDT-DF)	Styvenson Valentim* (PODEMOS-RN)
Eduardo Girão* (NOVO-CE)	Lucas Barreto* (PSD-AP)	Teresa Leitão** (PT-PE)
Eduardo Gomes* (PL-TO)	Magno Malta** (PL-ES)	Tereza Cristina** (PP-MS)
Efraim Filho** (UNIÃO-PB)	Mara Gabrilli* (PSD-SP)	Vanderlan Cardoso* (PSD-GO)
Eliziane Gama* (PSD-MA)	Marcelo Castro* (MDB-PI)	Veneziano Vital do Rêgo* (MDB-PB)
Esperidião Amin* (PP-SC)	Marcio Bittar* (UNIÃO-AC)	Wellington Fagundes** (PL-MT)
Fabiano Contarato* (PT-ES)	Marcos Rogério* (PL-RO)	Weverton* (PDT-MA)
Fernando Dueire* (MDB-PE)	Marcos do Val* (PODEMOS-ES)	Wilder Moraes** (PL-GO)
Fernando Farias** (MDB-AL)	Margareth Buzetti* (PSD-MT)	Zenaide Maia* (PSD-RN)
Flávio Arns* (PSB-PR)	Mecias de Jesus* (REPUBLICANOS-RR)	Zequinha Marinho* (PODEMOS-PA)

Mandatos

*: Período 2019/2027 **: Período 2023/2031



COMPOSIÇÃO

COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Rodrigo Pacheco - (PSD-MG)

1º VICE-PRESIDENTE

Veneziano Vital do Rêgo - (MDB-PB)

2º VICE-PRESIDENTE

Rodrigo Cunha - (PODEMOS-AL)

1º SECRETÁRIO

Rogério Carvalho - (PT-SE)

2º SECRETÁRIO

Weverton - (PDT-MA)

3º SECRETÁRIO

Chico Rodrigues - (PSB-RR)

4º SECRETÁRIO

Styvenson Valentim - (PODEMOS-RN)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Mara Gabrilli - (PSD-SP)

2º Ivete da Silveira - (MDB-SC)

3º Dr. Hiran - (PP-RR)

4º Mecias de Jesus - (REPUBLICANOS-RR)



COMPOSIÇÃO

LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD/PT/PSB) - 27</p> <p>Líder Eliziane Gama - PSD (22)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSD - 15 Otto Alencar (6)</p> <p>Vice-Líderes do PSD Omar Aziz (24) Lucas Barreto (42)</p> <p>Líder do PT - 8 Beto Faro (51)</p> <p>Vice-Líder do PT Teresa Leitão (40)</p> <p>Líder do PSB - 4 Jorge Kajuru (7,32)</p>	<p>Bloco Parlamentar Democracia (MDB/UNIÃO) - 18</p> <p>Líder Efraim Filho - UNIÃO (4,13)</p> <p>Vice-Líder Professora Dorinha Seabra (15,20,29)</p> <p>.....</p> <p>Líder do MDB - 11 Eduardo Braga (5)</p> <p>Vice-Líderes do MDB Marcelo Castro (36) Confúcio Moura (27,35) Giordano (37)</p> <p>Líder do UNIÃO - 7 Efraim Filho (4,13)</p> <p>Vice-Líderes do UNIÃO Professora Dorinha Seabra (15,20,29) Davi Alcolumbre (19) Alan Rick (21)</p>	<p>Bloco Parlamentar Vanguarda (PL/NOVO) - 14</p> <p>Líder Wellington Fagundes - PL (44)</p> <p>Vice-Líder Astronauta Marcos Pontes (41)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PL - 13 Carlos Portinho (16)</p> <p>Vice-Líderes do PL Jorge Seif (38) Izalci Lucas (57) Jaime Bagattoli (60)</p> <p>Líder do NOVO - 1 Eduardo Girão (14,18)</p>
<p>Bloco Parlamentar Aliança (PP/REPUBLICANOS) - 10</p> <p>Líder Laércio Oliveira - PP (54)</p> <p>Vice-Líder Damares Alves (55)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PP - 6 Tereza Cristina (9)</p> <p>Líder do REPUBLICANOS - 4 Mecias de Jesus (8)</p> <p>Vice-Líder do REPUBLICANOS Hamilton Mourão (26)</p>	<p>Bloco Parlamentar Independência (PODEMOS/PSDB/PDT) - 11</p> <p>Líder Styvenson Valentim - PODEMOS (53,59)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PODEMOS - 7 Rodrigo Cunha (50)</p> <p>Vice-Líderes do PODEMOS Styvenson Valentim (53,59) Marcos do Val (52)</p> <p>Líder do PSDB - 1 Plínio Valério (58)</p> <p>Líder do PDT - 3 Weverton (30,49)</p>	<p>Maioria</p> <p>Líder Renan Calheiros - MDB (12)</p>
<p>Minoria</p> <p>Líder Ciro Nogueira - PP (1,3,10)</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Jaques Wagner - PT (2)</p> <p>Vice-Líderes Confúcio Moura (27,35) Daniella Ribeiro (33,34) Jorge Kajuru (7,32) Professora Dorinha Seabra (15,20,29) Randolfe Rodrigues (28) Weverton (30,49) Zenaide Maia (31)</p>	<p>Oposição</p> <p>Líder Rogério Marinho - PL (11)</p> <p>Vice-Líderes Eduardo Girão (14,18) Magno Malta (17) Eduardo Gomes (25)</p>
<p>Bancada Feminina</p> <p>Líder Daniella Ribeiro - PSD (33,34)</p> <p>Vice-Líderes Margareth Buzetti (43,48) Jussara Lima (39,46,47)</p>		

Notas:

1. Em 02.01.2023, o Senador **Ciro Nogueira** foi designado Líder do Partido Progressista (Of. 36/2022-GLDPP).

2. Em 06.01.2023, o Senador **Jaques Wagner** foi designado Líder do Governo (Mensagem nº 7, de 2023, da Presidência da República).

3. Em 01.02.2023, o Senador **Ciro Nogueira** foi designado Líder do Bloco Progressistas/Republicanos (Of. nº 1/2023-Lid PP/Republicanos).

4. Em 01.02.2023, o Senador **Efraim Filho** foi designado Líder do União Brasil (Of. 02/23-GLUNIAO).



5. Em 01.02.2023, o Senador Eduardo Braga foi designado Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 071/2022-GLMDB).
6. Em 01.02.2023, o Senador Otto Alencar foi designado Líder do Partido Social Democrático (Of. 001/2023-GLPSD).
7. Em 01.02.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. 6/2023-GLPSB).
8. Em 01.02.2023, o Senador Mecias de Jesus foi designado Líder do Republicanos (Of. 4/2023-GSMJESUS).
9. Em 02.02.2023, a Senadora Tereza Cristina Corrêa foi designada Líder do Partido Progressista (Of. 1/2023-GLDPP).
10. Em 03.02.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder da Minoria (Of. 10/2023-GSCNOG).
11. Em 06.02.2023, o Senador Rogerio Marinho foi designado Líder da Oposição (Of. nº 03/2023-GSFB).
12. Em 08.02.2023, o Senador Renan Calheiros foi designado Líder da Maioria (Of. 5/2023-GLUNIAO).
13. Em 08.02.2023, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 5/2023-GLUNIAO).
14. Em 08.02.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado Líder do NOVO (Of. nº 19/2023-GSGIRAO).
15. Em 16.02.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. 4/2023-BLDEM).
16. Em 17.02.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado Líder do Partido Liberal (Of. 1/2023-GLPL).
17. Em 27.02.2023, o Senador Magno Malta foi designado 2º Vice-Líder da Oposição (Of. 2/2023-GLDOP).
18. Em 27.02.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado 1º Vice-Líder da Oposição (Of. 2/2023-GLDOP).
19. Em 28.02.2023, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º Vice-Líder do União Brasil (Of. 6/2023-GLUNIAO).
20. Em 28.02.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 1ª Vice-Líder do União Brasil (Of. 6/2023-GLUNIAO).
21. Em 28.02.2023, o Senador Alan Rick foi designado 3º Vice-Líder do União Brasil (Of. 6/2023-GLUNIAO).
22. Em 28.02.2023, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 01/2023-BLPRD).
23. Em 02.03.2023, o Senador Luís Carlos Heinze foi designado Vice-Líder do Bloco Vanguarda (Of. 51/2023-BLVANG).
24. Em 08.03.2023, o Senador Omar Aziz foi designado 1º Vice-Líder do Partido Social Democrático (Of. 007/2023-GLPSD).
25. Em 09.03.2023, o Senador Eduardo Gomes foi designado Vice-Líder da Oposição (Of. nº 04/2023-GLDOP).
26. Em 09.03.2023, o Senador Hamilton Mourão foi designado Vice-Líder do Republicanos (Of. 17/2023-GSMJESUS).
27. Em 23.03.2023, o Senador Confúcio Moura foi designado 1º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
28. Em 23.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
29. Em 23.03.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 4ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
30. Em 23.03.2023, o Senador Weverton Rocha foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
31. Em 23.03.2023, a Senadora Zenaide Maia foi designada 7ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
32. Em 23.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado 3ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
33. Em 23.03.2023, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada 2ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
34. Em 29.03.2023, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. 37/2023-GSEGAMA).
35. Em 11.04.2023, o Senador Confúcio Moura foi designado 2º Vice-Líder do MDB (Of. 32/2023-GLMDB).
36. Em 11.04.2023, o Senador Marcelo Castro foi designado 1º Vice-Líder do MDB (Of. 32/2023-GLMDB).
37. Em 11.04.2023, o Senador Giordano foi designado 3º Vice-Líder do MDB (Of. 32/2021-GLMDB).
38. Em 19.04.2023, o Senador Jorge Seif foi designado 1º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 12/2023-GLPL).
39. Em 17.05.2023, a Senadora Jussara Lima foi designada 2ª Vice-Líder da Bancada Feminina no Senado Federal (Of. 41/2023).
40. Em 18.05.2023, a Senadora Teresa Leitaô foi designada 1ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 29/2023-GLDPT).
41. Em 29.06.2023, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 122/2023 - BLVANG).
42. Em 05.07.2023, o Senador Lucas Barreto foi designado 2º Vice-Líder do PSD (Of. nº 48/2023-GLPSD).
43. Em 24.10.2023, a Senadora Augusta Brito foi designada 8ª Vice-Líder do Governo (Of. nº 104/2023-GLDGOV).
44. Em 03.11.2023, o Senador Wellington Fagundes retorna ao exercício do mandato e dá continuidade ao cargo de Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
45. Em 12/12/2023, a Senadora Augusta Brito foi destituída da função de vice-líder do Governo no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".
46. Em 12/12/2023, a Senadora Jussara Lima foi destituída da função de vice-líder da Bancada Feminina no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".
47. Em 14.12.2023, a Senadora Jussara Lima retorna ao exercício do mandato e dá continuidade ao cargo de 2ª Vice-Líder da Bancada Feminina.
48. Em 21.12.2023, a Senadora Margareth Buzetti retorna ao exercício do mandato e dá continuidade ao cargo de 1ª Vice-Líder da Bancada Feminina.
49. Em 08.02.2024, o Senador Weverton foi designado Líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. nº 03/2024-GLPDT).
50. Em 21.02.2024, o Senador Rodrigo Cunha foi designado Líder do Podemos (Of. 004/2024-GLPODEMOS).
51. Em 27.02.2024, o Senador Beto Faro foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 005/2024-GLDPT).
52. Em 28.02.2024, o Senador Marcos do Val foi designado 2º Vice-Líder do PODEMOS (Of. nº 05/2024-GLPODEMOS).
53. Em 28.02.2024, o Senador Styvenson Valentim foi designado 1º Vice-Líder do PODEMOS (Of. nº 05/2024-GLPODEMOS).
54. Em 06.03.2024, o Senador Laércio Oliveira foi designado Líder do Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 10/2024-GABLI/BLALIAN).
55. Em 06.03.2024, a Senadora Damares Alves foi designada 1ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 10/2024-GABLI/BLALIAN).
56. Em 31.03.2024, a Senadora Augusta Brito foi destituída da função de Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
57. Em 02.04.2024, o Senador Izalci Lucas foi designado 2º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 12/2024-GLPL).
58. Em 09.04.2024, o Senador Plínio Valério foi designado Líder do PSDB (Of. nº 008/2024-GSPVALER).
59. Em 09.04.2024, o Senador Styvenson Valentim foi designado Líder do Bloco Parlamentar Independência (Of. 60/2024-GLPODEMOS).
60. Em 22.04.2024, o Senador Jaime Bagattoli foi designado 3º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 20/2024-GLPL).



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016

Finalidade: destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.

Número de membros: 11

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Designação: 22/06/2016

Leitura: 13/07/2016

Instalação: 12/07/2016

MEMBROS

VAGO
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 61 3303 3514

E-mail: coceti@senado.leg.br



2) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA
DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF) - 2019

Finalidade: examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial. Prazo de funcionamento suspenso desde 20 de março de 2020, conforme resposta a questão de ordem proferida na sessão de 22 de abril de 2020.

Ato do Presidente nº 21, de 2019

Relatórios Parciais - prazo final: 06/11/2019
Instalação: 25/09/2019
Apresentação de Emendas - prazo final: 23/10/2019
Apresentação de Emendas - prazo final duplicado: 26/11/2019
Relatórios Parciais - prazo final duplicado: 10/12/2019
Relatório do Relator-Geral - prazo final: 13/11/2019
Relatório do Relator-Geral - prazo final duplicado: 17/12/2019
Parecer Final da Comissão - prazo final: 21/11/2019
Parecer Final da Comissão - prazo final duplicado: 21/12/2019

MEMBROS

VAGO
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO



3) COMISSÃO ESPECIAL PARA DEBATE DE
POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE HIDROGÊNIO VERDE

Finalidade: debater, no prazo de dois anos, políticas públicas sobre hidrogênio verde, de modo a fomentar o ganho em escala dessa tecnologia de geração de energia limpa e avaliar políticas públicas que fomentem a tecnologia do hidrogênio verde.

ATS nº 4, de 2023

Número de membros: 7 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

Instalação: 12/04/2023

Prazo final: 13/08/2025

TITULARES	SUPLENTES
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽²⁾	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽²⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾	2. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽²⁾
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾	3. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽²⁾	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽²⁾	
Senador Randolfe Rodrigues (S/Partido-AP) ⁽²⁾	
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) ⁽²⁾	

Notas:

1. Em 14.03.2023, os Senadores Cid Gomes e Otto Alencar foram designados Presidente e Relator, respectivamente, da Comissão (ATS 4/2023).
2. Em 14.03.2023, os Senadores Cid Gomes, Otto Alencar, Astronauta Marcos Pontes, Fernando Dueire, Luis Carlos Heinze, Randolfe Rodrigues e Rodrigo Cunha membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira, Eliziane Gama e Eduardo Girão, membros suplentes, para compor a Comissão (ATS nº 4/2023).

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes | Secretário-Adjunto: Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 3303 3490

E-mail: cehv@senado.leg.br



4) COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA PARA EXAMINAR OS ANTEPROJETOS APRESENTADOS NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE JURISTAS

Finalidade: destinada a, no prazo de até noventa dias, examinar e, se assim entender, consolidar os anteprojetos apresentados no âmbito da Comissão de Juristas responsável pela elaboração de anteprojetos de proposições legislativas que dinamizem, unifiquem e modernizem o processo administrativo e tributário nacional - CJADMTR, composta por nove membros titulares e igual número de suplentes.

Requerimento nº 479, de 2023.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Izalci Lucas (PL-DF) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) ⁽⁴⁾

RELATOR: Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽⁴⁾

Instalação: 28/11/2023

Prazo final: 07/04/2024

Prazo final prorrogado: 22/05/2024

TITULARES	SUPLENTES
Senador Izalci Lucas (PL-DF) ^(1,3)	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽¹⁾	2. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽¹⁾
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) ⁽¹⁾	3. Senador Fernando Farias (MDB-AL) ⁽¹⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽¹⁾	4. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽¹⁾
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽¹⁾	5. Senadora Janaína Farias (PT-CE) ^(1,6)
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁾	6. Senador Irajá (PSD-TO) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽¹⁾	7. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,3)
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽¹⁾	8. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ^(1,2,5)
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁾	9. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 18.05.2023, os Senadores Eduardo Braga, Efraim Filho, Oriovisto Guimarães, Vanderlan Cardoso, Daniella Ribeiro, Jaques Wagner, Eduardo Gomes, Rogerio Marinho e Tereza Cristina foram designados membros titulares; e os Senadores Otto Alencar, Weverton, Fernando Farias, Professora Dorinha Seabra, Augusta Brito, Irajá, Izalci Lucas, Laércio Oliveira e Wellington Fagundes, membros suplentes, para compor a Comissão.
2. Em 30.08.2023, a Presidência do Senado Federal destitui o Senador Laércio Oliveira, a pedido, como membro suplente desta comissão.
3. Em 28.11.2023, a Presidência do Senado Federal designa o Senador Izalci Lucas membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Braga, que passa a membro suplente, para compor a comissão.
4. Em 28.11.2023, os Senadores Izalci Lucas, Oriovisto Guimarães e Efraim Filho foram designados Presidente, Vice-Presidente e Relator, respectivamente, da comissão (Of. nº 001/2023-CTIADMTR).
5. Em 28.02.2024, a Presidência do Senado Federal designa o Senador Hamilton Mourão para compor, como membro suplente, a comissão.
6. Em 08.04.2024, a Presidência do Senado Federal designa a Senadora Janaína Farias para compor a comissão, como membro suplente, em substituição à Senadora Augusta Brito.

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos | Secretária-Adjunta: Gabriel Udelsman

Telefone(s): 3303 3490

E-mail: rprado@senado.leg.br



5) COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA SOBRE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO BRASIL

Finalidade: examinar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, os projetos concernentes ao relatório final aprovado pela Comissão de Juristas responsável por subsidiar a elaboração de substitutivo sobre Inteligência Artificial no Brasil, criada pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 4, de 2022, bem como eventuais novos projetos que disciplinem a matéria.

Requerimento nº 722, de 2023

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes

PRESIDENTE: Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽²⁾
VICE-PRESIDENTE: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾
RELATOR: Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽²⁾

Instalação: 16/08/2023

Prazo final: 14/12/2023

Prazo prorrogado: 23/05/2024

TITULARES	SUPLENTES
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽¹⁾	1. Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) ⁽¹⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾	2. Senador Izalci Lucas (PL-DF) ⁽¹⁾
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽¹⁾	3. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,3)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽¹⁾	4. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ⁽¹⁾
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽¹⁾	5. Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽¹⁾
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽¹⁾	6. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽¹⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽¹⁾	7. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽¹⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁾	8. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽¹⁾	9. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽¹⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽¹⁾	10. Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽¹⁾	11. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽¹⁾
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾	12. Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽¹⁾
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽¹⁾	13. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁾

Notas:
1. Em 15.08.2023, os Senadores Carlos Viana, Styvenson Valentim, Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Weverton, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Nelsinho Trad, Fabiano Contarato, Chico Rodrigues, Eduardo Gomes, Astronauta Marcos Pontes e Laércio Oliveira foram designados membros titulares; e os Senadores Rodrigo Cunha, Izalci Lucas, Marcelo Castro, Alan Rick, Cid Gomes, Angelo Coronel, Mara Gabrilli, Sérgio Petecão, Rogério Carvalho, Flávio Arns, Carlos Portinho, Marcos Rogério e Mecias de Jesus, membros suplentes, para compor a comissão.
2. Em 17.08.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Carlos Viana e Astronauta Marcos Pontes, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 001/2023-SACTIA). O Presidente designa como Relator o Senador Eduardo Gomes.
3. Em 17.08.2023, a Presidência do Senado Federal designa o Senador Alessandro Vieira para compor, como membro suplente, a Comissão Temporária sobre a Inteligência Artificial no Brasil, na vaga ocupada pelo Senador Marcelo Castro, que deixa de compor a Comissão.

Secretário(a): Leomar Diniz
E-mail: ctia@senado.leg.br



6) COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA EM COMEMORAÇÃO
AOS 200 (DUZENTOS) ANOS DA CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR

Finalidade: planejar e coordenar, no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, as atividades de comemoração dos 200 (duzentos) anos da Confederação do Equador.

Requerimento nº 752, de 2023.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽²⁾

Instalação: 12/12/2023

Prazo final: 17/03/2025

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽¹⁾	1. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) ⁽¹⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	2.
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽¹⁾	3.
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽¹⁾	4.
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽¹⁾	5.

Notas:

1. Em 06.12.2023, a Presidência designa os Senadores Teresa Leitão, Humberto Costa, Fernando Dueire, Jussara Lima e Efraim Filho membros titulares e a Senadora Ana Paula Lobato, membro suplente, para compor a comissão.

2. Em 12.12.2023, a comissão reunida elegeu as Senadoras Teresa Leitão e Jussara Lima, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2023-CTI200CONFEQ).

Secretário(a): Lenita Cunha e Silva | Secretária-Adjunta: Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 3303 3490

E-mail: cti200confeq@senado.leg.br



7) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA VERIFICAR "IN LOCO" A SITUAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL DO ESTADO PLURINACIONAL DA BOLÍVIA

Finalidade: verificar "in loco", no prazo de 180 dias, a situação política e social do Estado Plurinacional da Bolívia, no que diz respeito à cláusula democrática do Mercosul, prevista nos Protocolos de Ushuaia, cujo texto estabelece que a plena vigência das instituições democráticas é indispensável para o desenvolvimento dos processos de integração entre os signatários do referido Bloco.

Requerimento nº 1.067, de 2023

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO)	
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽¹⁾	1.
	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
	1.

Notas:

1. Em 15.03.2024, o Senador Sergio Moro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 18/2024-BLDEM).



8) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO
DE ANTEPROJETO DE LEI DO PROCESSO ESTRUTURAL NO BRASIL

Finalidade: apresentar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, anteprojeto de Lei do Processo Estrutural no Brasil.

ATO DO PRESIDENTE Nº 3, DE 2024

Número de membros: 15

PRESIDENTE: Augusto Aras ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Marcelo Navarro Ribeiro Dantas ⁽¹⁾

RELATOR: Edilson Vitorelli ⁽¹⁾

Aguardando instalação: 12/04/2024

Leitura: 12/04/2024

MEMBROS

Augusto Aras ⁽²⁾
Marcelo Navarro Ribeiro Dantas ⁽²⁾
Edilson Vitorelli ⁽²⁾
Nancy Andrichi ⁽²⁾
Luiz Alberto Gurgel de Faria ⁽²⁾
Aluísio Mendes ⁽²⁾
Sérgio Cruz Arenhart ⁽²⁾
Antonio Nabor Areias Bulhões ⁽²⁾
Marcus Vinícius Furtado Coêlho ⁽²⁾
Benedito Cerezzo Pereira Filho ⁽²⁾
Antonio Gidi ⁽²⁾
José Bernardo de Assis Júnior ⁽²⁾
Juliana Cordeiro de Faria ⁽²⁾
Márcio Carvalho Faria ⁽²⁾
Roberto P. Campos Gouveia Filho ⁽²⁾

Notas:

1. Em 12.04.2024, a Presidência do Senado Federal designa os Senhores Augusto Aras, Marcelo Navarro Ribeiro Dantas e Edilson Vitorelli a Presidente, Vice-Presidente e Relator, respectivamente, deste colegiado (ATO nº 3/2024).
2. Em 12.04.2024, a Presidência do Senado Federal designa os Senhores Augusto Aras, Marcelo Navarro Ribeiro Dantas, Edilson Vitorelli, Nancy Andrichi, Luiz Alberto Gurgel de Faria, Aluísio Mendes, Sérgio Cruz Arenhart, Antônio Nabor Areias Bulhões, Marcus Vinicius Furtado Coêlho, Benedito Cerezzo Pereira Filho, Antonio Gidi, José Bernardo de Assis Júnior, Juliana Cordeiro de Faria, Márcio Carvalho Faria e Roberto P. Campos Gouveia Filho membros desta comissão (ATO nº 3/2024).

Secretário(a): Renata Felix Perez | Adjuntos: Antonio das Dores P. Silva Neto; Henrique C. Evangelista

Telefone(s): 3303 3490

E-mail: cjprestr@senado.leg.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DA BRASKEM

Finalidade: investigar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, com limite de despesas de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), os efeitos da responsabilidade jurídica socioambiental da empresa Braskem S.A, decorrente do caso Pinheiro/Braskem, em Maceió, Alagoas.

Requerimento nº 952, de 2023

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽¹¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Dr. Hiran (PP-RR) ^(11,17)

RELATOR: Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽¹²⁾

Leitura: 25/10/2023

Instalação: 13/12/2023

Prazo final: 22/05/2024

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO)	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(2,13)	1. VAGO ^(2,13)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽³⁾	2. Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ⁽³⁾
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) ⁽⁷⁾	3. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ⁽⁷⁾
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽¹⁰⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾	1. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽⁶⁾
VAGO ^(5,15)	2. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁹⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁶⁾	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁹⁾	
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾	1. Senador Marcos Rogério (PL-RO) ^(1,14)
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽¹⁾	
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁸⁾	1. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ^(8,16)

Notas:

- Em 09.12.2023, os Senadores Wellington Fagundes e Eduardo Gomes foram designados membros titulares e o Senador Magno Malta, membro suplente, pela liderança do PL, para compor a comissão (Of. nº 28/2023-GLPL). ([DSF de 12/12/2023, p. 65](#))
- Em 09.12.2023, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular e o Senador Fernando Farias, membro suplente, pela liderança do MDB, para compor a comissão (Of. nº 103/2023-GLMDB). ([DSF de 12/12/2023, p. 73](#))
- Em 09.12.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular e o Senador Jayme Campos, membro suplente, pela liderança do União Brasil, para compor a Comissão (Of. nº 69/2023-GLUNIAO). ([DSF de 12/12/2023, p. 70](#))
- Em 09.12.2023, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular, pela liderança do PSD, para compor a comissão (Of. nº 58/2023-GLPSD). ([DSF de 12/12/2023, p. 68](#))
- Em 09.12.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, pela liderança do PSB, para compor a comissão (Of. nº 84/2023-GLDPSB). ([DSF de 12/12/2023, p. 72](#))
- Em 09.12.2023, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular e o Senador Angelo Coronel, membro suplente, pela liderança do PSD, para compor a comissão (Of. nº 59/2023-GLPSD). ([DSF de 12/12/2023, p. 69](#))
- Em 11.12.2023, o Senador Rodrigo Cunha foi designado membro titular e a Senadora Soraya Thronicke, membro suplente, pela liderança do PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 72/2023-GLPODEMOS). ([DSF de 12/12/2023, p. 71](#))
- Em 11.12.2023, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular e o Senador Cleitinho, membro suplente, pela liderança do PP, para compor a comissão (Of. nº 56/2023-GLPP). ([DSF de 12/12/2023, p. 66](#))
- Em 11.12.2023, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular e o Senador Fabiano Contarato, membro suplente, pela liderança do PT, para compor a comissão (Of. nº 57/2023-GLDPT). ([DSF de 12/12/2023, p. 67](#))
- Em 12.12.2023, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, pela liderança do PDT, para compor a comissão (Of. nº 40/2023-GLDPDT).



11. Em 13.12.2023, a comissão reunida elegeu os Senadores Omar Aziz e Jorge Kajuru, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2023-CPIBRASKEM).
12. Em 22.02.2024, o Senador Rogério Carvalho foi designado Relator deste colegiado (Of. nº 03/2024-CPIBRASKEM).
13. Em 29.02.2024, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, em substituição ao Senador Renan Calheiros, pela liderança do MDB, e o Senador Fernando Farias deixa de compor este colegiado (Of. nº 11/2024-GLMDB).
14. Em 07.03.2024, o Senador Marcos Rogério foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Magno Malta, pela liderança do PL, para compor a comissão (Of. nº 04/2024-GLPL).
15. Em 19.03.2024, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor a comissão como membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 23/2024-GLDPSB).
16. Em 22.04.2024, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Cleitinho, pela liderança do Progressistas, para compor a comissão (Of. nº 12/2024-GLPP).
17. Em 23.04.2024, o Senador Dr. Hiram foi eleito Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 156/2024-CPIBRASKEM).

Secretário(a): Anderson Antunes de Azevedo | Secretária-Adjunta: Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 3303 3490

E-mail: cpibraskem@senado.leg.br



2)CPI DA MANIPULAÇÃO DE JOGOS E APOSTAS ESPORTIVAS

Finalidade: apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, com limite de despesas de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), fatos relacionados às denúncias e suspeitas de manipulação de resultados no futebol brasileiro, envolvendo jogadores, dirigentes e empresas de apostas.

Requerimento nº 158, de 2024

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽¹⁰⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽¹⁰⁾

RELATOR: Senador Romário (PL-RJ) ⁽¹¹⁾

Leitura: 13/03/2024
Instalação: 10/04/2024
Prazo final: 21/10/2024

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO)	
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽¹⁾	1. Senador Giordano (MDB-SP) ⁽¹⁾
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) ⁽⁴⁾	2. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽⁴⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽⁹⁾	3. Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(3,8)	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(3,8)
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽³⁾	2.
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁶⁾	
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁵⁾	
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Romário (PL-RJ) ⁽²⁾	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁷⁾	1. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽⁷⁾

- Notas:**
- Em 09.04.2024, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular e o Senador Giordano, membro suplente, pela liderança do MDB, para compor a comissão (Of. nº 15/2024-GLMDB).
 - Em 09.04.2024, os Senadores Romário e Eduardo Girão foram designados membros titulares e o Senador Carlos Portinho, membro suplente, pela liderança do PL, para compor a comissão (Of. nº 05/2024-GLPL).
 - Em 09.04.2024, os Senadores Otto Alencar e Angelo Coronel foram designados membros titulares e o Senador Sérgio Petecão, membro suplente, pela liderança do PSD, para compor a comissão (Of. nº 04/2024-GLPSD).
 - Em 09.04.2024, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular e o Senador Efraim Filho, membro suplente, pela liderança do União Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09/2024).
 - Em 09.04.2024, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro titular, em vaga cedida pelo PT, para compor a comissão (Of. nº 11/2024-GLDPT).
 - Em 09.04.2024, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, pela liderança do PSB, para compor a comissão (Of. nº 18/2024-GLDPSB).
 - Em 09.04.2024, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular e o Senador Cleitinho, membro suplente, pela liderança do Progressistas, para compor a comissão (Of. nº 05/2024-GLPP).
 - Em 09.04.2024, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, que passa à suplência, pela liderança do PSD, para compor a comissão (Of. nº 06/2024-GLPSD).
 - Em 10.04.2024, os Senadores Styvenson Valentim e Rodrigo Cunha foram designados membros titular e suplente, respectivamente, pela liderança do PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 65/2024-GLPODEMOS).
 - Em 10.04.2024, a comissão reunida elegeu os Senadores Jorge Kajuru e Eduardo Girão, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2024-CPIAE).
 - Em 10.04.2024, o Senador Romário foi designado Relator deste colegiado (Of. nº 01/2024-CPIAE).

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes | Secretário-Adjunto: Gabriel Udelsmann
Telefone(s): 3303 3490
E-mail: cpiae@senado.leg.br



3)CPI DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Finalidade: apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, com limite de despesas de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher desde 2019 até os dias atuais, com base em diferentes levantamentos e estudos, com a finalidade de investigar a ação ou omissão do poder público com relação à aplicação dos instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres da violência, bem como suas responsabilidades decorrentes do descumprimento da legislação criada para esse fim.

Requerimento nº 157, de 2024

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 13/03/2024



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO)	
Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ⁽²⁾	1. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽²⁾
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽²⁾	2. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(2,5,13)
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) ⁽²⁾	3. Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) ^(2,5,13)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽²⁾	4. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(2,5,13)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(2,26,29)	5. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(2,5,11,12,13,33,35,39)
Senador Fernando Farias (MDB-AL) ⁽²⁾	6. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽²⁾
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) ⁽²⁾	7. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽²⁾
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽²⁾	8. Senador Weverton (PDT-MA) ^(2,13)
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽²⁾	9. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(2,13)
Senador Izalci Lucas (PL-DF) ^(2,16)	10. Senador Randolfe Rodrigues (S/Partido-AP) ^(2,13)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽⁴⁾	1. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ^(4,9,10,21)
Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾	2. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ^(4,25,31)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(4,9)	3. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾	4. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽⁴⁾
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽⁴⁾	5. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(4,15,19,30)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁴⁾	6. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾
Senadora Janaína Farias (PT-CE) ^(4,38)	7. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁴⁾	8. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁴⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(4,10)	9. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽⁷⁾
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ^(18,20)	10. Senador Flávio Arns (PSB-PR) ^(18,37)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁸⁾	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(1,17,23,24,27,28)	1. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ^(1,22,32)
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽¹⁾	2. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽¹⁾
Senador Wilder Moraes (PL-GO) ^(1,34,36)	3. Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽¹⁾	4. Senador Romário (PL-RJ) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽¹⁾	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ^(1,14)	2. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽¹⁾
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁾	3. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽¹⁾

Notas:
*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos, de acordo com o cálculo de proporcionalidade comunicado por meio dos Ofícios nºs 36 a 38/2023-SGM, em 28/02/2023.
1. Em 07.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Rogerio Marinho, Wilder Moraes, Eduardo Gomes, Ciro Nogueira, Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Jaime Bagattoli, Flávio Bolsonaro, Magno Malta, Romário, Esperidião Amin, Laércio Oliveira e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). ([DSF de 08/03/2023, p. 134](#))



2. Em 07.03.2023, os Senadores Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Farias, Oriovisto Guimarães, Carlos Viana, Cid Gomes e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro, Efraim Filho, Davi Alcolumbre, Jader Barbalho, Giordano, Fernando Dueire, Marcos do Val, Randolfe Rodrigues, Weverton e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 126](#))
3. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Vanderlan Cardoso Presidente deste colegiado.
4. Em 07.03.2023, os Senadores Vanderlan Cardoso, Irajá, Sérgio Petecão, Omar Aziz, Angelo Coronel, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Teresa Leitão e Flávio Arns foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Margareth Buzetti, Nelsinho Trad, Lucas Barreto, Dr. Samuel Araújo, Paulo Paim, Humberto Costa e Jaques Wagner, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 120](#))
5. Em 10.03.2023, os Senadores Jader Barbalho, Efraim Filho, Giordano e Davi Alcolumbre foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM). ([DSF de 11/03/2023, p. 8](#))
6. Em 14.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Angelo Coronel Vice-Presidente deste colegiado.
7. Em 15.03.2023, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em vaga cedida pelo PSB, para compor a Comissão (Of. 17/2023-BLREDEM). ([DSF de 16/03/2023, p. 144](#))
8. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))
9. Em 22.03.2023, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, e o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 20/2023-BLREDEM). ([DSF de 23/03/2023, p. 114](#))
10. Em 27.03.2023, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Flávio Arns; e o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 27/2023-BLREDEM). ([DSF de 28/03/2023, p. 39](#))
11. Em 12.04.2023, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 27/2023-BLDEM). ([DSF de 13/04/2023, p. 121](#))
12. Em 25.04.2023, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 29/2023-BLDEM). ([DSF de 26/04/2023, p. 117](#))
13. Em 16.05.2023, os Senadores Efraim Filho, Davi Alcolumbre, Jader Barbalho, Giordano, Weverton, Plínio Valério e Randolfe Rodrigues tiveram suas posições como suplentes modificadas na Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 44/2023-BLDEM). ([DSF de 17/05/2023, p. 210](#))
14. Em 05.06.2023, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 25/2023-BLALIAN). ([DSF de 06/06/2023, p. 35](#))
15. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.
16. Em 22.06.2023, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 101/2023-BLDEM).
17. Em 07.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 128/2023-BLVANG). ([DSF de 08/07/2023, p. 35](#))
18. Em 12.07.2023 foi definida pelos líderes a distribuição da vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Resistência Democrática e Vanguarda, cabendo nesta Comissão ao Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 81/2023-GLMDB). ([DSF de 13/07/2023, p. 149](#))
19. Em 08.08.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 82/2023-BLREDEM). ([DSF de 09/08/2023, p. 101](#))
20. Em 14.09.2023, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 100/2023-BLREDEM). ([DSF de 01/09/2023, p. 78](#))
21. Em 03.10.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 106/2023-BLREDEM). ([DSF de 04/10/2023, p. 161](#))
22. Em 17.10.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jaime Bagattoli, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 153/2023-BLVANG). ([DSF de 18/10/2023, p. 147](#))
23. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
24. Em 07.11.2023, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 170/2023-BLVANG). ([DSF de 08/11/2023, p. 200](#))
25. Em 22.11.2023, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Ofs. nºs 120 e 121/2023-BLREDEM). ([DSF de 23/11/2023, p. 138](#))
26. Em 22.11.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, em substituição ao Senador Renan Calheiros, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 174/2023-BLDEM). ([DSF de 23/11/2023, p. 137](#))
27. Em 22.11.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 178/2023-BLVANG). ([DSF de 23/11/2023, p. 136](#))
28. Em 23.11.2023, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 179/2023-BLVANG). ([DSF de 24/11/2023, p. 71](#))
29. Em 23.11.2023, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 175/2023-BLDEM). ([DSF de 24/11/2023, p. 70](#))
30. Em 24.11.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 122/2023-BLREDEM). ([DSF de 25/11/2023, p. 21](#))
31. Em 28.11.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 123/2023-BLREDEM). ([DSF de 29/11/2023, p. 179](#))
32. Em 28.11.2023, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 180/2023-BLVANG). ([DSF de 29/11/2023, p. 182](#))
33. Em 29.02.2024, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Giordano, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 10/2024-BLDEM).
34. Em 12.03.2024, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wilder Moraes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 14/2024-BLVANG).
35. Em 13.03.2024, o Senador Giordano foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Veneziano Vital do Rêgo, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 16/2024-BLDEM).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



36. Em 14.03.2024, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 15/2024-BLVANG).

37. Em 18.03.2024, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 11/2024-BLREDEM).

38. Em 08.04.2024, a Senadora Janaína Farias foi designada membro titular, em substituição à Senadora Augusta Brito, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 17/2024-BLREDEM).

39. Em 24.04.2024, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Giordano, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 25/2024-BLDEM).

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano

Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa - Sala 19

Telefone(s): 6133033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE MUNICIPALISTA

Finalidade: opinar sobre questões municipalistas, tais como: (a) desenvolvimento econômico-social; (b) políticas de financiamento das ações de competência municipal, inclusive mediante transferências constitucionais; (c) endividamento público; (d) política tributária; (e) viabilidade econômica e fiscal para criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios; (f) cooperação técnica e financeira com a União; (g) políticas de geração de emprego e renda; e (h) políticas de ordenamento territorial.

(Requerimento 160, de 2023 - CAE)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano

Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa - Sala 19

Telefone(s): 6133033516

E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) (4)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO)	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) (3)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (3,6)
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) (3)	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (3,6)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (3)	3. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (3,6)
Senador Giordano (MDB-SP) (3)	4. Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) (3,6)
Senadora Ivete da Silva (MDB-SC) (3)	5. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) (3)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (3)	6. Senador Weverton (PDT-MA) (3)
Senadora Leila Barros (PDT-DF) (3)	7. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (3)
Senador Izalci Lucas (PL-DF) (3)	8. VAGO (10,14,15,16,17)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senador Flávio Arns (PSB-PR) (2,8)	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2)
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) (2)	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (2)
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) (2)	3. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) (2)
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) (2)	4. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (2)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (2)	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (2)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (2)	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (2)
Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) (2)	7. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (2,8)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) (7)	
Senador Romário (PL-RJ) (1)	1. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (1)
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (1)	2. Senador Magno Malta (PL-ES) (1)
Senador Wilder Moraes (PL-GO) (1)	3. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) (1)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (1,9)	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (1,9,11,12)
Senador Dr. Hiran (PP-RR) (1,9)	2. (5,9,13)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) (1,9)	3. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) (1,9)

Notas:

1. Em 07.03.2023, os Senadores Romário, Eduardo Girão, Wilder Moraes, Dr. Hiran, Laércio Oliveira e Damares Alves foram designados membros titulares, e os Senadores Rogerio Marinho, Magno Malta, Jaime Bagattoli, Zequinha Marinho e Cleitinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). (DSF de 08/03/2023, p. 134)

2. Em 07.03.2023, os Senadores Sérgio Petecão, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Paulo Paim, Humberto Costa e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Nelsinho Trad, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Teresa Leitão, Fabiano Contarato e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 004/2023-BLRESDEM). (DSF de 08/03/2023, p. 125)

3. Em 07.03.2023, os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Giordano, Ivete Silva, Styvenson Valentim, Leila Barros e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Alan Rick, Davi Alcolumbre, Renan Calheiros, Marcelo Castro, Carlos Viana, Weverton e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). (DSF de 08/03/2023, p. 126)

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Humberto Costa e a Senadora Mara Gabrilli o Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.

5. Em 09.03.2023, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 56/2023-BLVANG). (DSF de 10/03/2023, p. 91)

6. Em 10.03.2023, os Senadores Renan Calheiros, Alan Rick, Marcelo Castro e Davi Alcolumbre foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM). (DSF de 11/03/2023, p. 10)

7. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP). (DSF de 21/03/2023, p. 73)

8. Em 27.03.2023, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão; e o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 27/2023-BLRESDEM). (DSF de 28/03/2023, p. 39)



9. Em 31.03.2023, os Senadores Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares; o Senador Cleitinho, membro suplente; e os Senadores Eduardo Gomes e Zequinha Marinho deixaram de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 4/2023-GABLD/BLPPREP). ([DSF de 01/04/2023, p. 16](#))
10. Em 31.05.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 57/2023-BLDEM). ([DSF de 01/06/2023, p. 104](#))
11. Em 15.08.2023, o Bloco Parlamentar Aliança cedeu, temporariamente, uma vaga de suplente ao Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 40/2023-GABLD/BLALIAN). ([DSF de 16/08/2023, p. 197](#))
12. Em 15.08.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar Aliança, na Comissão (Of. nº 137/2023-BLVANG). ([DSF de 16/08/2023, p. 201](#))
13. Em 30.08.2023, o Bloco Parlamentar Aliança cedeu, temporariamente, uma vaga de suplente ao Partido União Brasil (Of. nº 44/2023-GABLD/BLALIAN). ([DSF de 31/08/2023, p. 165](#))
14. Em 13.09.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 139/2023-BLDEM). ([DSF de 14/09/2023, p. 95](#))
15. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN). ([DSF de 01/11/2023, p. 84](#))
16. Em 10.11.2023, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 172/2023-BLDEM). ([DSF de 11/11/2023, p. 9](#))
17. Em 05.12.2023, o Senador Eduardo Braga deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 182/2023-BLDEM). ([DSF de 06/12/2023, p. 92](#))

Secretário(a): Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro

Telefone(s): 3303-4608

E-mail: cas@senado.leg.br



2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS DAS PESSOAS COM DOENÇAS RARAS

Finalidade: acompanhar e aprimorar as políticas públicas direcionadas às pessoas com doenças raras.

(Requerimento 53, de 2023 - CAS)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁴⁾

Instalação: 30/08/2023

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO)	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽¹⁾	1. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽⁵⁾
Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ⁽⁵⁾	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽²⁾	1. Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
	1.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽³⁾	1.

Notas:

1. Em 11.08.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 139/2023-SACAS). ([DSF de 12/08/2023, p. 37](#))

2. Em 11.08.2023, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular e o Senador Flávio Arns, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 139/2023-SACAS). ([DSF de 12/08/2023, p. 37](#))

3. Em 11.08.2023, a Senadora Damares Alves foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 139/2023-SACAS). ([DSF de 12/08/2023, p. 37](#))

4. Em 30.08.2023, a comissão reunida elegeu as Senadoras Mara Gabrilli e Damares Alves, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 161/2023-SACAS). ([DSF de 31/08/2023, p. 166](#))

5. Em 31.08.2023, os Senadores Alan Rick e Efraim Filho foram designados membros titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 162/2023-SACAS). ([DSF de 01/09/2023, p. 54](#))

Secretário(a): Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro

Telefone(s): 3303-4608

E-mail: cas@senado.leg.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO)	
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) ⁽²⁾	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(2,5)
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽²⁾	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(2,5,27,29,30,37,50,55,57)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(2,27,29,50,55,66)	3. Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) ^(2,5,8,30,37,66)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽²⁾	4. Senador Giordano (MDB-SP) ^(2,5,8,13,32,34,44,47)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽²⁾	5. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(2,5,8,30,41,57)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(2,38,40)	6. Senador Izalci Lucas (PL-DF) ^(2,5,8,18)
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) ⁽²⁾	7. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(2,5,8,38,40)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(2,15,19)	8. Senador Cid Gomes (PSB-CE) ^(2,7,8)
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽²⁾	9. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ^(2,8,12,16,19)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽²⁾	10. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(2,8,28,30,39,41)
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(17,18)	11. Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ^(17,18,30,39,41,51,52,53)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ^(3,35,42)	1. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽³⁾
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽³⁾	2. Senador Irajá (PSD-TO) ^(3,9,20,22)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(3,48,49)	3. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(3,23,35,42,46)
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ^(3,36,42)	4. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽³⁾
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ^(3,24,31)	5. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽³⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ^(3,64,67)	6. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ^(3,56,65,68)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽³⁾	7. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾
Senadora Janaína Farias (PT-CE) ^(3,58,59,63)	8. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ^(3,5)
Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) ^(3,60,61,62)	9. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁶⁾	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽¹⁾	1. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽¹⁾
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽¹⁾	2. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ^(1,14,43,45)
Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽¹⁾	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁾
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ^(1,14)	4. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(1,10,11)	1. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ^(1,21,26,33,54)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾	2. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ^(1,10,11)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁾	3. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾

Notas:

*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos, de acordo com o cálculo de proporcionalidade comunicado por meio dos Ofícios nºs 36 a 38/2023-SGM, em 28/02/2023.

1. Em 07.03.2023, os Senadores Flávio Bolsonaro, Carlos Portinho, Magno Malta, Eduardo Girão, Ciro Nogueira, Esperidião Amin e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Rogerio Marinho, Zequinha Marinho, Jorge Seif, Eduardo Gomes, Tereza Cristina, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). (DSF de 08/03/2023, p. 134)

2. Em 07.03.2023, os Senadores Davi Alcolumbre, Sergio Moro, Marcio Bittar, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Oriovisto Guimarães, Marcos do Val, Weverton e Plínio Valério foram designados membros titulares; e os Senadores Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra, Alan Rick, Veneziano Vital do Rêgo, Giordano, Fernando Farias, Carlos Viana, Randolfe Rodrigues, Cid Gomes e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). (DSF de 21/09/2023, p. 126)

3. Em 07.03.2023, os Senadores Omar Aziz, Angelo Coronel, Otto Alencar, Eliziane Gama, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Augusta Brito e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares, e os Senadores Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Vanderlan Cardoso, Mara Gabrilli, Daniella Ribeiro, Paulo Paim, Humberto Costa, Teresa Leitão e Jorge Kajuru, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDM). (DSF de 08/03/2023, p. 120)

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado.



5. Em 10.03.2023, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Fernando Farias, Alan Rick e Giordano foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM). ([DSF de 11/03/2023, p. 8](#))
6. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))
7. Em 11.04.2023, o Senador Marcelo Castro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Giordano, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 25/2023-BLDEM).
8. Em 10.05.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra, Fernando Farias, Alan Rick, Carlos Viana, Marcelo Castro, Cid Gomes, Alessandro Vieira e Randolfe Rodrigues tiveram suas posições como Suplentes modificadas na Comissão (Of. 42/2023-BLDEM). ([DSF de 11/05/2023, p. 252](#); [DSF de 11/05/2023, p. 252](#))
9. Em 10.05.2023, o Senador Irajá foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 47/2023-BLRESDEM). ([DSF de 11/05/2023, p. 253](#))
10. Em 07.06.2023, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passa a ocupar a Comissão como membro suplente (Of. 26/2023-BLALIAN). ([DSF de 08/06/2023, p. 10](#))
11. Em 19.06.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, em substituição ao Senador Dr. Hiran, que passa a ocupar a Comissão como membro suplente (Of. 31/2023-BLALIAN). ([DSF de 20/06/2023, p. 51](#))
12. Em 22.06.2023, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 102/2023-BLDEM). ([DSF de 23/06/2023, p. 12](#))
13. Em 26.06.2023, o Senador Giordano foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Farias, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 103/2023-BLDEM). ([DSF de 27/06/2023, p. 51](#))
14. Em 06.07.2023, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que passa a membro suplente, em substituição ao Senador Zequinha Marinho, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 126/2023-BLVANG). ([DSF de 07/07/2023, p. 48](#))
15. Em 06.07.2023, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 109/2023-BLDEM). ([DSF de 07/07/2023, p. 49](#))
16. Em 06.07.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Izalci Lucas, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 112/2023-BLDEM). ([DSF de 07/07/2023, p. 51](#))
17. Em 12.07.2023 foi definida pelos líderes a distribuição da vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Resistência Democrática e Vanguarda, cabendo nesta Comissão ao Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 81/2023-GLMDB). ([DSF de 13/07/2023, p. 149](#))
18. Em 02.08.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular e os Senadores Izalci Lucas e Mauro Carvalho Junior, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 118/2023-BLDEM). ([DSF de 03/08/2023, p. 112](#))
19. Em 08.08.2023, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passa a integrar a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 124/2023-BLDEM). ([DSF de 09/08/2023, p. 102](#))
20. Em 08.08.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Irajá, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 81/2023-BLRESDEM). ([DSF de 09/08/2023, p. 100](#))
21. Em 15.08.2023, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Tereza Cristina, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. 39/2023-GABLI-BLALIAN). ([DSF de 16/08/2023, p. 196](#))
22. Em 17.08.2023, o Senador Irajá foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 88/2023-BLRESDEM). ([DSF de 18/08/2023, p. 61](#))
23. Em 30.08.2023, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 94/2023-BLRESDEM). ([DSF de 31/08/2023, p. 163](#))
24. Em 12.09.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro titular, em substituição ao Senador Lucas Barreto, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 99/2023-BLRESDEM). ([DSF de 13/09/2023, p. 217](#))
25. Em 13.09.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Marcos Rogério Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 119/2023-PRESIDÊNCIA/CCJ). ([DSF de 14/09/2023, p. 93](#))
26. Em 13.09.2023, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. 48/2023-GABLI-BLALIAN). ([DSF de 14/09/2023, p. 94](#))
27. Em 13.09.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcio Bittar, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 143/2023-BLDEM). ([DSF de 14/09/2023, p. 97](#))
28. Em 13.09.2023, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 142/2023-BLDEM). ([DSF de 14/09/2023, p. 96](#))
29. Em 14.09.2023, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Efraim Filho, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 144/2023-BLDEM). ([DSF de 15/09/2023, p. 77](#))
30. Em 27.09.2023, os Senadores Alan Rick, Zequinha Marinho, Mauro Carvalho Junior, Efraim Filho e Professora Dorinha Seabra foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 155/2023-BLDEM). ([DSF de 27/09/2023, p. 95](#))
31. Em 27.09.2023, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 104/2023-BLRESDEM). ([DSF de 28/09/2023, p. 179](#))
32. Em 28.09.2023, o Senador Fernando Farias foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Giordano, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 157/2023-BLDEM). ([DSF de 29/09/2023, p. 54](#))
33. Em 29.09.2023, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Tereza Cristina, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 52/2023-BLALIAN). ([DSF de 30/09/2023, p. 16](#))
34. Em 03.10.2023, o Senador Giordano foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Farias, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 158/2023-BLDEM). ([DSF de 04/10/2023, p. 162](#))
35. Em 04.10.2023, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro titular, em substituição ao Senador Omar Aziz, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 107/2023-BLRESDEM). ([DSF de 05/10/2023, p. 108](#))
36. Em 04.10.2023, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular, em substituição à Senadora Eliziane Gama, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 108/2023-BLRESDEM). ([DSF de 05/10/2023, p. 109](#))
37. Em 04.10.2023, os Senadores Efraim Filho e Professora Dorinha Seabra foram designados segundo e terceiro suplentes, respectivamente, em substituição aos Senadores Alan Rick e Zequinha Marinho, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 162/2023-BLDEM). ([DSF de 05/10/2023, p. 114](#))



38. Em 04.10.2023, o Senador Marcelo Castro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jader Barbalho, que passa à suplência, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 97/2023-GLMDB). ([DSF de 05/10/2023, p. 107](#))
39. Em 04.10.2023, os Senadores Alan Rick e Zequinha Marinho foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 161/2023-BLDEM). ([DSF de 05/10/2023, p. 113](#))
40. Em 05.10.2023, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcelo Castro, que passa a compor a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 163/2023-BLDEM). ([DSF de 06/10/2023, p. 78](#))
41. Em 05.10.2023, os Senadores Alan Rick, Zequinha Marinho e Mauro Carvalho Junior foram designados 5º, 10º e 11º suplentes, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 147/2023-BLDEM). ([DSF de 06/10/2023, p. 77](#))
42. Em 09.10.2023, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, e o Senador Omar Aziz designado membro titular, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 109/2023-BLREDEM). ([DSF de 10/10/2023, p. 39](#))
43. Em 09.10.2023, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 150/2023-BLVANG). ([DSF de 10/10/2023, p. 40](#))
44. Em 10.10.2023, o Senador Fernando Farias foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Giordano, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 165/2023-BLDEM). ([DSF de 11/10/2023, p. 178](#))
45. Em 11.10.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Astronauta Marcos Pontes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 152/2023-BLVANG). ([DSF de 12/10/2023, p. 13](#))
46. Em 17.10.2023, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 111/2023-BLREDEM). ([DSF de 18/10/2023, p. 146](#))
47. Em 18.10.2023, o Senador Giordano foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Farias, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 166/2023-BLDEM). ([DSF de 19/10/2023, p. 101](#))
48. Em 18.10.2023, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2023-BLREDEM). ([DSF de 19/10/2023, p. 99](#))
49. Em 18.10.2023, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 113/2023-BLREDEM). ([DSF de 19/10/2023, p. 100](#))
50. Em 31.10.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcio Bittar, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 167/2023-BLDEM). ([DSF de 01/11/2023, p. 81](#))
51. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN). ([DSF de 01/11/2023, p. 84](#))
52. Em 07.11.2023, o Senador Jaques Wagner foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 169/2023-BLDEM). ([DSF de 08/11/2023, p. 199](#))
53. Em 13.11.2023, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 170/2023-BLDEM). ([DSF de 14/11/2023, p. 70](#))
54. Em 20.11.2023, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 59/2023-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 21/11/2023, p. 43](#))
55. Em 21.11.2023, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Efraim Filho, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 173/2023-BLDEM). ([DSF de 22/11/2023, p. 136](#); [DSF de 28/11/2023, p. 22](#))
56. Em 27.11.2023, o Senador Jaques Wagner foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Paulo Paim, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 150/2023-GSFCONTA).
57. Em 06.12.2023, o Senador Alan Rick foi designado 2º membro suplente, em substituição ao Senador Efraim Filho, que passa à 5ª suplência, para compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 183/2023-BLDEM). ([DSF de 07/12/2023, p. 101](#))
58. Em 13.12.2023, o Senador Camilo Santana foi designado membro titular, em substituição à Senadora Augusta Brito, 1ª suplente da chapa, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 131/2023-REDEM). ([DSF de 14/12/2023, p. 147](#))
59. Em 15.12.2023, a Senadora Augusta Brito foi designada membro titular, em substituição ao Senador Camilo Santana, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 135/2023-BLREDEM). ([DSF de 16/12/2023, p. 37](#))
60. Em 05.02.2024, o Senador Flávio Dino foi designado membro titular, em substituição à Senadora Ana Paula Lobato, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 03/2024-BLREDEM).
61. Vago em 21.02.2024, em razão da renúncia do titular.
62. Em 27.02.2024, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 06/2024-BLREDEM).
63. Em 08.04.2024, a Senadora Janaína Farias foi designada membro titular, em substituição à Senadora Augusta Brito, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 17/2024-BLREDEM).
64. Em 16.04.2024, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 20/2024-BLREDEM).
65. Em 16.04.2024, o Senador Beto Faro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que passa a titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 20/2024-BLREDEM).
66. Em 17.04.2024, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada membro titular, em substituição ao Senador Marcio Bittar, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 23/2024-BLDEM).
67. Em 22.04.2024, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 21/2024-BLREDEM).
68. Em 22.04.2024, o Senador Jaques Wagner foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Beto Faro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 21/2024-BLREDEM).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PSB-PR) (4)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (4,14)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO)	
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (3)	1. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) (3,6)
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) (3)	2. Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) (3,6)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (3)	3. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) (3,6)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (3)	4. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (3,6,7,8)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (3)	5. Senadora Leila Barros (PDT-DF) (3)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (3)	6. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (3)
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) (3)	7. VAGO (15)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (3)	8.
Senador Cid Gomes (PSB-CE) (3)	9.
Senador Izalci Lucas (PL-DF) (3)	10.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) (2)	1. Senador Irajá (PSD-TO) (2)
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) (2)	2. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) (2)
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (2)	3. VAGO (2,13)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (2)	4. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) (2)
	5. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (2)
Senadora Janaína Farias (PT-CE) (2,23)	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (2)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (2)	7. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (2)
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (2)	8. Senador Humberto Costa (PT-PE) (2)
Senador Flávio Arns (PSB-PR) (2)	9.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) (9)	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (1,11,16,19,20)	1. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (1,11)
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (1,11)	2. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) (1,11)
Senador Magno Malta (PL-ES) (1,11)	3. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (1,11)
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (1,11)	4. Senador Wilder Moraes (PL-GO) (12)
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) (17,18,21,22)	5. Senador Marcos Rogério (PL-RO) (17,18)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Romário (PL-RJ) (1,5,10)	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (1,5,10)
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (1,10)	2. Senador Dr. Hiran (PP-RR) (1,10)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) (1,10)	3. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (1,10)

Notas:

*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos, de acordo com o cálculo de proporcionalidade comunicado por meio dos Ofícios nºs 36 a 38/2023-SGM, em 28/02/2023.

1. Em 07.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Laércio Oliveira, Esperidião Amin e Damares Alves foram designados membros titulares, e os Senadores Romário, Eduardo Gomes, Zequinha Marinho, Rogerio Marinho, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). (DSF de 08/03/2023, p. 134)

2. Em 07.03.2023, os Senadores Jussara Lima, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Augusta Brito, Paulo Paim, Teresa Leitão e Flávio Arns foram designados membros titulares, e os Senadores Irajá, Lucas Barreto, Dr. Samuel Araújo, Daniella Ribeiro, Sérgio Petecão, Fabiano Contarato, Jaques Wagner e Humberto Costa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM). (DSF de 08/03/2023, p. 120)

3. Em 07.03.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Cid Gomes e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Marcio Bittar, Soraya Thronicke, Alan Rick, Ivete Silveira, Leila Barros e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). (DSF de 08/03/2023, p. 126)

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Flávio Arns e Cid Gomes Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.



5. Em 08.03.2023, o Senador Romário foi designado membro titular e o Senador Esperidião Amin, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 54/2023-BLVANG). ([DSF de 09/03/2023, p. 66](#))
6. Em 10.03.2023, os Senadores Ivete da Silveira, Marcio Bittar, Soraya Thronicke e Alan Rick foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM). ([DSF de 11/03/2023, p. 8](#))
7. Em 15.03.2023, o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 09/2023-BLDEM). ([DSF de 16/03/2023, p. 141](#))
8. Em 15.03.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 11/2023-BLDEM). ([DSF de 16/03/2023, p. 142](#))
9. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))
10. Em 31.03.2023, os Senadores Romário (vaga cedida ao PL), Laércio Oliveira e Damares Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Esperidião Amin, Dr. Hiran e Hamilton Mourão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS, para compor a Comissão (Ofs. nºs 69/2023-BLVANG e 4/2023-GABLI/BLPPREP). ([DSF de 01/04/2023, p. 14](#))
11. Em 31.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Magno Malta e Astronauta Marcos Pontes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Gomes, Zequinha Marinho e Rogerio Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 69/2023-BLVANG). ([DSF de 01/04/2023, p. 14](#))
12. Em 04.04.2023, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 75/2023-BLVANG). ([DSF de 05/04/2023, p. 106](#))
13. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.
14. Em 30.05.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Professora Dorinha Seabra Vice-Presidente deste colegiado, em razão de renúncia do Senador Cid Gomes (Of. 146/2023-CE).
15. Em 05.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 107/2023-BLDEM). ([DSF de 06/07/2023, p. 264](#))
16. Em 11.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 129/2023-BLVANG). ([DSF de 12/07/2023, p. 109](#))
17. Em 12.07.2023 foi definida pelos líderes a distribuição da vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Resistência Democrática e Vanguarda, cabendo nesta Comissão ao Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 81/2023-GLMDB). ([DSF de 13/07/2023, p. 149](#))
18. Em 24.10.2023, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro titular e o Senador Marcos Rogério, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 154/2023-BLVANG). ([DSF de 25/10/2023, p. 193](#))
19. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
20. Em 07.11.2023, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 171/2023-BLVANG). ([DSF de 08/11/2023, p. 201](#))
21. Em 29.11.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jaime Bagattoli, que deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 183/2023-BLVANG). ([DSF de 30/11/2023, p. 402](#))
22. Em 26.02.2024, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 005/2024-BLVANG).
23. Em 08.04.2024, a Senadora Janaína Farias foi designada membro titular, em substituição à Senadora Augusta Brito, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 17/2024-BLREDEM).

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA

Finalidade: acompanhar as políticas de Alfabetização na Idade Certa, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Requerimento 56, de 2023 - CE)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA DEBATER E AVALIAR O ENSINO MÉDIO NO BRASIL

Finalidade: debater e avaliar, no prazo de cento e oitenta dias, o Ensino Médio no Brasil, seus desafios e perspectivas.

(Requerimento 5, de 2023 - CE)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽²⁾

Instalação: 29/03/2023

Prazo final: 08/10/2023

Prazo prorrogado: 30/09/2024

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO)	
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽¹⁾	1.
Senador Izalci Lucas (PL-DF) ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽¹⁾	1.
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾	1.

Notas:

1. Em 27.03.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra e Izalci Lucas foram designadas membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia; as Senadoras Teresa Leitão e Augusta Brito, membros titulares, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática; e o Senador Astronauta Marcos Pontes, membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 17/2023-CE).
2. Em 28.03.2023, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Teresa Leitão Presidente deste colegiado (Of. 18/2023-CE).
- *. Em 12.12.2023 a Comissão de Educação e Cultura aprovou o Requerimento nº 141/2023-CE, da Senadora Teresa Leitão, para prorrogação do prazo de funcionamento desta Subcomissão até 31 de setembro de 2024 (Of. nº 509/2023-CE).

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares
E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA,
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁰⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO)	
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽³⁾	1. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ⁽³⁾
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) ⁽³⁾	2. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽³⁾
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽³⁾	3. Senador Izalci Lucas (PL-DF) ⁽³⁾
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽³⁾	4. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽⁸⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽³⁾	5. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽¹³⁾
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽³⁾	6. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽²⁾	1. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ^(2,7)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(2,7)	2. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽²⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ^(2,5)	3. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽²⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾	4. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ^(2,15)	5. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ^(2,15)
Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) ^(6,20)	6. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽¹⁹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁹⁾	
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ^(1,11)	1. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ^(1,11)
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ^(1,11)	2. Senador Marcos Rogério (PL-RO) ^(1,11,16)
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ^(1,11)	3. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(11,16,18,21)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Ireneu Orth (PP-RS) ^(1,12,22)	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(1,12,17)
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ^(1,12)	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(1,12)

Notas:

1. Em 07.03.2023, os Senadores Eduardo Girão, Rogerio Marinho, Flávio Bolsonaro, Luis Carlos Heinze e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Jaime Bagattoli, Ciro Nogueira, Esperidião Amin e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). ([DSF de 08/03/2023, p. 134](#))
3. Em 07.03.2023, os Senadores Sergio Moro, Rodrigo Cunha, Renan Calheiros, Eduardo Braga, Styvenson Valentim e Cid Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Soraya Thronicke, Marcos do Val e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 126](#))
2. Em 07.03.2023, os Senadores Mara Gabrilli, Nelsinho Trad, Sérgio Petecão, Humberto Costa e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Rogério Carvalho e Beto Faro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDM). ([DSF de 08/03/2023, p. 120](#))
4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Omar Aziz Presidente deste colegiado (Of. 1/2023-SACTFC). ([DSF de 10/03/2023, p. 83](#))
5. Em 08.03.2023, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLRESDM). ([DSF de 09/03/2023, p. 56](#))
6. Em 09.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 13/2023-BLRESDM). ([DSF de 10/03/2023, p. 87](#))
7. Em 09.03.2023, o Sendor Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 14/2023-BLRESDM). ([DSF de 10/03/2023, p. 88](#))
8. Em 15.03.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 11/2023-BLDEM). ([DSF de 16/03/2023, p. 142](#))
9. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))
10. Em 22.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Otto Alencar Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2023-SACTFC). ([DSF de 23/03/2023, p. 110](#))
11. Em 31.03.2023, os Senadores Eduardo Girão, Rogerio Marinho e Flávio Bolsonaro foram designados membros titulares e o Senador Jaime Bagattoli, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 69/2023-BLVANG). ([DSF de 01/04/2023, p. 14](#); [DSF de 01/04/2023, p. 14](#))



12. Em 31.03.2023, os Senadores Luis Carlos Heinze e Cleitinho foram designados membros titulares e os Senadores Esperidião Amin e Damarens Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS, para compor a comissão (Of. nº 04/2023-GABLIID-BLPPREP). ([DSF de 01/04/2023, p. 16](#))
13. Em 13.04.2023, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 28/2023-BLDEM). ([DSF de 14/04/2023, p. 55](#))
14. Em 25.04.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 30/2023-BLDEM). ([DSF de 26/04/2023, p. 118](#); [DSF de 26/04/2023, p. 118](#))
15. Em 14.08.2023, o Senador Beto Faro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 84/2023-BLRESDM). ([DSF de 15/08/2023, p. 54](#))
16. Em 24.10.2023, os Senadores Marcos Rogério e Romário foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 155/2023-BLVANG). ([DSF de 25/10/2023, p. 194](#))
17. Em 02.02.2024, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Esperidião Amin, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 001/2024-GABLIID/BLALIAN).
18. Em 07.02.2024, o Senador Romário deixa de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 04/2024-BLVANG).
19. Em 05.03.2024, o Senador Lucas Barreto foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em vaga cedida pelo PSB ao PSD, para compor a comissão (Of. nº 07/2024-BLRESDM).
20. Em 14.03.2024, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro titular, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 08/2024-BLRESDM).
21. Em 09.04.2024, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, em vaga cedida ao Progressistas, para compor a comissão (Of. nº 17/2024-BLVANG).
22. Em 10.04.2024, o Senador Ireneu Orth foi designado membro titular, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 14/2024-BLALIAN).

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO)	
Senador Randolfe Rodrigues (S/Partido-AP) ⁽³⁾	1. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ⁽³⁾
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽³⁾	2. Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) ⁽³⁾
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽³⁾	3. Senador Giordano (MDB-SP) ^(3,6,9)
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ⁽³⁾	4. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽³⁾
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(3,12)	5. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽³⁾
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽³⁾	6.
Senador Izalci Lucas (PL-DF) ⁽³⁾	7.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽²⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽²⁾	2. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽²⁾
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽²⁾	3. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ^(2,8,15)
Senadora Janaína Farias (PT-CE) ^(2,16)	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	5. VAGO ^(2,10)
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽²⁾	7. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁷⁾	
Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽¹⁾	1. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽¹¹⁾
Senador Romário (PL-RJ) ⁽¹⁾	2.
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽⁵⁾	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽¹⁾	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(1,13,14)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽¹⁾	2. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 07.03.2023, os Senadores Magno Malta, Romário, Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Girão, Laércio Oliveira e Cleitinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). (DSF de 08/03/2023, p. 134)

2. Em 07.03.2023, os Senadores Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Augusta Brito, Paulo Paim, Humberto Costa e Flávio Arns foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Lucas Barreto, Dr. Samuel Araújo, Nelsinho Trad, Eliziane Gama, Fabiano Contarato e Ana Paula Lobato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDem). (DSF de 08/03/2023, p. 120)

3. Em 07.03.2023, os Senadores Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Ivete Silveira, Carlos Viana, Leila Barros e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Soraya Thronicke, Marcio Bittar, Alan Rick, Weverton e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). (DSF de 08/03/2023, p. 126)

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Zenaide Maia Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.

5. Em 08.03.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 54/2023-BLVANG). (DSF de 09/03/2023, p. 66)

6. Em 15.03.2023, o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 09/2023-BLDEM). (DSF de 16/03/2023, p. 141)

7. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPP). (DSF de 21/03/2023, p. 73)

8. Em 23.03.2023, o Senador Dr. Samuel Araújo deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 24/2023-BLRESDem). (DSF de 24/03/2023, p. 75)

9. Em 31.05.2023, o Senador Giordano foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 56/2023-BLDEM). (DSF de 01/06/2023, p. 103)

10. Em 19.06.2023, a Senadora Eliziane Gama deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 72/2023- BLRESDem). (DSF de 20/06/2023, p. 54)

11. Em 02.08.2023, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 133/2023-BLVANG). (DSF de 03/08/2023, p. 113)

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
http://www.senado.leg.br/ordiasf



12. Em 29.08.2023, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 133/2023-BLDEM). ([DSF de 30/08/2023, p. 168](#))

13. Em 30.08.2023, o Senador Laércio Oliveira deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 42/2023-BLALIAN). ([DSF de 31/08/2023, p. 164](#))

14. Em 02.02.2024, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 001/2024-GABLID/BLALIAN).

15. Em 05.02.2024, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 03/2024-BLREDEM).

16. Em 08.04.2024, a Senadora Janaína Farias foi designada membro titular, em substituição à Senadora Augusta Brito, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 17/2024-BLREDEM).

Secretário(a): Christiano De Oliveira Emery

Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -

Telefone(s): 3303-2005

E-mail: cdh@senado.leg.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO)	
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽³⁾	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(3,6)
Senador Randolfe Rodrigues (S/Partido-AP) ^(3,6)	2. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ^(3,6)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽³⁾	3. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(3,6)
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽³⁾	4. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(3,6)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(3,14,16)	5. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ^(3,14,16)
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ^(3,8)	6. Senadora Leila Barros (PDT-DF) ^(3,8)
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽³⁾	7. Senador Izalci Lucas (PL-DF) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽²⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	2. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽²⁾	3. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ^(2,19,20)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽²⁾	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾	5. Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽²⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽²⁾	7. Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁹⁾	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ^(1,11)	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ^(1,11)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(1,11,15,17,18,21,22)	2. Senador Wilder Moraes (PL-GO) ^(1,11)
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ^(1,5,11)	3. Senador Magno Malta (PL-ES) ^(5,10,11,13)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ^(1,12)	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(1,12)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ^(1,12)	2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ^(1,12)

Notas:

1. Em 07.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Romário, Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Carlos Portinho, Wilder Moraes, Ciro Nogueira e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). ([DSF de 08/03/2023, p. 134](#))

2. Em 07.03.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Nelsinho Trad, Mara Gabrilli, Vanderlan Cardoso, Jaques Wagner, Humberto Costa e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz, Margareth Buzetti, Sérgio Petecão, Beto Faro, Fabiano Contarato e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 120](#))

3. Em 07.03.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho, Renan Calheiros, Fernando Dueire, Marcos do Val, Leila Barros e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Ivete Silveira, Carlos Viana, Cid Gomes e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 126](#))

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Renan Calheiros Presidente deste colegiado (Of. 1/2023-CRE). ([DSF de 09/03/2023, p. 49](#))

5. Em 08.03.2023, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular e o Senador Romário, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 54/2023-BLVANG). ([DSF de 09/03/2023, p. 67](#))

6. Em 10.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular; e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Ivete da Silveira e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM). ([DSF de 11/03/2023, p. 8](#))

7. Em 16.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Cid Gomes Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2023-CRE). ([DSF de 17/03/2023, p. 90](#))

8. Em 16.03.2023, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, em substituição à Senadora Leila Barros, que passou a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2023-BLDEM). ([DSF de 17/03/2023, p. 92](#))

9. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))

10. Em 31.03.2023, o Senador Romário deixou de compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 69/2023-BLVANG). ([DSF de 01/04/2023, p. 14](#))



11. Em 31.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes e Tereza Cristina (vaga cedida ao PP) foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Portinho e Wilder Moraes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 69/2023-BLVANG). ([DSF de 01/04/2023, p. 14](#))
12. Em 31.03.2023, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 4/2023-GABLI/BLPPREP). ([DSF de 01/04/2023, p. 16](#))
13. Em 19.05.2023, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 104/2023-BLVANG). ([DSF de 20/05/2023, p. 15](#))
14. Em 06.07.2023, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Democracia, deixando de ocupar vaga de membro suplente na Comissão (Of. nº 110/2023-BLDEM). ([DSF de 07/07/2023, p. 50](#))
15. Em 07.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 128/2023-BLVANG). ([DSF de 08/07/2023, p. 35](#))
16. Em 08.08.2023, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passa a integrar a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 125/2023-BLDEM). ([DSF de 09/08/2023, p. 103](#))
17. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
18. Em 07.11.2023, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 174/2023-BLVANG). ([DSF de 08/11/2023, p. 204](#))
19. Em 22.11.2023, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 121/2023-BLRESDEM). ([DSF de 23/11/2023, p. 139](#))
20. Em 28.11.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 123/2023-BLRESDEM). ([DSF de 29/11/2023, p. 179](#))
21. Em 28.02.2024, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 008/2024-BLVANG).
22. Em 29.02.2024, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 09/2024-BLVANG).

Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira

Reuniões: Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7

Telefone(s): 3303-5919

E-mail: cre@senado.leg.br



7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DEFESA CIBERNÉTICA

Finalidade: acompanhar a política pública relacionada à defesa cibernética.

(Requerimento 20, de 2023 - CRE)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO)	
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽¹⁾	1. Senador Izalci Lucas (PL-DF) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁾	1. Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽¹⁾
Blocos Parlamentares Vanguarda (PL, NOVO) e Aliança (PP,REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾	1. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾

Notas:
1. Em 25.04.2024, o Senador Fernando Dueire foi designado membro titular e o Senador Izalci Lucas, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia; o Senador Nelsinho Trad, membro titular e o Senador Chico Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática; e o Senador Espiridião Amin, membro titular e o Senador Astronauta Marcos Pontes, membro suplente, pelos Blocos Parlamentares Vanguarda e Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 4/2024-CRE).

Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira
Reuniões: Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7
Telefone(s): 3303-5919
E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO)	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ⁽²⁾	1. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽²⁾
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ⁽²⁾	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(2,5,10)
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) ⁽²⁾	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(2,5,6,10)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽²⁾	4. Senador Fernando Farias (MDB-AL) ^(2,5,10)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽²⁾	5. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(2,10)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽²⁾	6. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(2,10,14)
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽²⁾	7. Senador Cid Gomes (PSB-CE) ^(2,10)
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽²⁾	8. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(2,10)
Senador Izalci Lucas (PL-DF) ⁽²⁾	9. Senador Randolfe Rodrigues (S/Partido-AP) ^(2,10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽⁴⁾	1. Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽⁴⁾	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(4,11,13)
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽⁴⁾	3. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ^(4,16,17,19,20)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(4,8,20,21)	4. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁴⁾	5. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁴⁾	6. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁴⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁴⁾	7. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁴⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁴⁾	8. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁷⁾	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(1,12,15)	1. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁾
Senador Wilder Moraes (PL-GO) ⁽¹⁾	2. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ^(1,18)
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽¹⁾	3. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁾	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽¹⁾
Senador Ireneu Orth (PP-RS) ^(1,22)	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽¹⁾	3. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 07.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Wilder Moraes, Eduardo Gomes, Tereza Cristina, Luis Carlos Heinze e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Jaime Bagattoli, Jorge Seif, Astronauta Marcos Pontes, Laércio Oliveira, Esperidião Amin e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). ([DSF de 08/03/2023, p. 134](#))
2. Em 07.03.2023, os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Weverton e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Efraim Filho, Alan Rick, Randolfe Rodrigues, Jader Barbalho, Fernando Farias, Marcelo Castro, Orlavisto Guimarães, Cid Gomes e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 126](#))
3. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Confúcio Moura Presidente deste colegiado.
4. Em 07.03.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Lucas Barreto, Sérgio Petecão, Augusta Brito, Teresa Leitão, Beto Faro e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Irajá, Dr. Samuel Araújo, Margareth Buzetti, Omar Aziz, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato e Jorge Kajuru, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 120](#))
5. Em 10.03.2023, os Senadores Jader Barbalho, Alan Rick e Randolfe Rodrigues foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM). ([DSF de 11/03/2023, p. 10](#))
6. Em 15.03.2023, o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 09/2023-BLDEM). ([DSF de 16/03/2023, p. 141](#))
7. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))
8. Em 23.03.2023, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 22/2023-BLREDEM). ([DSF de 24/03/2023, p. 73](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



9. Em 21.03.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Augusta Brito Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 29/2023-CI). ([DSF de 28/03/2023, p. 40](#))
10. Em 16.05.2023, os Senadores Alan Rick, Jader Barbalho, Fernando Farias, Marcelo Castro, Oriovisto Guimarães, Cid Gomes, Alessandro Vieira e Randolfe Rodrigues tiveram suas posições como suplentes modificadas na Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 44/2023-BLDEM). ([DSF de 17/05/2023, p. 210](#))
11. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.
12. Em 05.07.2023, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 123/2023-BLVANG). ([DSF de 06/07/2023, p. 265](#))
13. Em 15.08.2023, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 87/2023-BLREDEM). ([DSF de 16/08/2023, p. 199](#))
14. Em 21.09.2023, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 145/2023-BLDEM). ([DSF de 22/09/2023, p. 8](#))
15. Em 10.11.2023, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos Rogério, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 176/2023-BLVANG). ([DSF de 11/11/2023, p. 10](#))
16. Em 22.11.2023, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 121/2023-BLREDEM). ([DSF de 23/11/2023, p. 139](#))
17. Em 28.11.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 123/2023-BLREDEM). ([DSF de 29/11/2023, p. 179](#))
18. Em 29.11.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Seif, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 182/2023-BLVANG). ([DSF de 30/11/2023, p. 401](#))
19. Em 13.12.2023, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzeth, 1ª suplente da chapa, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 132/2023-REDEM). ([DSF de 14/12/2023, p. 148](#))
20. Em 21.12.2023, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, e a Senadora Margareth Buzetti, membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 138/2023-BLREDEM). ([DSF de 22/12/2023, p. 13](#))
21. Em 02.02.2024, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição à Senadora Eliziane Gama, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 02/2024-BLREDEM).
22. Em 10.04.2024, o Senador Irenéu Orth foi designado membro titular, em substituição ao Senador Luís Carlos Heinze, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 14/2024-BLALIAN).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽³⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO)	
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) ⁽²⁾	1. Senador Fernando Farias (MDB-AL) ^(2,5)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽²⁾	2. Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) ^(2,5)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽²⁾	3. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(2,5)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽²⁾	4. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(2,5)
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(2,5,10)	5. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ⁽²⁾
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽²⁾	6. Senador Izalci Lucas (PL-DF) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾	2. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽⁴⁾
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽⁴⁾	3. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ^(4,11,12,13)
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁴⁾	4. Senadora Janaína Farias (PT-CE) ^(4,14)
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁴⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁶⁾	6. Senador Randolfe Rodrigues (S/Partido-AP) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁷⁾	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽¹⁾	1. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽¹⁾	2. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽¹⁾
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁾	3. Senador Wilder Moraes (PL-GO) ^(1,8)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽¹⁾	1. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽¹⁾
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁾	2. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 07.03.2023, os Senadores Flávio Bolsonaro, Rogerio Marinho, Jorge Seif, Laércio Oliveira e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Girão, Zequinha Marinho, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). ([DSF de 08/03/2023, p. 134](#))

2. Em 07.03.2023, os Senadores Davi Alcolumbre, Efraim Filho, Eduardo Braga, Marcelo Castro, Carlos Viana e Cid Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Rodrigo Cunha, Professora Dorinha Seabra, Fernando Farias, Ivete da Silveira, Alan Rick e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 126](#))

3. Em 08.03.2023, a Comissão reuniu elegeu os Senadores Marcelo Castro e Cid Gomes Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2023-CDR). ([DSF de 10/03/2023, p. 84](#))

4. Em 07.03.2023, os Senadores Irajá, Sérgio Petecão, Angelo Coronel, Beto Faro e Paulo Paim foram designados membros titulares, e os Senadores Omar Aziz, Zenaide Maia, Otto Alencar, Augusta Brito e Teresa Leitão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 120](#))

5. Em 10.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular e os Senadores Fernando Farias, Rodrigo Cunha, Ivete da Silveira e Professora Dorinha Seabra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM). ([DSF de 11/03/2023, p. 8](#))

6. Em 14.03.2023, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em vaga cedida pelo PSB, para compor a Comissão (Of. 16/2023-BLREDEM). ([DSF de 15/03/2023, p. 161](#))

7. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))

8. Em 17.08.2023, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Zequinha Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 138/2023-BLVANG). ([DSF de 18/08/2023, p. 59](#))

9. Em 31.08.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 95/2023-BLREDEM). ([DSF de 01/09/2023, p. 55](#))

10. Em 31.08.2023, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 135/2023-BLDEM). ([DSF de 01/09/2023, p. 56](#))

11. Em 30.10.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Otto Alencar, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 115/2023-BLREDEM). ([DSF de 31/10/2023, p. 35](#))

12. Em 22.11.2023, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 121/2023-BLREDEM). ([DSF de 23/11/2023, p. 139](#))



13. Em 28.11.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 123/2023-BLRESDEM). ([DSF de 29/11/2023, p. 179](#))

14. Em 08.04.2024, a Senadora Janaína Farias foi designada membro suplente, em substituição à Senadora Augusta Brito, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 17/2024-BLRESDEM).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (4,13,16)

VICE-PRESIDENTE: Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) (10)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO)	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) (3)	1. Senador Giordano (MDB-SP) (3,5)
Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (3,12)	2. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) (3,5)
Senador Fernando Farias (MDB-AL) (3,23,26)	3. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) (3,5)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (3)	4. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (3,5,15,22,27)
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) (3,14)	5. Senador Weverton (PDT-MA) (3)
Senador Izalci Lucas (PL-DF) (3)	6. Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) (11,12,15,17)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (2)	1. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) (2)
Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) (2,24,25)	2. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (2,18)
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) (2)	3. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (2)
Senador Beto Faro (PT-PA) (2)	4. Senadora Janaína Farias (PT-CE) (2,28)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (2)	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (2)
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) (2)	6. Senador Flávio Arns (PSB-PR) (8)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) (6)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) (1)	1. Senador Wilder Moraes (PL-GO) (1)
Senador Jorge Seif (PL-SC) (1)	2. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (1,7,9)
Senador Marcos Rogério (PL-RO) (1,19)	3. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (1,20,21)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Ireneu Orth (PP-RS) (1,29)	1. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) (1)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (1)	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (1)

Notas:

1. Em 07.03.2023, os Senadores Jaime Bagattoli, Jorge Seif, Zequinha Marinho, Luis Carlos Heinze e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Wilder Moraes, Eduardo Girão, Rogerio Marinho, Tereza Cristina e Esperidião Amin membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). (DSF de 08/03/2023, p. 134)

2. Em 07.03.2023, os Senadores Sérgio Petecão, Margareth Buzetti, Eliziane Gama, Beto Faro, Humberto Costa e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Jussara Lima, Otto Alencar, Angelo Coronel, Augusta Brito e Teresa Leitão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM). (DSF de 08/03/2023, p. 120)

3. Em 07.03.2023, os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Femando Farias, Jader Barbalho, Davi Alcolumbre, Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro, Efraim Filho, Giordano, Ivete da Silveira e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). (DSF de 08/03/2023, p. 126)

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Soraya Thronicke Presidente deste colegiado (Of. 1/2023-CRA). (DSF de 09/03/2023, p. 48)

5. Em 10.03.2023, os Senadores Giordano, Sergio Moro, Ivete da Silveira e Efraim Filho, foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM). (DSF de 11/03/2023, p. 8)

6. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP). (DSF de 21/03/2023, p. 73)

7. Em 22.03.2023, o Senador Eduardo Girão deixou de compor a Comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 61/2023-BLVANG). (DSF de 23/03/2023, p. 116)

8. Em 23.03.2023, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 21/2023-BLREDEM). (DSF de 24/03/2023, p. 72)

9. Em 16.05.2023, o Senador Laercio Oliveira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 94/2023-BLVANG). (DSF de 17/05/2023, p. 213)

10. Em 05.07.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Jaime Bagattoli Vice-Presidente deste colegiado (Of. 36/2023-CRA). (DSF de 06/07/2023, p. 261)

11. Em 05.07.2023, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 106/2023-BLDEM). (DSF de 06/07/2023, p. 263)

12. Em 1º.08.2023, o Senador Alan Rick foi designado membro titular, em substituição à Senadora Soraya Thronicke, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 108/2023-BLDEM). (DSF de 02/08/2023, p. 85)

13. Vago em 1º.08.2023, em virtude de a Senadora Soraya Thronike deixar de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 108/2023-BLDEM). (DSF de 02/08/2023, p. 85)



14. Em 1º.08.2023, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 113/2023-BLDEM). ([DSF de 02/08/2023, p. 86](#))
15. Em 02.08.2023, os Senadores Mauro Carvalho Junior e Efraim Filho foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 117/2023-BLDEM). ([DSF de 03/08/2023, p. 111](#))
16. Em 09.08.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Alan Rick Presidente deste colegiado (Of. 38/2023-CRA). ([DSF de 10/08/2023, p. 68](#))
17. Em 15.08.2023, o Senador Marcio Bittar foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 128/2023-BLDEM). ([DSF de 16/08/2023, p. 200](#))
18. Em 15.08.2023, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Otto Alencar, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 86/2023-BLRESDEM). ([DSF de 16/08/2023, p. 198](#))
19. Em 29.08.2023, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Zequinha Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 141/2023-BLVANG). ([DSF de 30/08/2023, p. 165](#))
20. Em 28.09.2023, o Senador Romário foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Rogerio Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 147/2023-BLVANG). ([DSF de 29/09/2023, p. 53](#))
21. Em 04.10.2023, o Senador Rogerio Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 150/2023-BLVANG). ([DSF de 05/10/2023, p. 110](#))
22. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
23. Em 14.11.2023, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fernando Farias, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 172/2023-BLDEM). ([DSF de 15/11/2023, p. 242](#))
24. Em 22.11.2023, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro titular, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 121/2023-BLRESDEM). ([DSF de 23/11/2023, p. 139](#))
25. Em 28.11.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro titular, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 123/2023-BLRESDEM). ([DSF de 29/11/2023, p. 179](#))
26. Em 05.12.2023, o Senador Fernando Farias foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Braga, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 182/2023-BLDEM). ([DSF de 06/12/2023, p. 93](#))
27. Em 20.12.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 186/2023-BLDEM). ([DSF de 21/12/2023, p. 179](#))
28. Em 08.04.2024, a Senadora Janaína Farias foi designada membro suplente, em substituição à Senadora Augusta Brito, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 17/2024-BLRESDEM).
29. Em 10.04.2024, o Senador Ireneu Orth foi designado membro titular, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 14/2024-BLALIAN).

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes

Reuniões: Quartas-feiras 14h -

Telefone(s): 3303 3506

E-mail: cra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO)	
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) ⁽³⁾	1. Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) ⁽³⁾
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽³⁾	2. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽³⁾
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽³⁾	3. Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽³⁾
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽³⁾	4. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ⁽⁵⁾
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽³⁾	5. VAGO ^(10,13)
Senador Izalci Lucas (PL-DF) ⁽³⁾	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽²⁾	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽²⁾	2. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽²⁾
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽²⁾	3. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁸⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽²⁾	4. Senadora Janaína Farias (PT-CE) ^(2,14)
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽²⁾	5. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽²⁾	6. VAGO ^(2,9)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁶⁾	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾	1. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽¹⁾
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽¹⁾	2. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ^(1,11,12)	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽¹⁾	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽¹⁾
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁷⁾	2. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 07.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Carlos Portinho, Eduardo Gomes e Dr. Hiran foram designados membros titulares, e os Senadores Flávio Bolsonaro, Wellington Fagundes, Jorge Seif, Ciro Nogueira e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). (DSF de 08/03/2023, p. 134)
2. Em 07.03.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Jussara Lima, Beto Faro, Teresa Leitão e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Omar Aziz, Lucas Barreto, Augusta Brito, Rogério Carvalho e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM). (DSF de 08/03/2023, p. 120)
3. Em 07.03.2023, os Senadores Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Confúcio Moura, Fernando Dueire, Carlos Viana e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre, Marcos do Val e Cid Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). (DSF de 08/03/2023, p. 130)
4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Carlos Viana Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2023-SACCT). (DSF de 10/03/2023, p. 85)
5. Em 17.03.2023, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 13/2023-BLDEM). (DSF de 18/03/2023, p. 26)
6. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP). (DSF de 21/03/2023, p. 73)
7. Em 31.03.2023, a Senadora Damares Alves foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS, para compor a Comissão (Of. 05/2023-BLPPREP). (DSF de 01/04/2023, p. 18)
8. Em 03.05.2023, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 46/2023-BLREDEM). (DSF de 04/05/2023, p. 145)
9. Em 14.06.2023, o Senador Flávio Arns deixou de compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 69/2023-BLREDEM). (DSF de 15/06/2023, p. 73)
10. Em 05.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 107/2023-BLDEM). (DSF de 06/07/2023, p. 264)
11. Em 1º.08.2023, o Senador Eduardo Gomes deixou de compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 132/2023-BLVANG). (DSF de 02/12/2023, p. 88)
12. Em 25.10.2023, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 157/2023-BLVANG). (DSF de 26/10/2023, p. 125)
13. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN). (DSF de 01/11/2023, p. 84)
14. Em 08.04.2024, a Senadora Janaína Farias foi designada membro suplente, em substituição à Senadora Augusta Brito, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 17/2024-BLREDEM).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
http://www.senado.leg.br/ordiasf



Secretário(a): Leomar Diniz
Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -
Telefone(s): 3303-1120
E-mail: cct@senado.leg.br



12) COMISSÃO DE DEFESA DA DEMOCRACIA - CDD

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ⁽¹⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO)	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽²⁾	1. Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) ⁽⁵⁾
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽⁵⁾	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ⁽⁵⁾
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ⁽⁵⁾	3. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽⁷⁾
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁷⁾	4. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽⁶⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁶⁾
Senador Randolfe Rodrigues (S/Partido-AP) ⁽⁶⁾	2. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁶⁾
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ^(6,13,14)	3. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ^(6,13,14)
Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) ^(6,9)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽¹⁾	1. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹¹⁾
Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽⁴⁾	2. Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁸⁾	1. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁸⁾

- Notas:**
- Em 13.06.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 111/2023-BLVANG). (DSF de 14/06/2023, p. 263)
 - Em 13.06.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 79/2023-BLDEM). (DSF de 14/06/2023, p. 260)
 - Em 14.06.2023, a comissão reunida elegeu a Senadora Eliziane Gama Presidente deste colegiado.
 - Em 14.06.2023, o Senador Magno Malta foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 114/2023-BLVANG). (DSF de 15/06/2023, p. 79; DSF de 15/06/2023, p. 79)
 - Em 14.06.2023, os Senadores Marcos do Val e Soraya Thronicke foram designados membros titulares e os Senadores Oriovisto Guimarães e Alan Rick, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 70/2023-BLDEM). (DSF de 15/06/2023, p. 74)
 - Em 14.06.2023, os Senadores Eliziane Gama, Randolfe Rodrigues, Teresa Leitão e Jorge Kajuru foram designados membros titulares; e os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz e Fabiano Contarato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 70/2023-BLRESDM). (DSF de 14/06/2023, p. 81; DSF de 15/06/2023, p. 81)
 - Em 14.06.2023, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular e o Senador Eduardo Braga, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 83/2023-BLDEM). (DSF de 15/06/2023, p. 77)
 - Em 14.06.2023, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular e o Senador Hamilton Mourão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 30/2023-GABLI/BLALIAN). (DSF de 15/06/2023, p. 71)
 - Em 14.06.2023, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro titular, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 70/2023-BLRESDM). (DSF de 15/06/2023, p. 81)
 - Em 15.06.2023, o Senador Weverton foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 88/2023-BLDEM). (DSF de 16/06/2023, p. 58)
 - Em 19.06.2023, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 17/2023-BLVANG). (DSF de 20/06/2023, p. 52)
 - Em 20.06.2023, o Senador Marcos Rogério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 115/2023-BLVANG). (DSF de 21/06/2023, p. 366)
 - Em 26.06.2023, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular e os Senadores Teresa Leitão e Humberto Costa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 74/2023-BLRESDM).
 - Em 14.08.2023, a Senadora Teresa Leitão foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 84/2023-BLRESDM). (DSF de 15/08/2023, p. 54)
 - Em 20.09.2023, a comissão reunida elegeu a Senadora Soraya Thronicke Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 07/2023-CDD). (DSF de 21/09/2023, p. 166)

Secretário(a): Felipe Costa Geraldles
Telefone(s): 3303-3491
E-mail: cdd@senado.leg.br



13) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO)	
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) ^(3,23,24)	1. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ^(3,14)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ⁽³⁾	2. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(3,14,22,25)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽³⁾	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(3,14,20,21)
Senador Giordano (MDB-SP) ⁽³⁾	4. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(7,14)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽³⁾	5. Senador Cid Gomes (PSB-CE) ^(6,14)
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽³⁾	6. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(9,14,19,22,25)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ^(2,29,30)	1. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(2,5)
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽²⁾	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(2,5,15,18)	3. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ^(2,26)	4. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ^(2,26)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽²⁾
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽²⁾	6. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁸⁾	
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽¹⁾	1. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(1,16,27,28)
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ^(1,17)	2. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁾
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁾	3. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁾	1. Senador Ireneu Orth (PP-RS) ^(1,11,12,31)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(1,10)	2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 07.03.2023, os Senadores Rogerio Marinho, Zequinha Marinho, Jaime Bagattoli, Tereza Cristina e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Wellington Fagundes, Jorge Seif, Carlos Portinho, Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). ([DSF de 08/03/2023, p. 134](#))

2. Em 07.03.2023, os Senadores Margareth Buzetti, Eliziane Gama, Vanderlan Cardoso, Jaques Wagner, Fabiano Contarato e Jorge Kajuru foram designados membros titulares, e os Senadores Dr. Samuel Araújo, Nelsinho Trad, Otto Alencar, Beto Faro e Teresa Leitão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 120](#))

3. Em 07.03.2023, os Senadores Marcio Bittar, Jayme Campos, Confúcio Moura, Giordano, Marcos do Val e Leila Barros foram designados membros titulares; e os Senadores Randolfe Rodrigues, Carlos Viana e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 126](#))

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros e o Senador Fabiano Contarato Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.

5. Em 08.03.2023, o Senador Dr. Samuel Araújo foi designado membro titular e o Senador Vanderlan Cardoso, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 06/2023-BLREDEM). ([DSF de 09/03/2023, p. 54](#))

6. Em 15.03.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 11/2023-BLDEM). ([DSF de 16/03/2023, p. 142](#))

7. Em 15.03.2023, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 09/2023-BLDEM). ([DSF de 16/03/2023, p. 141](#))

8. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))

9. Em 22.03.2023, o Senador Cid Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 14/2023-BLDEM). ([DSF de 23/03/2023, p. 114](#))

10. Em 26.04.2023, a Senadora Damares Alves foi designada membro titular, em substituição ao Senador Cleitinho, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 14/2023-BLALIAN). ([DSF de 27/04/2023, p. 86](#))

11. Em 27.04.2023, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 15/2023-BLALIAN). ([DSF de 28/04/2023, p. 87](#))

12. Em 08.05.2023, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 19/2023-GABLD/BLALIAN). ([DSF de 09/05/2023, p. 22](#))

13. Em 16.05.2023, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 48/2023-BLREDEM). ([DSF de 17/05/2023, p. 212](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 16.05.2023, os Senadores Carlos Viana, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Cid Gomes e Randolfe Rodrigues tiveram suas posições como suplentes modificadas na Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 44/2023-BLDEM). ([DSF de 17/05/2023, p. 210](#))
15. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.
16. Em 25.08.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 139/2023-BLVANG). ([DSF de 26/08/2023, p. 46](#))
17. Em 29.08.2023, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Zequinha Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 142/2023-BLVANG). ([DSF de 30/08/2023, p. 166](#))
18. Em 30.08.2023, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 93/2023-BLREDEM). ([DSF de 31/08/2023, p. 162](#))
19. Em 31.08.2023, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 136/2023-BLDEM). ([DSF de 01/09/2023, p. 57](#))
20. Em 20.09.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Veneziano Vital do Rêgo, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 144/2023-BLDEM). ([DSF de 21/09/2023, p. 168](#))
21. Em 21.09.2023, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 150/2023-BLDEM). ([DSF de 22/09/2023, p. 9](#))
22. Em 04.10.2023, os Senadores Zequinha Marinho e Plínio Valério foram designados 2º e 6º suplentes, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 159/2023-BLDEM). ([DSF de 05/10/2023, p. 111](#))
23. Em 04.10.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcio Bittar, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 160/2023-BLDEM). ([DSF de 05/10/2023, p. 112](#))
24. Em 06.10.2023, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 164/2023-BLDEM). ([DSF de 07/10/2023, p. 33](#))
25. Em 06.10.2023, os Senadores Plínio Valério e Zequinha Marinho foram designados 2º e 6º suplentes, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 165/2023-BLDEM). ([DSF de 07/10/2023, p. 34](#))
26. Em 25.10.2023, o Senador Beto Faro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 114/2023-BLREDEM). ([DSF de 26/10/2023, p. 124](#))
27. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
28. Em 07.11.2023, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 173/2023-BLVANG). ([DSF de 08/11/2023, p. 203](#))
29. Em 22.11.2023, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro titular, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 121/2023-BLREDEM). ([DSF de 23/11/2023, p. 139](#))
30. Em 28.11.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro titular, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 123/2023-BLREDEM). ([DSF de 29/11/2023, p. 179](#))
31. Em 10.04.2024, o Senador Ireneu Orth foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 14/2024-BLALIAN).

Secretário(a): Airtton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



13.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO BIOMA PANTANAL.

Finalidade: estudar os temas pertinentes à proteção do bioma Pantanal, para propor o aprimoramento da legislação, políticas públicas e outras ações para proteção desse patrimônio nacional.

(Requerimento 13, de 2023 - CMA)

Número de membros: 4 titulares e 4 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾	1. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁾
Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ⁽¹⁾	2. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽²⁾
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁾	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽³⁾
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ⁽¹⁾	4. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁵⁾

- Notas:**
- 1. Em 30.11.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Margareth Buzetti, Tereza Cristina e Jayme Campos foram designados membros titulares, e o Senador Nelsinho Trad, membro suplente, para compor este colegiado (Of. nº 200/2023-CMA).
 - 2. Em 07.03.2024, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, para compor este colegiado (Of. nº 04/2024-CMA).
 - 3. Em 12.03.2024, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, para compor este colegiado (Of. nº 05/2024-CMA).
 - 4. Em 13.03.2024, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes e a Senadora Tereza Cristina Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
 - 5. Em 13.03.2024, a Senadora Damares Alves foi designada membro suplente, para compor este colegiado (Of. nº 13/2024-CMA).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



13.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA DISCUTIR E ANALISAR O MERCADO DE ATIVOS AMBIENTAIS BRASILEIROS

Finalidade: discutir e analisar, no prazo de 90 (noventa) dias, o mercado de ativos ambientais brasileiros no âmbito da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal.

(Requerimento 53, de 2023 - CMA)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽²⁾

Instalação: 13/03/2024

Prazo final: 11/06/2024

TITULARES	SUPLENTES
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽¹⁾	1. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽¹⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾	2. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁾
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾	3. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽³⁾
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽¹⁾	4.
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁾	5.

Notas:

1. Em 06.03.2024, os Senadores Jorge Kajuru, Sérgio Petecão, Plínio Valério, Carlos Viana e Jorge Seif foram designados membros titulares e as Senadoras Damares Alves e Tereza Cristina, membros suplentes, para compor este colegiado (Of. nº 03/2024-CMA).
2. Em 13.03.2024, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Jorge Kajuru Presidente deste colegiado (Of. nº 01/2024 - CMAATIVOS).
3. Em 13.03.2024, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, para compor este colegiado (Of. nº 14/2024-CMA).

Secretário(a): Airtton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



14) COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO)	
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽³⁾	1. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽³⁾
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(3,6)	2. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(3,10)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽³⁾	3. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽³⁾
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽³⁾	4. Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽³⁾
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽³⁾	5. Senador Izalci Lucas (PL-DF) ⁽³⁾
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽³⁾	6. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ⁽¹⁴⁾
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽³⁾	7. Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) ^(15,20)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾	1. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽²⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾	2. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽²⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾	3. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽²⁾
Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ^(2,16,17)	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾	5. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾	6. Senadora Janaína Farias (PT-CE) ^(2,18)
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁵⁾	7. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁷⁾	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽¹⁾	1. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁾	2. Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽¹¹⁾
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽⁹⁾	3. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾	1. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽¹⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾	2. Senador Ireneu Orth (PP-RS) ^(13,19)

Notas:

1. Em 07.03.2023, os Senadores Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Astronauta Marcos Pontes e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). (DSF de 08/03/2023, p. 134)

2. Em 07.03.2023, os Senadores Omar Aziz, Sérgio Petecão, Otto Alencar, Dr. Samuel Araújo, Rogério Carvalho e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, e os Senadores Lucas Barreto, Eliziane Gama, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Jaques Wagner e Augusta Brito, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM). (DSF de 08/03/2023, p. 120)

3. Em 07.03.2023, os Senadores Sergio Moro, Alan Rick, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Marcos do Val, Weverton e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Professora Dorinha Seabra, Efraim filho, Styvenson Valentim, Leila Barros e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 07/2023-BLDEM). (DSF de 08/03/2023, p. 126)

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Sérgio Petecão e Jorge Kajuru Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.

5. Em 08.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 5/2023-BLRESDEM). (DSF de 09/03/2023, p. 52)

6. Em 15.03.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alan Rick, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 09/2023-BLDEM). (DSF de 16/03/2023, p. 141)

7. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP). (DSF de 21/03/2023, p. 73)

8. Em 22.03.2023, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 19/2023-BLRESDEM). (DSF de 23/03/2023, p. 113)

9. Em 22.03.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 61/2023-BLVANG). (DSF de 23/03/2023, p. 116)

10. Em 22.03.2023, a Senadora Ivete da Silveira foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 15/2023-BLDEM). (DSF de 23/03/2023, p. 112)

11. Em 28.03.2023, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 65/2023-BLVANG). (DSF de 29/03/2023, p. 105)



12. Em 28.03.2023, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 66/2023-BLVANG). ([DSF de 29/03/2023, p. 106](#))
13. Em 12.04.2023, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PP/Republicanos, para compor a comissão (Of. 11/2023-BLPPREP). ([DSF de 13/04/2023, p. 119](#))
14. Em 12.04.2023, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 26/2023-BLDEM). ([DSF de 13/04/2023, p. 120](#))
15. Em 02.06.2023, o Senador Carlos Viana foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 64/2023-BLDEM). ([DSF de 03/06/2023, p. 34](#))
16. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.
17. Em 05.02.2024, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 03/2024-BLREDEM).
18. Em 08.04.2024, a Senadora Janaína Farias foi designada membro suplente, em substituição à Senadora Augusta Brito, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 17/2024-BLREDEM).
19. Em 10.04.2024, o Senador Irenéu Orth foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 14/2024-BLALIAN).
20. Em 25.04.2024, o Senador Rodrigo Cunha foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Viana, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 79/2024-GLPODEMOS).

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): (61) 3303-2315

E-mail: csp@senado.leg.br



15) COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL - CCDD

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO)	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ^(3,10,11)	1. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽⁷⁾
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽⁷⁾	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ⁽⁷⁾
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) ⁽⁷⁾	3. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(8,26)
Senador Giordano (MDB-SP) ⁽⁸⁾	4. Senador Izalci Lucas (PL-DF) ⁽¹⁰⁾
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽⁸⁾	5. Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) ⁽⁸⁾
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽⁸⁾	6. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ^(16,22,28)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽¹⁾	1. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽¹⁾
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽¹⁾	2. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ^(1,23,24)
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁾	3. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽¹⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁴⁾	4. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ^(4,13,18)
Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(4,13,18)	5. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(4,13,19)
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾	6. Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽²⁰⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽²⁾	1. Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽⁶⁾
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ^(2,17)	2. Senador Jorge Seif (PL-SC) ^(12,17,21,25,27)
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽²⁾	3. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ^(9,14)	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁹⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁹⁾	2. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽⁹⁾

Notas:

1. Em 13.06.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Zenaide Maia e Nelsinho Trad foram designados membros titulares e os Senadores Angelo Coronel, Margareth Buzetti e Vanderlan Cardoso, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 63/2023-BLRESDM). (DSF de 14/06/2023, p. 256)

2. Em 13.06.2023, os Senadores Eduardo Gomes, Wellington Fagundes e Flávio Bolsonaro foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 112/2023-BLVANG). (DSF de 14/06/2023, p. 264)

3. Em 13.06.2023, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (of. 80/2023-BLDEM). (DSF de 14/06/2023, p. 261)

4. Em 13.06.2023, os Senadores Rogério Carvalho, Paulo Paim e Flávio Arns foram designados membros titulares e os Senadores Augusta Brito e Fabiano Contarato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 68/2023-BLRESDM). (DSF de 14/06/2023, p. 258)

5. Em 14.06.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Gomes e Veneziano Vital do Rêgo, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.

6. Em 14.06.2023, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 113/2023-BLVANG). (DSF de 15/06/2023, p. 78)

7. Em 14.06.2023, os Senadores Efraim Filho e Davi Alcolumbre foram designados membros titulares e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Alan Rick membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 70/2023 - BLDEM). (DSF de 15/06/2023, p. 74)

8. Em 14.06.2023, os Senadores Giordano, Veneziano Vital do Rêgo e Zequinha Marinho foram designados membros titulares e os Senadores Jader Barbalho e Rodrigo Cunha membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 83/2023-BLDEM). (DSF de 15/06/2023, p. 77)

9. Em 14.06.2023, os Senadores Tereza Cristina e Hamilton Mourão foram designados membros titulares e os Senadores Esperidião Amin e Cleitinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 30/2023-GABLID/BLALIAN). (DSF de 15/06/2023, p. 71)

10. Em 15.06.2023, o Senador Izalci Lucas deixou a vaga de titular e passa a ocupar a comissão como membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 87/2023-BLDEM). (DSF de 16/06/2023, p. 57)

11. Em 15.06.2023, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 88/2023-BLDEM). (DSF de 16/06/2023, p. 58)

12. Em 19.06.2023, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 18/2023-BLVANG). (DSF de 20/06/2023, p. 53)

13. Em 26.06.2023, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular e os Senadores Paulo Paim e Beto Faro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 74/2023-BLRESDM).



14. Em 05.07.2023, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular, em substituição à Senadora Tereza Cristina, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 33/2023-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 06/07/2023, p. 260](#))
15. Em 05.07.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 124/2023-BLVANG). ([DSF de 06/07/2023, p. 266](#))
16. Em 05.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 107/2023-BLDEM). ([DSF de 06/07/2023, p. 264](#))
17. Em 10.08.2023, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro titular deixando de atuar como suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 136/2023-BLVANG). ([DSF de 10/08/2023, p. 69](#))
18. Em 14.08.2023, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 84/2023-BLREDEM). ([DSF de 15/08/2023, p. 54](#); [DSF de 30/08/2023, p. 164](#))
19. Em 29.08.2023, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Beto Faro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 92/2023-BLREDEM). ([DSF de 30/08/2023, p. 164](#))
20. Em 12.09.2023, o Senador Beto Faro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 98/2023-BLREDEM). ([DSF de 13/09/2023, p. 216](#))
21. Em 24.10.2023, o Senador Romário foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 158/2023-BLVANG). ([DSF de 25/10/2023, p. 196](#))
22. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
23. Em 22.11.2023, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 121/2023-BLREDEM). ([DSF de 23/11/2023, p. 139](#))
24. Em 28.11.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 123/2023-BLREDEM). ([DSF de 29/11/2023, p. 179](#))
25. Em 07.02.2024, o Senador Romário deixa de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 03/2024-BLVANG).
26. Em 29.02.2024, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jader Barbalho, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 09/2024-BLDEM).
27. Em 20.03.2024, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 16/2024-BLVANG).
28. Em 25.04.2024, o Senador Sergio Moro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 24/2024-BLDEM).

Secretário(a): Antônio Oscar Guimarães Lossio

Telefone(s): 3303-2554

E-mail: ccdd@senado.leg.br



15.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA DEBATER A DESIGUALDADE E A EXCLUSÃO DIGITAL NO BRASIL

Finalidade: Debater a temática relacionada à desigualdade e à exclusão digital no Brasil.

(Requerimento 3, de 2024 - CCDD)

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

Secretário(a): Antônio Oscar Guimarães Lossio

Telefone(s): 3303-2554

E-mail: ccdd@senado.leg.br



**15.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA VIABILIZAR O SURGIMENTO DOS JUIZADOS
ESPECIAIS DE CRIMES CIBERNÉTICOS**

Finalidade: viabilizar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a criação de proposta legislativa que instale, em todo o Brasil, Juizados Especiais de Crimes Cibernéticos.

(Requerimento 9, de 2023 - CCDD)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Antônio Oscar Guimarães Lossio

Telefone(s): 3303-2554

E-mail: ccdd@senado.leg.br



16) COMISSÃO DE ESPORTE - CEsp

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PL-RJ) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO)	
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(6,12)	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁴⁾
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) ^(7,15)	2. Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ⁽⁶⁾
Senador Fernando Farias (MDB-AL) ⁽⁷⁾	3. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽⁷⁾
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁹⁾	4. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾	1. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽¹⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁾	2. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽¹⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(3,11)	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(3,11)
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽¹⁾	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Romário (PL-RJ) ⁽²⁾	1. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(10,13,17,18)
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽²⁾	2. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽⁸⁾	1. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ^(8,14,16)

Notas:

1. Em 13.06.2023, os Senadores Sérgio Petecão, Nelsinho Trad e Jorge Kajuru foram designados membros titulares e o Senadores Lucas Barreto e Mara Gabrilli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 63/2023-BLRESDM). [\(DSF de 14/06/2023, p. 256\)](#)

2. Em 13.06.2023, os Senadores Romário e Carlos Portinho foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 110/2023-BLVANG). [\(DSF de 14/06/2023, p. 262\)](#)

3. Em 13.06.2023, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular e o Senador Humberto Costa, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 68/2023-BLRESDM). [\(DSF de 14/06/2023, p. 258\)](#)

4. Em 13.06.2023, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 78/2023-BLDEM). [\(DSF de 14/06/2023, p. 259\)](#)

5. Em 14.06.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Jorge Kajuru, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.

6. Em 14.06.2023, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular e o Senador Jayme Campos membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 70/2023 - BLDEM). [\(DSF de 15/06/2023, p. 74\)](#)

7. Em 14.06.2023, os Senadores Carlos Viana e Fernando Farias foram designados membros titulares e os Senadores Zequinha Marinho e Fernando Dueire membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 83/2023-BLDEM). [\(DSF de 15/06/2023, p. 77\)](#)

8. Em 14.06.2023, o Senador Cleitinho foi designado membro titular e o Senador Laércio Oliveira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 30/2023-GABLI/BLALIAN). [\(DSF de 15/06/2023, p. 71\)](#)

9. Em 15.06.2023, a Senadora Leila Barros foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 88/2023-BLDEM). [\(DSF de 16/06/2023, p. 58\)](#)

10. Em 16.06.2023, os Senadores Wellington Fagundes e Eduardo Girão foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 116/2023-BLVANG). [\(DSF de 17/06/2023, p. 17\)](#)

11. Em 26.06.2023, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Paulo Paim, que passa à suplência, para compor a Comissão (Of. nº 74/2023-BLRESDM).

12. Em 30.06.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcio Bittar, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 105/2023-BLDEM). [\(DSF de 01/07/2023, p. 10\)](#)

13. Em 07.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 128/2023-BLVANG). [\(DSF de 08/07/2023, p. 35\)](#)

14. Em 30.08.2023, o Senador Laércio Oliveira deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 42/2023-BLALIAN). [\(DSF de 31/08/2023, p. 164\)](#)

15. Em 26.09.2023, o Senador Rodrigo Cunha foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 152/2023-BLDEM). [\(DSF de 27/09/2023, p. 94\)](#)

16. Em 03.10.2023, o Senador Dr. Hiran foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 54/2023-BLALIAN). [\(DSF de 04/10/2023, p. 160\)](#)

17. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN). [\(DSF de 01/11/2023, p. 84\)](#)

18. Em 07.11.2023, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 172/2023-BLVANG). [\(DSF de 08/11/2023, p. 202\)](#)



Secretário(a): Flávio Eduardo De Oliveira Santos

Reuniões: Quartas-feiras 10:30 -

Telefone(s): 3303-2540

E-mail: cesp@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADOR	CARGO
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC)	CORREGEDOR

Atualização: 27/06/2017

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035258
E-mail: naot@senado.leg.br



2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes
PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)
VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (MDB-AM)

- 1ª Eleição Geral: 19/04/1995

2ª Eleição Geral: 30/06/1999

3ª Eleição Geral: 27/06/2001

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

6ª Eleição Geral: 06/03/2007

7ª Eleição Geral: 14/07/2009
- 8ª Eleição Geral: 26/04/2011

9ª Eleição Geral: 06/03/2013

10ª Eleição Geral: 02/06/2015

11ª Eleição Geral: 30/05/2017

12ª Eleição Geral: 18/09/2019

13ª Eleição Geral: 21/03/2023

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO)	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)	1. Senador Randolfe Rodrigues (S/Partido-AP)
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM)	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL)	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES)	5. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG)
Senador Weverton (PDT-MA)	6. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS)
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)	3. Senador Lucas Barreto (PSD-AP)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES)	4. Senador Rogério Carvalho (PT-SE)
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO)	5. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Magno Malta (PL-ES)	1.
Senador Jorge Seif (PL-SC)	2.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR)	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS)	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF)
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC)	

Atualização: 21/03/2023

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035258
E-mail: naot@senado.leg.br



3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ
(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

1ª Designação: 03/12/2001
2ª Designação: 26/02/2003
3ª Designação: 03/04/2007
4ª Designação: 12/02/2009
5ª Designação: 11/02/2011
6ª Designação: 11/03/2013
7ª Designação: 26/11/2015

Atualização: 08/02/2017

Secretaria-Geral da Mesa
NPFG
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035713
E-mail: npfg@senado.leg.br



4) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 21/03/2012

4ª Designação: 11/03/2013

5ª Designação: 20/05/2014

6ª Designação: 04/03/2015

Atualização: 11/11/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-713

E-mail: saop@senado.leg.br



5) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL
(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

1ª Designação: 12/09/2012

2ª Designação: 11/03/2013

Atualização: 31/01/2015

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



6) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL
(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

1ª Designação: 22/08/2013

2ª Designação: 01/07/2015

Atualização: 18/10/2016

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Senado Federal - Ed. Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5713

E-mail: npfg@senado.leg.br



7) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013)***1ª Designação:** 20/12/2013**2ª Designação:** 16/09/2015**Atualização:** 11/11/2015**Secretaria-Geral da Mesa**

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo**Telefone(s):** 33035713**E-mail:** npfg@senado.leg.br

8) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

COORDENADOR:

- 1ª Designação: 16/11/1995
- 2ª Designação: 30/06/1999
- 3ª Designação: 27/06/2001
- 4ª Designação: 25/09/2003
- 5ª Designação: 26/04/2011
- 6ª Designação: 21/02/2013
- 7ª Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
VAGO	Procurador do Senado

Atualização: 03/02/2017

Secretaria-Geral da Mesa
NAOT
Telefone(s): 33035714



9) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)	PROCURADORA

Atualização: 30/03/2023



10) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL
(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 11/02/2023

Notas:

1. Portaria do Presidente nº 1, de 2023, designa o Senador PLÍNIO VALÉRIO, como Ouvidor-Geral do Senado Federal.



11) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

5ª Designação: 01/07/2015

Atualização: 29/11/2016

Notas:

1. Ato do Presidente - nº 9, de 2023.

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



12) COMENDA REI PELÉ
(Resolução do Senado Federal nº 4, de 2023.)



13) COMENDA NISE MAGALHÃES DA SILVEIRA
(Resolução do Senado Federal nº 43, de 2016)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5713

E-mail: npfg@senado.leg.br



14) CONSELHO DO PRÊMIO ADOÇÃO TARDIA - GESTO REDOBRADO DE CIDADANIA
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 2021)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



15) COMENDA SANTA DULCE DOS POBRES
(Resolução do Senado Federal nº 25, de 2020)

Secretaria Geral da Mesa

NPFG

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



16) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR
(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



17) CONSELHO DO PRÊMIO TRÂNSITO SEGURO - GESTO REDOBRADO PARA O FUTURO
(Resolução do Senado Federal nº 29, de 2023.)

PRESIDENTE:



18) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCUDO
(Resolução do Senado Federal nº 7, de 2018)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



19) COMENDA MISSIONÁRIOS DANIEL BERG E GUNNAR VINGREN
(Resolução do Senado Federal nº 3, de 2023.)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:



20) COMENDA DO MÉRITO FUTEBOLÍSTICO ASSOCIAÇÃO CHAPECOENSE DE FUTEBOL
(Resolução do Senado Federal nº 27, de 2017)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



21) CONSELHO DO PRÊMIO CHICO MENDES
(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2020.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



22) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO
(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



23) CONSELHO DO DIPLOMA PAUL SINGER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



24) COMENDA DE INCENTIVO À CARIDADE CHICO XAVIER
(Resolução do Senado Federal nº19, de 2020.)

Secretaria Geral da Mesa

NPFG

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



25) MEDALHA MARIA QUITÉRIA
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



26) PRÊMIO DE EFICIÊNCIA EDUCACIONAL FLORESTAN FERNANDES
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



27) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL
(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



28) MEDALHA DE MÉRITO EDUCACIONAL DARCY RIBEIRO
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



29) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA
ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO
(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

1ª Designação: 01/07/2015

Atualização: 01/06/2016

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



30) COMENDA ZILDA ARNS
(Resolução do Senado Federal nº 21, de 2017)

Número de membros: 0 titulares

Secretaria Geral da Mesa

NPFG

Telefone(s): 5713

E-mail: npfg@senado.leg.br



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

